

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES NA TRAJETÓRIA
DE FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS
FAMILIARES RURAIS EM JAGUARI-RS E
CHAPECÓ-SC**

TESE DE DOUTORADO

Paulo Roberto Cecconi Deon

Santa Maria, RS, Brasil

2015

A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES NA TRAJETÓRIA DE FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS EM JAGUARI-RS E CHAPECÓ-SC

Paulo Roberto Cecconi Deon

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Área de Concentração em Extensão Rural e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Selvino Neumann

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Deon, Paulo Roberto Cecconi

A contribuição dos atores na trajetória de formalização das agroindústrias familiares rurais em Jaguari-RS e Chapecó-SC. / Paulo Roberto Cecconi Deon.-2015.

309 p.; 30cm

Orientador: Pedro Selvino Neumann

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2015

1. Agroindústria Familiar Rural 2. Formalização 3. Atores 4. Ambiente Institucional 5. Nova Sociologia Econômica I. Neumann, Pedro Selvino II. Título.

© 2015

Todos os direitos autorais reservados a Paulo Roberto Cecconi Deon. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: prcdeon@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

**A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES NA TRAJETÓRIA DE
FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS
EM JAGUARI-RS E CHAPECÓ-SC**

elaborada por
Paulo Roberto Cecconi Deon

como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Pedro Selvino Neumann, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Aline Weber Sulzbacher, Dr^a. (UFVJM)

Gisele Martins Guimarães, Dr^a. (UFSM)

Marco Antônio Verardi Fialho, Dr. (UFSM)

Rogério Reolon Anése, Dr. (IFFarroupilha)

Santa Maria, 26 de agosto de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa e filhos e aos meus Pais e irmãos. Estas pessoas me fazem compreender o significado e o valor da família.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho como este, em que se procura ressaltar as pessoas a partir da complexidade inerente ao convívio em sociedade, onde valores essenciais como confiança e reciprocidade são postos em cheque por ‘forças’ e interesses difusos, seria impossível de executar sem que houvesse a disponibilidade e participação efetiva por parte dos agricultores e das organizações que, de alguma forma, contribuíram para o estudo. Diante disso, mesmo incorrendo no risco de esquecimento, gostaria de agradecer profundamente àqueles que fizeram a diferença.

Primeiramente, à ‘força’ maior que me permitiu tal experiência. Acredito que nada acontece por acaso.

À Andiará, minha esposa, que abraçou esta causa independente do que estaria por vir (nem imaginava). O que importa é que a tese saiu e permanecemos juntos. Obrigado. Ao Bernardo e Valentina, meus filhos, talvez um pedido de desculpas por minhas ausências não seja suficiente, entretanto, espero, sinceramente, que o futuro lhes mostre que dentre as escolhas que fiz, vocês sempre estiveram em primeiro plano. Aos meus pais, irmãos e irmã, obrigado pelo apoio incondicional que sempre me deram e pela compreensão por tanto tempo de ausência. Aos meus sogro e sogra, assim como à Nena, que também contribuíram para que pudesse me dedicar ao estudo.

Ao prof. Dr. Pedro Selvino Neumann, amigo e orientador, com intervenções objetivas e propositivas que, sem elas, os encaminhamentos deste estudo ainda estariam em um nível de abstração.

Ao prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso da Silveira, amigo e mentor, cujas conversas e atividades de campo propostas foram essenciais para a necessária imersão na problemática que envolve a atividade de agroindustrialização realizada pela agricultura familiar.

Ao PPGExR da UFSM, gostaria de agradecer pela oportunidade e pela disponibilização de condições para o processo de aprendizagem. Aos professores do PPGExR, que se disponibilizaram em compartilhar um pouco do seu tempo e conhecimento. Aos colegas de PPGExR, obrigado pelo companheirismo e pela convivência. À Tatiane Neto pela ajuda com os mapas. Ao grupo do Nepals, obrigado aos amigos e amigas pelo período de convívio, mais com alguns menos com outros, mas que sempre foram momentos de aprendizagem.

Aos agricultores, agricultoras e suas famílias que fizeram parte deste estudo, obrigado por compartilhar suas experiências de vida.

À Apaco, nas pessoas do Gelso Marchioro e Diva Deitos, agradeço pelo apoio recebido, a disponibilização incondicional de informações, além das indicações de suma importância para a compreensão das dinâmicas que envolvem a agricultura familiar na região de Chapecó. A problemática das AFRs, como abordada neste estudo, demanda compreender o papel determinante que instituições como a Apaco têm para a resiliência da agricultura familiar.

Às instituições de extensão rural, Epagri e Emater, pelas informações sobre a estrutura de apoio aos agricultores familiares. Neste breve convívio foi possível verificar o papel essencial (embora com suas particularidades) destes animadores para o meio rural. Às outras instituições, entidades, atores com os quais tive a oportunidade de dialogar, obrigado pela disponibilidade.

Ao Gustavo Pinto, colega de trabalho e de curso, entusiasta cuja parceira me incentivou a adentrar na área de Extensão Rural. Ao João Flávio, ao Laurício e ao Rogério Anése, também colegas de trabalho, pelo apoio sempre que necessário.

Ao Instituto Federal Farroupilha, em especial ao Campus São Vicente do Sul, na pessoa do Diretor Luiz Fernando, pela minha disponibilização em tempo integral para esta empreitada.

Àqueles que não foram aqui citados, meu agradecimento. Enfim, ao ensino público por mais esta oportunidade.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

A CONTRIBUIÇÃO DOS ATORES NA TRAJETÓRIA DE FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS EM JAGUARI-RS E CHAPECÓ-SC

AUTOR: PAULO ROBERTO CECCONI DEON

ORIENTADOR: PEDRO SELVINO NEUMANN

Local e Data da Defesa: Santa Maria-RS, 26 de agosto de 2015.

A formalização das Agroindústrias Familiares Rurais (AFRs) é compreendida aqui como um ‘processo complexo’, pois se trata de adequar a padrões de mercado uma atividade que outrora servira como valor de uso doméstico e cujas características artesanais passam a ser valorizadas pelos consumidores como produtos diferenciados dos produtos industriais. A literatura aponta que a viabilização dessa possibilidade mercadológica envolve a organização dos agricultores, com a ação de diferentes atores, no sentido de promover a cooperação entre os envolvidos. Fica caracterizado, com isso, um fenômeno econômico que ocorre ‘inserido’ em um contexto de relações sociais internas a família, mas também de relações que se constituem com atores externos às experiências, conferindo especificidade socioespacial à problemática. Essas são variáveis que compõem o ambiente institucional em que as AFRs estão imersas e configuram o problema do estudo que se coloca de modo a compreender como as Agroindústrias Familiares Rurais são formalizadas, caracterizando os atores e as relações que se estabelecem para superar as adversidades que o ambiente institucional exerce sobre essas experiências. Diante disso, este estudo se propõe a analisar a dinâmica inerente à formalização das Agroindústrias Familiares Rurais, buscando compreender a contribuição dos atores para superar adversidades relacionadas ao ambiente institucional. A orientação teórica da pesquisa está situada, predominantemente, na tradição da Nova Sociologia Econômica. Foi utilizado o método de estudo ‘comparativo de casos’, cujas unidades de análise localizam-se nos municípios de Jaguari-RS e Chapecó-SC. A coleta de dados foi conduzida a partir de fontes secundárias (bibliografias e bases de dados), mas principalmente de fontes primárias (entrevistas, documentos e observação livre) com agricultores(as) e os atores com os quais estes se relacionam em função dos projetos de AFRs, empregando instrumentos específicos (roteiros semi-estruturados) para cada categoria. Utilizou-se de abordagem qualitativa, apoiada pontualmente por métodos quantitativos (distribuição de frequências), onde a organização das informações coletadas ocorreu de modo a permitir a análise de conteúdo, subsidiando as interpretações à luz do marco teórico proposto. Os resultados colocam em xeque a eficácia das formas pelas quais a agricultura familiar se organiza e é representada, assim como dos próprios serviços de apoio, na superação de barreiras que o ambiente institucional (sobretudo no que diz respeito às exigências do quadro legal vigente) impõe aos empreendimentos da agricultura familiar. O estudo sugere que avanços em potenciais não ocorram pela ação individual dos agricultores, tampouco pela ação determinista do Estado, mas como uma construção protagonizada pelas organizações de agricultores, apoiadas de maneira decisiva por suas formas de representação, pelas organizações dos movimentos sociais e pelo poder público.

Palavras-chave: Agroindústria Familiar Rural. Formalização. Atores. Ambiente Institucional. Nova Sociologia Econômica.

ABSTRACT

Doctoral Thesis
Graduate Program in Rural Extension
Universidade Federal de Santa Maria

THE CONTRIBUTION OF THE ACTORS IN THE TRAJECTORY OF FORMALIZATION OF RURAL FAMILY FARMING IN JAGUARI-RS AND CHAPECÓ-SC

AUTHOR: PAULO ROBERTO CECCONI DEON

LEADER: PEDRO SELVINO NEUMANN

Place and Date of Defense, Santa Maria-RS, august, 26, 2015.

The formalization of Rural Family Farming (RFF) is understood here as a ‘complex process’, because it is suit industry standards an activity that once served as household value and whose features handmade become valued by consumers as differentiated products for industrial products. The literature suggests that the viability of this possibility marketing involves the organization of farmers, with the action of different actors, to promote cooperation among stakeholders. It is characterized, therefore, an economic phenomenon that is ‘inserted’ in a context of internal social relations family, but also relationships that constitute the external actors with expertise, for specific socio-spatial to the issue. These are variables that make up the institutional environment in which RFF are immersed and shape the study of the problem that arises in order to understand how Rural Family Farming are formalized, featuring actors and the relationships that are established to overcome the adversities that the institutional environment exerts on those experiences. Thus, this study aims to analyze the dynamics inherent in the formalization of Rural Family Farming, trying to understand the contribution of the actors to overcome adversity related to the institutional environment. The theoretical orientation of the research is located predominantly in the tradition of the New Economic Sociology. We used the method of ‘comparative study of cases’, the analytical units are located in the municipalities of Jaguari-RS and Chapecó-SC. Data collection was conducted from secondary sources (bibliographies and databases), but mostly from primary sources (interviews, documents and free observation) with farmers and the actors with whom they relate on the basis of projects of RFF, using specific instruments (scripts semi-structured) for each category. We used a qualitative approach, supported occasionally by quantitative methods (frequency distribution), where the organization of the information collected was to enable the analysis of content, supporting the interpretations based on the theoretical framework presented. The results call into question the effectiveness of the ways in which family farming is organized and is represented, as well as their own support services to overcome barriers to the institutional environment (especially with regard to the requirements of the existing legal framework) imposes on projects of family farming. The study suggests that advances in potential do not occur by the individual action of farmers, either by deterministic State action, but as a construction carried out by farmers' organizations, supported decisively by their forms of representation, by organizations of social movements and the government.

Key words: Rural Family Farming. Formalization. Actors. Institutional Environment. New Economic Sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A formalização como uma construção social	69
Figura 2 - Mapa informativo da localização do município de Jaguari	78
Figura 3 - Mapa informativo da localização do município de Chapecó	80
Figura 4 - Representação das unidades de análise do estudo	88
Figura 5 - Os procedimentos da pesquisa.....	93
Figura 6 - Número de Agroindústrias familiares rurais quanto aos licenciamentos sanitários obtidos – amostra estudada - 2014.....	129
Figura 7 - Percentual de AFRs ‘formais’ segundo o atendimento às exigências legais – AFRs da amostra - 2014.....	130
Figura 8 - Evolução das populações total e rural no município de Jaguari – 1970 a 2010.....	139
Figura 9 - Evolução das populações total e rural no município de Chapecó – 1970 a 2010.....	146
Figura 10 - As relações que se estabelecem entre as AFRs e outros atores em função da formalização no município de Jaguari	160
Figura 11 - As relações que se estabelecem entre as AFRs e outros atores em função da formalização no município de Chapecó.....	161
Figura 12 - Percepção dos técnicos dos serviços de regulação em relação aos agricultores familiares que realizam atividade de agroindustrialização, em Jaguari e Chapecó - 2014	171
Figura 13 - Estrutura que a Apaco mobiliza em função da formalização das AFRs	193
Figura 14 - Práticas desenvolvidas por atores que realizam assistência técnica e extensão rural em Jaguari - 2014.....	206
Figura 15 - Práticas desenvolvidas por atores que realizam assistência técnica e extensão rural em Chapecó - 2014	208
Figura 16 - Estrutura em ‘rede’ da Cooperativa Central Sabor Colonial.....	219

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Indicadores de contraste entre os casos escolhidos	77
Quadro 2 -	Distribuição das entrevistas nos municípios estudados.....	91
Quadro 3 -	Operacionalização e base legal sanitária que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados	108
Quadro 4 -	Operacionalização e base legal ambiental que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados	113
Quadro 5 -	Operacionalização e base legal tributária-fiscal que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados	118
Quadro 6 -	Operacionalização e base legal previdenciária que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados	120
Quadro 7 -	Operacionalização e base legal das políticas de fomento às AFRs.....	121
Quadro 8 -	Caso envolvendo as instâncias municipal e Estadual do órgão ambiental em Chapecó.....	172
Quadro 9 -	Acesso e benefícios do Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho	179
Quadro 10 -	A forma de atuação de técnico do SIM em Jaguari.....	186
Quadro 11 -	Acesso, principais benefícios e indicadores do Programa SC Rural às AFRs	190
Quadro 12 -	Operacionalização a base de serviços Apaco/Ucaf e benefício às AFRs.....	195
Quadro 13 -	Acesso, principais benefícios e indicadores do Programa SC Rural às AFRs	199
Quadro 14 -	A forma de atuação do RT no Instituto Saga	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Alguns indicadores dos municípios de Jaguari e Chapecó.....	82
Tabela 2 -	Indicadores da agricultura familiar em Jaguari e Chapecó - 2006	84
Tabela 3 -	Indicadores da produção rural nos estabelecimentos rurais nos municípios de Jaguari e Chapecó - 2006	85
Tabela 4 -	Produtos da Agroindústria Familiar Rural em Jaguari e Chapecó - 2006.....	87
Tabela 5 -	Número de Agroindústrias rurais com registro em órgão sanitário, por linha de produto – total para o município - 2014	126
Tabela 6 -	Número de Agroindústrias Familiares Rurais quanto à natureza do registro tributário/fiscal do empreendimento – amostra estudada - 2014	129
Tabela 7 -	Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto à matéria-prima, nº de itens produzidos, apresentação do produto, nº de famílias e mão-de-obra – amostra estudada - 2014.....	131
Tabela 8 -	Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto a características da comercialização – amostra estudada - 2014.....	133
Tabela 9 -	Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto a faixas de receita, renda familiar e investimento total – amostra estudada - 2014.....	135
Tabela 10 -	Percentual de agricultores familiares em função das principais origens de ‘pressões’ para a formalização da atividade de agroindustrialização, por município - 2014	164
Tabela 11 -	Forma como ocorreu a principal ‘pressão’ para a formalização da atividade de agroindustrialização, apontadas nas entrevistas com agricultores - % por município - 2014	165
Tabela 12 -	Principais dificuldades relacionadas à formalização das AFRs, apontadas nas entrevistas com agricultores - % de agricultores no município - 2014.....	167
Tabela 13 -	Capacitações realizadas por profissionais em Jaguari e Chapecó que atuam nos serviço de regulação sanitário - 2014	170
Tabela 14 -	Atores que realizam ATER e outros serviços, por número de vezes em que são citados pelos agricultores familiares em função de práticas realizadas junto às AFRs – nos municípios do estudo - 2014.....	176
Tabela 15 -	Adesão de Agroindústrias Familiares em Jaguari e no Rio Grande do Sul (RS), ao “Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho”, em Setembro de 2012 e Junho de 2015 – Cadastradas, Inclusas e Total	178
Tabela 16 -	Metas previstas para atuação da Epagri em Chapecó, junto a empreendimentos da agricultura familiar com atividade de agroindustrialização, no ano de 2014.....	189
Tabela 17 -	Percentual (%) de AFRs por faixas de participação dos recursos tomados com terceiros em relação ao total investido pela(s) família(s) da agroindústria, por município – 2014	212
Tabela 18 -	Contribuição da comercialização através da feira de produtos coloniais na composição da Receita Bruta Anual de AFRs em Chapecó - 2014.....	217
Tabela 19 -	Número de Agroindústrias Familiares Rurais por faixas de participação da renda da AFR na renda total da família em Jaguari e Chapecó - 2014.....	226
Tabela 20 -	Percentual das AFRs em Jaguari e Chapecó, cujo os agricultores e/ou familiares participam (ou participaram) de ações junto a organizações dos movimentos sociais, por conta da atividade de agroindustrialização - 2014	229

Tabela 21 - Percentual dos agricultores por intervalos de número de vínculos que mantém com alguma entidade que conforma o ‘sistema de participação cívica’ no município - 2014	230
Tabela 22 - ‘Motivações’ apontadas pelo agricultores familiares que os levam formalizar a atividade de agroindustrialização - 2014.....	232
Tabela 23 - Número e tipos de capacitações realizadas pelos agricultores, relacionadas ao processo de formalização em Jaguari e Chapecó - 2014	240

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFR - Agroindústria Familiar Rural.
AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense.
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.
APROVIJA - Associação dos Produtores de Vinho e Derivados da Uva de Jaguari.
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARPP - Agroindústria Rural de Pequeno Porte.
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.
ATE - Assistência Técnica Estadual.
ATR - Assistência Técnica Regional.
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico E Social.
BPF - Boas Práticas de Fabricação.
CAE - Campo de Ação Estratégica.
CGVB - Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas.
CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.
CIDEMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente.
CISPOA - Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
COPAFAC - Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia.
CPF - Cadastro de Pessoa Física.
COFINS - Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social.
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente.
CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente.
CODERCANA - Cooperativa dos Derivados da Cana-de-Açúcar.
COOPERFAMILIAR - Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar.
CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.
CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CSMA - Conselho Superior do Meio Ambiente.
CTF - Cadastro Técnico Federal.
DACA - Departamento da Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento.
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
EPP - Empresa de Pequeno Porte.
FATMA - Fundação do Meio Ambiente.
FAO - Fundação para a Agricultura das Nações Unidas.
FDRI - Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado.
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler.
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.
IBAMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.
ICMS - Imposto Sobre Comercialização e Mercadorias E Serviços.
IFFARROUPILHA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
IN - Instrução Normativa.
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
IRPP – Indústria Rural de Pequeno Porte.
LI – Licença de Instalação.
LO – Licença de Operação.
LP – Licença Prévia.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
ME – Microempresa.
MEI – Microempreendedor Individual.
MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras.
MS – Ministério da Saúde.
MST - Movimento dos Sem Terra.
NEI – Nova Economia Institucional.
NSE – Nova Sociologia Econômica.
ONG – Organização Não Governamental.
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.
PAF – Programa da Agroindústria Familiar.
PBDR - Plano Básico de Desenvolvimento Regional.
PIS - Programa de Integração Social.
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.
POA – Produtos de Origem Animal.
POP – Procedimento Operacional Padrão.
POPH – Procedimento Operacional Padrão de Higienização.
POV – Produtos de Origem Vegetal.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROSUASA - Programa Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
RDC – Resolução da Diretoria Colegiada.
RICMS - Regulamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
RIISPOA – Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal
RT – Responsável Técnico.
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar.
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo.
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SEDEMA – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.
SIE – Sistema de Inspeção Estadual.
SIF – Sistema de Inspeção Federal.
SIM – Sistema de Inspeção Municipal.
SISBI - Sistemas Brasileiros de Inspeção Sanitária.
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
SUS – Sistema Único de Saúde.
UCAF - Unidade Central das Agroindústrias Familiares.
UPF – Unidade Padrão Fiscal.
VAB – Valor Adicionado Bruto.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Isenção e obrigatoriedade de registro de alimentos e embalagens na ANVISA, conforme Resolução RDC nº 27, de 09 de agosto de 2010	297
ANEXO B - Legislação para a rotulagem de alimentos no âmbito dos produtos regulados pela ANVISA e pelo MAPA	299
ANEXO C - <i>Check list</i> utilizado pelos técnicos como referência em Serviços de Inspeção sob responsabilidade da Cidasc	301
ANEXO D - Documentos orientadores quanto a procedimentos adotados em função de não conformidade.....	303
ANEXO E - Treinamento em “Qualidade Total Rural” realizado pelo Sebrae	305
ANEXO F - Reunião de planejamento para a cadeia dos derivados da uva, no âmbito dos encaminhamentos do Fórum Mesosul, ocorrida em 2010, no Campus Jaguari.	307
ANEXO G - Listagem das contratadas pela Cidasc como prestadoras de serviços para a inspeção sanitária em Santa Catarina.	309

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com atores relacionados às AFRs (agricultores, gestores, etc.).....	279
APÊNDICE B - Roteiro para entrevista com atores com os quais as AFRs estabelecem relações em função do processo de formalização (gestores e técnicos de cooperativas, instituições de pesquisa, de extensão, ONGs, etc.)	285
APÊNDICE C - Listagem por produtos, das experiências de agroindustrialização na agricultura familiar que formaram a amostra do estudo, e localização.....	289
APÊNDICE D - Lista de organizações que formaram a amostra do estudo.....	291
APÊNDICE E - O caso da Cooperativa de Derivados de Cana-de-açúcar (COODERCANA), em Jaguari	293

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	Delimitando o problema e o recorte empírico da pesquisa	35
1.2	Hipótese.....	39
1.3	Objetivos	39
1.3.1	Objetivo geral.....	39
1.3.2	Objetivos específicos	39
1.4	Justificativas da pesquisa	40
1.5	Estrutura do estudo	42
2	A FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS COMO UMA CONTRUÇÃO SOCIAL	45
2.1	Contextualização e justificativas da Nova Sociologia Econômica como opção teórica.....	45
2.2	Delimitações quanto ao Ambiente Institucional.....	48
2.3	A noção de ‘campos’ para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos.....	52
2.4	Relações entre o Estado e o ‘campo’	57
2.5	<i>Habitus</i>	59
2.6	As habilidades sociais e a relação com os ‘campos’	61
2.7	‘Amarrando os nós’: a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais na perspectiva da Nova Sociologia Econômica.....	64
3	METODOLOGIA	71
3.1	Síntese do modelo teórico e integração com os objetivos da pesquisa.....	73
3.2	Justificativa e caracterização dos casos estudados.....	75
3.2.1	Caracterização dos municípios do estudo	78
3.3	Delineamento da pesquisa	88
3.3.1	Unidades de análise, etapas e procedimentos para coleta dos dados	88
3.3.2	Organização, análise e interpretação	92
4	O QUADRO LEGAL INSTITUÍDO QUE ORIENTA A FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS.....	95
4.1	Legislação sanitária.....	95
4.1.1	Registro dos estabelecimentos (unidade de produção)	101
4.1.2	Registro dos produtos.....	104
4.1.3	Rotulagem de produtos	106
4.1.4	Boas práticas de fabricação (BPF) – instrumentos de controle de produto e processo.....	107
4.2	Legislação ambiental.....	108
4.2.1	Esfera estadual	111
4.2.2	Esfera municipal.....	112
4.3	Legislação tributária e fiscal	113
4.3.1	Nota Fiscal do Produtor	114
4.3.2	Agroindústria como ‘cooperativa’	115
4.3.3	Agroindústria como uma ‘empresa’	116
4.4	Legislação previdenciária.....	118

4.5	As políticas e programas de fomento às AFRs e intervenções para a formalização	120
4.6	O quadro legal e as Agroindústrias Familiares Rurais.....	121
5	SITUANDO O ESTUDO QUANTO AOS ATORES E ÀS RELAÇÕES QUE SE ESTABELECEM EM FUNÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS.....	125
5.1	As Agroindústrias Familiares Rurais quanto ao processo de formalização nos municípios estudados.....	125
5.1.1	Ajustando o foco.....	125
5.1.2	O ator central da pesquisa quanto à formalização	127
5.1.3	Os ‘estágios’ da formalização.....	136
5.2	Os atores com os quais as AFRs estabelecem relações em função da formalização	138
5.2.1	A estruturalização do apoio às AFRs	138
5.2.2	Identificação dos Atores na formalização das AFRs.....	154
5.3	Representação das relações.....	159
6	ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS INERENTES À ‘DINÂMICA’ DE FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS	163
6.1	Conflitos observados diante do processo da formalização.....	163
6.1.1	Conflitos inerentes a origem e às formas pelas quais pressões se manifestam para que os empreendimentos sejam formalizados.	164
6.1.2	Conflitos em função de fatores identificados como dificuldades percebidas em relação à formalização	166
6.1.3	Conflitos na prática entre os atores dos serviços (sanitário e ambiental) que regulam a formalização das AFRs.....	169
6.2	Os atores de ATER como elemento de dinâmica na formalização das AFRs: diferentes “práticas” observadas	175
6.2.1	Práticas dos atores de ATER em Jaguari relacionadas à formalização	176
6.2.2	Práticas dos atores de ATER em Chapecó relacionadas à formalização.....	186
6.2.3	Comparando as práticas entre atores de ATER e contribuições à formalização das AFRs.....	206
6.3	Diferentes “capitais” identificados para a formalização das AFRs	211
6.3.1	Capital financeiro	212
6.3.2	Capital cultural	213
6.3.3	Capital simbólico.....	214
6.3.4	Capital comercial.....	216
6.3.5	Capital social	220
6.4	A formalização na trajetória da atividade de processamento de alimentos e bebidas: a dinâmica sob o enfoque do <i>habitus</i> dos agricultores familiares.....	222
6.4.1	Diferentes trajetórias da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar nos casos em estudo.....	223
6.4.2	A formalização das AFRs e a conduta dos agricultores: a influência do <i>habitus</i>	231
6.4.3	A formalização das AFRs e alterações no <i>habitus</i> dos agricultores.....	239
6.5	A contribuição das Habilidades Sociais na formalização das AFRs: a capacidade dos agricultores familiares de exercerem ‘pressão’ pelos seus interesses.....	247

6.5.1 A produção de quadros culturais alternativos	249
6.5.2 Explorando o sistema em favor da Agroindústrias Familiares Rurais	250
6.5.3 Pouca contribuição das habilidades sociais em campos com baixa turbulência.....	252
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
7.1 Recomendações de estudos futuros	260
7.2 Limitações da pesquisa	260
7.3 Reflexões em relação à teoria	261
REFERÊNCIAS	263
APÊNDICES.....	277
ANEXOS	295

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre as Agroindústrias Familiares Rurais no Brasil toma consistência a partir do final da década de 90, como decorrência de um passado recente onde a intervenção do Estado assumiu uma trajetória desfavorável à agricultura familiar. Num contexto mais amplo, a própria trajetória da agricultura brasileira passou por transformações, muito por sua estreita ligação com conjunturas político-econômicas, em que tem sido tratada como um instrumento para o crescimento do país. Este é um fato marcante, sobretudo, no século XX (em especial a partir da II grande guerra) onde a economia brasileira passa a ser orientada pela transição para o sistema industrial (FURTADO, 2005).

Com a crise conjuntural que se instala no país onde a inflação foge ao controle, situação agravada pela crise de abastecimento ocorrida em 1962, a agricultura e o *agribusiness* deixam de ser coadjuvantes e passam a ser tratados como principais formas para alavancar e diversificar exportações, com base em ambicioso programa de modernização. A partir disso, a década de 60 experimentou um movimento na agricultura brasileira que ficou conhecido como a ‘modernização da agricultura’. Trata-se de intensa transformação fundamentada no uso intensivo dos fatores de produção e aumento da produtividade, uso intensivo de mão-de-obra, serviço de extensão rural e política de preços mínimos, onde o principal resultado almejado era o aumento da produção com vistas a subsidiar a exportação. Esse também foi o pano de fundo para o fortalecimento dos grandes complexos agroindustriais no país, que contribuíram para imprimir uma nova dinâmica ao meio rural (COELHO, 2001; SILVA, 2001).

Este contexto de crise e posterior implementação do processo de modernização da agricultura fortaleceu o papel intervencionista do Estado. Um dos resultados deste modelo de desenvolvimento agrícola foi o crescimento vertiginoso na oferta de produtos agrícolas para exportação. Tonneau e Teixeira (2003) referem-se a esse modelo como causa do Brasil tornar-se uma potência agrícola mundial, figurando como importante exportador de produtos agrícolas. Porém, os autores levantam um conjunto de críticas de ordem econômica, ecológica e, principalmente, social, pois esse modelo contribuiu decisivamente para dinâmicas negativas como o êxodo rural e a urbanização descontrolada.

Essa foi uma interpretação que permitiu chegar à constatação que esse paradigma concebido era excludente para uma grande parcela da população rural, pois houve um favorecimento dos grandes produtores e daqueles que estavam em estágio mais avançado de

tecnificação. Sendo assim, a agricultura com característica familiar que foi excluída desse processo de modernização, também passou ao longo da história do país sofrendo os impactos do desenvolvimento adotado neste período.

Este contexto problemático caracterizou a segunda metade do último século. Já no final dos anos 80 esse modelo de desenvolvimento apresentava seus limites conjunturais. A crise fiscal contraída pelo Estado manifesta-se na sua incapacidade de implementar políticas setoriais, devido sua dependência da conjuntura macroeconômica que tinha forte influência de instabilidades externas e mesmo internas. Nesse contexto o agronegócio passa a ser considerado uma forma de continuidade e dinamismo da economia nacional. Entretanto, a completa eliminação de subsídios e a decorrente necessidade de busca por outras formas de financiamento para o crédito rural, onde fontes privadas como a venda antecipada da produção e os títulos mercantis futuros, além da reformulação dos mecanismos de comercialização e de garantia de abastecimento, traduzem o movimento do Estado no sentido de reduzir sua participação no fomento à atividade agrícola e agroindustrial (LEITE, 1996; COELHO, 2001).

Com essa abertura econômica o sistema agroalimentar passou a operar em uma lógica global, alterando seu arcabouço regulatório e institucional. Estas dinâmicas contribuíram para a conformação do atual sistema agroalimentar, caracterizado por uma complexa rede de relações entre agentes econômicos e não-econômicos, especializados em função de atender demandas específicas. Esse encadeamento de atividades caracteriza-se como um circuito longo de produção, envolvendo desde a produção de insumos, a produção agrícola, a industrialização e a distribuição, até o consumidor final (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Se, por um lado, tal sistema se desenvolveu como forma de atender a crescente demanda por alimentos impulsionada pela concentração da população nos grandes centros urbanos, por outro lado, contribuiu para o distanciamento entre agricultor e consumidor, provocando um processo de “desconexão” entre os espaços de produção e de consumo (PLOEG, 2008). Outra consequência desse quadro foi a concorrência imposta por este modelo. A permanência ou o acesso aos mercados passou a constituir outra ameaça para a agricultura familiar, determinada pela crescente necessidade de gerar lucratividade a partir dos ganhos de escala, com base na adoção de tecnologia (WILKINSON, 2003).

Esta situação fica ainda mais emblemática no caso dos contratos de integração, comuns entre agricultores na região Sul do Brasil. Após anos de favorecimento, com farta disponibilização de crédito e os serviços públicos direcionados para a inserção dos agricultores como fornecedores de matéria-prima para agroindústrias abatedouras, a década de

90 assistiu à um processo de ‘seleção’ entre esses agricultores, onde permaneceram os que melhor atendiam aos padrões (leia-se eficiência produtiva) da integradora. Por que apostar em muitos pequenos se, para a indústria que enfrentava um quadro conjuntural desfavorável (potencializado pela concorrência internacional), poderia concentrar esforços em poucos produtores tecnificados? Diante desse ‘descarte’ por parte da indústria, o agricultor, as diferentes esferas do poder público e outras organizações deram início a debates sobre alternativas frente à ameaça de esvaziamento do meio rural (OLIVEIRA et al., 1999).

Essa dinâmica recente do quadro político-econômico do país revela que a agricultura foi tratada como instrumento para o crescimento econômico brasileiro. Uma primeira fase, que contou com forte intervenção do Estado, o pacote tecnológico proporcionou a consolidação da agricultura como sustentáculo para um complexo agroindustrial que se desenvolveu a partir da possibilidade de processar e exportar a produção. Uma segunda fase, com a retração do Estado e a liberalização econômica, ocorreu uma reestruturação do sistema alimentar a partir das relações impostas pelo comércio internacional. Se por um lado esses movimentos proporcionaram ao Brasil um lugar entre os grandes produtores e exportadores de *commodities*, por outro lado as consequências sociais e ambientais herdadas destes modelos de desenvolvimento repercutiram na fragilização da agricultura familiar. Essas dinâmicas foram o pano de fundo para debates que iriam rediscutir a necessidade de encontrar alternativas para esse público e o papel do Estado frente a este processo.

A década de 80 marca a emergência de ‘movimentos sociais’. Surge no contexto político-institucional um conjunto de ações e grupos de intervenção voltados à mobilização popular, sob a atuação de diferentes segmentos da sociedade, da constituição de novos grupos e identidades, da participação de ONGs (organizações não governamentais), a ação da igreja, e que passaram a ‘problematizar’ o papel do Estado. O resultado dessa mobilização social é o surgimento, no país, de experiências ‘democratizantes’ que se dispunham a questionar relações de cunho clientelista e/ou assistencialista e autoritárias, representações com as quais se queria romper (LEITE et al., 2010).

O acirramento do processo de abertura de mercados, a explicitação da crise dos modelos de desenvolvimento adotados, e um processo de revalorização da agricultura familiar, onde os debates sobre esse tema que ocorrem sob a pressão de movimentos sociais organizados, indicam a necessidade de um outro tipo de desenvolvimento. Esse novo modelo tem por base a “crítica ao padrão civilizatório e suas consequências sociais e ambientais” (PREZOTTO, 2005, p. 16). Sob essa perspectiva é que passa a ter sentido o debate sobre a

atividade de agroindustrialização como alternativa para a reprodução social na agricultura familiar.

O processamento artesanal de alimentos e bebidas abordado neste estudo faz parte do contexto econômico, social e cultural próprios da agricultura familiar. Para melhor compreender esse entrelaçamento recorre-se à interpretação de Wanderley (1996) que identifica uma aproximação histórica desse público com a noção de campesinato, proposta por Alexander Chayanov. Nessa noção estão presentes características como a produção para o consumo da família e simultaneamente para o comércio, a gestão e as atividades produtivas sob coordenação da família, onde os interesses do grupo doméstico têm prioridade; características essas que diferenciam a unidade econômica campesina das demais empresas situadas no meio rural. Ainda, pode-se acrescentar a diversidade econômica, social e cultural dessas famílias, que possuem distintas formas de produção, utilização de recursos, trabalho, sociabilidade e negociação de produtos (WANDERLEY, 1996)¹.

A perspectiva que se assume aqui é de uma agricultura familiar como uma categoria sociopolítica cuja insurgência incorpora rupturas e continuidades, mas que guarda significativas raízes históricas, sentido atribuído por Wanderley (1996, 2003). Esse posicionamento é importante para a postura que aqui se assume em relação à atividade de agroindustrialização realizada por esses atores sociais, pois se trata de um processo intrinsecamente relacionado à família em que suas origens históricas irão imprimir especificidades ao processo de transformação, o "saber-fazer" que caracteriza o modo de produção artesanal, que é transmitido entre as gerações como um elemento cultural e que compõe a identidade dos produtos artesanais (SILVEIRA; HEINZ, 2005; MIOR, 2007; NEUMANN et al., 2007; GUIMARÃES, 2011).

Os produtos artesanais resultam de um processo que "implica em uma **dimensão de arte** e não meramente técnica" (SILVEIRA; HEINZ, 2005, p. 2, grifo do autor). O que torna cada produto artesanal 'único' é justamente o 'toque especial' particular de cada agricultor. Diferente disso, os 'procedimentos técnicos' estão relacionados ao processamento industrial; esses procedimentos contribuem para a padronização dos produtos e favorecem a produção em escala (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

¹ No meio acadêmico há distintas interpretações sobre a delimitação deste público. Sobre esta temática podem ser consultados os trabalhos de Abramovay (1990), Veiga (1995), Wanderley (1996), entre outros. O poder público instituiu, através da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o seu entendimento sobre agricultura familiar, cujo objetivo central é subsidiar a operacionalização das políticas públicas específicas.

Assim como a forma de organização das atividades de processamento nas Agroindústrias Familiares Rurais tem estreita ligação com as raízes socioculturais da família, as decisões relacionadas a atender padrões mercadológicos também ocorrem no contexto do núcleo familiar. Um dos grandes desafios impostos a essa atividade é justamente o de conjugar essa lógica (onde prevalecem os aspectos familiares e o saber-fazer que diferencia os produtos artesanais), com a lógica imposta pelo mercado (exigências de padronização, atenção aos aspectos legais, sejam sanitários, tributários ou ambientais, estímulo à escala de produção), desafio esse que tem sido apontado por autores como causa da descaracterização desses produtos como artesanais (SILVEIRA et al., 2006; GUIMARÃES, 2011; SANTOS; CRUZ; MENASCHE, 2012; DORIGON et al., 2013).

Nesta pesquisa adota-se o termo Agroindústria Familiar Rural com noção próxima à utilizada por Mior (2003), abarcando a diversidade retratada por Guimarães e Silveira (2007), onde ocorrem a Agroindústria Caseira², a Agroindústria Familiar Artesanal³ e a Agroindústria Familiar de Pequeno Porte⁴. Sendo assim, é alvo desse estudo aquelas experiências onde ocorra:

- o processamento/transformação de produtos (onde prevalece matéria-prima oriunda da própria unidade de produção familiar) de origem animal e/ou vegetal em alimentos e/ou bebidas para comercialização (não exclusivamente);
- que incorpore práticas artesanais de produção;
- cujas atividades são realizadas, predominantemente, por pessoas do próprio núcleo familiar de forma individual e/ou coletiva (inclusive com outras famílias);
- as atividades são realizadas em estrutura física específica ou na própria casa, localizada no meio rural;
- as atividades podem contar, em parte, com a contratação de terceiros;
- a gestão se mantém centralizada pelos membros da(s) família(s).

² Caracteriza esse tipo de agroindústria a inexistência de instalações e equipamentos específicos para processamento de alimentos, a comercialização ocorre a partir de excedentes da produção que originalmente visava atender ao consumo familiar, atende informalmente o mercado local, sem qualquer tipo de controle sanitário (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

³ O produto final mantém o caráter artesanal com base em um saber intergeracional, embora com aprimoramentos com cursos e experiências que visam melhorar a qualidade sanitária; o avanço no atendimento às exigências legais e de logística aliado a manutenção de "atributos de qualidade superior" conferem a esses produtos seu direcionamento ao mercado local/regional, com o apelo de produtos de qualidade diferenciada (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007). Em tempo, a noção de qualidade superior é utilizada por esses autores com referência em Wilkinson (2006).

⁴ O processamento é similar ao utilizado pela grande indústria, embora em menor escala; surge como opção de renda para a família, mas sem vinculação aos aspectos tradicionais; os produtos não são artesanais, prevalecem os procedimentos técnicos de produção, não os diferenciando dos produzidos pelas grandes indústrias, o que é fator negativo na concorrência direta com essas empresas (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Neste caso não estão incluídas as atividades que envolvam artesanato, agroextrativismo, outros produtos não alimentícios, as agroindústrias sem ligação com a agricultura familiar e as agroindústrias urbanas.

Adota-se tal definição com a consciência de que há um debate no meio acadêmico quanto à heterogeneidade dessas agroindústrias e as sequelas resultantes quando não reconhecidas como tal, principalmente por conta do acesso às políticas públicas. Guimarães e Silveira (2007) tecem crítica quanto a essa "falsa homogeneidade" atribuído ao termo Agroindústrias Familiares Rurais de modo a chamar atenção para a indiferença por parte das políticas de fomento quanto à diversidade dessas experiências. Justifica-se essa escolha por reconhecer sua abrangência, que se faz necessária pela problemática que a pesquisa envolve, abarcando agroindústrias formais e informais, empreendimentos com características potencialmente diferentes.

O surgimento destas agroindústrias no meio rural pode ser atribuído a diversos fatores. Podem compor o rol de atividades na produção de alimentos para o consumo das próprias famílias, assim como, podem ter origem como ações de desenvolvimento rural, constituindo alternativa à agricultura convencional, que é associada à exclusão e redução de renda agrícola a partir do direcionamento dos agricultores aos circuitos longos de produção e comercialização de *commodities* (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Prezotto (2002) aponta a importância da agroindústria familiar para o meio rural como uma alternativa que compõe o contexto da pluriatividade característica da agricultura familiar, contribuindo para a (re)inclusão social e econômica. Diante da possibilidade de promover a permanência dos agricultores familiares no meio rural, a pequena agroindústria passa a representar alternativa à problemática do rural brasileiro, onde a produção de 'produtos diferenciados' pela agregação dos aspectos simbólicos característicos da agricultura familiar e específicos às condições socioespaciais do meio rural onde a agroindústria está localizada constitui-se como atividade capaz não só de gerar renda à parcela da população rural antes excluída, mas também de promover equidade na distribuição dos ganhos auferidos no sistema alimentar (PREZOTTO, 2002).

Wilkinson (2008) refere-se à atividade de agroindustrialização no meio rural como uma possibilidade de 'reconversão', onde a agricultura familiar é orientada no sentido de atingir a verticalização, de modo a realizar as etapas de produção da matéria-prima, a transformação e a comercialização do produtos. Trata-se de um modelo alternativo que propõe a apropriação, pelo produtor rural, de parcela da renda acumulada pelo setor industrial nos circuitos longos de comercialização. Mas não se limita a este aspecto, segundo este autor,

as origens das agroindústrias podem estar relacionadas a processos de revalorização do modo de vida rural, a identificação dos produtos por seus atributos de qualidade, produzidos de forma artesanal e situados territorialmente, articuladas com demandas em potencial de consumidores específicos.

A agroindustrialização passa a representar uma atividade no leque de opções a serem adotadas pelos agricultores familiares como estratégia de reprodução social e é nesse contexto que as Agroindústrias Familiares Rurais passam a constituir alternativa de desenvolvimento rural, inclusive como instrumento em potencial para o estreitamento das relações entre produtor/consumidor, como no exemplo dos circuitos curtos de comercialização onde a troca de produtos estabelece laços de confiança entre os atores, ou mesmo para o avanço da despolarização entre o rural e o urbano, onde os circuitos de turismo rural podem ser citados como exemplo, dinâmicas essas que podem ser situadas no contexto de movimentos no sistema alimentar que alguns autores referem-se como “re-conexão” (PLOEG, 2008) e “re-localização” (WATTS; ILBERY; MAYE, 2005)⁵.

É preciso mencionar que essa orientação sobre agroindustrialização ocorre associada ao processo de legitimação da ‘agricultura familiar’ perante a sociedade e reconhecimento, por parte do Estado, como um grupo social demandante de intervenções públicas específicas. Assumindo a percepção quanto aos potenciais que as AFRs representam para esse público, diante da pressão das organizações dos movimentos sociais, o poder público passou a institucionalizar programas voltados a fomentar essa atividade como alternativa para a reprodução social das famílias.

Uma das primeiras intervenções do poder público federal para fomentar as AFRs, o PRONAF Agroindústria foi instituído, em 1998, como uma linha de financiamento do

⁵ Nesta pesquisa utiliza-se o conceito de circuito curto de comercialização com o mesmo significado que cadeias curtas, assim como os circuitos longos podem ser, também, compreendidos como as cadeias longas. Estas expressões são empregadas para ressaltar as diferentes repercussões para agricultores familiares e consumidores quando a relação que se estabelece entre eles ocorre por um ou por outro circuito (ou cadeia). Neste sentido cabe caracterizar os circuitos curtos de comercialização como aqueles com potencial para: a) reduzir a distância entre os locais de produção e os locais de consumo – ‘re-localização’ (a venda direta, os mercados de agricultores ou feiras livres, a venda na propriedade são alguns exemplos); b) contribuir para uma ‘re-conexão’ do alimento com a realidade sociocultural onde ocorre a produção – a proximidade entre agricultor e consumidor melhora o fluxo de informações e fortalece os laços de confiança; c) alimentos de ‘qualidade’, diferenciados como no caso dos orgânicos, utilizam-se das cadeias curtas para colocar-se como alternativa às cadeias longas. Por outro lado, as cadeias longas representam o oposto destas características, ou seja, contribuem para o distanciamento entre agricultor e consumidor, distanciamento entre centros de produção e de consumo, o processamento industrial é uma característica atrelada a esses produtos, inclusive como forma de garantir sua ‘inocuidade’ tendo em vista viabilizar longas distâncias muitas vezes percorridas até o consumidor final (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; WATTS; ILBERY; MAYE, 2005; PLOEG, 2008; FERRARI, 2011).

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar⁶ focado para este público. Outro instrumento que marca a intervenção do governo federal no fomento às AFRs foi a criação, em 2003, do Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar, implementado pelo Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor, vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Inicialmente planejado para ter duração até 2006, foi renovado pelo período 2007-2010, e vigora até os dias atuais (MDA, 2004; 2010).

Nas unidades nacionais também ocorreram intervenções visando o fomento dessas iniciativas, como: o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal - PROVE - DF, em 1995; o Programa Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção – Desenvolver - SC, em 1997; o Programa da Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho - RS, em 1999; o Programa Fábrica do Agricultor, PR, em 1999; o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária – PROVE-PANTANAL – MS, em 1999; o Programa Social de Promoção de Emprego e Renda na Atividade Rural – PROSPERAR – RJ, em 2002; o Programa de Apoio à Agregação de Valor e Desenvolvimento Rural – PROVEMAS – MT, em 2003; Programa de Desenvolvimento da Agroindústria Artesanal de Alimentos e do Artesanato Rural – MINAS ARTESANAL – MG, em 2006 (WESZ JUNIOR, 2009).

Este é o contexto do tema aqui abordado, cuja problemática de pesquisa começa a tomar forma quando o pesquisador passa a compor, em 2008, grupo de trabalho no Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul, encarregado de desenvolver ações de extensão e pesquisa para reconhecimento dos atores locais, contribuindo para a articulação e mobilizando-os para o debate sobre alternativas de desenvolvimento regional. Neste sentido é que ocorre um conjunto de atividades específicas ao município de Jaguari-RS, onde o processamento artesanal de alimentos e bebidas, principalmente a produção de derivados da cana-de-açúcar (cachaça e doces) e a fabricação de vinho, justificam a realização de diagnóstico para a identificação do público envolvido, além de ações de sensibilização (seminários) e capacitações específicas (principalmente aquelas voltadas à qualificação da matéria-prima e nas áreas de gestão das unidades de produção).

⁶ O PRONAF foi criado no ano de 1995 (Resolução do Banco Central número 2.191, de 24 de agosto de 1995) no âmbito do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAA), incluindo a participação dos Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1996, o programa passou a ser vinculado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), contando com a participação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), que foi criado também no âmbito deste último ministério.

O transcorrer dessas ações explicita um rol de dificuldades por que passam tanto os agricultores como os técnicos que os assessoram, cujo contexto pode ser ilustrado pela desmotivação dos agricultores com conseqüente dissidência da atividade de processamento artesanal. Dentre os estudos publicados a partir dessas experiências, estudando a cadeia dos derivados da cana-de-açúcar no município, Deon et al. (2012) quantificam o índice de ‘inatividade’ da ordem de 32,3% para a amostra pesquisada (65 agroindústrias), ou seja, 21 alambiques que deixaram de funcionar. Além desses resultados que apontam para a redução desses empreendimentos no município, dados não publicados revelam que apenas um alambique estava em processo de regularização da atividade. A imersão do pesquisador neste cenário, ilustrado a partir da realidade do processamento de derivados da cana-de-açúcar, instiga pelo questionamento quanto aos fatores que limitam atividades de processamento tradicionais a se consolidarem com estratégia para a reprodução das famílias. Dentre os caminhos para aprofundar nesta temática, o estudo da formalização e suas restrições tomam forma como problema de pesquisa.

1.1 Delimitando o problema e o recorte empírico da pesquisa

O objeto de estudo aqui abordado se configura a partir das dinâmicas decorrentes da possibilidade das Agroindústrias Familiares Rurais realizarem-se não só como alternativa de renda para a agricultura familiar, mas da valorização de um ‘saber-fazer’ específico, dos aspectos relacionados a especificidades locais, componentes agroecológicos e de valores simbólicos que, quando reconhecidos pelo consumidor, podem representar a diferenciação de seus produtos com contribuição efetiva para o desenvolvimento local ou territorial.

A percepção de potenciais benefícios dessa atividade levou o poder público a desenvolver políticas específicas para fomentá-la. Por um lado, essas políticas configuram um marco ideológico para as Agroindústrias Familiares Rurais, mas, por outro, elas têm sido pouco efetivas enquanto intervenção pública promotora de desenvolvimento rural. Efeito disso está na expressiva existência dessas agroindústrias à margem do sistema formal, que continuam desamparadas pelo Estado e com restrições de comercialização⁷.

⁷ Os dados do Censo Agropecuário 2006 apontam a existência de 571.643 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural no Brasil (IBGE, 2006). Entretanto, as estatísticas oficiais não permitem precisão quanto à parcela dessas agroindústrias que estão na informalidade. O que ocorre são estudos pontuais de caráter setorial, regional ou mesmo nacional que fazem inferências quanto à expressiva existência de agroindústrias familiares em situação de informalidade, à exemplo de Wilkinson e Mior (1999), Diesel et al. (2005), Raupp (2005), Santos e Ferreira (2006), Wilkinson (2008), Gazolla, Niederle e Waquil (2012), para citar alguns.

Essa informalidade é potencializada pela necessidade de expandir a produção e comercialização (inclusive em mercados extralocais – referência à possibilidade de extrapolar os limites administrativos do município e/ou dos municípios do entorno), o que passa a ser necessário decorrente do aumento de escala estimulado pelo processo de formalização. Paralelo à essa possibilidade, entretanto, ocorrem incrementos na pressão que o ambiente institucional exerce (como exemplo, a ação fiscal do Estado), no sentido de atender as exigências legais nos aspectos sanitários, tributário, previdenciário e ambiental.

Tais exigências acarretam um conjunto de investimentos nas AFRs que muitos agricultores optam por não arcar, seja devido ao risco que correm, seja pela inviabilidade econômica, o que tem contribuído para a expressiva informalidade das Agroindústrias Familiares Rurais em mercados locais (WILKINSON, 2008). Acrescenta-se os fatores culturais, além de outras questões (limitações logísticas, falta de mão-de-obra, etc.) que também influenciam na escolha por manter a atividade à margem do sistema formal. A intenção aqui é reconhecer a existência de agroindústrias que estão na informalidade por opção dos próprios agricultores, mas também daquelas iniciativas que estão na informalidade por uma questão de restrições, dificuldades para avançar no processo de formalização. O foco deste estudo é justamente o de compreender as dinâmicas inerentes às experiências que optam por adentrar no processo de formalização da atividade.

O problema então se configura ao passo que a formalização vem acompanhada de um conjunto de exigências de padrões legais e mercadológicos vigentes (de ordem sanitária, ambiental, tributária e previdenciária) que conduzem à ampliação da escala de produção, ao aumento dos custos de produção, à especialização da atividade, ao investimento em infraestrutura, fatores esses que têm sido apontados como elementos de exclusão desta atividade como alternativa para a agricultura familiar.

O conjunto de regras e normativas, compreendidas como instituições formais são as “regras do jogo” que condicionam e restringem a formalização das AFRs. São a parte mais evidente do que se entende neste estudo como ambiente institucional. Essas restrições que o ambiente institucional exerce sobre as AFRs atuam como uma forma de “coação”, pois os agricultores familiares que realizam a atividade de agroindustrialização seriam mais um agente “oportunista” no sistema agroalimentar, o que justificaria a existência de um quadro normativo para garantir eficiência ao sistema (NORTH, 1993; AZEVEDO, 2000). Entretanto, estes mesmos autores sugerem que o ambiente institucional também abarque as instituições informais, identificadas como valores, tabus, costumes, religiões, códigos de ética, laços étnicos e familiares, que também configuram “regras do jogo” e que condicionam a ação

relacionada a formalização das AFRs. Estas se diferenciam das formais, pois não são explícitas, são menos evidentes e, em alguns casos, de difícil detecção.

Para dar conta da compreensão da dinâmica inerente ao processo de formalização o conceito de Ambiente Institucional é ampliado, ele passa a abarcar também o conjunto de relações resultantes deste processo. A formalização das AFRs demanda a atuação de um conjunto de atores no controle e fiscalização, assim como os agricultores buscam se organizar na tentativa de superar as dificuldades, e uma pluralidade de agentes de desenvolvimento passam a atuar para o fomento dessas experiências. Essa problemática se complexifica pela contradição existente entre, por um lado, a natureza extremamente heterogênea destas experiências e, por outro, as políticas públicas e os agentes de desenvolvimento que atuam no sentido de promover a cooperação a partir de interesses comuns, priorizando iniciativas de AFRs coletivas.

Este estudo toma por referência Smelser e Swedberg (2005), que entendem atores como grupos, organizações ou mesmo indivíduos. O que deve ser ressaltado e que os caracteriza como objeto de estudo na Nova Sociologia Econômica é que estes atores estão ligados e influenciam uns aos outros, assumindo, com isso, diferença em relação ao ator do ponto de vista da Economia, que os percebe como desconectados. O que move os atores é a busca pela estabilidade em uma determinada situação, e para isso dependem da combinação de recursos - capitais, de regras pré-existentes (formais e informais) e do *habitus*. Internamente ao 'campo' o que ocorre é uma disputa constante de poder entre 'desafiantes' (que detêm menos poder) e os 'responsáveis' (com maior poder), cuja estratégia principal desse último é utilizar o que o campo oferece de modo a manter sua posição (BOURDIEU, 2005a; FLIGSTEIN, 2007). A partir desse entendimento tanto responsáveis como desafiantes são atores em um campo; com isso assume-se que a dinâmica inerente à formalização está diretamente relacionada ao campo, às características dos atores e às relações existentes. Esta forma de interpretar a formalização sugere que o ambiente institucional no qual ela ocorre, passe a ser percebido não apenas por sua ação estruturalizante, mas como um processo passível de construção.

Sob a perspectiva da Nova Sociologia Econômica o comportamento de atores envolvendo públicos como os agricultores familiares e os outros atores com os quais eles se relacionam, têm suas ações influenciadas por aspectos sociais, culturais, políticos, além dos econômicos (SMELSER; SWEDBERG, 2005; FLIGSTEIN, 2007). Para essa forma de visualizar a formalização das AFRs, a Nova Sociologia Econômica agrega recursos interpretativos apropriados para compreender o fenômeno como uma construção social, a

relação com o mercado é interpretada como um processo em construção, não como algo pré-determinado. A atividade de agroindustrialização na agricultura familiar fica caracterizada, assim, como um fenômeno econômico que ocorre sob a influência de um ambiente institucional e está “enraizado” em um contexto de relações sociais internas a família, com suas aspirações, potencialidades e limites, mas também de relações que se constituem com atores externos às experiências, cada qual, também, com seus interesses, potencialidades e limites.

Neste sentido se entende as Agroindústrias Familiares Rurais como o ator central neste estudo, pois, elas próprias são o ponto de partida na análise da trama para sua formalização, que ao longo do processo irão estabelecer relações com outros atores, seja por conta de ações de fiscalização e/ou ações de fomento. Implica que o plano local seja considerado como a referência espacial na análise, que neste estudo delimitou-se como sendo os municípios de Jaguari-RS e Chapecó-SC. A opção desta pesquisa por conduzir-se estudo de caso comparativo nesses municípios tem origem na revisão de estudos sobre agroindustrialização na agricultura familiar, cujos resultados apontavam não só para a existência de Agroindústrias Familiares Rurais, mas principalmente para um contraste em potencial proporcionado por configurações específicas de instituições e atores nestes contextos empíricos.

Estas delimitações configuram dinâmicas específicas a um espaço social e sugerem que o estudo focalize a formalização como um fenômeno capaz de aprofundar a compreensão da influência que o ambiente institucional exerce sobre as AFRs. Sendo assim, é objeto de estudo nesta pesquisa o *processo de formalização nas Agroindústrias Familiares Rurais*.

Com base nestas delimitações a preocupação central neste estudo é compreender *como as Agroindústrias Familiares Rurais são formalizadas, caracterizando os atores e as relações que se estabelecem para superar as adversidades que o ambiente institucional exerce sobre essas experiências*.

Essa questão central faz surgir outras específicas: Quais instituições orientam a formalização das AFRs? Quem são os atores na formalização das AFRs? Quais relações se estabelecem em função da formalização das AFRs? O que leva os agricultores a formalizarem seus empreendimentos? Como são superadas as limitações que a formalização impõe às AFRs?

A partir dessa problemática e com base na perspectiva teórica adotada foi possível estabelecer a hipótese que orienta a pesquisa.

1.2 Hipótese

As relações sociais que se estabelecem entre os atores e as disposições de sociabilidade dos agricultores caracterizam a formalização como uma construção social capaz de gerar ações em volume e qualidade que culminem em estratégias para superar adversidades impostas pelo ambiente institucional (no que diz respeito ao atendimento do quadro legal vigente) ao processo de formalização das Agroindústrias Familiares Rurais em um município.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a dinâmica inerente à formalização das Agroindústrias Familiares Rurais, buscando compreender a contribuição dos atores para superar adversidades relacionadas ao ambiente institucional.

1.3.2 Objetivos específicos

- Compreender a problemática para a formalização das AFRs, decorrente da influência das principais instituições formais (quadro legal) que orientam a conduta dos atores;
- Compreender a influência de instituições informais (valores, costumes, códigos de ética, etc.) para a formalização das AFRs;
- Caracterizar as Agroindústrias Familiares Rurais quanto ao processo de formalização;
- Identificar os atores e as relações que se estabelecem na formalização das Agroindústrias Familiares Rurais;
- Compreender a dinâmica que se estabelece no processo de formalização das AFRs em função das motivações dos agricultores familiares, a ação do Estado, os capitais, o *habitus* e as habilidades sociais.

1.4 Justificativas da pesquisa

O caráter inédito dessa proposta diz respeito à lacuna a ser preenchida com análises que aprofundem as dinâmicas decorrentes da relação entre as AFRs e seu ambiente institucional. A revisão da literatura brasileira que aborda as Agroindústrias Familiares Rurais mostra que os estudos vêm cobrindo um campo de análises bastante abrangente onde fica explícito a denúncia de repercussões negativas para as Agroindústrias Familiares Rurais, de ambientes institucionais (quadro legal) que não às favorecem; assim como, por outro lado, os estudos têm contribuído para ressaltar a importância dessa atividade quando consideradas todas suas dimensões (não somente a econômica).

Para citar alguns dos estudos referência que têm por base empírica a problemática entre as AFRs e seu ambiente institucional, Prezotto (1999) foi pioneiro ao caracterizar e discutir a legislação sanitária para os produtos de origem animal no Brasil, já Guimarães (2001) avança ao descortinar os problemas (e consequências) dessa legislação sanitária para as AFRs, e mais recentemente Cardoso (2012) mostra a complexidade envolvida no atendimento ao marco legal dessa legislação sanitária. Neste estudo procura-se avançar além dos estudos citados, ao aprofundar o conhecimento sobre a influência do ambiente institucional, privilegiando nas análises a ação humana em coletividade, na tentativa de viabilizar as AFRs como uma alternativa para a reprodução das famílias. Até o presente momento, nem mesmo na literatura internacional foram encontrados estudos com essa especificidade de enfoque em se tratando do objeto de estudo em questão, qual seja a formalização de AFRs⁸.

Entende-se que estudar o processo de formalização, buscando compreender quais elementos são fundamentais na constituição dessas dinâmicas e como atuam, pode ser o caminho para suprir essa lacuna. Nesse sentido se configura a contribuição científica dessa pesquisa. Acredita-se que o avanço central ocorra por conta do descortinamento da ação dos atores sociais. Para dar conta dessa perspectiva é que o ambiente institucional é entendido não apenas como as instituições formais (leis, normas, procedimentos, etc.) e informais (costumes, códigos de ética, etc.), mas também como as distintas possibilidades de relações que se estabelecem entre as AFRs e os outros atores no processo de formalização.

⁸ Esta afirmação se refere à realidade empírica específica ao contexto das AFRs. Entretanto, a influência do ambiente institucional com foco na ação humana em coletividade, constitui objeto de análise em outros contextos empíricos, onde pode ser citado, à título de exemplo, o estudo de Fligstein (1996).

Estudos no Brasil, assim como no âmbito internacional, sugerem que o fortalecimento das Agroindústrias Familiares Rurais passa pela adequação do ambiente institucional, no sentido de se construir novas institucionalidades que contribuam para a consolidação das AFRs⁹, sendo contribuição desse estudo justamente a compreensão de como os diferentes atores sociais se comportam nesse processo. Se estudos anteriores mostram que existe influência do ambiente institucional, sobretudo em função do quadro legal que o compõe, sobre as AFRs, a contribuição científica desta pesquisa ocorre pela produção de conhecimento sobre ‘como’ tal influência ocorre. Mais ainda, contribui no sentido de mostrar que essa influência não se resume a atender (ou não) um marco legal adverso, vai além, assume complexidade conferida pela ação humana ao envolver diferentes atores sociais, cada qual com suas especificidades em relação a um contexto, que lhes irá conferir maior ou menor capacidade de ação.

A relevância do problema diz respeito à possibilidade de gerar conhecimento que contribua para a adequação de políticas e da legislação à realidade das Agroindústrias Familiares Rurais. A agricultura familiar que desenvolve atividade agroindustrial é um público heterogêneo, característica que embora com avanços pontuais recentes, ainda é pouco reconhecida pelas legislações vigentes e torna difícil o papel dos atores que apoiam essas iniciativas.

As políticas públicas ainda têm sido pouco efetivas no sentido de promover a agroindustrialização como uma fonte importante na composição da renda para a agricultura familiar. O estudo visa contribuir também sobre esse aspecto ao assumir a complexidade desse processo, para então procurar melhor compreendê-lo, subsidiando avaliações pontuais e possíveis alterações em ações futuras que visem promover essa atividade.

Considera-se relevante, também, por chamar a atenção dos próprios agricultores familiares, assim como dos agentes de desenvolvimento, quanto às suas condições como sujeitos políticos. O problema abordado sugere que as dificuldades impostas por marcos regulatórios que atuam sobre as Agroindústrias Familiares Rurais são vigentes em um dado momento; diante desse fato, o estudo procura ressaltar a existência de um jogo de poder em escala extralocal atuante para a conformação do ambiente institucional, onde a representação da sociedade civil organizada pode ter ação decisiva para a superação de adversidades dessa

⁹ Sobre a temática da necessidade de adequação do ambiente institucional em relação às Agroindústrias Rurais, podem ser consultados trabalhos como os de Prezotto (1999), Orsi (2001) ou Requier-Desjardins (1999), para citar alguns.

natureza, construindo cenários mais favoráveis à consolidação dessas experiências como alternativa para a reprodução da agricultura familiar.

1.5 Estrutura do estudo

O presente estudo está estruturado em sete capítulos, onde está incluído este primeiro como introdução.

O Capítulo 2 encarrega-se de apresentar os recursos teóricos utilizados para delimitar o entendimento sobre a formalização das AFRs. As interpretações têm contribuições pontuais da Nova Sociologia Econômica.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada para abordagem ao objeto de pesquisa, bem como, os procedimentos empregados para a coleta, organização, análise e interpretação dos dados gerados pelo estudo. Da mesma forma, estão detalhadas as justificativas para a escolha da própria metodologia, dos casos, dos instrumentos e dos procedimentos.

No capítulo 4 é realizada uma ‘leitura’ do quadro legal instituído que orienta a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais, apontando as principais influências dessas instituições formais para as AFRs e as relações que se estabelecem em função da formalização dessas experiências.

O Capítulo 5 se encarrega de identificar os atores e as relações na formalização. Primeiramente estão identificadas as AFRs como o ator central da trama. A partir dela são identificados os outros atores e reconstituídas as relações em função de como ocorre o processo de formalização nos municípios estudados.

O capítulo 6 analisa, com base na teoria proposta, a dinâmica que ocorre no processo de formalização das AFRs nos contextos em estudo. Assumindo como fatores motivadores e desmotivadores da formalização, um primeiro momento se ocupa em compreender como tomam forma conflitos inerentes ao processo de formalização; em seguida são diferenciados os atores de ATER quanto suas “práticas” e a influência para a formalização; o próximo item procura compreender a distribuição de capitais entre os atores e a influência das relações sociais para a mobilização dos capitais necessários à formalização das AFRs; a próxima seção aborda a dinâmica de formalização atrelada ao *habitus* dos agricultores familiares, como uma relação de mútua influência; e para finalizar o capítulo é realizado uma análise com a abordagem das “habilidades sociais” com o intuito de compreender quem utiliza e como interfere na dinâmica da formalização para os casos em estudo.

O Capítulo 7 ocupa-se com o fechamento do estudo, pontuando as considerações e as proposições que a pesquisa permite realizar, onde também são apresentadas as principais limitações, sugestões para trabalhos posteriores, bem como, reflexões em relação à teoria que orienta o estudo.

2 A FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS COMO UMA CONTRUÇÃO SOCIAL

Este capítulo se ocupa em delimitar o marco teórico utilizado no estudo. A primeira seção procura situar a perspectiva teórica frente às principais correntes que contribuem para a construção da Sociologia Econômica, além das justificativas pela opção da Nova Sociologia Econômica como referência teórica. Na segunda seção estão dispostos os principais elementos que contribuem para interpretar o ambiente institucional no qual as AFRs estão imersas. As seções 3 à 6 discorrem pontualmente quanto aos elementos centrais da Nova Sociologia Econômica que contribuem para interpretar a ação na formalização dessas experiências. A última seção procura amarrar as proposições teóricas com o tema do estudo, delimitando a formalização das AFRs como uma construção social.

2.1 Contextualização e justificativas da Nova Sociologia Econômica como opção teórica

O estudo dos “fatos econômicos, considerando-os como fatos sociais” (STEINER, 2006, p. 1) é o objeto central da Sociologia Econômica. Uma versão mais elaborada para sua definição a considera como “a aplicação das estruturas de referência, variáveis e modelos explicativos da Sociologia ao vasto campo de atividades ligadas à produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços escassos” (SMELSER; SWEDBERG, 2005, p.3).

A Sociologia Econômica foi marcada por dois movimentos centrais em sua trajetória e que servem de referência para o que a literatura aponta como uma distinção entre a “Velha” e a “Nova” Sociologia Econômica¹⁰. O ensaio *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*, de Mark Granovetter (1985), é amplamente referenciado como marco inicial da “Nova Sociologia Econômica”. Entre as contribuições, destacam-se dois aspectos como centrais nos trabalhos desse o autor, e que passaram a orientar diversos estudos com esse enfoque: o primeiro diz respeito à noção de *embeddedness*¹¹, que ele resgata do

¹⁰ Nem todos os autores concordam com essa separação. Steiner (2006, p. 2) afirma que não há sentido para tal distinção, visto que, tanto em sua origem quanto em seu ressurgimento (meados de 1970), ambas as fases da Sociologia Econômica compartilham da mesma “insatisfação experimentada face à teoria econômica quando ela se aparta das demais ciências sociais”.

¹¹ A tradução desse termo para a língua portuguesa refere-se a enraizamento, inserção, imbricação, imersão (OXFORD ESCOLAR, 2009).

trabalho de Karl Polanyi (embora atribuindo outro sentido); e o segundo é o enfoque de redes como aporte teórico-metodológico para o estudo das relações sociais.

Muito embora a enorme repercussão dessa perspectiva *estrutural* (como passou a ser chamada) de Granovetter¹² para o contexto geral da Sociologia Econômica está longe de se afirmar que há consenso sobre sua utilização. De forma contrária, várias críticas surgem. Em relação ao emprego do conceito de *embeddedness*, Beckert (2007) argumenta que quando Granovetter utiliza-o isolando um aspecto do mercado (as relações sociais), conduz a uma limitação da análise e desvirtua o conceito original como utilizado por Karl Polanyi¹³, que se refere ao mercado como algo mais complexo que apenas relações sociais, envolve, além disso, as interações culturais, políticas e ideológicas. Raud-Mattedi (2005), por sua vez, tece crítica a perspectiva de Granovetter por focalizar estritamente a ação racional em finalidade, onde peca por minimizar a influência dos valores culturais. Bourdieu (2005a) critica quanto à incapacidade da perspectiva de Granovetter em lidar com a complexidade que deve ser atribuído aos fatores estruturais, para o que Bourdieu propõe o conceito de *campo*. Referindo-se a análise dos mercados, Fligstein (1996) considera insuficiente a abordagem de redes sociais, pois ignora a interferência dos governos, das leis e das relações pré-existentes nos processos de mercado, em suma o autor coloca que as redes enquanto esparsas estruturas sociais não conseguem explicar processos dessa natureza.

Tais críticas, por um lado, evidenciam o que Swedberg (2004) se refere como uma demasiada dependência da teoria do *embeddedness* sob o enfoque *estrutural*. Por outro lado, evidenciam que outros autores têm desenvolvido trabalhos que vêm contribuindo para o desenvolvimento de outros enfoques, à exemplo de Viviana Zelizer com uma perspectiva *cultural*, de Michel Callon em uma perspectiva de *performatividade*, ou então de Neil Fligstein em uma abordagem *político-cultural* (SWEDBERG, 2004).

Esse breve contexto explica a Sociologia Econômica contemporânea¹⁴ quanto seu dinamismo teórico e empírico, que conta inclusive com a contribuição de autores ligados a

¹² Ao utilizar-se a expressão perspectiva ‘de Granovetter’ a intenção é ressaltar ‘a perspectiva *estrutural* em si’, nunca de reduzi-la às contribuições desse único autor, até porque trabalhos de autores como Harrison White, Ronald Burt, entre outros, convergem com essa perspectiva.

¹³ Polanyi utiliza o *embeddedness* referindo-se à imersão da economia na vida social (BECKERT, 2007).

¹⁴ Ao analisar a contribuição dos principais autores para Sociologia Econômica, Swedberg (2003, p. 1-52) os categoriza em “clássicos” (Alexis de Tocqueville, Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Georg Simmel), os que vieram “após os clássicos” (Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Talcott Parsons) e os autores que contribuem para a “Sociologia Econômica Contemporânea” (Mitchel Abolafia, Wayne Baker, Nicole Woolsey Biggart, Ronald Burt, Paul DiMaggio, Frank Dobbin, Paula England, Neil Fligstein, Mark Granovetter, Mark Mizruchi, Victor Nee, Alejandro Portes, Walter Powell, Linda Brewster Stearns, Brian Uzzi, Harrison White, Viviana Zelizer, James Coleman, Ralf Dahrendorf, Niklas Luhmann, Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Philippe Steiner, entre outros). Esse autor ressalta, ainda, que as principais contribuições para a Sociologia Econômica

áreas de conhecimento próximos, que embora não necessariamente convergentes, compartilham (uns mais outros menos) de uma contraposição à teoria econômica *mainstream*¹⁵ contemporânea, ao assumir postura crítica à noção de comportamento do agente econômico não socializado, atomizado, sobretudo à economia neoclássica e sua hipótese de maximização da utilidade como critério de racionalidade (SMELSER; SWEDBERG, 2005; DEQUECH, 2011).

A justificativa da escolha pela Nova Sociologia Econômica como referência teórica nesse estudo é uma decorrência do problema abordado, cujo objeto em estudo (o processo de formalização) é analisado e interpretado como um fenômeno social, onde os atores (os agricultores e sua família, e os outros atores que com eles se relacionam), cada qual com sua história, sua cultura, seus interesses, interagem na tentativa de superar adversidades, ou seja, configura-se um processo de construção social. Constitui-se com isso um contexto de ações e relações, cuja análise e interpretação fazem parte do campo de estudo e contribuição da Nova Sociologia Econômica.

Por essa perspectiva o processo de formalização das AFRs é abordado como um fato social “enraizado” em um contexto político-cultural que ‘poderá’ envolver a ação de atores com interesses econômicos e/ou não-econômicos, dentre estes os agricultores familiares, bem como, outros atores que representam o Estado, as representações de classe, empresas agroindustriais e do segmento de varejo (desde os espaços de comercialização direta como as feiras, passando pelo pequeno varejo e incluindo até os grandes supermercados).

Esse *embeddedness* característico da perspectiva ‘político-cultural’ da Sociologia Econômica, que diz respeito à análise da ação econômica num contexto de cooperação e disputas envolvendo atores econômicos, bem como instituições não-mercantis como o Estado, além de entidades de representação de classes, entre outros, é assumidamente o enfoque central da pesquisa aqui realizada. A seguir, importa pontuar sobre o entendimento de ambiente institucional, como empregado nesta pesquisa.

contemporânea têm origem em autores da tradição Americana (América do Norte) e autores da tradição Europeia. Concorde-se com esse autor, entretanto acrescenta-se que atualmente proliferam trabalhos em outros contextos além do eixo América do Norte/Europa, onde se poderia citar inclusive o Brasil, tendo por referência autores, cujos estudos dialogam com essa perspectiva teórica: John Wilkinson, Ricardo Abramovay, Valeria da Vinha, Cécile Raud-Mattedi, Ana Cristina Braga Martes, para citar alguns.

¹⁵ Essa expressão é empregada pelos autores citados como referência ao relativo domínio do qual têm desfrutado as tradições clássica e neoclássica no contexto da economia.

2.2 Delimitações quanto ao Ambiente Institucional

O uso da expressão ‘Ambiente Institucional’ pode ser atribuída originalmente a vertentes teóricas situadas na perspectiva institucionalista¹⁶. A Nova Economia Institucional (NEI) passou a tomar consistência como uma corrente institucionalista a partir da publicação de Coase, em 1937¹⁷. Além deste, um conjunto de outros autores passaram a contribuir de forma pulverizada abrindo espaço para o desenvolvimento de linhas de pesquisa independentes, dentre as quais, a corrente denominada por Williamson de ‘Ambiente Institucional’ ganha relevância como abordagem teórica.

A Nova Economia Institucional interpreta o ambiente institucional e a influência que exerce, sob o argumento que as relações econômicas só são possíveis devido à existência de regras impostas pelo meio. Compreender fenômenos desta natureza passa pela compreensão do papel que essas instituições exercem. Neste aspecto a aproximação da NSE com a abordagem institucionalista ocorre por utilizar-se do arcabouço que considera a importância das regras para fenômenos desta natureza (STEINER, 2006; FLIGSTEIN, 2007).

Entretanto, é central para a NEI reconhecer que o arcabouço institucional que confere dinâmica ao jogo econômico limita a operação e a eficiência de um sistema econômico¹⁸.

¹⁶ O institucionalismo floresceu nas primeiras décadas do século XX com base nas contribuições de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchel. O “velho institucionalismo” ficou caracterizado por análises que ressaltam a importância das instituições contrapondo-se ao pensamento econômico em torno da noção de equilíbrio ou ajuste marginal, reiterando a importância dos processos de mudança e transformação (CONCEIÇÃO, 2008). O institucionalismo surgia assumindo essa contraposição à teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado, defendendo as dinâmicas dos agrupamentos e as instituições no lugar do individualismo metodológico do *homo economicus* (CARVALHO et al., 2012).

¹⁷ A Nova Economia Institucional constitui-se como uma área de estudo da abordagem institucionalista, tendo como principais expoentes que deram suporte à essa vertente Ronald Coase e Oliver Williamson. Em 1937 Coase apresenta o artigo *The nature of the Firm*, sugerindo a importância dos custos de transação para as relações econômicas, aspecto até então ignorado tanto pela economia neoclássica, como pela abordagem institucionalista. Entretanto, foi seminal a contribuição de Williamson para consolidar o arcabouço analítico da NEI, com a publicação, em 1985, daquela que vira ser sua principal obra, *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting* (AZEVEDO, 1997). Centrando sua análises nas ‘transações’ como alternativa para superar a microteoria convencional, esta abordagem distingue-se do marco fundamental do velho institucionalismo. A ênfase em aspectos microeconômicos também é destaque em suas análises, entretanto as noções de mercados e hierarquias sofrem considerável redefinição relativamente à economia neoclássica, distinguindo os ‘novos economistas institucionais’ dos ‘neoclássicos’. Diante desta concepção, o pensamento da NEI estrutura-se em torno de três princípios centrais: instituições e organizações são definidas em função das transações e dos custos a elas associados; a tecnologia não é fator determinante da organização da firma, embora se constitua em aspecto fundamental da mesma; e a importância das ‘hierarquias’ como decorrência das ‘falhas de mercado’ (CONCEIÇÃO, 2002).

¹⁸ Os **custos de transação** são o pressuposto básico da NEI. Os agentes econômicos realizam transações, seja em função da troca de bens e/ou de serviços. Enquanto que a teoria econômica neoclássica considera a produção e os custos decorrentes, onde a firma é vista como uma função de produção a partir das relações entre insumos, tecnologia e os bens produzidos, e considera mercado como algo dado, abstrato, a NEI considera organizações como uma relação orgânica entre os agentes; estas ligações, que ocorrem por meio dos contratos, pressupõe reconhecer a existência de custos para efetivá-los (WILLIAMSON, 1989). Além da existência dos custos de

Neste sentido tem sido a principal contribuição do Ambiente Institucional para essa abordagem teórica: estabelecer a relação entre as instituições e o desenvolvimento econômico (AZEVEDO, 1997). Esta relação ocorre a partir das repercussões em potencial que alterações no ambiente institucional podem causar nos custos de transação, estruturas de governança e nos agentes econômicos. Para esta perspectiva as instituições exercem papel fundamental para garantir eficiência em sistemas econômicos caracterizados por elevados custos de transação (FARINA, 1999).

Em toda a sociedade existem regras que irão restringir o comportamento dos indivíduos. Uma das finalidades atribuídas a essas regras é a de criar uma estrutura que permita a interação humana, independente se no campo social, político ou econômico (SAES, 2000).

Segundo North (1998, p. 7) “as instituições constituem as ‘regras do jogo’ numa sociedade [...] compreendem o conjunto de regras formais e limitações informais (normas de comportamento, convenções, códigos de conduta autoimpostos) que configuram o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros”. As **regras formais** representam a porção mais evidente (objetiva) das instituições. Azevedo (2000) cita como exemplos a constituição, legislações complementares e o conjunto de políticas públicas (agrícola, econômica, reforma agrária, etc.), e aponta que os resultados destas são evidentes, tendo normalmente objetivos de induzir determinadas ações nos agentes. Quanto às **restrições informais**, o autor refere-se aos valores, tabus, costumes, religiões, códigos de ética, laços étnicos e familiares, que também representam importante papel sobre o comportamento dos agentes, entretanto, como geralmente não estão explícitas, escritas e ocorrem de forma deliberada, constituem instituições de difícil manipulação se comparadas às formais.

transação, segundo Zylbersztajn (2000), a economia dos custos de transação distingue-se da teoria neoclássica por outros dois pressupostos de suma importância associados ao comportamento do indivíduo: oportunismo e racionalidade limitada. O **oportunismo** implica no reconhecimento de que os agentes não apenas buscam o autointeresse, mas podem fazê-lo lançando mão de critérios baseados na manutenção de informação privilegiada, rompendo contratos ex post com a intenção de apropriar-se de quase rendas associadas àquela transação e, em última análise, ferindo códigos de ética tradicionalmente aceitos pela sociedade. A **racionalidade limitada** (*bounded rationality*) considera que os agentes desejam ser racionais, mas só conseguem sê-lo parcialmente. A limitação decorre da complexidade do ambiente que cerca a decisão dos agentes, que não conseguem atingir a racionalidade limitada plena. Implica que o agente estará empenhado em conseguir aquilo que considera melhor para si. No entanto, obter informações necessárias a decisões que levem a alcançar tal objetivo, bem como a capacidade de processar todos os meandros inerentes a contratos complexos, são limitadas (WILLIAMSON, 1989). Esses pressupostos são empregados por Williamson para explicar sua hipótese básica sobre as diferentes formas de organização econômica no capitalismo: “essas formas de organização respondem aos custos de reconhecimento das propriedades dos atores econômicos e à segurança em torno da obtenção dos direitos daí decorrente e dos contratos a que eles conduzem” (ABRAMOVAY, 2004, p. 48).

Se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os ‘jogadores’. As organizações compreendem grupos de indivíduos empenhados em realizar alguma atividade para propósitos específicos; podem abranger diferentes áreas como empresas, partidos, órgãos governamentais, órgãos de representação de classe, etc. (NORTH, 1998). Portes (2007) acrescenta que essa distinção entre instituições e organizações serve de base para analisar como realmente ocorrem os acontecimentos na vida social e econômica.

Sendo assim, o ambiente institucional impõe um conjunto de limitações que irá determinar o conjunto de oportunidades, assim como, os tipos de organizações que serão criadas. A eficiência do sistema econômico é assumidamente a preocupação central na NEI. Isto implica que diferentes instituições determinam diferentes custos de transação, e mesmo as organizações que irão ‘jogar o jogo’ (AZEVEDO, 1997).

Douglas North admite a possibilidade de alterações no ambiente institucional e no quadro organizacional instalado, entretanto, alerta que reconfigurar instituições demanda de maiores esforços e é um processo fundamentalmente gradativo. A explicação é que em

economias de abrangência, as complexas complementaridades e externalidades inerentes a determinada matriz institucional de regras formais, restrições informais e características de execução geralmente distorcem os custos e benefícios, favorecendo escolhas coerentes com o arcabouço existente (NORTH, 1998, p. 13).

Decorre que, mantendo-se os demais fatores iguais, grandes alterações em regras acarretaria maior número de perdedores e, conseqüentemente, maior o número de opositores às alterações. Daí um exemplo da dificuldade de mudanças no ambiente institucional.

Ao afirmar a existência de custos nas transações econômicas a Nova Economia Institucional destaca que a interação social não é um processo automático e fluído como prega a economia neoclássica. Neste sentido, sua proximidade com a Nova Sociologia Econômica: operações como comprar e vender não são executadas por “‘autômatos’, mas relações sociais em que a incerteza sobre os direitos de cada parte é decisiva”(ABRAMOVAY, 2004, p. 48). Outras proposições contribuem, ainda, para aproximar as duas teorias, como é o caso dos pressupostos comportamentais do oportunismo e da racionalidade limitada. Steiner (2006) afirma que a continuidade dos estudos em economia, por sociólogos, tende continuar levando em conta os pressupostos de racionalidade limitada, oportunismo e redução de incertezas, até então, frequentemente utilizados.

Entretanto, Granovetter (1985) reporta-se à NEI como uma abordagem ‘supersocializada’ (*oversocialized*), ao condicionar as escolhas dos indivíduos como que dada pelo contexto (o ambiente institucional): o autor compara o ator econômico da abordagem de

Williamson ao indivíduo na visão hobbesiana, cuja vida em sociedade só ocorre sob a tutela do Estado. Esta é uma das principais divergências entre a NEI e a Nova Sociologia Econômica.

Fica claro que a NEI busca encontrar relações causais entre organizações e eficiência, onde as instituições seriam soluções eficientes para os problemas organizacionais resultantes pelo mau funcionamento dos mercados. Entretanto, por ter influência em pressupostos da racionalidade econômica e do individualismo metodológico, esta abordagem institucionalista incorre em reduzir as instituições sociais à maximização de lucro e utilidade, ressaltando interesses econômicos. Essa perspectiva teórica passa impressão que a ação estruturalizante das instituições é mais relevante para a formalização das AFRs do que a influência dos atores e das relações sociais que se estabelecem em torno dos projetos de AFRs, tendo em vista sua formalização.

Assumindo essa limitação, chama-se atenção para o fato que muitas das regras instituídas que orientam a interação dos agentes no sistema alimentar convencional são as mesmas que impõem restrições às AFRs. Entretanto, toma-se como central neste estudo revelar que a formalização dessas experiências não se reduz a uma dinâmica economicista, onde os atores sejam tomados como marionetes à mercê das instituições. Desta forma, sob a perspectiva da Nova Sociologia Econômica o “ambiente institucional” irá assumir outro significado, que vai além de constituir o arcabouço normativo no qual as AFRs estão imersas.

Para a Nova Sociologia Econômica o ambiente institucional vai além daquele predominantemente definido na perspectiva da NEI, como “as regras do jogo”. Swedberg (2003, p. xii) interpreta as instituições como “configurações distintas de interesses e das relações sociais”, **a intenção é mostrar as instituições como elementos inerentes à interação social, e não apenas como premissas. Nesse sentido o ambiente institucional representa também para o processo de formalização das Agroindústrias Familiares Rurais a possibilidade aberta de relações entre os atores**, as quais terão resultados imprevisíveis, ou seja, construções sociais que podem ser inéditas e conectadas a contextos espaciais e temporais específicos.

As contribuições da NEI para os propósitos da investigação ora proposta sugere interpretar que o processo de formalização das AFRs implica no atendimento de um conjunto de regras, instituídas em função de ‘incertezas’ ocasionadas por atos de ‘oportunismo’ presentes nos circuitos longos de comercialização. Decorre deste ambiente institucional a existência de um quadro organizacional que irá operacionalizar o atendimento desses procedimentos, que pode contar com diferentes composições de organizações (públicas,

ONGs, etc.). Sendo assim, para os efeitos desta pesquisa o ambiente institucional assume duplo significado: **a formalização das AFRs compreende atender esse arcabouço de regras e normativas, mas também irá abrir espaço para interações distintas entre as AFRs e os atores sociais das organizações existentes.**

Diante disso, neste estudo não se refuta a necessidade de atender regras vigentes, mas o argumento central desta tese é que o processo de formalização das AFRs não pode ser reduzido ao simples atendimento de regras. As ações necessárias para cumprir tais requisitos exigirão um conjunto de relações sociais, muitas das quais com atores imbuídos de cobrar a observância das próprias regras em questão (Vigilância Sanitária, por exemplo).

Esse contexto sugere a necessidade de compreender a formalização das AFRs como inerente a um ambiente institucional, onde relações se configuram em função da inserção cultural, política, cognitiva e estrutural dessas iniciativas de agroindustrialização. Esta interpretação passa a compor o campo analítico da Nova Sociologia Econômica, e por isso cabe pontuar os elementos centrais dessa perspectiva teórica que contribuem para interpretar o fenômeno da formalização das AFRs como uma construção social.

2.3 A noção de ‘campos’ para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos

A expressão ‘campos’ remete a trabalhos de autores como Bourdieu (2005a), os ‘campos organizacionais’, em Dimaggio e Powell (1999), entre outros. Fligstein (2007, p. 64) refere-se a campo como ‘ordens sociais’ “nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face”. Para ele os campos seriam como arenas socialmente construídas dentro das quais os atores têm diferentes dotações de recursos e disputam vantagens. Atualmente, este mesmo ator refere-se a estas ordens sociais como Campos de Ação Estratégica.

Um ‘Campo de Ação Estratégica’ - CAE (*Strategic Action Fields - SAFs*) é uma ordem social mesoeconômica construída em que os atores (que pode ser individual ou coletivo) estão sintonizados e interagem uns com os outros com base compartilhada (o que não quer dizer consensuais) de entendimentos sobre os efeitos do campo, de relações com outros profissionais da área (incluindo quem tem poder e por que), e das regras que regem a ação legítima no campo. Todos os atores coletivos (por exemplo, as organizações, clãs, cadeias de fornecimento, organizações dos movimentos sociais e sistemas governamentais) são eles mesmos constituídos por áreas de ação estratégicas. Quando estes campos são

organizados em uma hierarquia burocrática formal, com campos essencialmente embutidos dentro de outros campos, o sistema vertical resultante se parece muito com uma ‘boneca russa tradicional’: com qualquer número de campos menores aninhados dentro dos maiores (FLIGSTEIN; MCADAM, 2011; 2012).

O argumento central é que a estabilidade é relativa e, mesmo quando alcançada, é o resultado de atores trabalhando muito duro para reproduzir a ordem social local. Ou seja, mesmo em condições geralmente estáveis, os atores estão envolvidos em um conjunto constante de ajustes que introduzem mudanças incrementais em mundos sociais construídos (BOURDIEU, 2005a; FLIGSTEIN; MCADAM, 2011). A preocupação com a estabilidade e mudança na dinâmica em nível de campo é fundamental para o trabalho de uma série de teóricos, incluindo Bourdieu e Wacquant (2005), DiMaggio e Powell (1999), Fligstein (1996, 2007).

Bourdieu tece crítica à economia analisando-a como um campo (como pode ser uma indústria ou uma empresa), isto é, como uma estrutura de relações reais e potenciais (BOURDIEU, 2005a). Cada campo tem sua própria lógica e sua própria estrutura social. O processo de diferenciação e de autonomização das esferas sociais incorre na diversidade de interesses na sociedade, assim como acarreta especificidade da noção de interesse em relação a um campo. O interesse (ou *illusio*), cujo homônimo é a indiferença (ou *ataraxia*), é o que leva o ator a participar de um campo. “Cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse (ou absurdo, falta de realismo, loucura etc.)” (BOURDIEU, 2008, p. 149). O ator tem ‘interesse’ em participar no campo porque acredita nas regras do jogo, e essa crença tem a ver com o seu *habitus*.

A noção de ‘interesse’ merece mais atenção. Swedberg (2003, 2004) ressalta o peso excessivo das relações sociais em análises na Sociologia Econômica, negligenciando outros aspectos, dentre os quais o ‘interesse’ como força capaz de conduzir o comportamento dos atores. O ‘interesse’, conforme esse autor, não se restringe ao ‘autointeresse’ econômico, mas incorpora outras dimensões como os ideais, os materiais, etc. (SWEDBERG, 2004).

Para Bourdieu (2004) o interesse implica em uma intenção que orientará as ações do ator em busca de um objetivo, seja ele econômico no sentido estrito, social, cultural ou até moral. No caso do processo de formalização das AFRs, o interesse econômico estrito seria, por exemplo, a busca de melhores preços, a diferenciação de produtos ou sua padronização segundo as normas sanitárias vigentes, visando conquistar novos clientes. Como interesse social pode-se citar a reprodução social da família ou o *status* diante da comunidade ao obter a formalização; como interesse cultural, cita-se a valorização do saber-fazer intergeracional, o

qual é reconhecido pelos consumidores; e o interesse moral está relacionado com o mal-estar de agir na ilegalidade.

Bourdieu (2004) contribui ainda, para diferenciar ‘interesse’ de ‘motivação’: o interesse que aparece em um primeiro plano relacionado a um contexto, representa ação intencional; entretanto, essa ação tem ‘motivações’ que envolvem decisões racionais (intencionais) e decisões não racionalizadas (não intencionais) e induzidas por elementos que vão além do mero interesse econômico.

Se um campo é realmente uma arena em que os indivíduos, grupos ou organizações se enfrentam para obter vantagem, então a lógica subjacente de campos não é codificado na estrutura da rede em si, mas nas concepções culturais de poder, privilégio, os recursos, as regras, e assim por diante, que a ação forma dentro do campo de ação estratégica. Sendo assim, a estrutura de relações é um ‘meio’, não o instrumento analítico final para compreender a dinâmica do campo (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

O que move os atores é a busca pela estabilidade desse campo, e para isso dependem da combinação de recursos - capitais, de regras pré-existentes (formais e informais) e do *habitus*. Internamente o que ocorre é uma disputa constante de poder entre ‘desafiantes’ (que detém menos poder) e os ‘responsáveis’ (com maior poder), cuja estratégia principal desse último é utilizar o que o campo oferece de modo a manter sua posição. Os responsáveis são os atores que exercem influência desproporcional dentro de um campo e cujos interesses e pontos de vista tendem a ser fortemente refletido na organização dominante do campo. Os desafiadores, por outro lado, ocupam nichos menos privilegiados dentro do campo e normalmente têm menor influência sobre o seu funcionamento. Entretanto, os desafiadores então constantemente ‘desafiando’ a ordem instaurada, na busca por vantagens a seu favor (BOURDIEU, 2005a; FLIGSTEIN, 2007).

A estrutura de um domínio (poder) pode ser compreendida em termos de distribuição de capital. Fligstein (2007), assim como Bourdieu (2005a), propõe uma análise da distribuição dos recursos - os capitais, entre os atores no campo como forma de verificar a posição dos atores e as relações de poder vigentes. Segundo este último autor, ao refletir sobre o campo econômico

a força ligada a um ator depende de seus diferentes recursos [...], isto é, mais precisamente, do volume e da estrutura do capital que ele possui, sob suas diferentes formas: capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural [...], capital tecnológico, capital jurídico, capital organizacional [...], capital comercial e capital simbólico” (BOURDIEU, 2005a, pp. 24–25).

Capital financeiro – diz respeito ao domínio direto ou indireto (através do acesso aos bancos) de recursos financeiros que compreendem a riqueza material, o dinheiro, as ações. Este capital se relaciona diretamente com outros capitais, pois atua como um condicionante para o acúmulo dos outros capitais. O tempo é um condicionante para este capital que pode se apresentar como um capital financeiro ‘em potencial’, quando é do ator por direito, mas ainda não está a sua disposição, não pode gerar benefício imediato (BOURDIEU, 2005b).

Capital comercial - se relaciona com o domínio da distribuição de redes (armazenagem e transporte) de comercialização, de marketing e serviços de pós-venda (BOURDIEU, 2005b).

O capital social é o conjunto de acessos sociais mobilizados na forma de relacionamentos e a rede de contatos, utilizados para ativar outros recursos (financeiros, culturais, simbólico, etc.), ou ainda contribuir para reproduzir a ordem social existente (BOURDIEU, 2005b).

Utilizando o conceito de capital social na formação de redes sob a perspectiva de desenvolvimento local, Muls (2008) afirma que se trata de um conceito que se reveste de um caráter multidimensional e multiforme, tornando-o fluído e amplo, dificultando a escolha de uma definição precisa. Além de Bourdieu, outros autores também fizeram uso do conceito, à exemplo de Putnam (2006) que o emprega para compreender as relações entre organizações sociais e instituições com o desencadeamento de processos cívicos com base na coordenação e cooperação em função de um benefício mútuo. É um enfoque diferente do que Bourdieu propõe, onde o capital social é utilizado sob uma perspectiva relacional (em relação a outros atores no campo) para analisar a capacidade do ator em mobilizar outros recursos através de uma rede de relações, neste caso o acúmulo de capital social condiciona o poder relativo do ator no campo.

Este capital está conectado com o *habitus*, as disposições tendem a ser compartilhadas na rede de relações ativadas como capital social. Além disso, este capital tende a ser transformado em capital econômico, político e cultural, pois os atores obtêm vantagens por participarem em alguns grupos e círculos.

Capital simbólico – diz respeito ao domínio dos recursos simbólicos com base no conhecimento e reconhecimento. Está relacionado com a crença, a possibilidade de que os outros depositem confiança em um ator a ponto de lhe conceder crédito (não precisa ser no sentido monetário). É um ‘investimento de boa vontade’, ou a ‘fidelidade à marca’. O ator se beneficia desse capital como uma espécie de crédito a seu favor (BOURDIEU, 2005b, p. 75).

Exemplo desse tipo de capital são os produtos reconhecidos como “agroecológicos”, cujo benefício para os produtores ocorre a partir da fidelidade de consumidores que se identificam com os princípios agroecológicos, ou mesmo pelo conhecimento das práticas adotadas e a opção por consumir produtos dessa natureza (FONSECA, 2002).

Capital cultural - compreende o conhecimento, as habilidades, as informações etc. Diz respeito ao acúmulo de intelecto através de processos de aprendizagem junto ao núcleo familiar, às instituições escolares, e podem ocorrer sob três formas: o estado incorporado, como disposição durável do corpo (por exemplo, a forma de se apresentar em público); o estado objetivo, como a posse de bens culturais (por exemplo, a posse de obras de arte); estado institucionalizado, legitimado pelas instituições, como os títulos acadêmicos (WACQUANT, 2007a).

Na obra de Bourdieu aparecem outros capitais compondo o capital cultural. O capital tecnológico constitui o portfólio de recursos científicos (potencial de investigação) ou recursos técnicos (procedimentos, atitudes, rotinas e ‘saber-fazer’ único e coerente, capaz de reduzir as despesas de trabalho ou de capital ou aumento de sua produtividade) que podem ser implantados no projeto e na fabricação de produtos. O capital informacional como o conjunto de informações que o ator detém a respeito do campo. Ainda, os capitais organizacional e político e jurídico (BOURDIEU, 2005b).

Essas formas de capital são conversíveis umas nas outras, à exemplo do capital econômico que pode ser convertido em capital simbólico e/ou capital cultural, e vice-versa. Levar em conta a dotação diferenciada desses capitais entre os atores implica aceitar as relações de dominação no campo. É em função desses recursos que atores elaboram estratégias de ação, no âmbito dos limites impostos pela estrutura do campo (RAUD-MATTEDI, 2007). Por isso, também, Bourdieu define o campo econômico como um “campo de lutas”, isto é, um “campo de ação socialmente construído” onde atores dotados de diferentes recursos estão constantemente se afrontando (2005a, p. 33)

Um dos *insights* da abordagem de Fligstein e McAdam (2012) em relação aos Campos de Ação Estratégica é que essas ordens sociais não existem no vácuo, pelo contrário, eles estão enraizados em ambientes mais amplos, que exercem influência decisiva em sua dinâmica. Esta é uma diferença assumida pelos autores em relação à abordagem Bourdesiana que, segundo eles, abordaria marginalmente essa relação entre os campos. Externo ao campo ocorre um ‘macroambiente’ que é formado por um conjunto de outros campos, com os quais o CAE pode manter relações. Estas relações podem ser de três tipos: a) o campo em questão pode estar inserido em outro campo, sendo constitutivo do mesmo. Essa inserção pode ser dar

de maneira hierárquica (bonecas russas) ou não hierárquica; b) O CAE pode ainda manter relações de dependência ou de interdependência de com campos vizinhos; b) os campos podem ser distantes ou próximos uns dos outros, dependendo da densidade dos vínculos mantidos entre os atores dos campos.

O ambiente externo atua sobre a estabilidade do campo que, em grande parte, é o resultado de suas relações com outros campos. Enquanto campos podem se transformar em conflitos como resultado de processos internos (como comentado anteriormente), também é muito comum episódios de disputa como resultado das pressões de mudança que emanam de campos Estatais e/ou campos não estatais próximos (FLIGSTEIN, 2007). Ganha destaque como parte desse ambiente mais amplo o campo Estatal, considerado por si só como um sistema formado por diversos outros CAEs.

2.4 Relações entre o Estado e o ‘campo’

É importante reconhecer que as relações entre o Estado e os atores são centrais para a estabilidade do campo. Fligstein e McAdam ressaltam que seria quase impossível discutir a ação em um CAE sem sua referência a um ou vários campos do Estado. O próprio Estado seria como “um conjunto de Campos de Ação Estratégica em que os atores se envolvem na ação estratégica política orientada para a definição do que constitui as regras de interação em todo o espaço social, em um determinado território” (2012, p. 69). Estes autores acrescentam, ainda, que a construção dessas regras de interação pode ocorrer legitimada como ‘para toda a sociedade’, mas que na verdade é o resultado da ação de ‘empreendedores institucionais’.

Com isso, os autores sugerem a possibilidade de que as regras possam servir para manter a estabilidade do campo, ou seja, preservar a posição de dominação exercida por alguns atores no campo.

Analisando o mercado como uma ordem social, um campo econômico, Bourdieu (2006, p. 27) afirma que “[...] entre todas as características das sociedades na qual a ordem econômica se encontra ‘mergulhada’, a mais importante, para as sociedades contemporâneas, é a forma e a força da tradição estatal [...]”.

A abordagem política, representada em particular pelas análises de Bourdieu e Fligstein, insiste na importância da atuação do Estado no processo de construção social do campo. Bourdieu coloca ênfase na importância das relações entre o campo econômico e o campo político (RAUD-MATTEDI, 2007).

Entre as trocas que ocorrem com o exterior do campo, as que se estabelecem com o Estado assumem papel relevante. O poder do Estado configura-se sobremaneira na forma de ‘regulamentação’ e sobre os ‘direitos de propriedade’. Ao Estado não cabe somente o papel de manter ordem e confiança através da regulamentação, mas ele age também intervindo na construção do campo, como Bourdieu (2006) mostra a respeito do campo de produção das casas próprias, onde o Estado contribuiu decisivamente tanto para a geração de oferta como fomentando a procura.

Uma forma de explicitar a influência do Estado sobre o campo (e sobre os atores), particularmente importante nesta pesquisa, diz respeito ao seu poder de regulamentação, no que tange a ‘atuação’ dos atores estatais.

A regras que, como vimos, resultou do confronto e interligação entre interesses e visões do mundo social antagônicos, só pode ser aplicada através da ação de agentes encarregados de a fazer respeitar que, dispondo de uma liberdade de manobra tanto maior quanto mais elevada é a posição que ocupam na hierarquia burocrática, podem fazê-la cumprir ou, pelo contrário, deixá-la transgredir, segundo o seu interesse material ou simbólico em mostrarem-se estritos ou flexíveis (BOURDIEU, 2006, p 174).

O regulamento constitui-se como uma ‘arma’ em mãos do funcionário, que ele aplica ou faz respeitar na medida em que o interesse em aplicá-la ultrapassa o interesse em ‘fechar os olhos’ ou ‘fazer uma exceção’. O autor chama atenção para a existência de uma margem de manobra na execução das regras, que está diretamente relacionada com a pessoa que executa, sobretudo por aqueles sujeitos que têm algum poder de decisão. Assim, o jogo burocrático comporta uma parte de indeterminação ou incerteza, onde a conduta dos atores não se resume a uma execução mecânica do que pregam as regras, elas próprias estão sujeitas a interpretações. Esta passagem contribui decisivamente para analisar a atuação dos atores estatais encarregados de executar a normatização que atua na formalização das AFRs, abrindo espaço para inferir resultados nem sempre previsíveis ou mesmo, ações imparciais, quando da execução dos padrões vigentes (BOURDIEU, 2006).

A relação entre o Estado e o campo não é uma via de mão única. Na tentativa de reverter a seu favor ‘as regras do jogo’, atores dominados “podem utilizar seu capital social para exercer pressões sobre o Estado e obter dele uma modificação do jogo a seu favor”; desta forma o campo constitui-se, em última instância, como uma construção social, onde diferentes atores contribuem em diferentes níveis, através de alterações que eles conseguem impor ao campo, usando de poderes sob a tutela do Estado, capazes de controlar e orientar a ação no campo (BOURDIEU, 2005a, p. 40).

Fligstein e McAdam (2012) destacam a existência de mútua dependência entre Estado e Campos de Ação Estratégica. Se, por um lado, existe a ação reguladora do Estado, por outro lado, assim como em Bourdieu, os autores reconhecem a possibilidade da ação coletiva dos atores de pressionar para a expansão, redefinição ou reorientação dos campos de ação estratégica do Estado. Como vários grupos pressionam por privilégios e direitos, os campos de ação estratégica do governo estariam sujeitos a se reorganizar de modo a atender às demandas da vida social. Estes autores afirmam que pressões desta natureza, em situações extremas, podem conduzir a uma “crise de legitimidade a autoridade do Estado”, referência a situação em que o Estado concede poder a desafiantes de modo que estes possam atuar em busca de estabilidade no campo, já que o próprio Estado não foi suficiente.

Até então enfatizou-se o espaço onde as posições dos atores encontram-se *a priori* fixadas, o campo, e sua relação com o Estado. Entretanto, a prática e mesmo as estratégias que os atores engendram, é o resultado da dialética entre uma situação (o campo) e o *habitus* (BOURDIEU, 1983).

2.5 *Habitus*

Bourdieu (1983) refuta teorias que colocam a conduta dos atores como uma reação mecânica, diretamente determinada por esquemas preestabelecidos, ‘modelos’, ‘normas’, ou ‘papéis’. Para ele, a ‘prática’ deve ser considerada como o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*, este entendido como

sistemas de *disposições* duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto de uma ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

A ‘prática’ dos atores, ou mesmo as estratégias que os atores constroem, pressupõe a existência de condições objetivas para que estas ocorram. Entretanto, o *habitus* incorpora à análise a existência de disposições sociais construídas historicamente que, no âmbito de uma determinada situação, explicam a existência atual de determinadas ‘práticas’, e que podem ser objetivamente estruturadas como ‘estratégias’ (BOURDIEU, 1983).

A relação entre o *habitus* e o campo opera de duas formas: primeiro, como uma relação de *condicionamento* – o campo estrutura o *habitus*; segundo, como uma relação de

conhecimento ou de construção cognitiva – é o próprio *habitus* responsável por constituir o campo como um mundo com significados, dotado de sentido e valor. A relação de conhecimento depende da relação de condicionamento que à precede e modela as estruturas de *habitus* (BOURDIEU; WACQUANT, 2005).

Um exemplo prático da contribuição do *habitus* enquanto micro fundamento analítico, com especial importância nessa pesquisa, diz respeito quando da aplicação (ou não) de um regulamento por um ator. Para Bourdieu (2006) existe a possibilidade de um ‘deixar transcorrer’ que seria legitimado, em cada caso, em função de ‘disposições’ e ‘interesses pessoais’ de atores encarregados de fazer cumprir regras que, detendo poder instituído por tal regulamento, têm um leque de escolhas quanto à aplicação em cada caso particular. Estas disposições e interesses pessoais interagem com a possibilidade de interpretação e imposição das regras, o que coloca estes atores ‘nunca’ como meros executantes, mas como indivíduos com possibilidades de escolhas, que podem oscilar entre dois limites, jamais atingíveis: num extremo, a aplicação estrita e integral do regulamento ou, pelo contrário, a transgressão legítima da regra.

O conceito de *habitus* permite compreender como a conduta dos atores tende a se adaptar estrategicamente às condições objetivas de suas ações, como um processo onde os atores adaptam continuamente as intuições tácitas de um sentido prático adquirido a partir de sua trajetória em sociedade. Suas ações não são fruto de cálculos racionais e deliberados de obediência a regras pré-definidas, ou mesmo de determinação mecânica por causas coletivas inconscientes (WACQUANT, 2007b).

Esse sistema de disposições duráveis irá constituir a maneira de julgar, perceber e valorizar o mundo, de modo que elas conformarão a forma de agir, tanto material como corporalmente, ou seja, estruturas estruturadas que irão agir como estruturas estruturantes e que, analisadas no contexto de cada situação objetiva – o campo, explicam a prática, a ação dos atores (THIRY-CHERQUES, 2006).

A noção de *habitus* contribui como um repositório de sentimentos e motivações, formando um quadro cultural, base para a estrutura cognitiva dos atores, responsável por um repertório de ações e estratégias. É o mecanismo que orienta os atores em um campo a decidirem “o que se passa” e quais as ações disponíveis na medida em que as interações ocorrem (FLIGSTEIN, 2007, p. 64). Fligstein (2007) ressalta a contribuição da noção de *habitus* para a ação coletiva; quanto melhor socializado o indivíduo no campo, melhor ele saberá operar suas ‘apostas’ de acordo com as ‘regras do jogo’ e assim, na medida em que

perseguir seus interesses (específicos ao campo) estará contribuindo para a estabilidade ou para desafiar a ordem no campo.

Neste caso o ator não é mais um mero receptor de regras, suas ações ocorrem conforme um contexto de sociabilidade. Além disso, alguns atores podem desenvolver capacidades para utilizar essa característica a seu favor, ou a favor do grupo: são atores com habilidades sociais diferenciadas.

2.6 As habilidades sociais e a relação com os ‘campos’

Os atores ao atuarem com certo nível de habilidade social deixam de levar-se simplesmente pelas regras e significados compartilhados tidos como instituídos e reconhecidos como tal.

Fligstein (2007) sugere que as regras e significados compartilhados (instituições formais e informais) orientam a ação dos atores no campo. A essa lógica o autor acrescenta que a existência de atores mais habilidosos socialmente irá influenciar qual a posição que esses atores ocupam nas relações estabelecidas. Essa proposição sugere, para os propósitos deste estudo, que o processo de formalização sofra influência do ator, a existência de habilidades sociais, e a posição que ocupam na rede de relações estabelecidas entre os atores.

Habilidade social é definida por Fligstein (2007, p. 67) como “a capacidade de induzir a cooperação nos outros”. Diz respeito a capacidade que alguns atores exercem e que irão incentivar a cooperação entre os outros atores envolvidos em um determinado processo, alinhando interesses e identidades coletivas, em busca de uma condição de estabilidade em uma ordem social ou mesmo a origem de uma nova ordem social (FLIGSTEIN 2007; FLIGSTEIN; MCADAM, 2011).

Relacionando com as AFRs, diz respeito a capacidade que alguns atores (que podem ser os agricultores ou agentes de desenvolvimento) exercem e que irão incentivar a cooperação entre os outros atores envolvidos no processo (agricultores, agentes de desenvolvimento, etc.) alinhando interesses e identidades coletivas e assim viabilizando o processo de formalização das AFRs, além da possibilidade de que novas instituições venham se originar, como resultado de alterações nas relações de poder no campo.

Essa construção teórica de Fligstein (2007, p. 66) ocorre a partir da crítica às análises neo-institucionalistas, que reduzem os atores a meros “receptores passivos das instituições”,

modelo que acaba por não responder a perguntas do tipo por que determinada ordem social existe e no interesse de quem? A questões dessa natureza, o autor responde da seguinte forma:

Os atores, em condições institucionais tanto estáveis quanto instáveis, não são simplesmente levados pelos significados compartilhados em seus campos, entendidos como roteiros que devem ser interpretados por profissionais ou burocratas do governo. Em vez disso, eles atuam com certo nível de habilidade social para reproduzir ou contestar sistemas de poder e privilégio. E o fazem como membros ativos de um campo cuja vida está imersa no campo e dele depende (FLIGSTEIN, 2007, p. 66).

Por essa perspectiva, desloca-se a centralidade de análise das instituições para os atores, pois são criativos e hábeis socialmente no contexto de uma coletividade, e atuam politicamente para produzir, reproduzir e transformar os equilíbrios institucionais (FLIGSTEIN, 2007).

O alinhamento dos interesses é uma das variáveis que precisam ser equalizadas pelos atores de maior habilidade social. Mizruchi (2009) refere-se a “interesses” como preferências do agente, onde o “interesse individual” ocorre quando há ausência de restrições externas, já o “interesse estrutural” seria uma preferência do agente coletivo, sujeito às restrições sociais. Uma dimensão diz respeito aos interesses específicos de cada ator, outra dimensão remeteria à habilidade social de determinados atores em alinhar os interesses coletivos que levam a superar as etapas de um determinado processo.

Como se analisa a formalização como um processo, parte-se do pressuposto que há uma origem e um estágio atual desse processo. Com base no que prega a noção de habilidade social, a proposição que se assume é que os interesses podem divergir, principalmente na origem do processo de formalização. Entretanto, no decorrer desse processo e com a ação de atores com habilidade social, os interesses tenderiam a convergir, mesmo que isto signifique que alguns atores minimizem suas expectativas diante da necessidade de avanço do processo coletivo¹⁹. Quando esta afinidade de interesses não ocorre, ou quando as habilidades sociais desenvolvidas não são eficazes para construir essa afinidade, bloqueia-se ou retarda-se o processo de formalização como agir coletivo e fragmenta-se em situações individuais (FLIGSTEIN, 1997, 2007; FLIGSTEIN; MCADAM, 2011).

Na tentativa de alinhar interesses, no intuito de induzir os atores a cooperarem, atores socialmente mais hábeis desenvolvem táticas, por exemplo: compor histórias que ajudem

¹⁹ Segundo Fligstein (2007) uma habilidade social que pode ser desenvolvida refere-se a ‘convencer os outros de que estão conseguindo o que querem’. Esse poder de convencimento pressupõe que tende a prevalecer a expectativa do grupo, mas que pode não ser necessariamente a mesma expectativa individual do ator.

induzir a cooperação; autoridade direta; definição de uma agenda em comum; compreensão das vantagens e desvantagens do sistema e explorá-las em benefício do coletivo; manter várias possibilidades no ar; alianças com os atores de menor opção e isolamento dos mais divergentes; fazer com que os outros acreditem que o ator estratégico não está no controle; criar uma identidade coletiva; intermediar disputas; convencer os outros de que o que conseguem é o que querem; pressionar para obter mais do que estão dispostos a aceitar (FLIGSTEIN, 2007).

Essas táticas servem à pesquisa como referência para identificar quais delas estão presentes e outras que tenham sido desenvolvidas pelos atores com habilidade social. Essas habilidades sociais são empenhadas no sentido de induzir os outros atores a cooperarem. Entretanto, a cooperação não é o único resultado em potencial desse processo. Mesmo existindo atores habilidosos, conflitos são inerentes ao processo ao ponto de que as habilidades sociais não sejam suficientes para a cooperação (FLIGSTEIN, 1997, 2007; FLIGSTEIN; MCADAM, 2011).

Forjar alianças políticas é uma tarefa complicada, que exige habilidade social. Atores atuam para convencer outros grupos que, se eles se unirem, os seus interesses coletivos vão de fato ser atendidos. Atores estratégicos usam de coalizões cooperativas e/ou hierarquias impostas como meio alternativo para (des)estabilizar campos. Eles podem formar coligações com alguns grupos em um campo de ação estratégica para construir um grupo maior e, em seguida, usar esse grupo maior para coagir ou competir com outros grupos (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012).

Todos os indivíduos desenvolvem alguma habilidade social, uns mais e outros menos. Essa habilidade social atua como um micro fundamento para a compreensão das dinâmicas internas a um “campo”. O processo de formalização compreendido como um fenômeno relacionado a uma determinada ‘ordem social’, implica na possibilidade da existência de atores com habilidades sociais capazes de criar um senso positivo de significados e identidade que impacta sobre as ações de outros, o que poderá resultar em ações e/ou estratégias que contribuam para amenizar os efeitos negativos que o ambiente institucional, sobre tudo o legal, impõem à formalização das AFRs.

2.7 ‘Amarrando os nós’: a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais na perspectiva da Nova Sociologia Econômica

As agroindústrias aqui referidas produzem valor de troca quando ocorre a comercialização efetivamente. Dessa relação com os mercados tem origem a formalização das AFRs e que é tomada como uma dinâmica particular aos casos em estudo. Para melhor compreender essa terminologia adotada e como se compreende a dinâmica deste processo inicia-se por esclarecer duas dimensões inerentes à ela: uma de ordem temporal, outra substantiva.

Quanto ao **aspecto temporal** entende-se que o ‘estar’ formalizado difere do ‘ser’ formalizado. Wilkinson e Mior (1999, p.32) contribuem para esse esclarecimento quando afirmam que "o setor informal [...] define-se como uma atividade que não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento no setor em que opera [...]". A formalização demanda um conjunto de ações no tempo, que subentende também a existência de duas etapas:

- Etapa inicial - refere-se ao tempo e conjunto de ações necessárias para que a atividade passe de informal para a situação de formal;
- Etapa subsequente - diz respeito a manutenção da condição de formalidade, ou seja, todas as ações necessárias para garantir que a atividade permaneça formal ao longo de sua existência.

Essa dinamicidade atrelada ao processo de formalização ocorre fundamentalmente devido à ação reguladora do Estado que pode ser alterada ao longo do tempo em função de pressões, interesses, oportunidades e/ou ameaças de diferentes origens (WILKINSON; MIOR, 1999).

O **aspecto substantivo** diz respeito ao que é o ‘estar’ formal. Esse debate entre informal e ilegal não diz respeito apenas ao meio rural, pelo contrário, conforme Maia (1999) são aspectos que compõem a realidade urbana contemporânea; esse autor faz uma depuração teórica da temática cujas reflexões deixam claro a distinção entre os termos.

Para Ribeiro (2000) o setor informal compreenderia atividades legais e ilegais. As legais caracterizam-se por práticas econômicas ‘socialmente aceitas’, à exemplo da omissão de renda, de lucros, recebimento de salário desemprego ou outra forma de seguridade em que o agente não teria esse direito. Por sua vez, as atividades ilegais são associadas a práticas

como a venda de produtos roubados, da fraude, do contrabando, da produção e distribuição de drogas ou outros ilícitos.

No tocante à atividade de agroindustrialização praticada pela agricultura familiar, Wilkinson e Mior (1999, p. 32) bem diferenciam informalidade de ilegalidade ao afirmarem que o produto informal da Agroindústria Familiar Rural "distingue-se do ilegal pelo fato de seus produtos não serem proibidos". Tratam-se de produtos 'socialmente aceitos' que estão informais por uma questão de adequação a padrões vigentes questionáveis. Com isso, *entende-se o processo de formalização como um conjunto de ações que visam atender aos padrões vigentes perante a ação reguladora do Estado*. Configura-se que o "estar" formalizado refere-se ao *contínuo atendimento desses padrões vigentes, cobrados pelo ambiente institucional em que estão imersas as iniciativas de AFRs*.

Dentre os padrões vigentes no sistema agroalimentar, a legislação federal é uma das facetas do Ambiente Institucional em que essas experiências estão imersas.

Essa base legal não é estática, pelo contrário, trata-se de um conjunto de normas e regramentos institucionalizados ao longo do tempo, reflexo dos poderes instalados na sociedade quando da sua construção. Concorde-se com os argumentos de Wilkinson (2003) que o arcabouço institucionalizado no sistema agroalimentar foi pensado visando sustentar a coordenação entre agentes setorizados, cujo foco é a obtenção de ganhos de escala, e por isso o sistema demanda eficiência. O autor ainda sugere a importância de se levar em conta o fato que a agroindustrialização na agricultura familiar é uma atividade que encontra-se inserida neste mesmo cenário, estando sujeita ao mesmo arcabouço institucional.

Tomando-se o caso da legislação sanitária, os padrões estabelecem mecanismos de controle de natureza eminentemente técnico-científico que refletem o atendimento aos interesses empresariais (PREZOTTO, 1999; GUIMARÃES, 2001). Tratam-se, as grandes agroindústrias, de atores 'dominantes' no campo que caracteriza o sistema agroalimentar, às quais dispõem de capacidade de barganha econômica com reflexos em ações políticas para manter a estabilidade do campo beneficiando-as de condições favoráveis à manutenção do seu *status quo*. As AFRs que optam por avançar na formalização são 'obrigadas' a atender as 'regras de um jogo' em um campo que não lhes pertence (o campo industrial), no qual são 'dominados', e daí resulta toda uma contradição.

Os interesses empresariais que se argumenta aqui têm base em Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) que analisam dois movimentos marcantes ocorridos no último século e que transformaram o sistema alimentar: um deles diz respeito à apropriação, pela indústria, do processo de produção rural – com as limitações específicas relacionadas à natureza da

produção agrícola, no que tange à conversão biológica de energia, o aporte tecnológico possibilitou que a grande indústria conquistasse elementos do processo de produção que antes compunham o meio natural da agricultura, e hoje constituem setores industriais como a produção de sementes, a elaboração de equipamentos, a produção de insumos sintéticos, etc. O outro movimento foi a substituição industrial da produção de alimentos – o advento de práticas mecânicas e pesquisa científica que modificaram a forma de produzir (mecanização do processamento), de conservar (enlatamento, refrigeração, desidratação), de distribuir (sistemas de transporte mecanizado) e a natureza do que passou a se entender como ‘alimento’ (adição de substâncias sintéticas para melhoria das propriedades nutricionais; de produtos *in natura*, para produtos processados e padronizados), contribuíram para transformar o alimento em uma mercadoria (*commodity*) heterogênea, abrindo um leque de possibilidades para o desenvolvimento da indústria alimentícia, a partir dos ganhos de escala de produção.

Com a expansão do sistema industrial alimentar ancorada no consumo crescente de mercadorias (uma das características da sociedade moderna²⁰), cria-se o imperativo crescer e vender em escala crescente. Com a justificativa de que essa dinâmica envolve processos complexos, potencialmente geradores de riscos à saúde do indivíduo e da coletividade, gerados por falhas ou defeitos em algum ponto da cadeia de produção ou de ações ilícitas dos fabricantes, tem origem a instrumentalização legal para normatizar os processos envolvidos na produção de alimentos e sua disponibilização para consumo (ROZENFELD, 2000).

Com origem na década de 1950, a legislação sanitária brasileira é um caso emblemático dessa faceta de normatização dos alimentos industrializados. A lei nº 1.283 tornou obrigatória a fiscalização prévia de todos os produtos de origem animal, tanto quanto o registro dos estabelecimentos industriais. Segundo Rozenfeld (2000, p. 30), essa legislação tinha como propósito explícito “atender às exigências dos países importadores – sobretudo dos Estados Unidos – e tornar a carne brasileira mais competitiva no mercado internacional”. Esse controle processual, a grande escala de produção e o grande intervalo entre produção e consumo, constituem a base epistêmica para o que se entende por garantia de ‘qualidade’ em circuitos longos de comercialização, seja em mercados nacionais ou no comércio internacional (SILVEIRA; ZIMMERMANN, 2004).

²⁰ Bauman (2008, p. 41) se refere à sociedade atual como “sociedade de consumidores”. Segundo o autor, assim como a anterior “sociedade de produtores” foi marcada pela capacidade de trabalho, a atual pode ser identificada pelo atributo de “consumismo”, qual seja a pela capacidade dos indivíduos querer, desejar e almejar algo, constituindo-se como uma “força externa” capaz de estabelecer parâmetros de vida, manipulando condutas individuais.

Silveira e Zimmermann (2004) chamam atenção para o viés reducionista que essa legislação sanitária sugere com tal noção de ‘qualidade’. Ao analisarem a qualidade dos alimentos em circuitos curtos regionais os autores observam que a qualidade dos produtos resume-se a atender ‘prescrições sanitárias’ impostas pelo sistema de inspeção. A reflexão aponta, ainda, para a necessidade de outro modelo onde outras dimensões deveriam compor uma noção de ‘qualidade ampla’²¹ orientando um modelo normativo em que técnicos e agricultores seriam ‘sujeitos’ dotados de ‘ação’ no processo de construção da qualidade dos alimentos. Com isso, os autores expõem contradição entre a lógica tecnicista da legislação vigente e a lógica das Agroindústrias Familiares Rurais, que tem nos procedimentos artesanais o diferencial para seus produtos.

Cardoso (2012) reportando-se, ainda, à legislação sanitária, aponta como restrição ao avanço das experiências com Agroindústrias Familiares a desarticulação entre as leis federais e as leis estaduais. Segundo o autor essa desarticulação não se restringe ao plano legal, pois repercute na operacionalização do sistema como um todo. Tomando por base o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), do qual faz parte o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), o autor destaca que embora exista amparo legal para a articulação entre a esfera federal - como instância central - os Estados e o Distrito Federal - como instâncias intermediárias - e os municípios ou consórcios de municípios - como instâncias locais, na prática a operacionalização deste sistema é limitada, entre outros fatores, pela dificuldade em adequar legislações às especificidades das diferentes instâncias. O reflexo desta situação se configura na complexidade inerente ao processo de formalização, que o autor se refere como "*via crucis*", demonstrando ser esse conjunto de procedimentos um dos grandes limites à formalização das Agroindústrias Familiares Rurais.

Esta complexidade está relacionada à própria forma como se deu a evolução do sistema alimentar e da regulamentação que restringe a ação dos agentes, conforme já comentado anteriormente, onde a expansão do sistema se deu ancorada no consumo crescente de mercadorias, criando o imperativo crescer e vender em escala crescente. Esta dinâmica fez surgir um processo de especialização entre os agentes do sistema: produção de insumos, agricultura, agroindústria, distribuição. O fluxo de bens e serviços entre estes agentes envolve

²¹ A análise crítica dos autores tem por base a noção de ‘qualidade ampla’ proposta por Prezotto (2002) que, além da dimensão de segurança alimentar com base em aspectos eminentemente sanitários (leia-se inocuidade do produto), associa ao alimento outras dimensões como a possibilidade deste agregar valores de cidadania, inclusão social, promoção de desenvolvimento.

processos complexos e, dado a natureza dos agentes e das relações, são potencialmente geradores de ‘falhas’ (ZYLBERSZTAJN, 2000).

No exemplo da cadeia de produção de derivados da carne, sob a alcunha de reduzir incertezas geradas por falhas ou defeitos em algum ponto da cadeia de produção, ou de ações oportunistas, a lei nº 1.283 de 1950 instituiu procedimentos de produção e registro de empreendimentos de modo a reduzir os custos de transação, gerados por tais incertezas, e tornar mais eficiente o sistema econômico. Este quadro legal é interpretado como instituições formais que compõem o ambiente institucional. Estas instituições existem para reduzir custos que têm origem nas incertezas das transações entre os agentes econômicos no sistema alimentar, incertezas com origem em falhas, muitas das quais por ações oportunistas.

Por esta interpretação o agricultor familiar que realiza atividade de agroindustrialização seria mais um agente no sistema agroalimentar, sujeito ao mesmo ambiente institucional que incide sobre as grandes agroindústrias, ou seja, mais um desses agentes oportunistas. Neste caso a ação de formalizar a AFR seria meramente uma decisão individual do agricultor como consequência da pressão exercida por este ambiente institucional.

Embora o atendimento a esses padrões legais seja uma exigência quando se trata de acessar/construir mercados formais e/ou políticas e programas públicos que visem o fomento das AFRs como estratégia para reprodução das famílias, o avanço na compreensão de ‘como este processo ocorre’ deve envolver outros aspectos que vão além do mero atendimento ao regramento vigente. Para melhor compreender esse enfoque analítico alguns autores contribuem pontualmente.

Guimarães e Silveira (2007) afirmam que a consolidação das AFRs irá depender de um conjunto de capacidades:

capacidades instaladas - como as instalações, equipamentos, mão-de-obra e conhecimento intergeracional disponível em cada família envolvida; **capacidades mobilizáveis** - desde a experiência na atividade de comerciar [...], os chamados recursos ou capital social, incluindo o círculo de confiança diante de consumidores (credibilidade), laços comunitários, habilidade de gestão e as experiências associativas que podem representar potencial de ação coletiva (compartilhar serviços, transporte e trabalho); **capacidades adquiridas** - experiências novas de aprendizagem e trocas de experiência; **capacidades aprimoradas** - caso típico das receitas caseiras re-elaboradas em cursos de processamento de alimentos; fonte de conhecimento e apoio estrutural advém dos serviços de apoio técnico; **capacidades adicionadas** - fonte de conhecimento e apoio estrutural advém dos serviços de apoio técnico, externos aos empreendimentos e envolvendo crédito, acompanhamento técnico, aquisição de insumos, apoio logístico para distribuição e redes de apoio vinculadas a organizações tipo associações de agricultores, cooperativas de produção ou crédito, ONGs e movimentos sindicais e sociais (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007, p. 6–7, grifo nosso).

Neste sentido, também Wilkinson (2008) sugere que a forma de viabilizar as agroindústrias como uma estratégia para a reprodução das famílias rurais depende da orientação estratégica do que ele chama de ‘*expert systems*’ ou sistemas de peritos. O autor se refere a organizações como cooperativas, os serviços de extensão rural, os movimentos sociais, o setor público (governos estaduais e municípios) e ONGs, cuja atuação tem sido determinante para o direcionamento dessas iniciativas na agricultura familiar: seja direcionando para a formação de condomínios, para a produção de alimentos artesanais, para a coletivização, etc.

As contribuições desses autores são essenciais para este estudo. Elas sinalizam para a necessidade de desvincular a formalização das AFRs de uma interpretação meramente economicista e passe a perceber a dinâmica de formalização das AFRs sob a ótica da Nova Sociologia Econômica, onde deve-se colocar em evidência o agricultor e seu núcleo familiar e também a importância não só da existência de outros atores, como das relações que se constituem para a consolidação das iniciativas de agroindustrialização na agricultura familiar, conforme ilustra a figura 1.

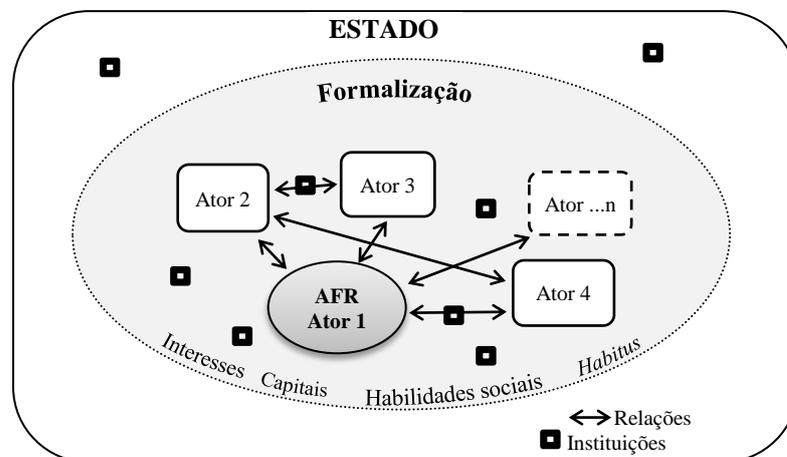


Figura 1 - A formalização como uma construção social

Fonte: Elaborado pelo autor – com base em Bourdieu (2005a) e Fligstein e McAdam (2012).

Esta abordagem altera a perspectiva pela qual se interpreta a formalização das AFRs. Há sim o reconhecimento de que formalizar implica atender um conjunto de regras vigentes, mas a formalização também implica relações entre atores com características específicas. O processo de formalização ocorre, então, como uma dinâmica particular em um contexto - um ‘campo’, caracterizado por um conjunto de ‘interesses’, onde atores dotados de ‘capitais’ interagem, e alguns podem apresentar ‘habilidades sociais’ capazes de promover a cooperação

e desafiar (ou manter) a estabilidade da ordem. O ‘Estado’ pode assumir protagonismo a partir de funções que vão além do viés ‘regulador’ que cabe à ele. Ainda, a noção de ‘*habitus*’ representa para a análise de dinâmicas dessa natureza, a interpretação de que práticas e estratégias estão relacionadas com ‘disposições’ específicas aos atores.

Estes atributos passam a constituir recursos analíticos para interpretar a formalização das AFRs como uma construção social. As ONGs, os movimentos sindicais, por meio de suas federações e organizações dos movimentos sociais, assumem coparticipação no desafio de ampliar e disseminar essas iniciativas de inclusão dos agricultores familiares às dinâmicas econômicas locais. Neste contexto abre-se um leque de possibilidades para atuação de diferentes atores, desempenhando as mais variadas funções, seja no fomento às AFRs através das ações de extensão rural, pesquisa, assistência técnica, etc., seja através das ações de fiscalização sanitária, fiscal, etc., ou mesmo na forma de ações de cunho político que visem superar dificuldades e/ou estabelecer condições favoráveis a esses empreendimentos.

Essa forma de interpretar a formalização das AFRs abre espaço para discutir a ação dos atores sem incorrer no risco de reduzir tal processo ao determinismo imposto por um quadro legal vigente.

Em síntese, a Agroindústria Familiar Rural constitui-se como uma das estratégias para a reprodução da Agricultura Familiar, colocando-se como alternativa de enfrentamento às consequências de modelos de desenvolvimento anteriores que contribuíram para a exclusão deste público. Diante da possibilidade de gerar renda para as famílias a partir do acesso (construção) dos mercados formais, surge toda uma complexa problemática que aqui se estuda como dinâmicas inerentes à formalização da atividade de processar/transformar artesanalmente alimentos e/ou bebidas, atividade que outrora atendia aos propósitos domésticos pelo valor de uso dos produtos, mas que hoje agrega valor a partir de atributos artesanais percebidos pelos consumidores como diferenciais em relação aos produtos industrializados. Por sua vez, seja para acessar/construir mercados formais, seja para o acesso a políticas públicas de fomento, a formalização é um pré-requisito perante os olhos do Estado-nação.

Na tentativa de consolidar a atividade de agroindustrialização como uma alternativa para reprodução das famílias, as instituições e o envolvimento de diferentes atores irão conferir especificidade socioespacial ao fenômeno de formalização das AFRs, com consequências potencialmente distintas para essas experiências.

3 METODOLOGIA

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa pode ser caracterizada como **descritivo-explicativa**. Segundo Gil (2009), a pesquisa assume caráter descritivo quando se propõe a descrever as características de determinada população ou, ainda, estabelecer relações entre variáveis, enquanto que o caráter explicativo refere-se a identificação de fatores que contribuem para explicar a ocorrência dos fenômenos.

Neste estudo o caráter descritivo se configura pela preocupação em aprofundar o conhecimento sobre a relação que se estabelece entre as AFRs e seu ambiente institucional, identificando quem são os atores e seu papel na formalização dessas experiências. O caráter explicativo toma forma ao privilegiar nas análises a ação humana em coletividade na tentativa de viabilizar as AFRs como uma alternativa para a reprodução das famílias, onde fica estabelecida a lógica de explicação dos fenômenos a partir dos atores, suas motivações, as estratégias, os recursos utilizados diante das dificuldades enfrentadas para avançar com a formalização dessas agroindústrias.

Os procedimentos adotados foram selecionados segundo sua adequação à abordagem de pesquisa, cujo enfoque dominante é o **qualitativo**, valendo-se da utilização pontual de procedimentos **quantitativos**. Nesse modelo de pesquisa o estudo “é realizado da perspectiva de um dos dois enfoques, o qual prevalece, e o estudo conserva componentes do outro enfoque” (SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B., 2006, p. 17).

A abordagem qualitativa, segundo Triviños (2011), é empregada para estudar o fenômeno como ele é, situando-o no contexto em que ocorre. Nessa abordagem, o pesquisador é o instrumento chave e o ambiente natural é a fonte direta para a coleta dos dados. O objetivo está na interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados às relações dinâmicas entre o mundo real e o sujeito (GIL, 2009). Nesse sentido, essa abordagem mostra adequada de dar conta da complexidade inerente ao processo de formalização das Agroindústrias Familiares Rurais; para além da mera descrição, com esta abordagem é possível explicar a dinâmica inerente ao processo de formalização dessas experiências.

A abordagem quantitativa é empregada como apoio na estruturação e descrição do objeto de estudo, de modo a facilitar pontualmente a comparação entre os casos. Especificamente, é utilizada a distribuição de frequências com que ocorrem determinados fenômenos.

Quanto ao método de pesquisa selecionado, os estudos foram conduzidos a partir de **Estudo de casos**, utilizando-se a estratégia de comparação entre dois casos. A opção pelo estudo de casos enquanto método pode ser justificada a partir de três condições propostas por Yin (2010, p. 28): “a) o tipo de questão de pesquisa proposto; b) a extensão do controle que um investigador tem sobre os eventos e comportamentos reais; c) o grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos históricos”.

Quanto ao tipo de questão que a pesquisa aborda Yin (2010) argumenta que os estudos de caso são mais apropriados quando se pretende explicar "como" ou "por que" determinado fenômeno ocorre - nessa pesquisa essa condição é atendida, o que pode ser verificado pela pergunta central que se propôs responder. Quanto aos critérios "b" e "c", Yin (2010) discorre que o estudo de caso é mais adequado para o estudo de eventos contemporâneos onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados - os procedimentos adotados e o que se propôs com essa pesquisa atendem a essa lógica, pois não se pretendeu manipular comportamentos, mas sim compreendê-los; ainda, a pesquisa teve o cunho de compreender dinâmicas contemporâneas, mas para isso, foi necessário situar eventos pontuais no contexto da trajetória histórica dos atores entrevistados²².

Quanto à estratégia de comparação entre os casos, de acordo com Triviños (2011) esta estratégia dá origem ao **Estudo Comparativo de Casos**, que tende a enriquecer a pesquisa qualitativa. Neste estudo utilizou-se dessa estratégia para comparar a formalização das Agroindústrias Familiares em dois municípios, selecionados a partir de critérios de modo a ressaltar especificidades que viessem a qualificar as análises realizadas. Segundo Triviños (2011, p. 136) a estratégia de comparação "segue os passos do método comparativo, descrevendo, explicando e comparando por justaposição e comparação propriamente dita os fenômenos". Schneider e Schmitt (1998) chamam a atenção para a escolha do 'nível estratégico de estruturação do objeto', que segundo eles é um dos elementos-chave para que não ocorra uma mera descrição do fato individual.

A correta identificação do nível estratégico, representa, em termos do método comparativo, a chave capaz de garantir a correta articulação entre os dados empíricos e a teoria, na construção da explicação sociológica (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p. 36).

A identificação do nível estratégico, segundo esses autores, passa por questões operacionais como a escolha de casos realmente possíveis de serem comparados, a

²² Não foi intento neste estudo conduzir pesquisa histórica enquanto método, já que os dados históricos aqui cumprem função de aprofundamento dos casos em si.

predefinição de um modelo teórico que aponte variáveis (ou categorias de análise) comuns aos casos (o que não quer dizer que outras não possam ser agregadas no transcorrer da pesquisa, com o devido cuidado em relação ao excesso, que não venha a se tornar um empecilho para as análises), e pode-se acrescentar, ainda, à exemplo da pesquisa coordenada por Lamarche (1993), a própria utilização dos mesmos instrumentos de coleta em ambos os casos. Estas premissas serviram como orientação aos métodos e procedimentos neste estudo, no intuito de manter equilíbrio em relação à escolha dos casos e das categorias de análise, como forma de garantir eficácia em termos de utilização do método de pesquisa por estudo comparativo de casos.

3.1 Síntese do modelo teórico e integração com os objetivos da pesquisa

Os elementos teóricos da Nova Sociologia Econômica são centrais para a análise da dinâmica inerente à formalização das AFRs.

Pontualmente são utilizados elementos da teoria institucional para identificar as principais instituições formais e informais que estruturam a formalização das AFRs. Decorre desta interpretação sobre o ambiente institucional, a existência de um quadro organizacional que irá operacionalizar o atendimento desses procedimentos, que pode contar com diferentes composições de organizações (públicas, ONGs, etc.). Com isso é possível, também, identificar as organizações que realmente importam para a formalização das AFRs.

Se a formalização das AFRs compreende atender as regras (sejam elas que impõem padrões sanitários, ambiental, trabalhista, mas também regras que proporcionam o fomento às AFRs, através das políticas públicas), abre-se espaço para interações distintas entre as AFRs e os atores existentes. Por esta interpretação o ambiente institucional irá abarcar, também, o significado de diferentes interações entre atores distintos. Entram em cena os elementos teóricos da Nova Sociologia Econômica para interpretar que os atores estão inseridos em ações econômicas através das relações sociais. Sendo assim, a formalização das AFRs como um fenômeno econômico que ocorre inserido em relações sociais, precisa ser interpretado a partir dos atores sociais e suas relações, onde a dinâmica precisa ser compreendida como específica a um espaço social.

Com base neste modelo teórico é possível estudar o processo de formalização das AFRs como uma construção social. Para isto, é preciso identificar:

- As **AFRs** enquanto ator central no processo de formalização. É central, pois, as ações para formalização são mobilizadas em função das AFRs, a partir delas é que são identificados os outros atores.
- A existência de configurações **institucionais** e a influência para as relações inerentes ao processo de formalização das AFRs;
- Quem são os **atores** envolvidos com processos de regulação (fiscalização, inspeção, etc.) e apoio (mobilização, assistência, etc.) dos projetos de AFRs, e como contribuem para a formalização;
- As **motivações** que levam agricultores a se envolverem na formalização das AFRs;
- Os **capitais** e sua mobilização para a formalização das AFRs;
- A contribuição do **Estado** e de atores com **habilidades sociais** para a conformação de estratégias e a repercussão para a formalização das AFRs;
- As relações entre o **habitus** e a formalização das AFRs

Esse modelo teórico é acionado para interpretar a formalização das AFRs a partir dos municípios de Jaguari-RS e Chapecó-SC.

Descreve-se a seguir como são mobilizadas as categorias de análise com as proposições previstas para cada objetivo específico, proporcionando assim, uma estruturação lógica, alinhada ao escopo do trabalho, que dá sentido operacional aos pressupostos teóricos da pesquisa (Yin, 2010):

- **Objetivo específico 1:** Compreender a problemática para a formalização das AFRs, decorrente da influência das principais instituições formais (quadro legal) que orientam a conduta dos atores.

Este objetivo se propõe a reconhecer a problemática resultante para a formalização das AFRs, a partir da influência de regras, normas e procedimentos estabelecidos formalmente, na conduta dos atores. Para isso, em função do que foi observado e pelas indicações das entrevistas, realiza-se uma “leitura” dessas instituições e das principais repercussões para as AFRs.

- **Objetivo específico 2:** Compreender a influência de instituições informais (valores, costumes, códigos de ética, etc.) para a formalização das AFRs.

Com este objetivo propõe-se reconhecer a existência e a influência de outras instituições, além das formais, que também contribuem para compreender a conduta dos agricultores em relação à formalização dos seus empreendimentos.

- **Objetivo específico 3:** Caracterizar as Agroindústrias Familiares Rurais quanto ao processo de formalização.

A partir das experiências de agroindustrialização na agricultura familiar nos municípios em estudo, este objetivo se propõe a sistematizar dados de modo a caracterizar o ator central enquanto resultado das dinâmicas para a formalização instauradas nos casos estudados.

- **Objetivo específico 4:** Identificar os atores e as relações que se estabelecem na formalização das Agroindústrias Familiares Rurais.

A partir da trajetória das Agroindústrias Familiares Rurais é possível realizar o mapeamento dos atores que atuam (ou atuaram) na formalização das Agroindústrias Familiares Rurais, em Chapecó-RS e Jaguari-RS. Os **atores** são mapeados a partir das relações estabelecidas com as AFRs do estudo, utilizando-se a abordagem de “redes” como recurso metodológico para identificar a ‘estrutura’ que se configura por conta da formalização (STEINER, 2006).

- **Objetivo específico 5:** Compreender a dinâmica do processo de formalização das AFRs em função das motivações dos agricultores familiares, a ação do Estado, os capitais, o *habitus* e as habilidades sociais.

Na tentativa de compreender a dinâmica inerente à formalização das AFRs, questionam-se quanto às **motivações** entre os agricultores por a formalizar a atividade. Parte-se de estudos sobre a temática das AFRs que têm apontado a existência de “pressões” resultantes da ação de instituições formais (o quadro legal vigente), como sugere a Nova Economia Institucional, como a principal categoria desses motivos. Entretanto, com base nas contribuições da Nova Sociologia Econômica é possível considerar a dinâmica para a formalização atrelada a práticas e estratégias que podem ser explicadas pelo *habitus*, a ação do **Estado**, a distribuição de **capitais** entre os atores e a ação de atores com **habilidades sociais** diferenciadas.

3.2 Justificativa e caracterização dos casos estudados

A presente pesquisa foi conduzida por estudo comparativo de casos: um dos casos selecionados é o município de Jaguari-RS e o outro caso o município de Chapecó-SC. A opção por mais de um caso é para permitir a comparação entre ambos, o que se espera que contribua para enriquecer as análises. Por outro lado, optou-se por limitar em dois os casos a

serem estudados, em função do conjunto de variáveis e instrumentos de coletas a serem operacionalizadas, cujo excesso de dados poderiam tornar demasiadamente complexa a condução do estudo.

A condução deste estudo assume “intencionalidade”, tanto na seleção dos casos analisados, como dos próprios atores que foram entrevistados. Esta lógica de amostragem, inerente ao método de estudos de casos é um procedimento empregado pelo pesquisador justamente para ressaltar as especificidades existentes no(s) caso(s) escolhido(s) e/ou no(s) entrevistado(s) selecionado(s), que vem ao encontro dos resultados em potencial pretendidos com os objetivos da pesquisa (GIL, 2009; YIN, 2010; TRIVIÑOS, 2011). Assumindo-se essa intencionalidade, os critérios utilizados na escolha dos casos foram os seguintes:

- acessibilidade - os casos escolhidos mostraram-se aptos aos procedimentos da pesquisa, tendo em vista contatos estabelecidos com informantes-chaves e que se colocaram a disposição para contribuir com a operacionalização da pesquisa;
- restrição de recursos - de ordem financeira e humana, já que o estudo não contou com recursos externos e todos os procedimentos foram realizados exclusivamente pelo autor da pesquisa. Entretanto, procurou-se garantir o suficiente aprofundamento na coleta das evidências (é o que se espera de estudos de caso e que é mais complexo quando se trata de mais de um);
- características dos casos em função dos objetivos da pesquisa - a opção por esses casos em específico ocorreu pela contribuição potencial que eles representariam para a pesquisa, em especial quanto ao aspecto que Yin (2010, p. 78) chama de "replicação teórica" referindo-se à escolha de casos que venham a produzir "resultados contrastantes, mas previsíveis". Informações preliminares obtidas a partir de fontes bibliográficas e documentais já indicavam contrastes pontuais que serviram para a escolha dos casos a serem estudados, conforme o quadro 1.

Indicadores	Município		Relação com a pesquisa
	Jaguari-RS	Chapecó-SC	
Grandes plantas agroindustriais	Inexistente	Berço da Coop. Aurora e unidade da Sadia	Possíveis diferenças em relação aos atores
Legislação na esfera estadual	Lei nº 13.825 de 2011 – SUSAF: legislação sanitária específica às AFRs; Lei nº 13.921 de 2012: institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar	Lei nº 10.610 de 1997 - legislação sanitária específica às AFRs;	Possíveis diferenças em relação ao ambiente institucional e aos atores
Legislação na esfera municipal	SIM recentemente implantado	SIM atuando desde 1994	Possíveis diferenças em relação a consolidação local do ambiente institucional
Quanto ao número e tempo de AFRs formais	Poucas experiências formais e recentes	A formalização é mais expressiva e de longa data	Diferentes trajetórias
Existência de organizações locais	Associações; cooperativas; grupos informais	Associações; cooperativas em rede; grupos informais	Possíveis diferenças em relação aos atores, estratégias e recursos

Quadro 1 - Indicadores de contraste entre os casos escolhidos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como a formalização (ou tentativas) das AFRs é um fenômeno que, em maior ou menor grau, ocorre em vários municípios do país, foi determinante como critério de seleção o fato de que, como apontado por estudos anteriores, os municípios de Jaguari-RS e Chapecó-SC constituem contrastes, não só quanto ao ambiente institucional e os problemas que dele decorrem, mas principalmente pela configuração de atores capazes de contribuir para a formalização das AFRs.

A escolha pelo município de Jaguari é intrínseca à escolha do próprio tema de pesquisa. Ao longo dos últimos sete anos foram realizados trabalhos de pesquisa e extensão, por grupos dos quais o autor desta pesquisa teve a oportunidade de participar, que proporcionaram a vivência da realidade local das AFRs e contribuíram para aproximação da problemática em que estão inseridas. Estudos realizados neste contexto sugerem que em Jaguari prevalece a ação do poder público como principal explicação para o fomento das AFRs (PEDRON; SOUZA, ALMEIDA, 2008; VENTURINI; SILVEIRA, 2011; DEON; SILVEIRA; VENTURINI, 2013), sendo este um importante indicativo de contraste quando se quer estudar a ação de atores em relação a formalização dessas experiências. Vale frisar, ainda, que o problema que se aborda nesta pesquisa é um constructo teórico que tem origem nos aportes dessa vivência.

A escolha pelo município de Chapecó teve origem na construção do problema desta pesquisa. Ao revisar a literatura que aborda as AFRs, Santa Catarina é uma referência em ações pioneiras no País para o fomento dessas experiências. Dentre os municípios deste estado, Chapecó é um campo de estudo recorrente em publicações sobre essa problemática que envolve as AFRs, sobretudo ressaltando as ‘redes de agroindústrias rurais’ (PETTAN et al., 2004; WILKINSON et al., 2011).

Esta característica constituiu elemento decisivo para a escolha desse município, pois, tais estudos sugerem a existência de um complexo ‘tecido social’ que suplanta a simples lógica da ação do poder público como principal explicação para o fomento das AFRs. Contexto este, apontado como determinante para a origem de fenômenos contemporâneos como as ‘redes de cooperativas descentralizadas’ (ESTEVAM; MIOR, 2014). Em Chapecó, a atual Cooperativa Central Sabor Colonial constitui uma dessas inovações.

A partir dos primeiros resultados obtidos já na fase exploratória da pesquisa, conduzido na etapa inicial dos trabalhos de campo, foi possível constatar o contraste entre os casos escolhidos e sua adequação aos propósitos da pesquisa.

Tendo em vista a delimitação do processo de formalização das AFRs a um contexto socioespacial, o item a seguir trata de caracterizar os municípios de Jaguari e Chapecó.

3.2.1 Caracterização dos municípios do estudo

3.2.1.1 Histórico socioeconômico, localização e indicadores

O atual município de Jaguari faz parte da região Sul do Brasil, mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense, microrregião geográfica de Santa Maria. Sua distribuição territorial é formada pelos distritos de Jaguari - sede (1º distr.), Santo Izidro (2º distr.); Ijucapirama (3º distr.); e Taquarichim (4º distr.) (IBGE, 2014).

A figura 2 ilustra a inserção do município no Estado, Mesorregião e no País.

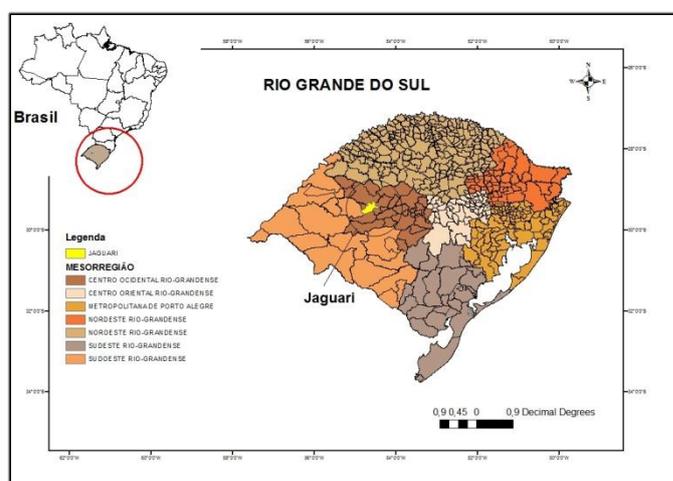


Figura 2 - Mapa informativo da localização do município de Jaguari
Fonte: IBGE (2000) – elaborado por T. A. Neto.

A origem deste município remonta a uma primeira fase de ocupações da região relacionadas ao período de formação das reduções Jesuíticas no RS, por volta de 1600. O seu nome tem origem indígena “jaguar-hy”, que significa “rio do jaguar” em guarani. Indígenas desta etnia foram os primeiros habitantes da região do atual município, com a fundação da redução de São Tomé, atribuída aos padres Romero Manuel Bertot e Luiz Ernot. Esta redução teve curto período de existência no local, sendo transferida para a margem direita do Rio Uruguai, próximo ao atual município de São Borja, em 1638.

Uma segunda fase que caracteriza a origem do município, diz respeito ao processo de colonização no sul do Brasil. No ano de 1871 foi instituída a colônia agrícola na região que margeia o rio Jaguari. O término de terras devolutas na então consolidada 4ª colônia de Silveira Martins, contribuiu para que, em 1888, tivesse início o povoamento propriamente dito do Núcleo Colonial de Jaguari. Sob o planejamento do engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, a colônia começa a receber os primeiros imigrantes italianos, alguns dos quais desviados da colônia de Silveira Martins.

Os italianos constituíram a principal etnia dos pioneiros da colonização de Jaguari, seguidos de outros como alemães, russos, austríacos, belgas, holandeses, suíços, ingleses, espanhóis e franceses. Destaque para a predominância do ofício de ‘agricultor’ dentre as profissões declaradas pelos imigrantes (MARCHIORI, 1999).

A colônia de Jaguari desenvolveu-se com base nas atividades agrícolas, fomentando inclusive a instalação de indústrias. Cultivos de milho, trigo, arroz, cana, mandioca, feijão, uva estão associados não só à subsistência das famílias, como também à base econômica da colônia. Para se ter ideia dessa evolução, registros apontam a existência, em 1894, de 19 moinhos hidráulicos, 3 descascadores de arroz, 3 alambiques de cachaça, 2 atafonas para farinha e polvilho, 2 fábricas de cerveja, 1 fábrica de fumo, entre outras; em 1922 constavam 105 fábricas de vinho, 35 alambiques de cachaça, 20 moinhos hidráulicos e 7 a vapor, 6 descascadores de arroz, entre outras (MARCHIORI, 1999). Percebe-se expansão em atividades industriais que têm ligação com a produção agrícola.

Após passar por um período de estagnação econômica, onde a colônia foi reduzida a 3º distrito de São Vicente, a retomada no desenvolvimento ocorre com a emancipação política do município em 16 de agosto de 1920, a partir de desmembramentos dos municípios de São Vicente, de São Francisco de Assis, de Santiago do Boqueirão e de Júlio de Castilhos. Os anos que seguem caracterizam o desenvolvimento do município de Jaguari como que estreitamente ligado às dinâmicas inerentes ao setor primário.

O atual município de Chapecó faz parte da região Sul do Brasil, mesorregião Oeste Catarinense, microrregião geográfica de Chapecó. Sua distribuição territorial é formada pelos distritos de Chapecó - sede (1º distr.), Marechal Bormann (2º distr.); Goio-Ên (3º distr.); Figueira (4º distr.), e Alto da Serra (5º distr.) (IBGE, 2014).

A figura 3 ilustra a inserção do município no Estado, Mesorregião e no País.

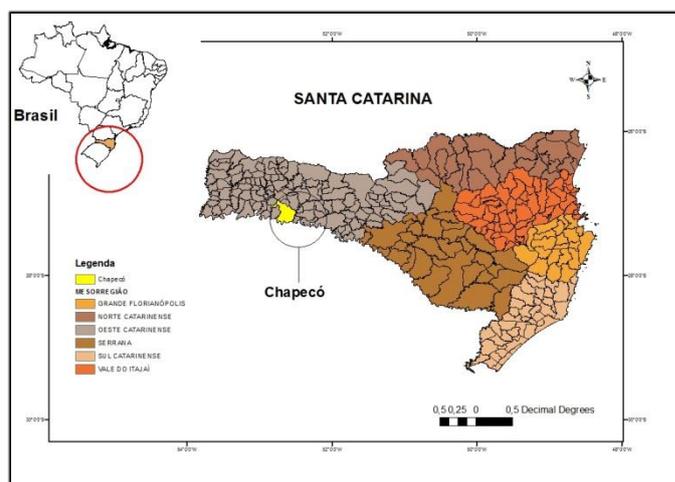


Figura 3 - Mapa informativo da localização do município de Chapecó

Fonte: IBGE (2000) – elaborado por T. A. Neto.

A ocupação histórica do município de Chapecó se confunde com as dinâmicas que ocorreram na região Oeste de Santa Catarina. Em linhas gerais, três fases caracterizam o processo de ocupação desse território: uma primeira fase de ocupação indígena – afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era ocupada, predominantemente, por índios Kaigangs; a própria origem do nome de Chapecó é associada a significados indígenas como “chapadão alto”, “chapéu feito de cipó” e “põe no cipó”; uma segunda fase cabocla – caracterizada pela ocupação por luso-brasileiros, os caboclos; e uma terceira fase de colonização – caracterizada pela penetração de elementos de origem italiana e alemã, oriundos principalmente do Rio Grande dos Sul (POLI, 1995).

Por muito anos essa região foi um corredor de passagem, um “caminho das tropas” que ligava São Paulo e Rio Grande do Sul. Este período reconhecido como o “ciclo da pecuária” contribuiu para a formação de fazendas e povoados ao longo desse trajeto, que além de constituir-se como fornecedores de alimentos para outras regiões, também foi estratégia para o avanço da ocupação no oeste catarinense, e conseqüente expulsão da população indígena que ali vivia. O atual município de Chapecó tem origem em um desses povoados.

Por volta de 1870, começa a ter expressão outra atividade que viria a caracterizar o “ciclo da erva-mate”, produto valorizado para exportação, sendo a Argentina um dos principais compradores. Esta atividade era realizada nas matas pelos caboclos, que levavam vida rudimentar, viviam em pequenos ranchos, produziam alimentos, criavam pequenos animais, porco, galinha, gado e mudavam constantemente de residência (RENK, 1995).

Na segunda metade do século XIX, intensificam-se as incursões argentinas na região à procura da erva-mate. O governo brasileiro reagiu a essas investidas argentinas instalando Colônias Militares na região. A primeira delas, a Colônia Militar de Chapecó, foi criada em 1859, mas efetivamente instalada somente em 1882. Em 1895 o Brasil toma posse efetiva desse território, que passou por período de litígio com a Argentina. Na sequência, tem início um processo de discussão interna entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, que só vira a ser resolvida com o fim da “Guerra do Contestado”, ocorrida na região entre 1912 e 1916. Assim, em 1917 foram criados 4 municípios, dentre eles o município de Chapecó, com o objetivo de ocupar a área que coube à Santa Catarina, da área total que estava em disputa. À esta época o município de Chapecó abrangia a grande área do Oeste Catarinense (POLI, 1995).

Com o fim da guerra do contestado entraram em cena as Companhias Colonizadoras que receberam do Governo do Estado enormes concessões de terras para promover o processo de colonização da região. A maioria dos colonos que se instalaram em Chapecó, a partir de então, provinham das antigas colônias do Rio Grande do Sul (o que caracteriza um processo de migração). Eram, no geral, descendentes de imigrantes europeus (italianos sobretudo, e em menor grau alemães e poloneses). A forma como ocorreu a colonização no oeste catarinense, assim como em Chapecó, gerou um processo de exclusão entre os ‘caboclos’ da região, por dois motivos: “[...] a desestruturação do modo de vida anterior à colonização; [e] o descompasso criado entre o *habitus* da população e as estruturas econômicas introduzidas pelo colonizador” (RENK, 2006, p. 117, grifo do autor).

A atividade de exploração da madeira, potencializada pela construção de estradas de ferro para o escoamento deste produto que antes era realizado através de balsas via Rio Uruguai, consolidou o “ciclo da madeira” (sendo seu auge entre 1930 e 1950) como atividade econômica que sustentou o processo de colonização que se estendeu por um longo período, aproximadamente até a década de 1960, quando terminam as terras devolutas para o assentamento dos migrantes (ROSSETTO, 1995).

Na segunda metade do século XX começa a se consolidar a “formação social capitalista” no Oeste Catarinense, e no município de Chapecó este processo é intenso. A partir

da década de 70 o desenvolvimento econômico passa a ser conduzido pela formação dos complexos agroindustriais, quando surgem agroindústrias de grande e médio porte como a Sadia, a Aurora, a Cooperativa Central Oeste Catarinense.

Poli (2001, p. 32) acrescenta que este ciclo econômico é tributário dos “padrões culturais, organização produtiva e modos de vida significativamente diferentes” das populações rurais que ali habitavam, referindo-se ao processo de colonização ter ocorrido na base da propriedade familiar e da produção de subsistência, mas num contexto tipicamente capitalista, voltando seus excedente para o mercado. Esta característica está na origem da dinâmica agroindustrial que caracteriza atualmente o município de Chapecó, assim como o Oeste Catarinense.

A partir de 1950 ocorreram diversos desmembramentos do município de Chapecó (pouco menos de 70), que vieram a originar outros municípios que hoje formam o atual Oeste Catarinense.

O histórico socioeconômico sugere diferenças na formação socioespacial dos municípios de Jaguari e Chapecó. Enquanto que o primeiro tem forte influência das dinâmicas entre agricultores imigrantes e o Estado, em Chapecó o quadro atual é resultado das relações e dos processos conflituosos que ocorreram entre colonizadoras, agricultores, agroindústrias e Estado.

Na tabela 1 apresentam-se indicadores que caracterizam o contexto atual desses dois municípios.

Tabela 1 - Alguns indicadores dos municípios de Jaguari e Chapecó

Indicadores	Município	
	Jaguari	Chapecó
Área total (km ²) ¹	673,4	626
População (hab.) ²	Total	11.473
	Urbana	6.531
	Rural	4.942
Valor Adicionado Bruto - VAB (mil R\$) ³	166.966	4.657.843
Participação no VAB municipal (%) ³	Agropecuária	29,9
	Indústria	11,4
	Serviços	58,7
Índice de desenvolvimento Humano (IDH) ⁴	0,712	0,790

Fonte: Compilação de dados a partir de IBGE (2010)², PNUD (2010)⁴, IBGE (2012)³ e IBGE (2013)¹ - elaborado pelo autor.

Segundo o censo demográfico de 2010, em Jaguari 56,9% da população está localizada na zona urbana e 43,1% na zona rural. No município de Chapecó 91,6% está localizada na zona urbana e 8,4% na zona rural.

O contraste entre os municípios pode ser percebido já em suas populações totais, indicando se tratarem de municípios com magnitudes diferentes em termos de densidade demográfica. Embora com áreas totais próximas, 673,4 km² em Jaguari e 626 km² em Chapecó, Jaguari apresenta densidade demográfica de 17,04 habitantes por km², enquanto que Chapecó essa densidade salta para 293,1 habitantes por km².

Com índices de Desenvolvimento Humano de 0,712 em Jaguari e 0,790 em Chapecó, para o ano de 2012, os dois municípios enquadram-se na faixa de IDH 'alto', segundo classificação do PNUD²³.

Quanto ao Valor Adicionado Bruto (VAB) em Jaguari para o ano de 2012, o setor de serviços participou com 58,7%, seguido da agropecuária com 29,9%, e por último a indústria com 11,4%. Em Chapecó o setor de serviços participou com 65,7%, seguido da indústria com 33,3%, e por último a agropecuária com 1,0%. Os números mostram a estreita ligação que tem a agricultura com a economia do município em Jaguari, assim como a indústria para o município de Chapecó. Deve-se acrescentar, ainda, ao contraste entre as economias desses municípios, a magnitude na diferença entre valores totais do VAB, que em Jaguari foi de R\$ 166.966.000,00, enquanto que em Chapecó foi de R\$ 4.657.843.000,00.

Os indicadores explicitam diferentes realidades entre os dois municípios. Chapecó é um centro consumidor em potencial, assim como um polo industrial e de serviços já consolidado, onde encontram-se empresas do porte da Sadia e da Cooperativa Aurora. Sua história recente de desenvolvimento, mais especificamente a partir de meados da década de 70, ilustra as dinâmicas decorrentes do surgimento dos complexos agroindustriais no país. De forma contrária, Jaguari é um município de pequeno porte, onde o setor agropecuário ainda hoje responde em boa medida pelo seu desempenho econômico.

Tendo em vista a temática deste estudo que focaliza a atividade de agroindustrialização realizada pela agricultura familiar, caracteriza-se a seguir a representatividade desse público em Jaguari e Chapecó.

3.2.1.2 Agroindustrialização na agricultura familiar nos municípios em estudo

A estrutura agrária dos municípios remete a considerar a representatividade da agricultura familiar no meio rural. Em Jaguari 84,1% dos estabelecimentos rurais têm menos de 50 ha, assim como em Chapecó que são 89,4%. O meio rural desses municípios é

²³ Classificação segundo a faixa do IDH entre 0,700 e 0,799.

eminentemente composto por pequenas propriedades, sobretudo em Chapecó se considerar que 35,8% dos estabelecimentos têm menos de 5 ha, sendo de apenas 15,1% em Jaguari (IBGE, 2006). A estrutura agrária desses municípios tem influência do próprio processo de colonização, onde os lotes recebidos, em sua maioria, não tinham mais que 25 ha de área.

Os estabelecimentos com agricultura familiar representam 94% dos 1579 estabelecimentos rurais em Jaguari, enquanto que em Chapecó este percentual é de 86,1% dos 1907 existentes, como pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2 - Indicadores da agricultura familiar em Jaguari e Chapecó - 2006

Indicadores		Jaguari		Chapecó	
		n° absolutos	%	n° absolutos	%
Número de estabelecimentos (unid.)	Total	1579	100	1907	100
	Agric. Familiar	1484	94,0	1642	86,1
Área dos estabelecimentos (ha)	Total	51030	100	34078	100
	Agric. Familiar	40008	78,4	19674	57,7

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006, elaborado pelo autor.

A maior parte das terras do meio rural em Jaguari, 78,4% da área total dos estabelecimentos, é ocupada pela agricultura familiar. Embora também seja maioria em Chapecó, este percentual cai para 57,7%, ou seja, há também área considerável dos estabelecimentos rurais ocupada pela agricultura não familiar. Os dados apontam para maior número de estabelecimentos da agricultura familiar com menores áreas em Chapecó do que em Jaguari.

A tabela 3 mostra a composição das principais atividades de produção deste público nos municípios.

Tabela 3 - Indicadores da produção rural nos estabelecimentos rurais nos municípios de Jaguari e Chapecó - 2006

Indicadores	Município					
	Jaguari			Chapecó		
	Absolutos (R\$)	%	%	Absolutos (R\$)	%	%
VTP - estabelecimentos rurais	48.792.000		100	213.847.000		100
VTP – estabelecimentos com agricultura familiar	41.499.298	100	85,1	47.689.759	100	22,3
Contribuição das principais atividades:						
Fumo	17.947.613	43,2				
Milho	5.680.950	13,7				
Soja	5.425.575	13,1				
Arroz	4.895.780	11,8				
Produção de bovinos	3.768.000	9,1				
Cana-de-açúcar	1.079.402	2,6				
Produção de leite	693.000	1,7				
Aves e ovos				20.483.000	43,0	
Produção de suínos				7.843.000	16,4	
Produção de leite				5.643.000	11,8	
Produção de bovinos				4.838.000	10,1	
Milho				2.507.160	5,3	
Soja				1.791.669	3,8	
Fumo				1.139.190	2,4	
Valor da Agroindústria Familiar Rural	1.525.750	3,7		514.234	1,1	
*Valor da agroindústria Familiar Rural/ha	44			24		
**Valor da Agroindústria Familiar Rural/estabelecimento	1204			293		

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006, elaborado pelo autor.

VTP = Valor total da produção. * Em relação à área dos estabelecimentos com agricultura familiar. ** Em relação ao número de estabelecimentos com agricultura familiar.

A agricultura familiar responde por 85,1% do VTP dos estabelecimentos rurais em Jaguari. Chama atenção a produção de fumo com contribuição 43,2% para a composição do VTP da agricultura familiar. Em menor participação contribuem também outras atividades, como a produção de milho com 13,7%, a soja com 13,1%, o arroz com 11,8%, a produção de bovinos com 9,1%, e em menor proporção a produção de cana-de-açúcar com 2,6% e a produção de leite com 1,7%.

Em Chapecó, a agricultura familiar responde por apenas 22,3% do VTP dos estabelecimentos rurais. Chama atenção a produção de aves e ovos com contribuição de 43% na composição do VTP da agricultura familiar. Em menor participação contribuem também outras atividades, como a produção de suínos com 16,4%, a produção de leite com 11,8%, a produção de bovinos com 10,1%, e em menor proporção a produção de milho com 5,3%, soja com 3,8% e a produção de fumo com 2,4%.

Os números apontam que a produção vegetal, sobretudo o cultivo do fumo, são representativos como fonte de renda para a agricultura familiar em Jaguari. Em Chapecó ocorre outra realidade, os números apontam para a produção animal, sobretudo as aves e em menor proporção os suínos, como importante fonte de renda para este público. Os distintos cenários mostram também a existência de atividade das empresas integradoras (fumageiras)

junto a este público em Jaguari, assim como em Chapecó, onde os agricultores familiares são importantes fornecedores de matéria-prima para as agroindústrias da linha de carnes.

A Agroindústria Familiar Rural contribui com 3,7% do VTP da agricultura familiar em Jaguari, enquanto que em Chapecó sua contribuição é de apenas 1,1%. Esta diferença coloca a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar mais representativa em Jaguari do que em Chapecó, como fonte de renda para este público.

Como abordado no histórico de ocupação, Jaguari tem forte influência no seu modo de produção, motivado pelo tipo de colonização que se estabeleceu no passado, dentre elas com grande destaque às famílias de imigrantes italianos. Os números mostram que a base econômica é a agricultura e a pecuária de pequenas propriedades rurais, com destaque à agricultura familiar.

Não obstante, também a história de ocupação do município de Chapecó, assim como da região Oeste Catarinense, está estritamente relacionada à existência da agricultura familiar. Testa et al. (1996) apontam que cerca de 80% do esforço de trabalho dos estabelecimentos com agricultura familiar dessa região tem por objetivo o mercado. Essa aptidão, além da resiliência frente às adversidades históricas enfrentadas por este público, é apontado como lastro para a formação do parque industrial que hoje garante a Chapecó reconhecimento como “Capital das Agroindústrias”.

A atividade de agroindustrialização é uma estratégia presente entre a agricultura familiar nos municípios estudados. Em 211 estabelecimentos de Jaguari há declaração de agroindustrialização da produção, o que representa 14,2% do total de estabelecimentos da agricultura familiar. Esse número é menor em Chapecó, 94 estabelecimentos, ou 5,8% (IBGE, 2006).

Há uma variada gama de agroindústrias nos municípios em estudo, o que pode ser constatado a partir dos tipos de produtos processados, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Produtos da Agroindústria Familiar Rural em Jaguari e Chapecó - 2006

Produtos	Jaguari					Chapecó				
	Inf. (un.)	Produção			Venda (%)	Inf. (un.)	Produção			Venda (%)
		Quant.	VTP (mil R\$)	Contr./ VTP (%)			Quant.	VTP (mil R\$)	Contr./ VTP (%)	
Aguardente de cana (mil litros)	94	1241	1251	82,0	94,4	3	9	19	4	88,9
Doces e geleias (t)	X					X				
Legumes e verduras* (t)	X					X				
Melado (Mil litros)	10	1	4	0,3	100,0	7	1	3	1	100,0
Queijo e requeijão (t)	85	26	136	8,9	73,1	43	58	294	57	91,4
Rapadura (t)	3	2	6	0,4	100,0					
Vinho de uva (t)	32	18	51	3,3	61,1	3	6	21	4	83,3
Carne de bovinos** (t)	X					41	12	37	7	8,3
Carne de suínos** (t)						41	42	128	25	73,8
Carne de outros animais** (t)						11	2	6	1	
Embutidos (t)	105	10	77	5,0	30	8	1	6	1	
Total	329	-	1525	100	-	157	-	514	100	-

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 2006, elaborado pelo autor.

Nota: O caractere 'X' identifica a existência de informantes, embora estes sejam em número menor que 3 (três). VTP = Valor total da Produção. *Legumes e verduras processados. **Refere-se à carne 'verde' - cortes sem processamento.

Em Jaguari, destacam-se pelo número de informantes e pelo valor da produção, as agroindústrias que processam derivados da cana-de-açúcar (sobretudo a cachaça), seguidos dos derivados do leite (queijos), os embutidos e a produção de vinho. Em Chapecó os derivados do leite (queijos), seguido dos produtos cárneos (suínos e bovinos) são os destaques.

De modo geral, os dados sugerem que as principais linhas de transformação das agroindústrias compreendem a cana-de-açúcar (cachaça, açúcar mascavo, melado, rapadura e); carnes e embutidos (suínos e frangos); leite (queijo, requeijão, doce de leite); frutas e hortaliças (doces, sucos, geleias e conservas); uva (sucos e vinhos). Como os dados da tabela 4 referem-se ao censo de 2006, deve-se acrescentar a existência de outras linhas não captadas naquele ano, à exemplo das massas e panificação (macarrão, bolachas e biscoitos, pães,ucas).

A comercialização de parte da produção é uma característica atribuída aos agricultores que desenvolvem a atividade de agroindustrialização em seus estabelecimentos. Este atributo é importante nesta pesquisa, tendo em vista que a formalização das AFRs está diretamente relacionada com essa opção pela venda. Além de expressar a diversidade de agroindústrias familiares em função das linhas de produtos, os dados da tabela 4 também sugerem adequação dos casos ao estudo realizado já que, para os produtos listados, parte da produção é destinada à venda. Em Jaguari, produtos como o melado, a rapadura, a cachaça e o queijo, a comercialização chegam a atingir percentuais de 100%, 100%, 94,4% e 73,1%, respectivamente, do que é produzido. Assim como em Chapecó, o melado, o queijo, a cachaça

e os carnes de suínos, que atingem 100%, 91,4%, 88,9% e 73,8%, respectivamente, quando o destino é o mercado.

A seguir descreve-se a lógica de abordagem ao objeto de pesquisa, onde são descritos os procedimentos e instrumentos utilizados para identificação, coleta, análise e interpretação das evidências que o estudo dos municípios de Jaguari e Chapecó proporciona.

3.3 Delineamento da pesquisa

3.3.1 Unidades de análise, etapas e procedimentos para coleta dos dados

Com base no modelo teórico e nas características gerais verificadas na atividade de agroindustrialização junto à agricultura familiar nos municípios estudados, a abordagem ao objeto de estudo ocorreu a partir de duas **unidades de análise**: a) as Agroindústrias Familiares Rurais; e b) os outros atores com os quais os agricultores se relacionam em função da formalização: integrantes ou não de diferentes organizações públicas, privadas, representações da sociedade civil, grupos de interesse, etc., conforme figura 4.

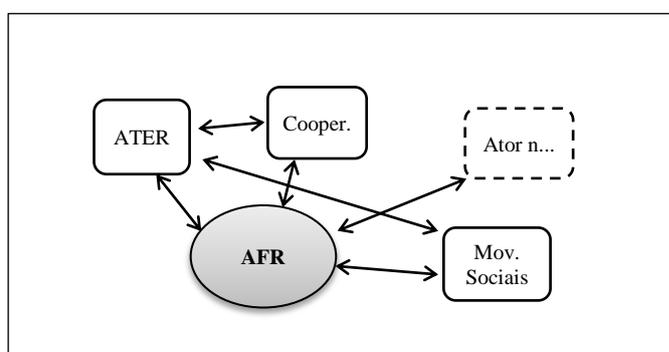


Figura 4 - Representação das unidades de análise do estudo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assumindo-se a existência de heterogeneidade nas atividades de elaboração/processamento de alimentos e bebidas realizadas pela agricultura familiar nos municípios em estudo, adotou-se como critério para delimitação desse público o conceito de Agroindústria Familiar Rural, incluindo aquelas experiências onde ocorra: o processamento/transformação de produtos (onde prevalece matéria-prima oriunda da própria unidade de produção familiar) de origem animal e/ou vegetal em alimentos e/ou bebidas para comercialização (não exclusivamente); que incorpore práticas artesanais de produção; cujas

atividades são realizadas, predominantemente, por pessoas do próprio núcleo familiar de forma individual e/ou coletiva (inclusive com outras famílias); as atividades são realizadas em estrutura física específica ou no próprio lar, localizada no meio rural; as atividades podem contar, em parte, com a contratação de terceiros; a gestão se mantém centralizada pelos membros da(s) família(s). Não estão incluídas as atividades que envolvam artesanato, agroextrativismo, outros produtos não alimentícios, as agroindústrias sem ligação com a agricultura familiar e as agroindústrias urbanas.

O estudo dos casos utilizou a lógica de aproximação gradual ao objeto de estudo. Na medida da ocorrência de melhor delimitação do objeto, em função do problema de pesquisa, foram utilizados instrumentos (roteiros) para proporcionar orientação nas coletas de dados e o aprofundamento dos casos selecionados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Em uma primeira etapa (de caráter exploratório), realizada no período de março a junho de 2014, foram conduzidas **entrevistas abertas** com **informantes-chave** (representantes do poder público, de ONGs e da sociedade civil) nos dois municípios, que vivenciaram (ou vivenciam) as experiências com Agroindústrias Familiares. Essa etapa contribuiu para a compreensão do contexto atual e trajetória dessas experiências nesses municípios, além de verificar a necessidade de adequação dos procedimentos seguintes da pesquisa. Foram selecionadas, também, as Agroindústrias Familiares Rurais para a próxima etapa, além da prospecção de outros atores, instituições e organizações importantes para a formalização das AFRs no município.

Além das entrevistas realizadas, também foram utilizadas outras fontes, como a **pesquisa documental e bibliográfica**, que contribuíram para uma primeira caracterização e aproximação aos fenômenos relacionados ao objeto em estudo. Destas, destacam-se bancos de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos registros obtidos junto às organizações locais.

Uma segunda etapa, realizada no período de junho a setembro de 2014, envolveu procedimentos mais sistemáticos para coleta dos dados em profundidade. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os agricultores/gestores responsáveis pelas Agroindústrias Familiares Rurais. Em algumas delas a entrevista ocorreu em conjunto, com a participação de mais de um membro da família.

A escolha das AFRs, assim como a escolha dos casos, foi intencional. O critério central foi a adequação ao objeto de estudo, ou seja, a formalização das AFRs. Desta forma foram priorizadas as experiências que:

- a) tenham enfrentado ou estejam enfrentando trâmites relacionados à formalização;
- b) representem o contexto das AFRs do município, em função dos tipos de produtos processados (procurando abarcar produtos de origem animal, vegetal e bebidas) e das relações que se estabelecem para a formalização. Esta representatividade foi construída a partir das entrevistas com informantes-chave, conduzidas no estudo exploratório inicial.

Além dessas, considerou-se importante entrevistar agricultores em algumas agroindústrias que estivessem totalmente ‘informais’. Esta categoria foi pensada com o intuito de formar uma ‘contraprova’, e qualificar a análise dos resultados, além de melhor ilustrar os ‘possíveis estágios’ pelos quais a formalização das AFRs avança.

Essa seleção levou em conta a indicação das diferentes fontes (agentes municipais, agentes de extensão, pesquisa, sindicatos, associações, etc.) de modo a compor uma diversidade mínima de AFRs (em relação ao processo de formalização).

A opção pela modalidade de **entrevista semiestruturada** ocorreu em função de que “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2011, p. 146).

A partir das entrevistas nas AFRs e o cruzamento com as informações obtidas na etapa exploratória foi possível identificar os atores com os quais as AFRs se relacionam (atores de órgãos de pesquisa, extensão, ensino, órgãos públicos das esferas municipais e estaduais, ONGs, Organizações da Sociedade Civil, etc.). Com esses atores também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas.

A seleção desses atores para a condução de entrevistas, também intencional, levou em conta:

- a) a participação em dinâmicas que, de alguma forma, tenham interferido e/ou interferem no avanço da formalização das AFRs;
- b) representar a heterogeneidade existente entre esses atores.

Esse caminho lógico foi importante para identificar e diferenciar as redes de relacionamento constituídas, que atuaram (ou atuam) junto às experiências de AFRs. Nesse sentido que a noção de redes representa um aporte metodológico para a pesquisa, pois possibilitou o mapeamento dos atores e as relações que se constituem em função do processo de formalização das AFRs.

Para a condução das entrevistas foram utilizados **roteiros** específicos à cada categoria de entrevistados (Apêndice A – agricultores; Apêndice B – outros atores sociais com as quais as AFRs se relacionam ou relacionaram em função do processo de formalização). Com a autorização dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas, assumindo-se a confidencialidade dos dados coletados, bem como, o anonimato quando da divulgação das informações.

Nesta etapa, além das entrevistas, também foram utilizadas outras fontes de evidências como as pesquisas documental e bibliográfica e a **observação livre**. Segundo Markoni e Lakatos (2003, p. 192) a técnica da observação "consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas".

Além dos critérios de seleção descritos, o número de entrevistados em cada caso e em cada unidade de análise considerou, também, o critério de "repetição das respostas"²⁴, tendo em conta a racionalização de limites no número de entrevistas realizadas de modo a viabilizar a execução da pesquisa. Ao final desta etapa de coleta de dados, a amostra da pesquisa contou com 23 entrevistados no município de Jaguari e 33 no município de Chapecó.

O quadro 2 ilustra como ficou a distribuição das entrevistas em cada município.

Unidades de análise	Entrevistados	JAGUARI		CHAPECÓ		TOTAL
		Nº	Descrição	Nº	Descrição	
AFRs	<i>Agricultores</i>	10	Derivados do leite; Cachaça; Vinhos; Massas e panificados; Doces derivados da cana-de-açúcar; Embutidos	13	Derivados do leite; Ovos; Embutidos; Prod. Minimamente Processados; Massas e panificados; Conservas; Compotas; Sucos; Cachaça; Doces derivados da cana-de-açúcar	23
Outros atores sociais	<i>Gestores e/ou técnicos</i>	13	Organizações como Emater; Prefeitura municipal; Cooperativas; Organizações de representação de classe; Instituições de ensino; Sebrae	20	Organizações como Epagri; Cidasc; Prefeitura municipal; Instituto Saga; Amosc; Apaco; Cooperativas; Org. dos movimentos sociais; Entidades de representação de classe; Instituições de ensino; Org. financeiras	33
TOTAL		23		33		56

Quadro 2 - Distribuição das entrevistas nos municípios estudados

Fonte: Elaborado pelo autor.

²⁴ Diz respeito ao momento em que as informações fornecidas por novos entrevistados não mais surpreendam ou venham agregar novas evidências em relação ao fenômeno pesquisado. Ver em Paulilo (1990) exemplo da utilização desse critério.

Nos Apêndices C e D encontram-se as respectivas listas que detalham as experiências de agroindustrialização na agricultura familiar e as organizações que compuseram a amostra de entrevistas realizadas para este estudo.

3.3.2 Organização, análise e interpretação

Tendo em vista otimizar o estudo dos casos, procurou-se orientar as atividades de organização, análise e interpretação, segundo três princípios sugeridos por Yin (2010, p.141-150): "Princípio 1: uso de múltiplas fontes de evidência; Princípio 2: criar uma base de dados do estudo de caso; Princípio 3: manter o encadeamento das evidências". Especificamente ao princípio 1, Gil (2009) acrescenta que a obtenção de dados mediante procedimentos diversos é essencial para garantir a qualidade dos resultados obtidos, procedimento esse conhecido como 'triangulação'.

Na medida do possível, esse princípio foi atendido a partir do cruzamento de dados entre os instrumentos de coleta (roteiros, documentos e observação direta), mas também pelo cruzamento entre as categorias de entrevistados (agricultores e atores relacionados às organizações).

As gravações das entrevistas constituíram um banco de dados digital com 36 horas de áudio. As transcrições destas gravações formaram um banco de dados contendo 325 páginas de texto.

A organização dos dados produzidos foi facilitada pela utilização do software 'MAXQDA 11'²⁵. Este aplicativo apresenta um conjunto de ferramentas que viabilizou os procedimentos da **análise de conteúdo**. Esta análise teve início com a própria organização do material coletado, seguido da codificação conforme as fontes, a disposição em categorias de acordo com os pressupostos em estudo e, finalmente, a inferência dos resultados (BARDIN, 2011). A distribuição de frequências foi uma ferramenta também utilizada para a organização e a análise dos dados.

²⁵ Trata-se de aplicativo profissional para apoio à análise de dados qualitativos e métodos mistos de investigação. Este software, que foi adquirido em função da pesquisa, dispõe de recursos para organização, categorização e codificação de dados não estruturados como ficheiros multimídia, questionários, imagens, etc. As análises podem ser realizadas a partir dos diferentes tipos de relatórios que o aplicativo possibilita extrair do banco de dados.

Seguindo este encadeamento lógico, ao final desse processo de organização e análise, para cada proposição, resultaram grupos de evidências com suas respectivas fontes codificadas.

As interpretações dos resultados obtidos a partir das evidências empíricas ocorreram à luz do modelo teórico adotado, atentando sempre para o cuidado de preservar o que Gil (2009) denomina por 'totalidade da unidade social', que nada mais é do que interpretar as evidências de cada categoria de análise individualmente, mantendo o vínculo lógico com o fenômeno como um todo.

A figura 5 representa uma síntese lógica dos procedimentos empregados na pesquisa.

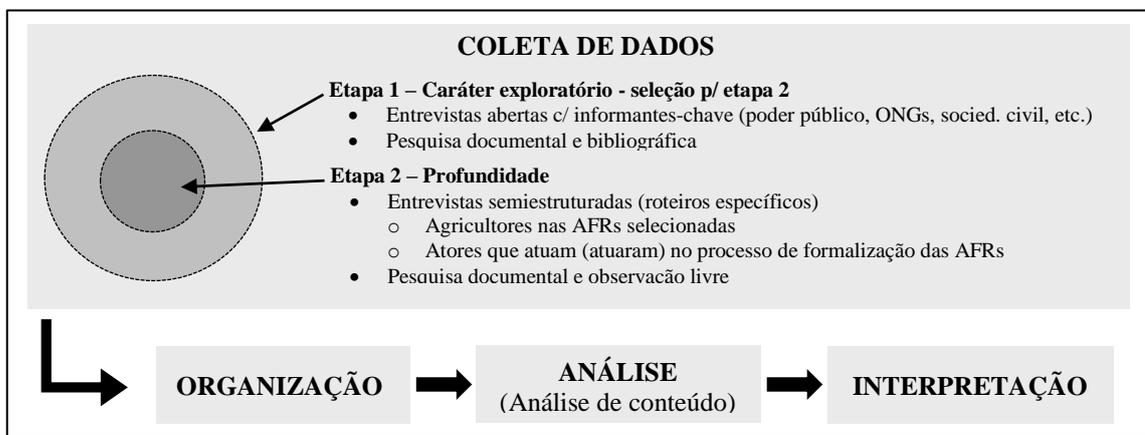


Figura 5 - Os procedimentos da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 O QUADRO LEGAL INSTITUÍDO QUE ORIENTA A FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

As instituições formais, entendidas como normas, direitos e deveres, compreendem as regras que orientam a conduta dos atores (NORTH, 1998). Com base nas entrevistas realizadas para a pesquisa identificou-se que o quadro legal sanitário, ambiental, tributário fiscal, previdenciário, além das legislações que instituem os programas de fomento às AFRs, são as principais disposições formais que orientam as relações e a conduta dos atores tendo em vista a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais. Esta seção se ocupa em atender a um dos objetivos específicos deste estudo, realizando uma ‘leitura’ desse quadro legal que faz parte do ambiente institucional no qual as AFRs estão imersas, apontando a repercussão para essas experiências e para as relações que se estabelecem em função de sua formalização.

Por se tratar de tema amplo e para viabilizar o estudo limitou-se em focar as instituições com ‘abrangência geral’, relacionadas às esferas Federal, Estadual e Municipal. Para efeitos de apresentação dos resultados, optou-se por discorrer sobre as instituições informais no contexto das análises sobre as dinâmicas para a formalização, no capítulo seguinte. Também por entender que estas compõem o quadro analítico relacionado ao *habitus*.

4.1 Legislação sanitária

Dentre as instituições formais identificadas nas entrevistas, esse grupo é o mais complexo. A legalização sanitária aborda o registro da atividade de agroindustrialização junto aos órgãos competentes, cujas responsabilidades, atualmente, podem ser divididas segundo Produtos de Origem Animal, Produtos de Origem Vegetal e Bebidas, Sucos e Vinagres.

A lei sanitária para inspeção de produtos de origem animal em funcionamento no Brasil tem origem na década de 1950. A Lei nº 1283 de 18 de dezembro de 1950, foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 30.691, de 1952, que aprovou o novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Esta lei criou o Serviço de Inspeção Federal (SIF). Embora tenha passado por algumas modificações, ela vigora até os dias de hoje.

As normativas que essa lei incorpora explicitam a preocupação de que os produtos de origem animal são excelentes meios de cultura para o desenvolvimento de micro-organismos causadores de doenças, e que por tanto, merecem uma atenção especial. Com essa justificativa

tem início o controle prévio dos produtos de origem animal. Os princípios presentes nesta normativa, eminentemente ‘tecnicista e com foco no processo de produção’, tiveram influência norte americana, que via nos produtos brasileiros exportados, riscos de contaminações. Para contornar essa ‘barreira sanitária’, estes alimentos necessitariam, então, passar por um controle prévio, para as empresas se precaverem ou evitarem possíveis boicotes no mercado internacional. Anteriormente, esse controle era restrito ao transporte e à comercialização (ROZENFELD, 2000).

O pano de fundo para o surgimento dessa legislação era a realidade de unidades industriais, sobretudo aquelas com potencial para exportação, com grandes e complexas estruturas em instalações e equipamentos. Se, por um lado, o início deste tipo de controle possa ter contribuído para alguma melhoria na qualidade dos alimentos com o viés eminentemente sanitarista (saúde da população), por outro lado esta legislação representou um entrave à instalação das pequenas unidades industriais, pressupondo que a qualidade dos produtos depende exclusivamente do investimento em estrutura e equipamentos (PREZOTTO, 1999).

A partir dos anos 1960, surgiram outras leis, decretos e portarias regulamentando o funcionamento dos estabelecimentos de produção e de comercialização dos estabelecimentos de origem animal, mas que mantiveram as mesmas orientações e restrições da Lei nº 1.283 de 1950. Entretanto, as políticas brasileiras contribuíram para o surgimento de outros fatores que influenciaram essa problemática do quadro legal sanitário sobre a formalização das AFRs.

O Decreto lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, instituiu normas básicas sobre alimentos e definiu a obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos produtores. Ao referir-se como ‘alimentos’, o decreto estende a obrigatoriedade das normativas, também aos produtos de origem vegetal. Além disso, definiu o Ministério da Saúde como órgão competente.

Com a instauração do ‘Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, tem início o período de concentração de poder no governo federal, onde a prestação de serviços públicos passa a ocorrer centralizados pela união. Neste período ocorre a promulgação do ‘Decreto Lei nº 69.502’, que dispõe sobre o registro, padronização e inspeção de produtos vegetal e animal. Este decreto unifica os procedimentos sanitários para esses dois tipos de produto, e ainda delega competência exclusiva ao Ministério da Agricultura. No mesmo ano a ‘Lei 5.760, de 1971 consolidou esse decreto e federalizou a inspeção sanitária de produtos de origem animal.

No espaço compreendido entre 1950 a 1970, a competência relacionada ao controle sanitário desses produtos se revezou entre dois Ministérios (Agricultura e Saúde). Além disso,

o entendimento sobre o objeto da normatização, também sofre alteração na interpretação: década de 50 – ‘produto de origem animal’; década de 60 – ‘alimentos’ (produto de origem vegetal passa a fazer parte). Estas idas e vindas que ocorreram no ambiente institucional legal sanitário são fontes de problemas em potencial até os dias atuais²⁶.

A década de 80 assistiu a um amplo processo de debates que conduziram o País a retomar a democratização, culminando em 1988 com a promulgação da Constituição Federal. A partir desta houve profunda reorganização das políticas públicas, surgindo novas leis, decretos e regulamentos, onde o Estado passou a cumprir um papel descentralizado²⁷ frente aos diferentes setores da produção.

Neste sentido foi promulgada a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que estendeu a competência dos serviços de inspeção aos estados, distrito federal e municípios, ficando sob a coordenação do Ministério da Agricultura. Porém, a restrição territorial para cada tipo de serviço de inspeção, também limita a circulação dos produtos ao território de abrangência desse serviço: Serviços de Inspeção Municipais (SIM) - comercialização no próprio município; Serviços de Inspeção Estaduais (SIE) – comercialização no Estado; e Serviço de Inspeção Federal (SIF) – comercialização no território nacional e exportação.

Esta divisão territorial passa a constituir limitação às AFRs, ao passo que é incoerência, do ponto de vista sanitário, o fato de limites territoriais ditarem se um produto é próprio ou não para consumo. O limite ocorre no caso em que as agroindústrias familiares que aderem ao SIM, em municípios pequenos com limitação de demanda, ficam impedidas de comercializar seus produtos em municípios próximos que conformam os mercados regionais. Esta inconsistência constitui uma situação desfavorável a esses pequenos empreendimentos até os dias atuais (PREZOTTO, 1999; ORSI, 2001).

O Artigo 4º desta Lei dispõe sobre as competências: MAPA nos estabelecimentos que façam comércio interestadual ou internacional; Secretarias de Agricultura dos Estados nos estabelecimentos que façam comércio intermunicipal; Secretarias dos Municípios nos estabelecimentos que façam comércio apenas municipal. Os órgãos de Saúde Pública (ANVISA) nos atacados e varejo.

²⁶ Ver na abordagem da lei 8.080, logo adiante.

²⁷ O período da ditadura militar, compreendido entre os anos de 1964 e 1988, foi caracterizado por um processo de concentração de poder no governo federal, onde encontravam-se ‘federalizados’ serviços básicos atribuídos ao Estado (saúde, agricultura, educação, segurança, entre outros). A promulgação da Constituição Federal de 1988 simboliza o retorno ao regime democrático, onde é retomado o processo de descentralização do poder, pelo reconhecimento do estados e municípios como entes da federação.

Em 1990, a promulgação da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro, deu continuidade à problemática de interpretação da competência dos serviços sanitários. Entre outros dispositivos, esta lei criou o Sistema Único de Saúde (SUS), onde consta no Artigo 6º, que executará ações de “vigilância sanitária” que, entre outras, refere-se “a fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas, para consumo humano”. O conflito ocorre, pois, para o Ministério da Saúde o conceito é “alimentos, bebidas e água”, envolve todos os alimentos, enquanto que para o Ministério da Agricultura (e os órgãos e instâncias de controle a ele ligados), o conceito de “alimentos” separa em “produtos de origem vegetal e produtos de origem animal)”²⁸.

Em 1994 foi promulgada a Lei nº 8.918, de 14 de julho, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, mas o conflito de competência ainda se manteve. Em seu Artigo 3º, há referência ao SUS como órgão competente pela inspeção e fiscalização de bebidas, nos seus aspectos sanitários, entretanto, o Parágrafo Único do Artigo 1º da mesma lei, define as ações de inspeção, dentre as quais as sanitárias, como competência do Ministério da Agricultura. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 6.871, de 4 de junho de 2009.

O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária fica definido pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro, de 1999. Este sistema integra o campo de ações do SUS. Para a execução das ações de vigilância sanitária a lei cria a “Agência Nacional de Vigilância Sanitária”²⁹. No Artigo 6º consta como finalidade desta agência “[...] promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos [...]”, e no Artigo 8º, § 1º, Inciso II, a lei especifica os produtos como “[...] alimentos, inclusive bebidas, águas envasadas [...]” (BRASIL, 1999). O que ocorre é que permanece instituído o conflito de competências, como já ocorria nas leis anteriormente comentadas.

²⁸ Analisando a competência de Estados e Municípios em relação à segurança sanitária, Fernandes Neto (2001) relata a indignação de um gestor da Inspeção Vegetal do Ministério da Agricultura, pelo fato da vigilância sanitária (ligada ao Ministério da Saúde) ter interditado uma empresa por conta de intoxicação provocada por seu produto, que no caso era um refrigerante (bebida). Segundo o autor, a indignação atribuída ao gestor ocorria por conta dele considerar que seria de sua responsabilidade todos os aspectos tecnológicos da fabricação de bebidas. Esse caso em específico ilustra os conflitos inerentes ao controle sanitário, que tem origem na própria evolução do ambiente institucional legal que rege as ações e atribui as competências, com espaço para interpretações distintas.

²⁹ Ressalta-se, ainda, que a inspeção de produtos de origem vegetal operada pela Vigilância Sanitária atual obedece ao modelo de gestão do Sistema Único de Saúde, que segue o princípio de gestão compartilhada: Comissão Intergestores Tripartite - como instância de articulação na esfera federal integrada por gestores do SUS das três esferas de governo; e Comissão Intergestores Bipartite - como instância colegiada de negociação e pactuação entre o gestor estadual e os gestores municipais (ROZENFELD, 2000). É diferente do que ocorre com a inspeção dos produtos de origem animal, cujos entes da federação têm autonomia legal, desde que atendam ao princípio de “equivalência” (abordado à seguir).

No intuito de amenizar essa problemática foi instituído o Decreto nº 5.741, de 31 de março de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA). Este sistema objetiva garantir a saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. Aos serviços que não aderirem ao SUASA, permanecem seguindo a Lei nº 7.889, de 1989.

O SUASA é um sistema unificado e descentralizado, coordenado pela União, como Instância Central e Superior, com a participação dos Estados e do Distrito Federal, como Instância Intermediária, e dos municípios, como Instância Local, através de adesão voluntária. Os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão aderir ao SUASA livremente, solicitando ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a verificação e o reconhecimento de sua “equivalência” para a realização do comércio interestadual.

Equivalência, como consta no Parágrafo Único do Artigo 149 da Lei do SUASA, diz respeito ao “estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes serviços de inspeção permitem alcançar os mesmos objetivos de inspeção, fiscalização, inocuidade e qualidade dos produtos” (BRASIL, 2006a). O princípio de “equivalência” visa garantir que todos os produtos sejam inspecionados com o mesmo rigor, independentemente de estarem destinados ao mercado local, regional ou nacional. Com esta proposta a lei possibilita que agroindústrias que estiverem localizadas em municípios que aderirem ao SUASA poderão comercializar seus produtos em qualquer parte do território nacional.

Após a adesão, todo o trabalho dos serviços de inspeção será regido pela própria legislação (lei, decreto, portaria, resolução, etc.) do Estado ou do Município que definirá os critérios e procedimentos de inspeção e de aprovação de plantas de instalações e o registro dos estabelecimentos, desde que não interfira nos princípios legais do SUASA.

Cabe salientar que essa adesão não é aspecto trivial, entre outros motivos, citam-se os aspectos estruturais previstos na Lei do SUASA: o município que solicitar a adesão deverá contratar, por concurso público, profissionais para esse serviço; existência ou acesso a laboratórios qualificados para realizar testes com os produtos; além de instalações e equipamentos para dar condições ao serviço de inspeção. O fato é que esta estrutura demanda investimentos que pode limitar os pequenos municípios, mesmo com a opção de consolidar o serviço através de um consórcio intermunicipal.

Anterior ao decreto do SUASA, as legislações abordavam o controle sanitário a partir de duas ‘dimensões’: a inspeção e os serviços. No Decreto nº 5.741 está previsto a criação de

Sistemas Brasileiros de Inspeção Sanitária (SISBIs) específicos, para os produtos de origem animal, para os de origem vegetal e de insumos agropecuários, para atuarem de forma articulada. Sendo assim, uma terceira dimensão é utilizada como forma de integrar as outras duas (os serviços e a inspeção), ou seja, os SISBIs servem para integrar os sistemas de inspeção SIF, SIE e SIM, com o intuito de proporcionar a universalização de procedimentos.

O Decreto Lei nº 7.216, de 17 de junho de 2010 altera o regulamento do SUASA, diferenciando a Agroindústria Rural de Pequeno Porte, das demais. No Parágrafo 9º do Artigo 2º do Decreto 5.741, passa a figurar que o SUASA “respeitará as especificidades regionais de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.” Também, o Artigo 143º-A do Decreto nº 5.741 passa a figurar como

Art. 143ºA. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar normas específicas relativas às condições gerais de instalações, equipamentos e práticas operacionais de **estabelecimento agroindustrial de pequeno porte**, observados os princípios básicos de higiene dos alimentos, tendo como objetivo a garantia da inocuidade dos produtos de origem animal, bem como em relação ao art. 7º, incisos I, II e III, deste Regulamento. Parágrafo único. **Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte** o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com **área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados**, destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal, dispondo de instalações para: I - abate ou industrialização de animais produtores de carnes; II - processamento de pescado ou seus derivados; III - processamento de leite ou seus derivados; IV - processamento de ovos ou seus derivados; ou V - processamento de produtos das abelhas ou seus derivados. (BRASIL, 2010, grifos nossos).

Este regulamento reconhece a atividade de agroindustrialização que é realizada pela agricultura familiar. Esta é a inovação positiva para as AFRs. Entretanto, é questionável a utilização do “porte” como forma para diferenciar essas das grandes agroindústrias. Ao fazê-lo dessa forma a lei reduz a AFR a um empreendimento econômico, relegando a um segundo plano os aspectos socioculturais que fazem parte do contexto da agricultura familiar. Além disso, qual a explicação para uma agroindústria de 251 m² de área construída não se enquadrar? Em que altera sua capacidade de controle sanitário frente o limite dos 250 m²? A explicação parece ter pouco sentido como limite no campo sanitário³⁰.

³⁰ Em tempo, ressalta-se a emissão do Decreto 8.471, de 22 de junho de 2015 (regulamentado pelo Instrução Normativa MAPA nº 16, de 23 de junho de 2015), que dispõe sobre alterações na legislação do SUSAF, no sentido de adequar a exigência de procedimentos à realidade das agroindústrias artesanais de pequeno porte. Abre espaço para o reconhecimento das AFRs não somente pelo seu porte, mas também em função dos costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais próprios da agricultura familiar e outros povos tradicionais. Inclui-se este comentário, tendo em vista que esta alteração no quadro legal sanitário ocorre após o levantamento de dados para esta pesquisa, sem efeitos para as análises que são realizadas a partir destes dados. Entretanto, serve para embasar a crítica às leis que à antecederam, quanto aos critérios reducionistas para o reconhecimento

Resulta deste quadro legal que ao MAPA cabe a regulamentação de produtos de origem animal e bebidas para registro e inspeção dos estabelecimentos e respectivos produtos. Os demais produtos vegetais (conservas, doces, compotas, desidratados, pastifícios, cereais, amidos e derivados, castanhas e amêndoas, especiarias, entre outros), água mineral e aditivos alimentares (energéticos e repositores de sais), são regulados pelo Ministério da Saúde (MS) através da ANVISA, secretarias estaduais e municipais da vigilância sanitária, responsáveis pelo registro dos estabelecimentos e respectivos produtos. Nos casos em que a unidade agroindustrial processar tanto produtos de competência do MAPA quanto do MS, esta deverá ser licenciada por ambos os ministérios.

Independentemente do tamanho da agroindústria e do tipo de produto fabricado, deverão seguir as normas sanitárias, que abrangem desde o projeto para a instalação da agroindústria até o lançamento de um novo produto no mercado. Neste sentido, com base na legislação vigente, a adequação à legislação sanitária compreende quatro eixos:

- registro dos estabelecimentos;
- registro dos produtos;
- rotulagem;
- implementação de instrumentos que permitam controlar e aferir procedimentos que proporcionem a qualidade dos produtos e das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos e produtos.

4.1.1 Registro dos estabelecimentos (unidade de produção)

4.1.1.1 Estabelecimentos sob competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Conforme exposto anteriormente, as iniciativas de agroindustrialização que exercem atividades relacionadas à área de alimentos sob competência do MAPA são licenciados, inspecionados e fiscalizados pelas estruturas competentes subordinadas ao MAPA. Para os produtos de origem animal:

Serviço de Inspeção Municipal (SIM) - o licenciamento ocorre sob responsabilidade do órgão municipal.

das AFRs. Ainda corrobora para o quadro analítico da tese, pois mostra que o ambiente institucional pode ser alterado em favor de determinados atores, mas que este resultado não ocorre ao acaso, é 'construído'.

Serviço de Inspeção Estadual (SIE) – o licenciamento ocorre sob responsabilidade do órgão da Secretaria da Agricultura.

Serviço de Inspeção Federal (SIF) - o licenciamento ocorre sob responsabilidade do MAPA. Nos casos estudados, as agroindústrias familiares não utilizam deste serviço.

Regulamentos para o registro dos estabelecimentos de Produtos de Origem Animal - Em Jaguari o licenciamento no SIM é orientado pela Lei Municipal nº 2.840, de 27 de setembro de 2011.

Em Chapecó o licenciamento no SIM é orientado pelo Decreto nº 4.143, de 1994.

No caso do licenciamento de empreendimentos no SIE, estes são orientadas pelo Decreto nº 3.748, de 12 de julho de 1993, RIISPOA estadual.

Estes serviços, em Chapecó, contam com a Lei nº 10.610, de 01 de dezembro de 1997, que dispõe sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de *produtos artesanais* comestíveis de origem animal e vegetal. Esta lei se propõe a “diferenciar” as agroindústrias artesanais das demais, isto sem incorrer em aumentar o risco de contaminação. A proposta de diferenciação ocorre pela *escala de produção* (volume de matéria-prima processada, cujo limite para empreendimentos coletivos pode ser até 5 vezes maior que para individuais), mas também pelas *características tradicionais e culturais* regionais do respectivo produto.

Embora os serviços de inspeção municipal e o estadual tenham autonomia para confeccionar legislação própria, ambos têm por base os princípios dispostos no RIISPOA federal (Decreto nº. 30.691, de 1952). Para os propósitos deste estudo, alguns pontos merecem ser levantados:

- a) o serviço de inspeção pressupõe a atuação de profissional Médico Veterinário;
- b) para obtenção de registro, o estabelecimento deve ter um Responsável Técnico pelas atividades;
- c) as legislações do SIM em Jaguari e Chapecó prevêm que o registro do estabelecimento depende, também, da aprovação da Vigilância Sanitária;
- d) em Chapecó, para as agroindústrias familiares com registro no SIE, a Lei nº 10.610 de 1997 representa uma possibilidade de diferenciação destas em relação às demais agroindústrias;
- e) o licenciamento ambiental também é um pré-requisito para o registro sanitário destes estabelecimentos;
- f) são procedimentos básicos, comuns ao início da solicitação de registro dos empreendimentos nos serviços municipais e estadual: I - encaminhar ofício ao

respectivo órgão; II - Plantas baixas na escala de 1:100, enviando a planta baixa de cada pavimento com o layout dos equipamentos, maquinários, mobiliário, localização dos bloqueios sanitários e lavatórios de mãos (com legendas); Planta baixa com fluxo de produção; Planta baixa com layout; Planta de corte e de fachada; Planta de situação e localização; a localização das construções vizinhas e existentes na propriedade; e distância dos rios, córregos e tanques; delimitar a área destinada ao estabelecimento pretendido. No caso de já existirem as instalações, deve-se encaminhar memorial descritivo das mesmas e dos equipamentos.

Regulamentos para o registro dos estabelecimentos de bebidas e/ou fermentados acéticos (vinagres) - Os estabelecimentos produtores de bebidas, vinhos e vinagres, poderão solicitar registro nas Superintendências Federais de Agricultura nos Estados. A inspeção e a fiscalização desses produtos são realizadas pelas Superintendências Federais de Agricultura em conjunto com a Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas (CGVB), órgão do MAPA. Como se trata de serviço regulado por legislação federal e executado por órgão da União, os produtos de estabelecimento nele registrado podem ser comercializados em todo o território nacional.

Para os estabelecimentos que trabalham com estes produtos devem ser respeitadas as exigências constantes nas seguintes leis:

- Lei nº. 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 6.871 de 2009 (já abordados);
- instrução Normativa MAPA nº 19, de 15 de dezembro de 2003 - aprova as normas sobre requisitos, critérios e procedimentos para o registro de estabelecimento, bebida e fermentado acético e expedição dos respectivos certificados.

Segundo o item 1.1.4. do Anexo à IN nº 19, para o registro 'sanitário' de estabelecimento produtor de bebidas é preciso apresentar, entre outros documentos, cópia da Inscrição Estadual, do CNPJ e do Contrato Social, constando do objetivo social a atividade empresarial. Além disso, para a obtenção do registro, esse tipo de estabelecimento deve ter um Responsável Técnico pelas atividades.

Quanto à obtenção deste registro, foram apontados pelos agricultores como principais limitantes a exigência de CNPJ, limitando sua existência tributária-fiscal como 'pessoa jurídica'. Não sendo possível constituir a agroindústria como pessoa física, esta exigência contribui para excluir o agricultor familiar como segurado especial da previdência.

Outro aspecto limitante apontado é a exigência do Responsável Técnico, cujo custo de manutenção constitui barreira à viabilidade econômica do empreendimento.

4.1.1.2 Estabelecimentos sob competência do Ministério da Saúde (MS – ANVISA)

O empreendimento que quiser regularizar a produção de alimentos de competência do MS/ANVISA deverá procurar a Secretaria da Vigilância Sanitária municipal ou estadual.

Tanto em Jaguari como em Chapecó, o registro sanitário para estabelecimento que trabalha com este tipo de produto é simplificado, se comparado com os produtos de origem animal. Além da apresentação do projeto físico da unidade agroindustrial, é necessário requerimento solicitando visita do inspetor *in locu* para a aprovação do projeto e posterior concessão da licença de instalação, além de apresentar laudo bacteriológico de qualidade da água e de desinsetização e desratização.

Cabe citar a promulgação, em Chapecó, da Lei Municipal nº 3.496, de 30 de outubro de 1992, que dispõe sobre as normas de saúde em vigilância sanitária. Consta no Artigo 5º, inciso IV “**Orientação**, controle e fiscalização de estabelecimento industrial, comercial e agropecuário” (CHAPECÓ, 1992, grifo nosso) como uma das atividades desse órgão. Chama atenção a proposição legal para que a atuação da vigilância sanitária não seja somente “punitiva”, mas também no sentido de “orientar” quanto aos aspectos sanitários.

4.1.2 Registro dos produtos

Na legislação brasileira não só os estabelecimentos fabricantes de alimentos devem ser registrados e inspecionados, mas também todos os seus produtos alimentícios.

Os produtos de origem animal e as bebidas devem ser registrados no MAPA, junto aos seus Serviços de Inspeção, conforme o âmbito de comercialização de cada produto, em nível federal, estadual ou municipal.

Os demais produtos alimentícios – cereais, farináceos e derivados, compotas, doces, conservas e demais preparados vegetais, especiarias, pastifícios, óleos vegetais, água mineral e os aditivos alimentares – devem ser registrados nas Secretarias de Vigilância do Estado ou Município, com comercialização permitida em todo território nacional.

4.1.2.1 Produtos registrados no MAPA

A lista de produtos sob registro do MAPA consta no Decreto nº 30.691, de 1952, e compreende: carnes e derivados, leite e derivados, pescado e derivados, ovos e derivados, mel e cera de abelhas e seus derivados; as bebidas, categorizadas em não-alcoólicas, dietéticas, alcoólicas fermentadas, alcoólicas destiladas, destilados alcoólicos, alcoólicos por mistura e alcoólicas retificadas.

Produtos de origem animal - Tanto em Jaguari como em Chapecó, nas legislações que instituem os SIM constam os procedimentos que orientam o registro dos produtos de estabelecimentos sob sua competência. No caso dos estabelecimentos sob competência do SIE em Chapecó, que a CIDASC é a responsável, o registro desses alimentos atende ao Decreto nº 3.748, de 1993.

De modo geral, para o registro destes produtos é necessário que sejam apresentados: I - memorial descritivo da fabricação ou manipulação do produto; II - croquis do rótulo, em tamanho natural, indicando as cores a serem usadas.

Bebidas - Para o registro de bebidas devem ser encaminhados documentos à Superintendência Estadual do MAPA, dentre os quais: I - formulário específico de registro de bebida fornecido pelo MAPA, devidamente preenchido, contendo a composição do produto, indicando o percentual dos ingredientes, a função, o nome e o código de inscrição do(s) aditivo(s) utilizado(s); II - *Layout* ou Croqui do Rótulo, sem rasuras, em escala de 1:1, com as cores originais e devidamente identificadas; e III - declaração de inexistência de débito com o MAPA, assinada pelo legítimo representante do estabelecimento, com firma reconhecida em cartório.

4.1.2.2 Produtos registrados no MS – ANVISA

A Resolução ANVISA, RDC nº 23 de 16 de março de 2000, dispõe sobre o manual de registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos alimentícios e descreve os procedimentos a serem adotados.

A Resolução ANVISA, RDC nº 27 de 09 de agosto de 2010, dispõe sobre a aprovação das categorias de alimentos e embalagens dispensados e com obrigatoriedade de registro no Ministério da Saúde (ANEXO A).

Independente da instância do órgão em que esteja ocorrendo o registro do produto, seja nos municípios em Jaguari ou Chapecó, seja na vigilância sanitária do Estado, os procedimentos para registro desses produtos devem ter por base essa legislação.

Alimentos e embalagens dispensados da obrigatoriedade de registro - O estabelecimento deverá comunicar, dentro do prazo de 10 dias após o início da produção, sua fabricação à Vigilância Sanitária do Município ou do Estado, conforme a Resolução nº 23 de 2000.

Alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro - Conforme Anexo II da RDC nº 27, de 2010 deverão apresentar a seguinte documentação à Secretaria de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal para se proceder ao registro dos produtos: cópia do Alvará Sanitário do estabelecimento; formulários de petição – FP1 e FP2 (Anexos V e VI da Resolução nº 23, de 2000); comprovante de pagamento da taxa de fiscalização sanitária; modelo do rótulo ou dizeres da rotulagem; ficha de cadastro da empresa (Anexo IV da Resolução nº 23, de 2000); e laudo favorável da análise do regulamento técnico específico do produto.

4.1.3 Rotulagem de produtos

A legislação vigente estipula que qualquer alimento que seja embalado na ausência do cliente deve ser rotulado. Os procedimentos para rotulagem devem ter por princípio as seguintes normas:

Resolução ANVISA, RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, que aprova o regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados. São informações obrigatórias, segundo essa resolução: I - denominação de venda do alimento; II - lista de ingredientes; III - conteúdos líquidos; IV - identificação de origem; V - identificação do lote; VI - prazo de validade; VII - instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário; VIII – “Contém glúten” ou “Não contém glúten” conforme o caso.

Instrução Normativa do MAPA nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para rotulagem de alimentos embalados.

Tratam-se de instrumentos legais emitidos pelos respectivos órgãos de competência em relação aos tipos de produtos, mas que em conteúdo guardam os mesmos teores legais.

Nos casos estudados, as AFRs devem atender a essa legislação básica, além das especificidades inerentes a cada tipo de processo e ou produto em relação à rotulagem dos alimentos (no ANEXO B constam outras normativas específicas).

4.1.4 Boas práticas de fabricação (BPF) – instrumentos de controle de produto e processo

Conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas indústrias de alimentos a fim de garantir a qualidade sanitária e a conformidade dos produtos alimentícios com os regulamentos técnicos. A legislação sanitária federal regulamenta essas medidas em caráter geral, aplicável a todo o tipo de indústria de alimentos e específico.

A Portaria MS, nº 1.428, de 26 de novembro de 1993, a Portaria MAPA, nº 368, de 04 de setembro de 1997, a Portaria MS, nº 326, de 30 de julho de 1997, e a Resolução ANVISA, RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, tratam sobre os regulamentos e diretrizes para as boas práticas de fabricação em estabelecimentos que produzem alimentos.

Manual de boas práticas de fabricação - de acordo com a legislação vigente, todo o estabelecimento deve ter seu manual, detalhando quanto às condições higiênicas sanitárias dos processos de manipulação dos alimentos, higienização dos equipamentos, utensílios, instalações e edificações dos estabelecimentos. Tal instrumento deve dispor quanto aos requisitos mínimos de sanidade da planta industrial, instalações, equipamentos e utensílios, do controle do abastecimento da água, da saúde e higiene dos manipuladores de alimentos, do controle integrado de pragas e vetores, e do controle e a garantia da qualidade dos produtos finais.

Lista de verificação das BPF - apresenta todos os pontos a serem observados para saber se o estabelecimento está em conformidade com as boas práticas de fabricação, sendo utilizada nas inspeções sanitárias.

Procedimento Operacional Padrão de Higienização (POP e POPH) - ferramentas complementares ao manual de boas práticas de fabricação. São documentos escritos de forma clara e objetiva que estabelecem as instruções sequenciais para a realização das operações rotineiras e específicas ligadas à produção, ao armazenamento e ao transporte de alimentos.

Estes instrumentos são específicos a cada empreendimento. Devem ser construídos pelos responsáveis legais e pelo responsável técnico, e aprovados pelo técnico do respectivo serviço de inspeção.

No quadro 3 estão sistematizadas as principais normativas que configuram o quadro legal sanitário, bem como, a sua operacionalização, tendo em vista os casos em estudo.

Operacionalização	Base legal
<p><i>Registro de estabelecimento</i> <i>Registro de produto</i> <i>Rotulagem</i> <i>Inspeção e Fiscalização</i></p> <p><u>Produtos exclusivamente de origem animal</u> (carne e derivados, leite e derivados, ovos e derivados, mel e derivados, pescados e derivados).</p> <ul style="list-style-type: none"> • SIE - Secretarias Estaduais • SIM – órgãos vinculados às respectivas Prefeituras Municipais. <p><u>Bebidas</u> (alcoólicas, não alcoólicas e fermentadas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Somente Ministério da Agricultura – superintendências Federais da Agricultura nos Estados <p><u>Demais produtos processados</u> (conservas, doces, compotas, desidratados, pastificios, cereais, amidos e derivados, castanhas e amêndoas, especiarias, entre outros), <u>água mineral ou natural</u> e <u>aditivos alimentares</u> (energéticos e repositores de sais).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais da Saúde. 	<p>Federal</p> <p>Lei nº 1.283 de 1950 (Dispõe sobre o RIISPOA) Decreto Lei nº 30.691 de 1952 (Aprova o RIISPOA) Decreto Lei nº 986 de 1969 (Obriga registro dos estabelecimentos) Decreto Lei nº 69.502 e Lei nº 5.760 de 1971 (Sobre contr. sanit. POA e POV) Lei nº 7.889 de 1989 (Estende os serviços de inspeção aos Estados e municípios) Lei nº 8.080 de 1990 (Institui o SUS) Portaria MS nº 1.428 de 1993 (Sobre as BPFs) Lei nº 8.918 de 1994 (Bebidas – regulamentado pelo Decreto nº 6.871 de 2009) Portaria MAPA nº 368 de 1997 (Sobre as BPFs) Portaria MS nº 326 de 1997 (Sobre as BPFs) Lei nº 9.712 de 1998 (Altera a 8.171 e cria o SUASA) Lei nº 9.782 de 1999 (Define o SNVS; cria ANVISA) RDC nº 23 de 2000 (Registro alimentos ANVISA) RDC nº 259, de 2002 (Rotulagem de produtos embalados) RDC nº 275 de 2002 (Sobre as BPFs) IN nº 19, de 2003 (Regulamenta normas bebidas) IN nº 22, de 2005 (Rotulagem de produtos embalados) Decreto Lei nº 5.741 de 2006 (Regulamenta o SUASA) Decreto Lei nº 6.871 de 2009 (Regulamenta a lei nº 8.918 de 1994) Decreto Lei nº 7.216 de 2010 (Acrecece “ARPP” ao SUASA) RDC nº 27 de 2010 (Categorias alimentos registro ANVISA)</p> <p>Estadual</p> <p>SC Decreto nº 3.748, de 1993 (aprova RIISPOA estadual) Lei nº 10.610, de 1997 (dispõe sobre os produtos artesanais) Leis federais</p> <p>RS Portaria Estadual nº 199 de 2012 (dispõe sobre procedimentos junto à Vig. San.) Leis federais</p> <p>Municipal</p> <p>Jaguari Lei Municipal nº 2.840 de 2011 (institui e regulamenta SIM) Leis estaduais e federais</p> <p>Chapecó Decreto nº 4143, de 1994 (institui e regulamenta SIM) Lei Municipal nº 3.496, de 1992 (normas da vigil. sanit. Munic.) Leis estaduais e federais</p>

Quadro 3 - Operacionalização e base legal sanitária que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

4.2 Legislação ambiental

A Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e posteriormente alterada pela Lei nº 7.804, de 18 julho de 1989.

A operacionalização dessa política ocorre através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), formado por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, bem como, as Fundações instituídas pelo Poder Público.

O Artigo 6º dessa lei confere ao SISNAMA a seguinte estrutura: o Conselho Superior do Meio Ambiente - CSMA, como órgão superior; o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como órgão consultivo e deliberativo, responsável por assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais; o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como órgão central; os órgãos ou entidades integrantes da administração federal direta e indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, como órgãos setoriais; órgãos ou entidades estaduais, como órgãos seccionais; os órgãos ou entidades municipais, como órgãos locais. Sendo assim, a lei estabelece a possibilidade para ação de atores das três esferas atuarem junto aos projetos de agroindústrias familiares. Nos casos em estudo, foi observado a ação de atores da esfera municipal e estadual junto às experiências de agroindustrialização na agricultura familiar.

A Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, institui os procedimentos a serem seguidos para obtenção do licenciamento ambiental. Em seu Artigo 1º, Inciso I, consta o seguinte conceito para ‘licenciamento ambiental’:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997, p. 30.841).

Antes de definir o local exato da construção da agroindústria, é preciso dar entrada na solicitação do licenciamento ambiental junto ao órgão de proteção do meio ambiente. Para cada etapa do processo de licenciamento é necessária a licença adequada: no planejamento de um empreendimento ou de uma atividade, a licença prévia (LP); na construção da obra, a licença de instalação (LI); e, na operação ou funcionamento, a licença de operação (LO). Serão exigidos Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA).

Juntamente com o licenciamento ambiental, deve-se providenciar o Cadastro Técnico Federal (CTF) de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais. O cadastro é realizado pelo IBAMA. Ao se cadastrar, as agroindústrias de pequeno e médio porte passam a ter a obrigação de recolher a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, conforme a Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Nos termos dessa lei, em caso de atividades realizadas por populações tradicionais, assim reconhecidas, o órgão estadual deverá declarar a dispensa de pagamento da referida taxa.

Os autos destas normativas enquadram as AFRs no mesmo patamar que outras agroindústrias, embora se tratem de empreendimentos normalmente pequenos. Ainda, esse ‘nivelamento’ da legislação reflete na atuação dos agentes encarregados de sua operacionalização. Sobre esse aspecto Genro et al. (2008) observam as consequências ocasionadas pela dificuldade de diálogo entre os agricultores e os técnicos, onde limitações ocasionadas por falta de clareza nas informações, acaba que desestimulando produtores a atender a exigências legais que ‘supostamente’ demandariam substanciais alterações na infraestrutura da agroindústria.

No que tange ao enquadramento ambiental, a Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, estabeleceu parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente, a serem respeitados na escolha do local para a construção da agroindústria.

Foi verificado nos casos estudados que boa parte das agroindústrias familiares se enquadram nos parâmetros da Resolução nº 385, de 27 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Esta resolução estabelece a simplificação dos procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental e que tenha área construída de até 250 m²; beneficie e/ou transforme produtos provenientes de explorações agrícolas, pecuárias, pesqueiras, aquícolas, extrativistas e florestais não-madeireiros, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos que incluem operações físicas, químicas ou biológicas, de baixo impacto sobre o meio ambiente. Os abatedouros que não ultrapassem a seguinte capacidade máxima diária de abate:

- animais de grande porte: até 03 animais/dia;
- animais de médio porte: até 10 animais/dia;
- animais de pequeno porte: até 500 animais/dia.

No caso dos estabelecimentos que processem pescados, a capacidade máxima de processamento não poderá ultrapassar 1.500 kg de pescados por dia.

Os abatedouros e estabelecimentos que processem pescados são licenciados em duas etapas:

- g) Licença Prévia e de Instalação (LPI) - autoriza a localização e instalação da atividade; e
- h) Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade.

As demais atividades agroindustriais de pequeno porte e baixo impacto ambiental são licenciadas em apenas uma etapa, quando o órgão ambiental competente concederá Licença Única de Instalação e Operação (LIO).

Nos termos desta resolução, a documentação mínima exigida a ser apresentada ao órgão ambiental competente (estadual ou municipal) é:

- Requerimento de licença ambiental;
- Projeto contendo descrição do empreendimento - o projeto deve contemplar a localização e detalhar o Sistema de Controle de Poluição e Efluentes (SCPE). Deve, também, estar acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). A ART, instituída pela Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, caracteriza os direitos e obrigações entre profissionais e contratantes (empreendimento), além de determinar a responsabilidade do profissional por eventuais defeitos e erros técnicos. Deve ser elaborada por agrônomos, engenheiros, arquitetos, ou outros profissionais. Nos casos estudados, os agrônomos são os profissionais mais atuantes nesta área de licenciamento ambiental;
- Certidão de uso do solo expedido pelo município – documento com informações sobre as atividades permissíveis ou toleradas, e parcelamento do solo no município.

Ainda sobre a operacionalização do SISNAMA, a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, estabeleceu normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. Esta normativa permite ações articuladas entre as esferas. Em Chapecó houve referência à esta normativa.

4.2.1 Esfera estadual

No Rio Grande do Sul, a Lei nº 11.520, de 03 de agosto 2000, instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente. Existem normativas expedidas pelos órgãos ambientais que orientam os procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental. Os procedimentos dessas normativas para o caso das AFRs, incorporam os procedimentos previstos nas Resoluções CONAMA nº 237 e 385. Entretanto, dois instrumentos legais do Estado atuam diretamente para a distinção dessas agroindústrias das demais:

A Resolução do CONSEMA nº 2, de 24 de maio de 2005, que dispõe sobre os critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental Municipal no RS. De acordo

com os limites de porte e o potencial poluidor, as AFRs do estudo se enquadram na jurisdição do município de Jaguari.

A Resolução da FEPAM nº 2, de 2007, que dispõe sobre a padronização dos procedimentos para licenciamento e cobrança do ressarcimento dos custos das licenças ambientais, concede, em seu Artigo 11º, Parágrafo 5º, desconto no valor dos custos para os empreendedores que atendem aos critérios do Sistema PRONAF, que passa a ser de 80% do valor das licenças solicitadas a partir de 01/01/08.

Outro aspecto que deve ser acrescentado no caso das AFRs no Rio Grande do Sul, é que para aqueles empreendimentos que fizerem parte do “Programa Sabor Gaúcho” (a ser abordado no item 4.5), a partir de 2012, poderão acessar a ‘Licença de Operação nº 4457/2012’, emitida como uma licença com abrangência para todas as AFRs inclusas neste Programa.

Em Santa Catarina a Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente. Existem normativas expedidas pelo órgão ambiental que orientam os procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental, entretanto os procedimentos dessas normativas para o caso das AFRs, incorporam os procedimentos previstos nas Resoluções CONAMA nº 237 e 385.

Cabe acrescentar a Instrução Normativa nº 4, que estabelece os procedimentos e critérios para o exercício da competência do Licenciamento Ambiental em SC, e a Resolução CONSEMA nº 14, de 21 de dezembro de 2012, que estipula os limites que definem a jurisdição do órgão nos municípios.

4.2.2 Esfera municipal

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, é citada como a base legal que prevê ações articuladas entre essa e as outras esferas, sobretudo a esfera Estadual.

Tanto em Jaguari como em Chapecó, também existem normativas expedidas pelos respectivos órgãos ambientais locais, que orientam os procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental. Entretanto, os procedimentos dessas normativas para o caso das AFRs, atendem os procedimentos previstos nas Resoluções CONAMA nº 237 e 385, conforme o caso do empreendimento.

No quadro 4 estão os principais aspectos relacionados à legislação ambiental que rege a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar, para os casos em estudo.

Operacionalização	Base legal
<p style="text-align: center;">Órgãos executores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esfera federal = Ministério do Meio Ambiente; IBAMA • Esfera estadual = órgãos vinculados às Secretarias Estaduais do Meio Ambiente • Esfera municipal = órgãos vinculados às prefeituras dos municípios – jurisdição sobre atividades de impacto local <p style="text-align: center;">Aspetos gerais sobre o licenciamento:</p> <p>Responsável Técnico - ART</p> <p><u>Licenciamento completo</u></p> <p>Estudos e relatórios técnicos específicos</p> <p>Todos os empreendimentos, três etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Licença Prévia (LP) 2. Licença de Instalação (LI) 3. Licença de Operação (LO) <p><u>Licenciamento simplificado</u></p> <p>Projeto simplificado - SCPE</p> <p>Empreendimentos, duas etapas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Licença Prévia e de Instalação (LPI) 5. Licença de Operação (LO) <p>Empreendimentos, uma etapa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Licença Única de Instalação e Operação (LIO) 	<p style="text-align: center;">Federal</p> <p>Lei nº 6.938 de 1981 Lei nº 7.804 de 1989 Lei 10.165, de 27 de 2000 Res. CONAMA nº 237 de 1997 Res. CONAMA nº 303 de 2002 Res. CONAMA nº 385, de 2006 (Regulamenta peq. agroind. - até 250 m²) Lei Complementar nº 140 de 2011 (Ação entre entes da federação)</p> <p style="text-align: center;">Estadual</p> <p>RS</p> <p>Lei nº 11.520 de 2000 (Código ambiental) Res. FEPAM nº 2 de 2007 (Desconto p/ benef. Pronaf) LO “Programa Sabor Gaúcho” Res. CONSEMA nº 102 de 2005 (Class. impacto ambiental das atividades)</p> <p>SC</p> <p>Lei nº 14.675 de 2009 (Código ambiental) Res. CONSEMA nº 14 de 2012 (Ativ. de impacto local) IN nº 4 (Class. impacto ambiental das atividades)</p>

Quadro 4 - Operacionalização e base legal ambiental que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

Cabe reforçar a mesma observação realizada no item sobre a legislação sanitária, que estipula os 250 m² como limite para considerar estes como empreendimentos da agricultura familiar. Quão mais poluidora será uma agroindústria de 251 m², por exemplo, em relação ao limite estabelecido? Questiona-se quanto a utilizar o “porte” como limite para esse enquadramento.

4.3 Legislação tributária e fiscal

Neste item apresenta-se o quadro legal em função das formas jurídicas verificadas nas AFRs dos casos estudados, e as repercussões para essas experiências. Não se aprofunda no detalhamento dos tributos e suas alíquotas, tendo em vista envolver uma complexidade de variáveis em função, por exemplo, da unidade da federação, do produto, da forma jurídica e do faturamento. O que se pretende levantar são as repercussões em potencial por escolher uma ou outra forma, tendo em vista as relações em potencial que as AFRs irão estabelecer, bem como a efetiva formalização sob o ponto de vista destes aspectos.

De forma geral verifica-se que a legalização tributária-fiscal é necessária em 2 momentos essenciais para a formalização das AFRs:

- na obtenção do registro sanitário do estabelecimento – a agroindústria deverá possuir uma Inscrição Estadual e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) do

estabelecimento ‘ou’ CPF (Cadastro de Pessoa Física) do representante legal, conforme o caso;

- para viabilizar a comercialização formal dos produtos originários da agroindustrialização.

Na sequência são apresentadas as alternativas utilizadas pelos agricultores familiares nos casos estudados.

4.3.1 Nota Fiscal do Produtor

O agricultor familiar comercializa sua produção ‘in natura’ utilizando a Nota Fiscal de Produtor Rural, sendo proibida a venda de produto industrializado, como dispõe o Artigo 58 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto nº 3 000, de 26 de março de 1999.

Esta alternativa não gera crédito de Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o mercado comprador, e, desse modo, pode ser uma limitação para comercializar os produtos processados com essa nota. Ocorre que, o estabelecimento que adquire produtos com Nota Fiscal de Produtor Rural, não obterá desconto quando for pagar seus tributos.

Particularidade em relação à seleção de ovos, esta não é considerada como processamento e por isso pode ser comercializado com a nota do produtor.

Outra particularidade refere-se às agroindústrias de bebidas. Segundo o item 1.1.4. do Anexo à IN MAPA nº 19, de 15 de dezembro de 2003, para o registro ‘sanitário’ deste tipo de estabelecimento é preciso apresentar, entre outros documentos, cópia da Inscrição Estadual, do CNPJ e do Contrato Social, constando do objetivo social a atividade empresarial”. Resulta que o registro sanitário de AFRs da linha de bebidas (alcoólicas e não-alcoólicas) limita sua existência tributária-fiscal à ‘pessoa jurídica’. Diante disso, o uso do bloco de produtor não é viável para esse tipo de AFR. O agricultor deve constituir ‘empresa’ (em suas variantes) ou ‘cooperativa’.

Entretanto, em unidades da federação poderão ocorrer artifícios legais que permitam que agricultores comercializem produtos industrializados sob essa modalidade. É o que ocorre em Jaguarí, no Rio Grande do Sul. A Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a “Política Estadual da Agroindústria Familiar”, estabelece que os produtos processados originários da ‘Agricultura Familiar’, cujos estabelecimentos estejam incluídos no “Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho”, receberão tratamento diferenciado.

Em seu Artigo 5º, consta a “tributação” como um dos instrumentos da referida política. O agricultor familiar é reconhecido como ‘Microprodutor rural’ (Lei Estadual nº 10.045, de 29 de dezembro de 1993), situação esta que mantém o agricultor que comercializa produtos agroindustrializados na condição de ‘produtor rural’ (Decreto Lei Estadual nº 49.438 de 6 de agosto de 2012, que modifica o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - RICMS³¹). Vale lembrar que essa condição é ‘exclusiva’ aos agricultores que estejam cadastrados no referido programa estadual.

4.3.2 Agroindústria como ‘cooperativa’

A modalidade em que a AFR é uma cooperativa possibilita: I - o registro do estabelecimento nos órgãos sanitários e; II - a comercialização dos produtos com a nota da cooperativa. Neste caso o produtor mantém a condição de segurado especial da previdência.

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 estabelece os procedimentos desde a criação ao funcionamento das sociedades cooperativas, bem como, as difere das demais sociedades normais. Uma dessas diferenças diz respeito à isenção de alguns tributos, devido às cooperativas serem sociedades que não tem como objetivo final a obtenção de resultados e sim a comercialização de produtos de seus associados e de insumos utilizados para a produção.

Entre os principais tributos que são isentos para as cooperativas estão o PIS (Programa de Integração Social), o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Contudo, somente ocorre isenção da tributação se houver ato cooperativo, do contrário, passar-se-á à tributação normal mesmo que para as cooperativas.

O ato cooperativo ocorre quando o associado transfere seus produtos à cooperativa para efetuar a comercialização ou quando a cooperativa adquire produtos ou insumos e os repassa a seus associados, ainda considera-se ato cooperativo as operações realizadas entre cooperativas congêneres filiadas a uma mesma cooperativa central para a consecução de seus objetivos sociais. É um processo de comercialização entre a cooperativa e seus associados.

³¹ Na primeira versão do “Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho”, em 1999, já previa esse mecanismo de incentivo através da comercialização dos produtos desses empreendimentos via Bloco de Produtor Rural, instituído pelo Decreto nº 40.248, de 17 de agosto de 2000.

Mas a cooperativa também pode apresentar limite para a formalização. A Lei nº 5.764 de 1971 estabelece que para a constituição de uma sociedade cooperativa devem existir no mínimo 20 sócios, limitando assim sua utilização para grupos menores.

Esta mesma Lei orienta, ainda, quanto aos procedimentos para a criação e atuação deste tipo de sociedade. A ata da Assembleia de fundação e o Estatuto da sociedade são os instrumentos legais básicos para sua constituição. Estes documentos deverão atender complexa burocracia em órgãos públicos (Prefeitura, Junta Comercial do Estado, etc.) para efetivar o registro. As apurações tributárias e fiscais, necessárias à manutenção do registro legal deste tipo de sociedade, pressupõem a atuação de profissional habilitado para este fim.

4.3.3 Agroindústria como uma ‘empresa’

A constituição da AFR como uma ‘empresa’ é outra modalidade de registro verificada entre os empreendimentos pesquisados. As formas de empresas encontradas entre as AFRs do estudo são o Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte.

O registro como empresa permite que a agroindústria seja também registrada do ponto de vista sanitário. No entanto, uma das principais limitações dessa modalidade sempre esteve relacionada à descaracterização como agricultor familiar, enquadrando-o na situação de empresário, pois, segundo o Artigo 966 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, é empresário “quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Neste caso, como previsto na lei nº 8.212 de 1991, o agricultor perderia o regime como segurado especial da previdência. Entretanto, o próprio código Civil proporcionou espaço para alterações futuras, assegurando “tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes”, como versa o Artigo 970 (BRASIL, 2002).

Na sequência, a promulgação da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, passa a reconhecer a agricultura familiar como um público em específico perante as políticas públicas, e mais, dentre os empreendimentos da agricultura familiar, a agroindustrialização como uma alternativa para favorecer este público.

Neste sentido, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP). Entre outros aspectos positivos para as AFRs dessa lei pode-se citar: I – abrangência das três esferas de poder, pela implantação do Simples Nacional (simplificação do sistema tributário); II – Redução das

alíquotas; III – a definição dos limites para enquadramento com base na receita bruta anual: ME = receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00; EPP = superior a R\$ 360.000,00 e inferior ou igual a R\$ 3.600.000,00. A desvantagem para os agricultores familiares continua sendo a restrição como segurado especial da previdência.

Entretanto, a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, promoveu alterações pontuais na lei Complementar nº 123, que trouxeram contribuições significativas para a constituição de AFRs. Cabe citar na íntegra o Artigo 3º-A que foi incluso

aplica-se ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º o disposto nos arts. 6º e 7º, nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI e no Capítulo XI I desta Lei Complementar, ressalvadas as disposições da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008 (BRASIL, 2014).

Este artigo coloca a ME e a EPP como uma possibilidade ao agricultor familiar, sem que ele perca a condição de segurado especial do INSS (ver a seguir o item sobre a legislação previdenciária). Mas não limita-se aos aspectos previdenciários, no Artigo 4, os parágrafos

§3º Ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, **ficam reduzidos a 0 (zero) todos os custos**, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, o funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao **Microempreendedor Individual**³², incluindo os valores referentes a taxas, a emolumentos e a demais contribuições relativas aos órgãos de registro, de **licenciamento, sindicais**, de regulamentação, de anotação de responsabilidade técnica, de vistoria e de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas. **§3º-A. O agricultor familiar** definido conforme a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP física ou jurídica**, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à **fiscalização da vigilância sanitária** (BRASIL, 2014, grifos nossos),

referem-se a flexibilizar ou mesmo zerar (se MEI for a opção) taxas que incidem sobre a atividade. O Artigo 6º ainda, explicitamente, faz referência à necessidade de simplificar racionalizar requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, e até mesmo, prevenção contra incêndios, para fins de registro e legalização de empreendimentos que se enquadrem nesta legislação.

Trata-se de uma evolução no quadro legal que normatiza a criação de empresas, que até pouco tempo era uma modalidade limitante às AFRs em função dos efeitos no campo da

³² A referida Lei nº 123 de 2006 reconhece o Microempreendedor Individual (MEI) como uma modalidade de microempresa em que o empresário individual tenha auferido receita bruta no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00, além de possuir um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

seguridade social da agricultura familiar. Entretanto, as alterações mais atuais sugerem que este não seria mais o limite para a constituição de AFRs como ME (ou MEI) ou EPP. Entretanto, os valores dos tributos que incidem sobre cada atividade, em particular, pode continuar sendo um limite, se comparado com as outras modalidades “cooperativa” ou “micro produtor rural”.

No quadro 5 estão sistematizadas a operacionalização e as principais legislações tributária-fiscal que orientam a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais nos casos estudados.

Operacionalização	Base legal
<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil. • Órgãos Estaduais da execução tributário-fiscal • Órgãos municipais da execução tributário-fiscal <p style="text-align: center;">Modalidades</p> <p><u>Pessoa física</u> RS - Microprodutor rural, “Programa Sabor Gaúcho” SC - Informal</p> <p><u>Pessoa jurídica</u> Empresa Cooperativa</p>	<p style="text-align: center;">Federal</p> <p>Leis nº 11 e 5.764 de 1971 (Lei das cooperativas) Lei nº 8.212 1991 (Contribuição para a previdência) Decreto nº 3.000 de 1999 Lei nº 11.326 de 2006 (Agricultura Familiar) Lei nº 123 de 2006 (ME e EPP) Lei Complementar nº 147 de 2014 (Altera a Lei nº 123 de 2006)</p> <p style="text-align: center;">Estadual</p> <p>RS Lei Estadual nº 10.045, de 29 de dezembro de 1993 Decreto Lei Estadual nº 49.438 de 2012 (Altera RICMS)</p>

Quadro 5 - Operacionalização e base legal tributária-fiscal que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

4.4 Legislação previdenciária

Um dos aspectos legais que restringem as opções para a formalização das AFRs, diz respeito à legislação previdenciária. O elemento central da discórdia é a manutenção (ou não) do agricultor familiar na condição como segurado especial da previdência.

Segundo o Artigo 11, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre organização da seguridade social, o segurado especial é um dos segurados obrigatórios da previdência social, e no Inciso VII do mesmo artigo consta:

Como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: a) Produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: 1. Agropecuária em área de até 4 módulos fiscais, [...]. § 1.º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes (BRASIL, 1991a).

A importância desse regime para os agricultores familiares é garantir o ‘benefício da seguridade social’, sendo este um direito adquirido em função de sua contribuição para esse fim, com 2,1% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. O fato é que, ao perder o regime de segurado especial, esses agricultores ingressam em outra modalidade como ‘contribuinte individual’, cuja alíquota passa a 20% do salário de contribuição. Além disso, como contribuinte individual o agricultor assume a condição também de empregador ou empregado.

No caso da AFR, o agricultor familiar não é empregado nem empregador (ao menos de trabalhadores permanentes), ao trabalhar em regime de economia familiar, as atividades serão realizadas pelos membros do grupo familiar, e ainda há a possibilidade de contratação de terceiros, desde que não configure contratação permanente, ou seja, respeitando o limite de 120 pessoas por dia no ano civil (ou período equivalente em horas de trabalho).

Outro aspecto previsto nesta lei é que não descaracteriza a condição de segurado especial a realização de processo de beneficiamento ou industrialização artesanal, e que essa atividade pode ser realizada sendo o agricultor um cooperado.

Por outro lado, fica o agricultor excluído desta categoria quando participar de sociedade empresária, de sociedade simples, como empresário individual ou como titular de empresa individual.

Entretanto, alterações recentes nesta legislação prometem alterar este quadro, abrindo espaço para outras modalidades de registro da AFR. É o que dispõe o Parágrafo 12, do Artigo 11, da Lei nº 8.213, de 1991 (incluído pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013):

A participação do segurado especial em sociedade empresária, em sociedade simples, como empresário individual ou como titular de empresa individual de responsabilidade limitada de objeto ou âmbito agrícola, agroindustrial ou agroturístico, considerada microempresa nos termos da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, não o exclui de tal categoria previdenciária, desde que, mantido o exercício da sua atividade rural na forma do inciso VII do caput e do § 1o, a pessoa jurídica componha-se apenas de segurados de igual natureza e sedie-se no mesmo Município ou em Município limítrofe àquele em que eles desenvolvam suas atividades (BRASIL, 1991b).

Esta alteração no texto da Lei 8.213 de 1991, confere a possibilidade de que as AFRs existam também como empresa, nos termos do que coloca a Lei complementar 123 de 2006, sem que os agricultores percam a condição de segurado especial.

No quadro 6 estão sistematizadas essas principais leis que condicionam a condição de seguridade social dos agricultores familiares em relação à existência das AFRs.

Operacionalização	Base legal
Ministério da Previdência Social - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Pessoa física contribuinte individual. Pessoa física segurado especial.	Lei nº 8.212 de 1991 (Organiza a seguridade social) Lei nº 8.213 de 1991 (Sobre a condição de segurado especial) Lei nº 12.873 de 2013 (Altera Lei 8.213 de 1991)

Quadro 6 - Operacionalização e base legal previdenciária que orienta a formalização das AFRs nos casos estudados

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

4.5 As políticas e programas de fomento às AFRs e intervenções para a formalização

Aqui são apresentados os principais mecanismos vigentes utilizados pelo poder público para o fomento às AFRs, sobretudo aqueles cujas ações interferem no processo de formalização dessas experiências.

No âmbito Federal o "Programa Nacional da Agroindústria Familiar", criado em 2003, compõe o conjunto de ações da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que visam viabilizar a Agricultura Familiar no País.

Este programa se propõe a: apoiar a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas, direta e indiretamente. Dentre as linhas de atuação desse programa, chama-se atenção para a linha II: "Adequação e Orientações nas Legislações Específicas", que conta com ações e estudos específicos para apoiar o processo de formalização das Agroindústrias Familiares.

É expressivo a adesão dos agricultores entrevistados ao crédito pelo 'Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)'. Este é um instrumento de intervenção do poder público federal, criado pelo decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. São operadores desse instrumento a SAF, os técnicos de ATER oficial, os sindicatos dos trabalhadores rurais, e os agentes do sistema financeiro nacional habilitados para tal função.

Dentre as ações específicas deste programa para o fomento da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar, inclusive para a formalização dessas iniciativas, constam atualmente as linhas Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, e Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares.

É preciso mencionar, também, o reconhecimento não só da "agricultura familiar" como dos "empreendimentos familiares rurais" perante as políticas públicas nacionais, com a promulgação de Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. No Artigo 5º desta lei consta que

para atingir os objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução de ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas: [...] VIII – **legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária**; [...] XIII – **agroindustrialização** (BRASIL, 2006b, grifo nosso).

Desta forma, fica instituído a possibilidade legal do Estado atuar para promover a agroindustrialização como uma alternativa entre os empreendimentos da agricultura familiar, e para isso realizará ações sob o enfoque das legislações sanitária, previdenciária, comercial e tributária, que venham a favorecer tais empreendimentos.

As políticas e programas instituídos no âmbito estadual serão abordados nos próximos capítulos.

No quadro 7 estão os principais aspectos relacionados à operacionalização e base legal e/ou mecanismos de intervenção para a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar, para os casos em estudo.

Operacionalização	Base legal e/ou mecanismos de intervenção
<p style="text-align: center;">País</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)</p> <p style="text-align: center;">Estados</p> <p>RS: SDR e Emater SC: Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, Epagri, Cidasc, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Infraestrutura, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, Fatma e a Polícia Militar Ambiental</p>	<p style="text-align: center;">Federal</p> <p>‘Programa Nacional da Agroindústria Familiar’ Pronaf Lei nº 11.326 de 2006</p> <p style="text-align: center;">Estadual</p> <p>RS Lei nº 13.921 de 2012 (Política p/ AFRs) Decreto Lei nº 49.341 de 2012 (Programa p/ AFRs) SC Programa SC Rural</p>

Quadro 7 - Operacionalização e base legal das políticas de fomento às AFRs
Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

4.6 O quadro legal e as Agroindústrias Familiares Rurais

Além desse quadro legal instituído existe uma complexa quantidade de normativas emitidas pelos órgãos competentes nas três instâncias (federal, estadual e municipal), algumas que são específicas a cada linha de produto, processo, atividade, outras que servem para ajudar na própria operacionalização da regulação da atividade de agroindustrialização. Não cabe aqui entrar em tamanho detalhamento, pois, além de ser conteúdo extenso, pouco contribuiriam para o foco do estudo.

Tendo em vista os encaminhamentos para as análises seguintes da pesquisa, deve-se sintetizar alguns aspectos.

O quadro legal institucionalizado instrumentaliza um conjunto de “forças” que irão estruturar o aparelho regulador do Estado. A descentralização do poder que ocorreu a partir da década de 80, deu início a um processo de normatização nos serviços que regulam a atividade agroindustrial no País, à exemplo dos aspectos sanitários e ambientais, conferindo a possibilidade de que órgãos Estaduais, regionais ou municipais realizem estes serviços.

Diante disso, formalizar a atividade de agroindustrialização pressupõe que as AFRs mantenham relação com órgãos aos quais compete a tarefa reguladora do Estado. Tarefa esta que se mostra complexa em atender tanto por parte de quem à executa, à exemplo dos problemas de interpretação de competência, como principalmente por parte dos próprios usuários, qual sejam os agricultores ou os atores que lhes irão apoiar em seus empreendimentos. Exigências estruturais, procedimentos burocráticos, falta de diálogo entre as legislações são alguns dos exemplos dessa problemática.

Em outros aspectos como a exigência de Responsabilidade Técnica pela atividade, no caso das bebidas ou dos produtos cárneos, por exemplo, ou quando da elaboração de projetos arquitetônicos e instrumentos de controle, ou mesmo para capacitações específicas como em Boas Práticas de Fabricação, são exigências previstas em lei que dependem do suporte de atores especializados.

A instauração de políticas de fomento à atividade abriu espaço para o apoio com ações dessa natureza a essas experiências e, dado a complexidade inerente aos procedimentos necessários para a legalização dos empreendimentos, este apoio tende a assumir coparticipação para que o processo se efetive. Entretanto, nem sempre será o Estado que irá responder por essas funções, outras organizações e profissionais liberais poderão também atuar.

Estes aspectos apontam para a importância da configuração de atores e relações que se estabelecem, não só para a emissão das devidas licenças, mas para a manutenção da condição de formalidade. Esta é uma questão central para este estudo, pois configuram forças e disputas no campo.

Em específico aos casos, a Lei 10.610, de 1997, no Estado de Santa Catarina, consiste em um dispositivo que visa diferenciar a AFR, no que tange aos aspectos sanitários.

Ademais, alterações recentes no quadro legal sugerem uma luz para essas experiências, que por anos têm estado à mercê do seu efeito homogeneizador³³. Demandas históricas como a adequação nos procedimentos sanitários, o reconhecimento da agroindústria

³³ O efeito homogeneizador que se faz referência, diz respeito a não distinção entre AFR e as grandes indústrias.

artesanal como específica da agricultura familiar e de outros povos tradicionais, a manutenção da condição como segurado especial mesmo quando a agroindústria é uma ME ou EPP, são alguns dos encaminhamentos resultantes dessas modificações nos dispositivos legais.

5 SITUANDO O ESTUDO QUANTO AOS ATORES E ÀS RELAÇÕES QUE SE ESTABELECEM EM FUNÇÃO DA FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

Formalizar diz respeito a atender padrões vigentes, sendo responsabilidade do Estado elaborar e fiscalizar a grande maioria das normativas que orientam a formalização das AFRs. Por outro lado, também o Estado assume responsabilidade de promover condições para que as AFRs possam se consolidar como alternativa de renda para as famílias. Entretanto, esta última não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, onde outros também podem ser atores neste processo.

Diante destas pressuposições é possível, também, inferir que as relações que ocorram em um campo sejam específicas à ele. Sendo assim, a partir dos municípios de Jaguari-RS e Chapecó-SC, este capítulo ocupa-se em identificar os atores e quais relações se estabelecem no processo de formalização das AFRs. Inicia-se pelo reconhecimento das Agroindústrias Familiares Rurais, a partir das quais foram identificados os demais atores.

5.1 As Agroindústrias Familiares Rurais quanto ao processo de formalização nos municípios estudados

Com base em Bourdieu (2005a) e Fligstein (2007), a formalização das AFRs ocorre como um processo situado, constituindo-se como o resultado da dinâmica que se instaura a partir das relações atuantes. Nesta seção caracteriza-se a Agroindústria Familiar Rural, nos casos estudados, quanto à formalização como o resultado dessas relações.

5.1.1 Ajustando o foco

A primeira evidência verificada nas entrevistas diz respeito a existência (ou não) de dados consolidados e atuais que caracterizem as Agroindústrias Familiares Rurais, sobretudo no que diz respeito à formalização delas. Em Santa Catarina o último levantamento³⁴ sobre essas experiências foi em 2010, coordenado pela Epagri, uma espécie de ‘censo’ das AFRs

³⁴ Em Marcondes et al. (2012) podem ser encontrados alguns dos resultados daquele levantamento, que caracterizam as AFRs em função de itens como sua localização e importância socioeconômica, apoios recebidos, e indicativos de interesses e necessidades dos empreendedores.

para o Estado. No Rio grande do Sul também houve iniciativa similar, em 2005, coordenada pela Emater, mas limitou-se a análises a partir de 135 entrevistas realizadas em agroindústrias familiares³⁵. Em comum essas duas ações procuravam traçar diagnóstico dessas experiências apontando suas potencialidades e limites como estratégia de geração de renda para a agricultura familiar.

Qualquer aproximação mais atual com a realidade das AFRs, sobretudo na temática que envolve a formalização dos empreendimentos em municípios específicos, que não tenha base em levantamentos primários com os próprios agricultores, depende da compilação de informações obtidas a partir de outras fontes.

Organizados a partir das entrevistas realizadas com instituições que operam a formalização sanitária das AFRs, os dados da tabela 5 fornecem uma primeira aproximação da representatividade desse ator para os casos analisados. Diz respeito ao número de experiências com registro em algum órgão sanitário (sob responsabilidade do Ministério da Saúde ou do Ministério da Agricultura). As informações referem-se ao total para cada município.

Tabela 5 - Número de Agroindústrias rurais com registro em órgão sanitário, por linha de produto – total para o município - 2014

Linha de produtos	Município	
	Jaguari	Chapecó
Panificados	1	6
Derivados do leite	2	5
Minimamente processados	-	7
Cárneos (embutidos, carne "verde", etc.)	-	2
Compotas, geléias outros doces similares	-	4
Entrepasto de ovos	-	4
Entrepasto de pescado	-	-
Fábrica de conservas	-	-
Derivados da cana-de-açúcar (doces, caldo)	-	-
Bebidas – cachaça	1	-
Bebidas – sucos	-	1
Bebidas – vinhos	2	-
Total	6	29

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Em Jaguari, no que diz respeito às Agroindústrias Familiares Rurais, apenas 6 registros, sendo 2 destes na linha de bebidas (vinhos) e 2 em derivados do leite. Em Chapecó os registros dessas atividades realizadas pela agricultura familiar chegam a 29, sendo mais relevantes nas linhas de produtos minimamente processados com 7 registros, os panificados

³⁵ Em Santos e Ferreira (2006) encontram-se sistematizados alguns dos resultados produzidos pelo referido estudo realizado com as AFRs no Rio Grande do Sul pela Emater.

com 6 registros, os derivados do leite com 5, além das linhas de compotas e dos entrepostos de ovos com 4 registros cada, e mesmo da existência de 2 registros na linha de produtos cárneos.

Além da diferença no total de registros observados entre os dois casos analisados (6 em Jaguari e 29 em Chapecó), no município de Chapecó ocorre maior diversidade entre as linhas de produtos das atividades com registros.

Estes dados servem como uma ‘sinalização’³⁶ da informalidade nestes municípios. Tomando-se por referência os dados do censo agropecuário de 2006, conforme apresentados na tabela 4, onde em Jaguari haviam 329 informantes que realizavam algum tipo de agroindustrialização em suas propriedades e que vendiam alguma parte dessa produção, comparando com os dados da tabela 5, onde atualmente foram verificados apenas 6 registros em órgãos sanitários, o índice de informalidade para essa exigência legal nesse município seria da ordem 98,1%³⁷. Em Chapecó existe maior número de atividades com esse tipo de registro, embora com menor expressividade que Jaguari, ainda assim a informalidade seria elevada quando utilizada a mesma lógica de análise, atingindo o índice de 78,9%³⁸.

Essa foi uma primeira impressão sobre as AFRs e sua formalização nos casos estudados. A seguir são apresentados um conjunto de informações que descrevem as AFRs das entrevistas realizadas em cada município, ou seja, a representatividade dos dados é em relação à amostra nos municípios.

5.1.2 O ator central da pesquisa quanto à formalização

As entrevistas com agricultores familiares revelaram que todas as experiências pesquisadas, nos dois municípios, tiveram suas atividades iniciadas na informalidade. Esta observação faz parte do processo e da especificidade da produção artesanal de alimentos e bebidas, e corrobora com os resultados de outros estudos (MIOR, 2003; SILVEIRA; HEINZ, 2005; MIOR et al., 2013) sobre este público. Dorigon (2008, p. 214) é ainda mais enfático ao afirmar que “a comercialização no mercado informal no início das atividades é quase inevitável, pois é nesta fase que o mercado é ‘testado’, verificando se os produtos são bem aceitos e se é viável fazer os investimentos necessários para a formalização”.

³⁶ Não há exatidão, pois a comparação ocorre entre duas bases de dados com datas distintas: os resultados deste estudo são comparados com os do censo agropecuário de 2006.

³⁷ 6 registros em 329 informantes = 323 informantes sem registro.

³⁸ 29 registros em 157 informantes = 128 informantes sem registro.

Se a informalidade é marcante entre as AFRs pesquisadas, por outro lado, foi possível identificar variações entre elas no tocante a época em que ocorreram as primeiras ações tendo em vistas o início do processo de formalização. Enquanto que em Jaguari estas ações ocorrem a partir de 2004, em Chapecó é possível identificar ações em dois períodos: um que compreende a segunda metade da década de 90 e o início da década seguinte, e outro mais recente, com ações ocorridas principalmente a partir de 2010. Essa diferença entre os períodos com que essas ações ocorrem nos municípios tem influência da configuração do apoio às AFRs, tema que será abordado na seção 5.2.

Entretanto, além do aspecto temporal, é visível a diversidade como a formalização ocorre entre as experiências, no que tange a atender aos aspectos legais, ou como as agroindústrias vão organizando seu sistema de produção, os mercados, e os consequentes investimentos e retorno financeiros relacionados a este processo.

5.1.2.1 Quanto ao atendimento aos aspectos legais

Dentre as exigências necessárias à formalização, o atendimento aos padrões sanitários é uma delas. A figura 6 ilustra a distribuição das AFRs quanto aos licenciamentos sanitários nos casos estudados.

Em Jaguari foram identificados 5 registros, sendo 2 no Sistema de Inspeção Municipal, 2 no Ministério da Agricultura (MAPA) e 1 na vigilância sanitária. Em Chapecó essas agroindústrias apresentaram 3 registros no Sistema de Inspeção Municipal, 4 na Vigilância Sanitária, 1 no Sistema de Inspeção Estadual (SIE), 1 no SIE e na Vigilância Sanitária, e 1 com registro junto ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

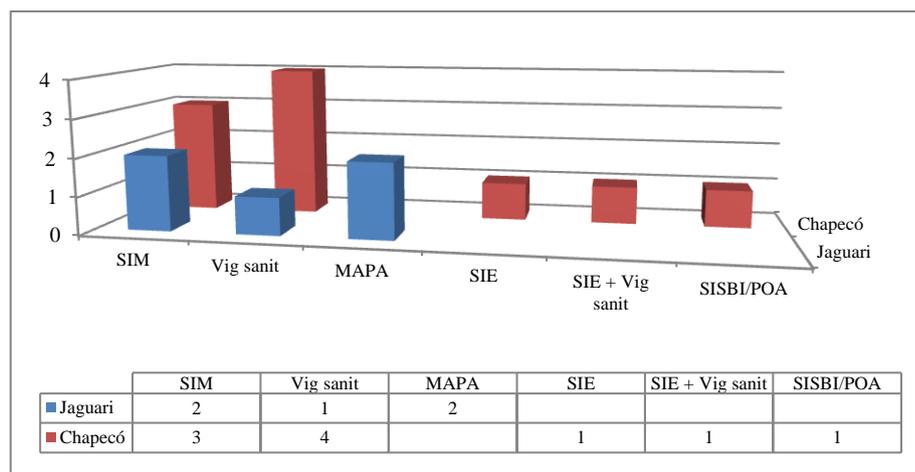


Figura 6 - Número de Agroindústrias familiares rurais quanto aos licenciamentos sanitários obtidos – amostra estudada - 2014

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

A tabela 6 apresenta uma distribuição das AFRs da amostra, quanto à natureza do enquadramento tributário/fiscal, outra faceta da formalização. Em Jaguarí, 5 AFRs existem como pessoa física (destas, 1 está regularizada junto ao programa ‘Sabor Gaúcho’ e por isso pode utilizar o bloco de produtor para comercializar seus produtos, as outras 4 comercializam informalmente, pois não podem utilizar o bloco de produtor para esse fim), 3 experiências com registro como empresa, 1 como Microempreendedor individual, e 1 como cooperativa.

Tabela 6 - Número de Agroindústrias Familiares Rurais quanto à natureza do registro tributário/fiscal do empreendimento – amostra estudada - 2014

Natureza do registro	Município		Total	
	Jaguari	Chapecó		
Pessoa física	Bloco de produtor	5	5	10
Pessoa jurídica	Filial de cooperativa	-	5	5
	Cooperativa	1	1	2
	Microempreendedor Individual	1		1
	Empresa (Micro, EPP)	3	2	5
Total		10	13	23

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Em Chapecó 5 AFRs da amostra existem sem o registro como pessoa jurídica, o que significa que estão na informalidade perante este aspecto, pois neste estado não é permitido comercialização de produtos com o bloco de produtor rural. Outras 8 experiências existem como pessoas jurídicas, sendo 5 como filiais de cooperativa, 1 como cooperativa, 1 como microempresa e 1 como Empresa de Pequeno Porte.

Além dos aspectos tributário/fiscais e dos sanitários, a existência das AFRs enquanto empreendimentos totalmente formais, perante o quadro legal vigente, demanda que sejam atendidas também as exigências de ordem ambiental.

A figura 7 ilustra que em Jaguari apenas 40% das AFRs da amostra atendem às exigências ambientais, percentual que chega a 77% (69% + 8%) em Chapecó. Outro aspecto a ser destacado é que enquanto para este último município o percentual de 69% representa as AFRs da amostra que atendem, concomitantemente, a todas as exigências legais (necessárias à expedição de alvará de funcionamento, as adequações sanitárias e ambientais), em Jaguari apenas 40% das experiências atendem tais exigências.

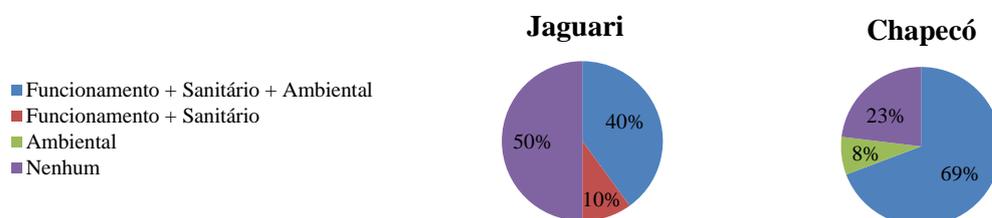


Figura 7 - Percentual de AFRs ‘formais’ segundo o atendimento às exigências legais – AFRs da amostra - 2014

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

5.1.2.2 Quanto ao sistema de produção

Além desses dados que revelam como as AFRs estudadas se apresentam quanto ao atendimento dos padrões legais vigentes, pode-se caracterizá-las quanto ao sistema de produção onde foram observados aspectos relacionados à origem da matéria-prima utilizada na produção, o número de itens produzidos, a forma de apresentação do produto final e a caracterização do fator humano no que diz respeito às famílias proprietárias e à mão-de-obra envolvida com a atividade, conforme dispostos da tabela 7.

Quanto à **matéria-prima** (MP) utilizada no processo produtivo, em Jaguari a maior parte das AFRs, 80% delas, processam matéria-prima que os próprios agricultores da AFR produzem. Entretanto, 30% das experiências adquirem MP junto a outros agricultores familiares, e ainda 20% processam MP de outros fornecedores. Em Chapecó apenas 38,4% das experiências processam matéria-prima própria, 53,8% das experiências adquirem MP junto a outros agricultores familiares, e ainda 23% processam MP de outros fornecedores que não são agricultores familiares.

Uma diferença de Chapecó em relação à Jaguari, como explicação para o baixo percentual de matéria-prima própria e maior percentual de AFRs que adquirem MP de outros agricultores familiares, é a existência de AFRs como “filiais” de rede de cooperativa. Ocorre que outros agricultores familiares que compõem a rede passam a atuar como fornecedores de matéria-prima para a agroindústria.

Tabela 7 - Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto à matéria-prima, nº de itens produzidos, apresentação do produto, nº de famílias e mão-de-obra – amostra estudada - 2014

Itens		Município	
		Jaguari	Chapecó
Matéria-Prima	Própria	80,0	46,1
	Terceiros - agricultores familiares	30,0	53,8
	Terceiros - outros	20,0	23,0
Itens produzidos	Apenas um item	10,0	15,2
	Produz 2 ou 3 itens	50,0	23,0
	Produz 4 a 6 itens	20,0	23,0
	Produz 7 a 10 itens	10,0	7,6
	Produz 11 ou mais itens	0,0	30,0
Apresentação do produto	Possui marca própria	60,0	84,6
	Utiliza selo coletivo	10,0	46,2
	Embalagem com tabela nutricional	40,0	76,9
	Embalagem com código de barras	10,0	53,8
Famílias que participam da AFR	Experiência é de 1 família	80,0	38,4
	Experiência é de 2 ou mais famílias	20,0	61,5
Mão-de-obra na AFR	Das próprias famílias	100,0	100,0
	Terceiros (contrat. ou coop.)	20,0	61,5

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Quanto ao **número de produtos**, em Jaguari 80% das AFRs da amostra produzem de 1 a 6 itens, sendo que apenas 10% produz entre 7 e 10 itens. Em Chapecó 61,2% das AFRs têm seu mix de produtos composto por 1 a 6 itens, mas chama-se atenção para AFRs com mais de 11 itens em produção, sendo que entre as que processam a linha de panificados este número chega a alcançar mais de 50 itens produzidos por uma mesma agroindústria.

Na **apresentação do produto** final observou-se que em Jaguari 60% das AFRs da amostra possuem marca própria, mas apenas 40% com tabela nutricional. O baixo índice de experiências com tabela nutricional decorre da participação expressiva de AFRs da amostra que ainda não atendem aos padrões de rotulagem exigidos pela legislação. O código de barras foi identificado em 10% das AFRs, que operam na linha de produção de vinhos, pois é uma exigência da legislação vigente. Outro aspecto relevante sobre a apresentação do produto nas AFRs pesquisadas em Jaguari diz respeito a utilização de selo coletivo por 1 delas (10%), como forma de atestar sua participação no Programa Estadual da Agroindústria Familiar, o que lhe confere o direito de identificar seus produtos com a marca ‘Sabor Gaúcho’.

Em Chapecó o fato de 84,6% das AFRs apresentarem marca própria e em 76,9% delas os produtos serem comercializados com tabela nutricional, revela o avanço no atendimento às exigências de rotulagem dos produtos. Entretanto, o fato de 53,8% das experiências entrevistadas utilizarem o código de barras em seus produtos, revela a inserção dos produtos das AFRs em circuitos longos de comercialização, já que esse não é um padrão exigido pela legislação, mas neste pelo cliente para o qual o produto é vendido, sobretudo pelas redes varejistas que utilizam esse mecanismo para seu controle físico e financeiro. Quanto à utilização do selo coletivo em 46,2% dos entrevistados, trata-se da marca ‘Sabor Colonial’, cujo registro e gestão estão sob responsabilidade da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO). As agroindústrias que utilizam essa marca estão organizadas na forma de rede de cooperativas de produção e comercialização³⁹.

Quanto ao **fator humano**, em Jaguari os empreendimentos individuais, pertencentes à uma família é mais representativo (80%). Além disso, quanto à mão-de-obra para as atividades da AFR, para 100% dos entrevistados as famílias constituem a principal fonte desse recurso, mas em 20% delas foi identificado utilização de terceiros nas atividades de produção. Nestes casos o vínculo dessas pessoas ocorre através de contratos temporários. É importante ressaltar que a gestão das AFRs é realizada sempre pelos membros da(s) família(s).

Em Chapecó 61,5%, ou seja a maioria, são experiências cujos proprietários são mais de uma família. Além disso, quanto à mão-de-obra para as atividades da AFR, 100% dos entrevistados têm nas famílias a principal fonte desse recurso, entretanto, em 61,5% delas foi identificado utilização de terceiros nas atividades de produção. O vínculo dessas pessoas ocorre principalmente através de contratos temporários, mas também no caso das AFRs que operam como cooperativas, as atividades de produção contam com serviços de outros agricultores que têm vínculo com a AFR como cooperados. Assim como em Jaguari, a gestão das AFRs é realizada sempre pelos membros da(s) família(s).

5.1.2.3 Quanto à comercialização

A forma como a comercialização se estrutura pode também ser considerada uma indicação da formalização entre as agroindústrias, sobretudo quanto ao tipo de clientes, como

³⁹ No próximo capítulo esta rede será melhor detalhada, situando-a quanto à contribuição para a dinâmica de formalização das AFRs em Chapecó.

no caso dos circuitos longos de comercialização onde a noção de ‘qualidade’ toma por referência padrões eminentemente sanitaristas, sendo ainda mais acirrado entre aquelas redes de distribuição que também operam em circuitos internacionais (MUCHNIK, 2006).

Na tabela 8 estão sistematizados dados que caracterizam a comercialização dos produtos das AFRs da amostra.

Tabela 8 - Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto a características da comercialização – amostra estudada - 2014

Comercialização		Município	
		Jaguari	Chapecó
Abrangência geográfica	Município	90,0	100,0
	Região	70,0	30,7
	Estado	0,0	15,3
Clientes	Venda direta ao consumidor	100,0	92,3
	Entrega p/ cooperativas	30,0	15,3
	Venda p/ intermediários	50,0	7,6
	Mercados institucionais	20,0	53,8
	Pequenos estabelecimentos comerciais	10,0	7,6
	Restaurantes, hotéis	20,0	46,2
	Supermercados	40,0	69,2
Venda direta	Entrega em domicílios	60,0	30,7
	Pontos de venda à beira de estradas	40,0	0,0
	Feiras livres	20,0	61,5
	Na propriedade rural	60,0	53,8

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Quanto à **abrangência geográfica**, em Jaguari 100% das experiências comercializam no município e destas, 70% realizam vendas para outros municípios do entorno. Em Chapecó todas as AFRs realizam venda no próprio município, 30,7% delas comercializam na região e apenas 15,3% realizam venda para outras regiões do estado. Na comparação entre os municípios, o fato de em Jaguari a amostra apresentar elevado percentual de AFRs que comercializam além do município, é um indicador em potencial dos limites da demanda (guardadas as características de comercialização de cada produto) desse município. Por outro lado, em Chapecó existem AFRs que, além do comércio local, têm capacidade para atender mercados extraregionais.

Quanto aos **clientes** para esses produtos, em Jaguari a venda direta ao consumidor é prática recorrente em todas as AFRs da amostra, mas deve-se atentar pela ação de intermediários em 50% dos entrevistados, e ainda a entrega de produtos em supermercados do município por 40% das experiências. Em Chapecó a venda direta ao consumidor ocorre para 92,3% das AFRs pesquisadas, mas deve-se ressaltar a venda para os supermercados em 69,2%, os mercados institucionais em 53,8%, além das vendas para restaurantes e hotéis em 46,2%.

Comparativamente, se em Jaguari chama a atenção os intermediários na comercialização dos produtos das AFRs, em Chapecó é marcante a venda através dos supermercados. Esta diferença é um indicador para formalização, pois enquanto em Chapecó AFRs estão inseridas em circuitos longos de comercialização (atendendo aos padrões exigidos para tal), em Jaguari a ação de intermediários cumpre função de dar vazão a produtos ainda informais, à exemplo dos doces de derivados da cana-de-açúcar, a cachaça, os vinhos, e até mesmo embutidos.

Como foi possível identificar, a venda direta aos consumidores é a forma mais presente entre as AFRs pesquisadas nos dois municípios. Entretanto, quanto às ‘modalidades’ de **venda direta**, em Jaguari a entrega em domicílios, assim como a venda na propriedade rural, são práticas recorrentes em 60% das AFRs da amostra, havendo ainda casos de comércio em pontos à beira da estrada, 40% das experiências. Em Chapecó as feiras livres foram identificadas como a venda direta realizada por 61,5% das AFRs, seguida da venda na propriedade por 53,8%, e a entrega direta nos domicílios por 30,7% delas.

Comparativamente, deve-se destacar a importância da organização das feiras livres como estratégia para a comercialização dos produtos das AFRs em Chapecó, mas também como mecanismo para a formalização dessas experiências, pois este é um espaço em que este processo vem ocorrendo, como será abordado no capítulo 6. De forma contrária, em Jaguari esta é uma estratégia insipiente para estes fins.

Foi possível identificar entre os empreendimentos entrevistados, que os mercados regionais e extraregionais (no caso de Chapecó) são acessados por agroindústrias que já têm seu processo de formalização adiantado, sobretudo quanto aos aspectos de funcionamento e sanitário. O mesmo ocorre em relação aos clientes, como supermercados, restaurantes, que passam a ser uma das alternativas para esses empreendimentos.

5.1.2.4 Quanto aos investimentos, receita e renda

Quanto à **receita bruta anual** gerada pela atividade de agroindustrialização, em Jaguari 50% das AFRs apresentam receita bruta anual entre R\$ 50.001,00 e R\$ 200.000,00, seguido de 40% das experiências com até R\$ 50.000,00. Em Chapecó 46,2% das AFRs têm receita anual entre R\$ 50.001,00 e R\$ 200.000,00, seguido de 23,1% com até R\$ 50.000,00, e ainda 15,4% com mais de R\$ 1.000.000,00 em receita bruta anual. A principal diferença observada entre os municípios é a existência de AFRs em Chapecó com receitas anuais acima

de R\$ 500.000,00, chegando a casos que ultrapassam a faixa de R\$ 1.000.000,00, valores estes distantes dos padrões verificados nas AFRs em Jaguari.⁴⁰

A tabela 9 apresenta dados sobre aspectos econômicos relacionados às AFRs estudadas.

Tabela 9 - Percentual de Agroindústrias familiares rurais quanto a faixas de receita, renda familiar e investimento total – amostra estudada - 2014

Itens		Município	
		Jaguari	Chapecó
AFRs por faixa de receita bruta anual	Até 50.000,00	40,0	23,1
	50.001,00 - 200.000,00	50,0	46,2
	200.001,00 - 500.000,00	10,0	7,7
	500.001,00 - 1.000.000,00	0,0	7,7
	Mais de 1.000.000,00	0,0	15,4
AFRs por faixa de renda individual de família proprietária	Até 15.000,00	40,0	38,5
	15.001,00 - 30.000,00	50,0	30,8
	30.001,00 - 45.000,00	10,0	15,4
	45.000,00 - 60.000,00	0,0	15,4
AFRs por faixa de investimento total	Até 50.000,00	50,0	23,1
	50.001,00 - 300.000,00	40,0	53,8
	300.001,00 - 500.000,00	10,0	7,7
	Mais de 500.000,00	0,0	15,4

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Quanto à **renda anual** proporcionada pela agroindústria para cada família proprietária, em Jaguari as AFRs concentram-se, principalmente, nas faixas entre R\$ 15.001,00 a R\$ 30.000,00, 50% delas, e até R\$ 15.000,00, 40% delas. Em Chapecó as AFRs estão distribuídas em todas as faixas de renda apresentadas na tabela 9, predominando aquelas nas faixas de renda até R\$ 15.000,00 e entre R\$ 15.001,00 e R\$ 30.000,00, respectivamente 38,5% e 30,8%. A principal diferença em relação à Jaguari, é a recorrência em Chapecó de AFRs com capacidade de gerar entre R\$ 30.001,00 e R\$ 45.000,00, 15,4% delas, e ainda, em outras 15,4% com geração de renda entre R\$ 45.001,00 e R\$ 60.000,00 anuais.

Quanto aos **investimentos totais** realizados na atividade, em diferentes modalidades (construção/adequação das instalações, aquisição de veículos e equipamentos, treinamentos, etc.), em Jaguari foram verificadas 50% das AFRs com investimentos realizados de até R\$ 50.000,00, seguidas de outras 40% que investiram entre R\$ 50.001,00 e R\$ 300.000,00. Em Chapecó predominam AFRs, 53,8%, com investimentos realizados entre R\$ 50.001,00 e R\$

⁴⁰ Para se ter uma ideia da dimensão do potencial de geração de renda desses empreendimentos, toma-se o exemplo de dois casos em Chapecó: uma AFR que abate em média 100 suínos por semana, gera aproximadamente R\$ 400,00 de receita por animal abatido, totalizando R\$ 2.080.000,00 de receita bruta anual; um laticínio que recebe 2.000 litros de leite por dia, produz aproximadamente 60.000 kg de queijo por ano, gerando uma receita bruta anual de R\$ 600.000,00.

300.000,00, seguido de 23,1% com investimentos realizados de até R\$ 50.000,00. Comparativamente, exceto pela existência de caso em Jaguari de AFR que investiu entre R\$ 300.001,00 e R\$ 500.000,00, há de se chamar atenção pela existência de AFR em Chapecó, 7,7%, com essa mesma faixa de investimento, mas também de experiências que extrapolam R\$ 500.000,00 em investimentos realizados, 15,4% da amostra.

As agroindústrias com o processo de formalização mais adiantado encontram-se nas faixas onde ocorrem as maiores receitas do empreendimento, a maior capacidade de gerar renda para a(s) família(s), mas também onde ocorreram os maiores investimentos nas agroindústrias. Claro que existem particularidades, como no caso de uma agroindústria de vinhos em Jaguari, que embora tenha alta receita e realizado consideráveis investimentos, sua renda ainda é limitada por conta das amortizações desses investimentos.

É unânime entre as AFRs pesquisadas, os investimentos realizados decorrem, sobretudo, de adequações por conta de exigências para a formalização do empreendimento.

5.1.3 Os 'estágios' da formalização

Com base nas entrevistas realizadas e no conjunto de dados relacionados às Agroindústrias Familiares Rurais é possível situar essas experiências em relação à dinâmica de formalização.

Primeiramente, os dados sugerem que é pouco preciso (se não, incorreto) referir-se a uma AFR como formal ou informal, tendo em vista que a formalização é um processo que envolve instâncias distintas, com padrões específicos a serem atendidos. Estar formal diz respeito a atender às exigências de todas essas instâncias. Foi possível observar que o atendimento à essas instâncias não ocorre naturalmente em conjunto, e ainda, que cada AFR tem evolução específica no que tange a formalização. Nos casos em estudo estes fatores contribuem para uma 'diversidade' em relação ao ator AFR. Em síntese, a formalização ocorre como um processo contínuo e particular à cada AFR, e que se traduz em arranjos específicos desses empreendimentos em ambos os casos estudados.

Embora essa diversidade nas especificidades das AFRs, é possível verificar pontos em comum entre os casos estudados. Diante disso, procurou-se sistematizar as informações deste ator de modo a identificar grupos característicos quanto ao processo de formalização.

Agroindústrias informais: este grupo representa aquelas experiências que atualmente estão totalmente na informalidade. Fazem parte deste grupo aquelas experiências de

agroindústrias onde os agricultores não têm perspectiva (não querem ou não têm condições) de iniciar um processo de formalização. Em geral são experiências onde a estrutura de produção recebeu poucos investimentos, mantendo características de produção artesanal. A AFR é uma das atividades na composição da renda familiar.

Agroindústrias em transição – grupo característico de AFRs, cujo processo de formalização iniciou, mas encontram-se ‘pendências’ relacionadas a regularização da ‘atividade’, onde um ou mais aspectos da legislação ainda não estão adequados. O avanço do processo, em muitos casos, ainda depende da realização de investimentos, e é comum que estejam limitados pela receita gerada que ainda é insuficiente, tendo em vista que o acesso a mercados formais também é limitado devido à própria situação de irregularidade. A AFR começa a ser tratada como importante fonte de renda para as famílias, embora possa ainda não ser a principal. A operação informal ainda é uma estratégia presente nestes empreendimentos. Em Chapecó algumas destas AFRs estão organizadas em ‘rede cooperativa’.

Agroindústrias consolidadas – grupo característico de AFRs, cujo processo de formalização encontra-se de acordo com os padrões, ou seja, tanto a atividade como os produtos atendem à legislação vigente. Estas iniciativas acumulam a experiência de ter passado por este processo, o que lhe confere maior articulação e dinamismo que contribuem para a ‘manutenção’ de sua condição de formalidade. Tratam-se de AFRs que realizaram consideráveis investimentos estruturais (o montante varia conforme a linha de produto), cuja receita bruta obtida atualmente gera renda para as famílias envolvidas, sendo sua principal fonte de renda, e ainda suporta contínuos investimentos em melhorias para o processo produtivo. Em Chapecó algumas destas AFRs estão organizadas em ‘rede cooperativa’.

Estes grupos característicos podem ser interpretados sob duas formas: servem para identificar o quadro atual das experiências entrevistadas, representando a existência de diversidade de situações que conferem complexidade à compreensão da dinâmica de formalização.

Por outro lado, os grupos remetem a pensar a própria trajetória da AFR como um elemento de dinâmica no campo, pois, na medida em que o processo de formalização avança, as características desses atores também se modificam. Tomando-se por base esses grupos característicos, em Jaguari as AFRs da amostra encontram-se principalmente como informais e em transição, e em menor proporção como consolidadas (apenas 1). Em Chapecó as AFRs encontram-se mais como em transição e consolidadas.

Estes grupos característicos verificados não estão distantes dos ‘tipos’ de agroindustrialização na agricultura familiar identificados por Guimarães de Silveira (2007).

Faz sentido, inclusive, que ocorra essa proximidade, tendo em vista que o conceito de AFR adotado procurou abarcar a diversidade referida por aqueles autores, e esta era justamente a intenção, reconhecer as diferenças, pois, para poder ‘tratar os diferentes na mesma medida das suas diferenças’, deve-se iniciar ‘reconhecendo as diferenças’, o que foi possível verificar a campo.

Esta distinção em grupos característicos serve ao estudo quando as AFRs serão analisadas quanto sua capacidade de ação frente às adversidades que a formalização impõe, tema que será abordado no próximo capítulo.

5.2 Os atores com os quais as AFRs estabelecem relações em função da formalização

Um dos objetivos específicos deste estudo é identificar os atores, bem como, as relações que os agricultores estabelecem, em função do processo de formalização. Com base no capítulo anterior, o quadro legal institui parte das relações e, por si, das ‘forças’ atuantes na formalização. Por outro lado, as entrevistas realizadas com os informantes-chave, na fase exploratória da pesquisa e, posteriormente, as entrevistas em profundidade com os agricultores, apontaram que a formalização das AFRs nos municípios estudados ocorre eminentemente com a existência de atores que irão apoiar essas iniciativas.

Com base em Bourdieu (2008), que sugere que a apreensão da lógica de uma construção social como um caso particular frente o universo de configurações possíveis deve ocorrer a partir da imersão na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada, na primeira parte desta seção resgata-se a estruturação das ‘forças’ que atuam no apoio às AFRs, para ao final sistematizar a configuração de todos os atores envolvidos no processo.

5.2.1 A estruturalização do apoio às AFRs

Uma das principais constatações nos mapeamentos realizados é que as AFRs recebem algum tipo de apoio para avançar com a formalização, o que coloca os atores que realizam ações de ATER como ‘estratégicos’ neste processo. Neste sentido, esta seção se ocupa em pontuar como se estruturalizou a configuração desses atores de apoio nos contextos analisados.

5.2.1.1 Contextualizando o fomento da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar no município de Jaguari

Assim como ocorreu no País, também em Jaguari ocorrem reflexos da evolução conjuntural da Política Agrícola Brasileira⁴¹. Dentre os resultados negativos atribuídos ao ciclo conhecido como ‘modernização da agricultura’, ocorre um ‘esvaziamento’ da população rural do município a partir da década de 70, reduzindo de 12.595 habitantes para 6.543 habitantes em 1991. No período entre 1991 e 2010 esse fenômeno se repete, embora em menor proporção, onde a população rural reduz de 6.543 em 1991 para 4.942 habitantes em 2010.

Este esvaziamento da população rural de Jaguari contribuiu significativamente para a redução da população total do município. Os 17.825 habitantes em 1970 ficaram em 11.473 em 2010, conforme apontam os dados na figura 8.

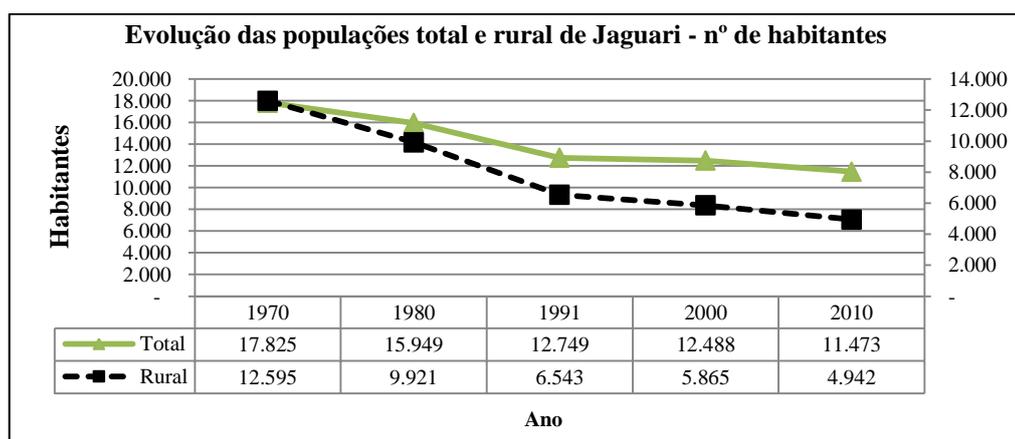


Figura 8 - Evolução das populações total e rural no município de Jaguari – 1970 a 2010
Fonte: Elaborado pelo autor - compilação de dados a partir de série histórica dos censos demográficos do IBGE.

Figueiredo (2008) aponta essa redução da população como uma tendência nos municípios pequenos, sobretudo os que encontram-se distantes de centros economicamente dinâmicos. Entre as principais causas apontadas para este fenômeno estão a incapacidade destes municípios gerarem recursos suficientes para promover uma melhoria na qualidade de vida de seus residentes, sendo que muitos deles dependem quase que exclusivamente dos recursos dos Fundos de Participação do Municípios (FPM), Federal e Estadual, os quais têm como critérios de distribuição, o tamanho da população.

⁴¹ Sobre essa evolução na conjuntura da Política Agrícola e os efeitos perversos à agricultura Brasileira (sobretudo a agricultura familiar), foi abordado na introdução deste trabalho.

Este cenário de esvaziamento do rural e consequente redução da população total do município é o contexto onde ocorrem intervenções, sobretudo do setor público, em que a agroindustrialização na agricultura familiar passa a representar uma alternativa na busca por reverter este quadro. Dentre os principais atores neste processo foi possível identificar os que seguem.

A extensão rural oficial e as políticas públicas – a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) é a referência em ações de ATER em Jaguari, não somente no que diz respeito às Agroindústrias Familiares Rurais, mas como executora oficial de políticas públicas dessa natureza para o meio rural no Rio Grande do Sul.

Na década de 90 a EMATER, através de seu escritório local, já realizava ações como elaboração de diagnósticos procurando levantar características socioeconômicas da agricultura familiar no município, identificando os empreendimentos de AFRs existentes. Além disso, eram realizados cursos de qualificação na produção de queijos e alambiques, também a realização de seminários sobre temas diversos referente à agroindustrialização.

Essas ações ocorrem no contexto das áreas temáticas que orientam a atividade dos extensionistas da EMATER, onde consta a “Agroindústria” como uma dessas áreas (EMATER, 2011). Em alguns casos as ações ocorriam a partir da execução de políticas públicas que contribuía pontualmente para a temática das AFRs. Como no caso do Programa Prorenda/RS.

Este programa existiu através de acordo de cooperação entre os governos do Rio Grande do Sul e da Alemanha (Representado pela GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), cujos objetivos envolviam capacitar as associações de moradores e outros grupos comunitários no sentido da autogestão para o gerenciamento do processo de desenvolvimento social da região; trabalhar para a transformação das vilas em bairros, trazer melhorias físicas (esgoto, asfaltamento das ruas e etc.) e sociais (gabinete odontológico, mobilização comunitária, etc.) a partir de decisões tomadas pela comunidade (planejamento participativo), no que diz respeito a diretrizes, procedimentos operacionais, prioridades, definição e aplicação de recursos. Era um programa abrangente e não se limitava ao meio rural, mas com possibilidade de contribuições pontuais para as agroindústrias, a partir de ações junto a grupos comunitários (BRITO; FIGUEIREDO, 1997).

Embora ocorressem ações pontuais, foi com a implementação do “Programa da Agroindústria Familiar (PAF)”, primeiramente em 1999, e o atual, com início em 2012, que houve incremento nas ações da EMATER para fomento desses empreendimentos no município.

“Programa da Agroindústria Familiar” 1999-2002⁴² - Embora o programa tenha sido concebido com a participação das organizações dos movimentos sociais, entidades de representação e ONGs ligados à agricultura familiar, sua implementação foi responsabilidade do governo do Estado, sendo a EMATER a executora oficial. Seu objetivo era apoiar os agricultores familiares em atividades de agregação de valor a seus produtos, melhorando renda e condições de vida em geral de suas famílias, mas também com expectativa de desencadear processos de desenvolvimento socioeconômico em nível regional e municipal.

As linhas de ações deste programa concentravam-se na oferta de crédito, divulgação e comercialização dos produtos (a criação do selo ‘Sabor Gaúcho’), capacitação e acompanhamento dos agricultores, e alterações nas legislações (viabilizou a comercialização dos produtos com o bloco de produtor). Ao total foram beneficiadas 2.719 famílias (9,1% das metas) em âmbito Estadual, e tendo sido financiados 214 empreendimentos (26,8% das metas), sendo aplicados 6,5 milhões de reais, resultados apontados por Wesz Junior (2009) como aquém das expectativas, cujos maiores empecilhos estavam relacionados ao não enquadramento dos agricultores em linhas do Pronaf, necessidade de garantias patrimoniais, ou mesmo a falta de tradição entre os agentes financeiros em operar linhas de crédito para empreendimentos desta natureza.

Guimarães e Silveira (2007) também denunciam problemas relacionados à implementação que, devido o programa não reconhecer a diversidade existente entre esses empreendimentos de agroindústrias familiares, interferiu na forma de agir dos agentes de desenvolvimento, outra barreira para o fomento desses empreendimentos.

Com o apoio deste programa foram estimuladas, em Jaguari, ações de qualificação nos processos de fabricação para grupos de produtores de queijo e os produtores de derivados da cana-de-açúcar. Também, os extensionistas do município participavam de capacitações quanto ao acesso e operacionalização do programa, para poder dar suporte nessa área.

À exemplo dos resultados que ocorreram no Estado, segundo o técnico da Emater naquele período, nenhuma daquelas experiências tiveram êxito em se formalizar. Entretanto, deve-se ressaltar que algumas daquelas experiências são as que hoje estão em processo de formalização, inclusive como beneficiários na versão atual do Programa Sabor Gaúcho.

⁴² Instituído pelo Decreto nº 40.079, de 09 de maio de 2000, o ‘Programa da Agroindústria Familiar - Sabor Gaúcho’ surge como um ‘programa de governo’ do então governador Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores. Este programa esteve à beira do esquecimento em mandatos posteriores, voltando a ser reativado quando novamente o Partido dos Trabalhadores retoma o poder. Em 2012 este Programa passa a ser institucionalizado como ‘política de Estado’.

‘Programa da Agroindústria Familiar’ a partir de 2012 – A Lei nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, institucionalizou a "Política Estadual da Agroindústria Familiar", que foi regulamentada pelo Decreto Lei nº 49.341, de 5 de julho de 2012, com o "Programa Estadual da Agroindústria Familiar". Tendo a EMATER como principal executora, suas ações são coordenadas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR). Tratam-se de política e programa instituídos especificamente para fomentar as AFRs, com foco em agricultores familiares e pescadores artesanais profissionais, de forma individual ou coletiva. As ações desse Programa visam:

- apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais – assistência técnica na elaboração e encaminhamento de projetos de crédito, sanitário, ambiental e da legalização tributária;
- formação técnica (obrigatória) aos produtores beneficiários – Boas Práticas de Fabricação, gestão, processamento de alimentos; disponibilizado pelo Programa;
- concessão de Licença ambiental de Operação aos empreendimentos com até 250m² que estejam cadastrados no programa;
- elaboração de layout de rótulos;
- promoção e comercialização dos produtos – em feiras, eventos, “mercados institucionais” (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), etc.;
- autorização para comercializar via bloco de produtor (limite de Receita total da produção até 15.000 UPF por produtor no ano);
- identificação visual dos produtos e empreendimentos - uso da marca “Sabor Colonial”.

Fica visível a proposta do atual Programa em estabelecer condições que viabilizem esses empreendimentos, dando sustentação em aspectos legais (uma das barreiras em seu antecessor), acesso a mercados e capacitações.

Embora a Emater seja a principal executora dessas atividades de ATER, por onde a formalização das AFRs normalmente passa, ações pontuais também se configuram a partir da existência de outros atores do município e da região.

Órgãos do **Sistema ‘S’**⁴³ – organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

⁴³ Conjunto formado por nove instituições de interesse de categorias profissionais: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social do

também passam a atuar junto ao fomento de empreendimentos de agroindustrialização no município.

À exemplo da instauração, em 2000, da Rota Turística ‘Nostra Colônia’. Com o objetivo de fomentar o turismo, como uma das alternativas sugeridas pelo diagnóstico socioeconômico anteriormente realizado pela Emater para o município, este roteiro incluía visitas a Agroindústrias Familiares. A demanda chega ao SEBRAE a partir da Prefeitura Municipal que firmam parceria e viabilizam convênio para o planejamento estratégico dessa Rota. É uma estratégia (a rota) que ainda existe, entretanto, segundo agricultores entrevistados, tem sido esporádica⁴⁴ a efetividade em promover o turismo.

No bojo das ações envolvendo o SEBRAE, cabe destacar ações para a estruturação da cadeia de derivados da cana-de-açúcar, em uma proposta de organização com abrangência regional, com participação de produtores e instituições de três municípios: Jaguari, São Pedro do Sul e Mata, visando viabilizar estratégia de acesso aos mercados para produtos derivados da cana-de-açúcar. Este processo culminou com a fundação, em 2007, da Cooperativa de Derivados de Cana-de-açúcar (COODERCANA).

O Instituto Federal Farroupilha e a implantação do Campus Jaguari – com o início das atividades do Instituto Federal Farroupilha - Campus de Jaguari (há época Núcleo Avançado do Chapadão), em 2008, tomam forma um conjunto de ações articuladas com as instituições do município como a Prefeitura Municipal, a Emater, os Sindicatos Rural e dos Trabalhadores Rurais, instituições financeiras, cooperativas, empresas locais, entre outras, com o foco de promover o desenvolvimento regional a partir do fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Resultam destas articulações estudos setoriais (cadeia de produção da cana-de-açúcar), parcerias com outras instituições como a Universidade Federal de Santa Maria, para estudos e ações de extensão rural pontuais, a realização de eventos, capacitações (com a participação do SEBRAE e SENAR) e que, no caso da cadeia da uva e do vinho, as ações culminaram com a fundação, em 2010, da Associação dos Produtores de Vinho e Derivados da Uva de Jaguari (APROVIJA).

Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social de Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

⁴⁴ Segundo uma das AFRs, há referência de que tenha ocorrido apenas uma visita de grupo turístico no ano, que tenha sido organizada através dessa Rota Turística.

À essa instituição passa a estar vinculado laboratório do Centro Mesorregional de Vitivinicultura, que compõe o Programa de apoio à Estruturação e Aprimoramento Tecnológico da Vitivinicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul. Trata-se de unidade que contou com a aquisição de máquinas e equipamentos para o processo de vinificação, elaboração de sucos, laboratório de análise de vinhos, através de recursos do Ministério da Integração Nacional. A estrutura conforma convênio entre Universidade Regional Integrada – Campus de Santiago, Fórum Mesosul⁴⁵, Prefeitura Municipal de Jaguari, CEFET Bento Gonçalves e Embrapa Uva e Vinho. A referida estrutura, por estar localizada nas dependências do Instituto Federal Farroupilha – Campus de Jaguari, anterior à sua institucionalização, foi por este último incorporada. Suas atividades ainda não são efetivas como estrutura de apoio, entretanto, sua existência justificou as ações que viriam a se realizar junto à cadeia da uva.

A prefeitura municipal como instância de fomento – As ações deste ator ocorrem articuladas com as de outros atores, mas também de forma individual. Podem ser citadas ações pontuais em relação às AFRs: a institucionalização dos serviços sanitários no município para produtos de origem animal (SIM) e vegetal (vigilância sanitária), além do serviço de licenciamento ambiental.

5.2.1.2 Contextualizando o fomento da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar em Chapecó

A possibilidade de utilizar os excedentes para o mercado assume uma dimensão completamente distinta para as AFRs em Chapecó. O quadro cultural, os estilos de vida, os sistemas de produção de base familiar realizados em pequenas propriedades, foram a base para a origem do que Poli (2001) refere-se como ‘formação social capitalista’. Este processo socioeconômico, ancorado no valor de troca auferido pelos excedentes produzidos pela agricultura familiar, constituiu a base para a formação, a partir da década de 70, dos complexos agroindustriais na região e no município.

⁴⁵ Trata-se de uma iniciativa institucionalizada no âmbito das ações do Ministério da Integração Nacional, através do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas. Dentre as 13 regiões criadas no País, para a Metade Sul do Rio Grande do Sul foi criado, em 2002, o Fórum Mesosul com o objetivo de implantar e dinamizar cadeias produtivas alternativas a atividades tradicionais da região.

A dinâmica atribuída à agricultura familiar influenciou e foi influenciada pelo desenvolvimento destes complexos, à exemplo do que ocorreu com a cadeia do suíno⁴⁶. Anterior à década de 60 a produção de suíno tipo banha era uma das principais atividades que sustentava a reprodução familiar, fornecendo alimentos para subsistência e os excedentes que eram comercializados, banha e toucinho, por exemplo. Com o avanço no processo de mercantilização, este suíno passou a ser substituído pelo suíno tipo carne, e o sistema de produção ciclo completo cedeu espaço para o sistema em que os produtores passaram a integrados, como fornecedores de matéria-prima para o abate realizado pelas integradoras. Neste sistema floresceram os complexos agroindustriais, sobretudo envolvendo a cadeia das carnes e das frutas (MIOR, 2003).

A partir de meados da década de 80 o sistema de integração entra em colapso por fatores como: a agricultura familiar caracterizada por policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura; diminuição dos recursos de crédito agrícola e aumento das taxas de juros; esgotamento dos recursos naturais, explorados acima de sua capacidade de uso; redução da rentabilidade de alguns produtos tradicionais, como o milho (TESTA et al., 1996; MIOR, 2003). Este cenário provoca um quadro de descapitalização entre os estabelecimentos agrícolas, sobretudo os da agricultura familiar, intensificando o êxodo rural.

Em Chapecó há uma redução na população rural de 29.413, em 1970, para 26.299 habitantes em 1991. O período seguinte entre 2000 e 2010, assiste a um processo de recuperação na população rural, aumentando de 12.375 para 15.417 habitantes⁴⁷. Paralelo a isso, Chapecó assiste à um processo de urbanização no período que compreende 1970 até 2010, onde a população total aumentou de 49.865 para 183.530 habitantes, conforme a figura 9.

⁴⁶ Poli (2001, p. 30) refere-se à produção de suínos como “o grande fator de afirmação e desenvolvimento da produção camponesa na região”.

⁴⁷ Desconsiderou-se os dados referentes à evolução da população rural no período de 1991 a 2000, em função da área de Chapecó ter reduzido com desmembramentos para a emancipação dos municípios de Nova Itaberaba - 1991, Guatambú – 1991 e Cordilheira Alta - 1992.

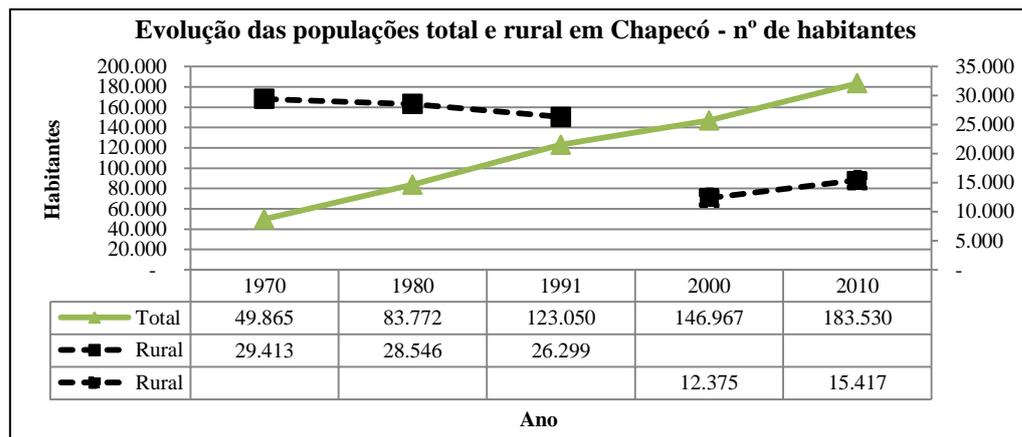


Figura 9 - Evolução das populações total e rural no município de Chapecó – 1970 a 2010

Fonte: Elaborado pelo autor - compilação de dados a partir de série histórica dos censos demográficos do IBGE.

É preciso contextualizar que Chapecó consolidou-se como um polo atrativo não só para a população rural do município, mas principalmente do contingente populacional da região e de outros Estados. Segundo Abramovay (1998) esta dinâmica que ocorre com Chapecó é recorrente entre cidades com elevado potencial para gerar renda. Contribui para isso, a consolidação do setor agroindustrial como um carro chefe da economia local, com a criação da Cooperativa Regional Alfa Ltda., em 1967, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, em 1969, a instalação da Sadia Alimentos, em 1973, e da Ceval Alimentos S. A., em 1975 .

Ao final da década de 1990 a região oeste de Santa Catarina assiste à outro processo de exclusão entre os produtores, sobretudo os integrados às grandes agroindústrias. Esta redução significativa na população rural é atribuída à abertura comercial e reestruturação⁴⁸ do sistema agroindustrial (MIOR, 2003; WILKINSON, 2008).

Mas a problemática não se limitou aos aspectos socioeconômicos, se estendendo a outras áreas como a ambiental, percebida pela poluição decorrente dos dejetos da criação de suínos na região. Decorrente da necessidade de escala das grandes indústrias, viabilizada pelo sistema de produção como ‘integrados’, por natureza intensivo, esta problemática está diretamente relacionada ao crescimento do rebanho suíno e agravada pela natureza do dejetos e do manejo inadequado à época (GUIVANT; MIRANDA, 1999).

Como apontado por Maluf (2004), com a redução nos laços com as grandes indústrias a partir do processo de seleção dos agricultores, a inserção socioeconômica desse público fica

⁴⁸ Como consequência da abertura econômica, os complexos agroindustriais passam por alterações em suas estratégias, ocorrem processos de fusões, trocas de comando e realocação no fluxo de investimentos para outras regiões do país, como o centro-oeste (COELHO, 2001).

comprometida. É neste cenário que outros atores locais e regionais passam a protagonizar processos na tentativa de reverter esse quadro, abrindo espaço para o debate sobre as Agroindústrias Familiares Rurais.

De uma atividade intrínseca à agricultura familiar, como alternativa de subsistência, a agroindustrialização passa a ser discutida por agricultores familiares, administração pública, organizações sindicais, organizações dos movimentos sociais e partidos políticos como alternativa ao modelo que promoveu a concentração industrial (MIOR, 2003). Em Chapecó este movimento é bastante intenso.

A extensão rural oficial e as políticas públicas - a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) é um das principais referências em ações de ATER em Santa Catarina, não somente no que diz respeito às Agroindústrias Familiares Rurais, mas principalmente como executora oficial de políticas públicas dessa natureza para o meio rural no Estado.

A atuação da Epagri na área de agroindustrialização na agricultura familiar toma corpo no município a partir do início da década de 90, através de programas específicos como o Programa Catarinense de Profissionalização de Produtores Rurais, onde as capacitações com os agricultores já ocorriam. Esses cursos de treinamento aconteciam articulados com outras instituições, como a vigilância sanitária que ministrava cursos orientando sobre a legislação para a comercialização, no Centro de Treinamento de Chapecó. A partir de 1996 a atividade de agroindústria assume maior importância dentro da Epagri, ao implementar o Projeto ‘Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura e Pesca Artesanal’. Resulta que no final de 2002, 400 empreendimentos de agregação de valor já estavam sendo assistidos por este projeto no fomento e apoio técnico e organizacional aos agricultores (MIOR, 2005).

Como executora oficial de políticas públicas, a Epagri também realiza suas ações no âmbito da implementação de políticas Estaduais voltada ao fomento das AFRs.

Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (Desenvolver - SC) 1998-2001 - Há esta época a Epagri já era atuante como braço executor de Programas Estaduais voltados ao fomento das AFRs em Santa Catarina⁴⁹. A referência nas entrevistas fica por conta do ‘Programa de

⁴⁹ O Estado de Santa Catarina realizou ainda, anteriormente, outras iniciativas direcionadas ao fomento das AFRs. Dentre estas, o ‘Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte (PROIND)’, lançado em 1996, mas que, pela existência de condições financeiras desfavoráveis aos pequenos empreendimentos, não efetivou qualquer apoio a projetos. Diante disso, foi implementado no final de 1998 o ‘Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar e Pesqueira (PROPAGRO)’, institucionalizado pela Lei Estadual nº 10.731. Dentre as ações previstas pode-se citar: a concessão de crédito aos agricultores através do

Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (Desenvolver - SC)', com a proposta de atuar na assessoria e acompanhamento técnico das pequenas agroindústrias rurais. Este programa constituiu-se a partir de iniciativa conjunta entre instituições públicas (prefeituras municipais e governo estadual) e organizações não-governamentais.

Dentre as ações propostas por este programa, estava previsto a contratação de pessoal técnico qualificado em áreas como infraestrutura, extensão rural, controle de qualidade e comercialização, além da disponibilização de bolsas de estudo. As metas eram implantar 141 novas indústrias rurais de pequeno porte e reestruturar 212, mas também estimular a criação do Serviço de Inspeção Municipal nos municípios de abrangência do Programa. Entre os resultados apontados pelo relatório do programa consta a implantação de 109 novos empreendimentos, sendo 56 só na região oeste catarinense, isto no período de 3 anos.

Segundo Wesz Junior (2009), este programa foi um dos que tiveram maior sucesso em atender às metas previstas dentre o programas dessa natureza, muito por oferecer aos beneficiários o acompanhamento com bases em ações já existentes, e por envolver na concepção e implementação da política outros atores sociais, o que conferiu legitimização para as ações realizadas.

Entre as agroindústrias que compõem a amostra deste estudo, três delas foram beneficiadas por este Programa, tendo acesso a ações de capacitação técnica, em aspectos sanitários, e mesmo na elaboração de projeto arquitetônico teve participação dos extensionistas que atuavam há época.

Programa Santa Catarina Rural 2010-2016⁵⁰ – Trata-se de uma iniciativa atual do governo, coordenada pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, tendo como

Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR) e a implementação de um selo de qualidade ('Sabor Colonial') para as agroindústrias legalizadas. Nenhuma ação desta política foi executada devido ao término do governo proponente. Foi no vácuo deixado por essas ações anteriores que surge o 'Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção (Desenvolver - SC)' (MIOR, 2005).

⁵⁰ O Programa SC Rural pode ser considerado a terceira etapa de uma política voltada a promover o desenvolvimento rural em Santa Catarina. Em uma primeira etapa foi implementado, entre 1991 e 1999, o Projeto que ficou conhecido como 'Microbacias 1', que previa um conjunto de intervenções tendo em vista lançar as bases de uma agricultura sustentável para o Estado. Para dar conta da continuidade das ações, e por limitações ocorridas no primeiro projeto, foi implementado, entre 2002 e 2009, o Projeto 'Microbacias 2' com a proposta de promover redução da pobreza rural, através de ações integradas que visavam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense. Nesta última etapa os resultados obtidos apontam para melhoria na renda da população rural, contribuições para a educação ambiental, entretanto, ressalta-se a criação de cooperativas municipais e regionais, fruto da estratégia de envolvimento e organização de grupos comunitários (SC RURAL, 2014a). Mello (2009) analisa o caso da Cooperativa de Produtores de Leite da Microbacia do Lajeado Perau - Coomilp, localizada em Tunápolis, extremo Oeste catarinense, como uma iniciativa que surgiu em 2005 com o apoio do Projeto Microbacias 2, cresceu rapidamente, se consolidou e

executoras suas empresas vinculadas, Epagri e Cidasc, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, a Secretaria de Infraestrutura, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, a Fatma e a Polícia Militar Ambiental. Seu objetivo é o aumento da competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina. Este é um projeto amplo, que envolve também ações para as Agroindústrias Familiares Rurais. A principal estratégia desse programa para esse público visa viabilizar recursos para apoiar a implantação de práticas, atividades, equipamentos, obras e empreendimentos voltados à promoção da competitividade da agricultura familiar. Além dos investimentos diretos nos projetos estruturantes, também possibilita a aplicação de recursos nas atividades de organização, capacitação, planejamento e elaboração de projetos estruturantes dos beneficiários. Este Programa prevê, ainda, viabilizar a atuação dos outros órgãos que o compõem, à exemplo de ações para adequação nos serviços sanitários e ambientais (SC RURAL, 2014a).

Programa Gestão e Mercados – Esta é a política atual da Epagri para o estímulo a formas de agregação de valores aos produtos e serviços da agricultura familiar. O instrumento prevê a implementação de um conjunto de ações tendo em vista criar um ambiente favorável à cooperação, ao aprendizado coletivo, à criatividade e à inovação para o desenvolvimento de atividades produtivas, agrícolas, não agrícolas, agroindustriais ou de serviços. Para tanto, inclui áreas como crédito, logística, transporte, comunicação, capacitação tecnológica e gerencial, gestão da qualidade, prestação de serviços, regulação, gestão ambiental. Mais especificamente, nas linhas de atuação constam: qualificar técnicos na organização e na gestão da produção, da transformação e da comercialização de produtos e serviços; implementar sistemas de gestão e controle de qualidade nos processos de produção e transformação para os empreendimentos; orientar processos de constituição, implantação, adequação e formalização de empreendimentos e de redes de cooperação e comercialização; promover a valorização dos produtos de qualidade diferenciada junto aos consumidores ampliando os canais de comercialização; articular parcerias capazes de potencializar as ações voltadas ao desenvolvimento dos objetivos propostos (EPAGRI, 2014).

Fica claro que existe uma evolução da Epagri como executora de políticas que contribuíram para o fomento das AFRs em Santa Catarina. Entretanto, também a própria Epagri institucionalizou instrumentos que permitiram (e permitem) ações específicas para este público.

expandiu envolvendo cerca de 170 pequenos produtores de leite do município que tiveram a oportunidade de agregar valor ao seu produto e se posicionar com maior autonomia dentro desta cadeia de abastecimento local.

A **articulação regional** – A Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC)⁵¹, criada em 1968, toma liderança nos debates que ocorrem na década de 90, em busca de alternativa para reverter o processo de crise em que o município e a região passava. Inicialmente com funções de representar os municípios da região Oeste Catarinense, ela assume papel como promotora da articulação entre municípios, associações regionais, associações empresariais, ONGs, ou seja, de uma função representativa e burocrática passa a assumir tarefa política e funcional no contexto regional.

Para promover essa articulação, a Amosc organizou, em 1995, o primeiro Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI), como instância de articulação e formulação de políticas regionais de desenvolvimento, e na tentativa de operacionalizar o Plano Básico de Desenvolvimento Regional (PBDR). O Instituto Saga surge como a instância executiva da Amosc e operacional do referido Fórum, para dar conta do problemas que inviabilizavam a operacionalização dos projetos de desenvolvimento regional, decorrentes do PBDR (AMOSC, 2014).

A constituição do Instituto de Desenvolvimento Regional Saga (Instituto SAGA) ocorre, em 1998, como um braço executivo da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC), para promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico regional do Estado de Santa Catarina. Para compreender como ela se insere em relação aos projetos de Agroindústrias Familiares é preciso contextualizar a função da própria Amosc.

Segundo a gestora atual do Saga, uma viagem realizada por prefeitos da Amosc a países europeus em meados dos anos 1990 foi determinante para a criação do FDRI e para a orientação das suas atividades por meio do Saga. O contato com experiências de promoção do desenvolvimento local-regional, principalmente na região conhecida como “Terceira Itália”⁵², resultou na contratação dos serviços da agência de consultoria Nomisma, de Bologna, para a

⁵¹ Atualmente 20 municípios compõem a AMOSC: Serra Alta, Sul Brasil, Irati, Formosa do Sul, Santiago do Sul, Jardinópolis, Quilombo, União do Oeste, Pinhalzinho, Nova Erechim, Águas Frias, Coronel Freitas, Nova Itaberaba, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, São Carlos, Águas de Chapecó, Guatambu, Caxambu do Sul, Chapecó.

⁵² Diversos estudos retratam as dinâmicas que ocorreram nesta região da Itália como um fenômeno caracterizado por ganhos (“externalidades positivas”, segundo Alfred Marshall) proporcionados pela economia de aglomeração. O estudo de Arnaldo Bagnasco e Carlo Triglia, publicado em 1988 sob o título “A construção social do mercado: o desafio da Terceira Itália”, é uma das principais referências no estudo deste fenômeno. Abramovay (2000) faz uma ligação entre as dinâmicas analisadas por estes autores naquela região, interpretando como uma experiência de desenvolvimento ancorada em processos territoriais, cujas características podem servir como referência teórica para interpretar o desenvolvimento rural, com base: a) na existência de um conjunto diversificado, mas ao mesmo tempo com forte grau de integração, de empresas de porte familiar; b) existência de um ambiente de inovações e de troca de informações entre pessoas e empresas, onde colaboração é tão importante quanto a concorrência; c) urbano e rural se complementam no sentido que a agricultura familiar formou uma base de conhecimentos e iniciativas fundamentais para a formação de um ‘espírito empresarial’, que explica a modalidade de industrialização que passou a ser muito presente em território Italiano.

elaboração de um plano com alternativas de desenvolvimento para a região da AMOSC (a criação do FDRI e a elaboração do PBDR são encaminhamentos com origem nas sugestões do Instituto Nomisma, como alternativas para o desenvolvimento da região). Assim, o que se procurou construir na região seria o reflexo da influência de experiências de fomento ao desenvolvimento regional observadas internacionalmente, sobretudo na Europa.

Diante das articulações visando o desenvolvimento regional, o Instituto SAGA assume os objetivos de: integrar as instituições públicas e privadas que representam as organizações sociais e econômicas do estado de Santa Catarina e do território nacional; incentivar atividades públicas, econômicas, financeiras, creditícias, técnico-científicas, agropecuárias e agroindustriais, voltadas à promoção e ao desenvolvimento econômico; promover serviços em parceria com diversos organismos e instituições nacionais e internacionais, visando: assistência técnica, pesquisa científica e tecnológica, estudos de viabilidade econômica e de mercado, estabelecer convênios, contratos e acordos de toda espécie de relação com outros entes que objetivem o desenvolvimento regional, criar redes de apoio e confiança para micro empresas (SAGA, 2014).

A proposta da Amosc, e do Instituto Saga por consequência, com a implementação de mecanismos de planejamento do desenvolvimento regional, evidencia sua intenção como articuladora neste processo para a região oeste catarinense. Mior (2005) ressalta as dificuldades enfrentadas por este agente em função das enormes diferenças que existem no contexto dos municípios que compõem a AMOSC, envolvendo interesses distintos e difíceis de serem equalizados.

A mobilização social para enfrentamento da crise - A origem da APACO faz parte de um movimento amplo, onde ONGs surgem no contexto de lutas sociais e políticas no campo, apoiadas por setores da Igreja Católica, e por organizações de cooperação internacional. De um modo geral, esses movimentos irão se vincular historicamente em torno da problemática que envolve a agricultura familiar (ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, 2005). A criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), em 1989, pode ser considerado como a materialização da convergência de forças dessa natureza na região, um dos eventos de grande impacto no fomento das AFRs no município e na região.

Esta Organização Não Governamental (ONG) tem origem justamente no contexto de crise em que o município e a região passava, e está ancorada na atuação de organizações dos movimentos sociais, à exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento Sindical e a Igreja (ANDION, 2007). O

surgimento e as linhas de atuação da Apaco tem estreita ligação com as ações da Igreja sob a ação das pastorais: pastoral da juventude, pastoral da terra, pastoral da saúde. Essas pastorais eram fomentadas e atuavam no sentido de instaurar uma visão diferente de sociedade. Havia um perfil progressista, no sentido de incentivar para que as famílias se organizassem, de modo a criar instrumentos diferentes dos que existiam naquela época.

Em seu Estatuto Social constam objetivos que remetem à ‘representação política’, ‘fomento e assessoria aos grupos de cooperação’, ‘promover associativismo e cooperativismo em redes’, colocando-se como ‘um instrumento para um novo modelo de agricultura’, conforme abaixo:

- a) Fazer a **representação política dos grupos de cooperação agrícola**; b) **Fomentar, articular e prestar assessoria técnica, política e administrativa aos grupos de cooperação**; c) Contribuir nas atividades de comercialização conjuntas, na gestão e estruturação econômica das unidades de produção familiar e dos grupos de cooperação agrícola; d) Ser instrumento para a construção de **um novo modelo de agricultura** com base na produção familiar, nos princípios da agroecologia e da cooperação; e) Buscar a melhoria das condições de vida das famílias agricultoras e contribuir na construção de uma sociedade mais humana, democrática e igualitária; f) Desenvolver intercâmbios com outras entidades congêneres nacionais e/ou internacionais; g) Fazer a importação e exportação de produtos agrícolas e insumos, bem como de produtos industrializados; h) **Promoção do associativismo e do cooperativismo em redes**; i) Prestar assessoria técnica e política ao poder público, entidades sindicais, cooperativas, movimentos sociais e associações (APACO, 2008, grifo nosso).

Fica explicitada a postura assumida pela Apaco, de lutar por alternativas que viabilizem melhores condições de vida para a agricultura familiar, frente o contexto de crise que ocorria à época. A partir das primeiras atas de assembleias (1ª em novembro de 1989 e 2ª em maio de 1990) a Apaco assumia um viés de proporcionar condições aos agricultores familiares que o modelo de desenvolvimento agrícola os excluía. Neste sentido que passagens como ‘compras de insumos’, ‘venda de produtos como o feijão’ eram recorrentes. A partir de meados dos anos 90 o perfil da Apaco se modifica, onde passou a enfatizar a busca do desenvolvimento regional sustentável através da institucionalização de programas: gestão agrícola, tecnologias alternativas, cooperativismo de crédito, comercialização, assistência técnica, formação e comunicação e agroindustrialização. Este breve histórico mostra evolução dessa ONG em relação ao atendimento das demandas dos agricultores, como um processo de construção que ocorre inserido e atualizado conforme o debate social vigente.

Entre 1997 e 2002 a Apaco participa de diversos projetos de instituições de fomento como CNPQ, PNUD, BNDES, Fundo de miniprojetos, Cáritas, FAO, Fundação BB, Epagri, Ministério do Meio Ambiente, que viabilizaram suas ações, através do pagamento dos

profissionais envolvidos, as despesas de manutenção, sem que os ônus fossem repassados aos agricultores. Neste contexto é que, em 1999, é criada a Unidade Central das Agroindústrias Familiares (UCAF), que contou com a participação de outros órgãos como a Epagri, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), e o Programa Desenvolver.

A Ucaf foi criada com o objetivo específico de constituir-se como uma “base de serviços” para apoiar os agricultores familiares organizados em grupos e os proprietários de pequenas agroindústrias. Em 2002 a Ucaf registra no INPI a propriedade da marca coletiva “Sabor Colonial”⁵³ e aqueles empreendimentos ligados à ela podem ter acesso à marca como forma de identificação dos seus produtos.

No desdobramento desse histórico de atuação da Apaco e da Ucaf é fundada, em 2010, a ‘Cooperativa Central Sabor Colonial’, que pode ser considerado outro estágio de estruturação da dinâmica que se iniciou com a fundação da Apaco. Essa cooperativa agrega desde o acesso à base de serviços, o acesso à marca ‘Sabor Colonial’, e agora viabiliza a comercialização em rede.

A **prefeitura municipal como instância de fomento** – a secretaria municipal do município é apontada como um dos atores de apoio para o fomento das AFRs. Sua atuação se restringe aos produtos de origem vegetal e as ações ocorrem muito em função da operacionalização dos programas municipais. Um desses programas merece maior atenção.

A feira livre municipal – este programa tem início em 1997, a partir de uma parceria entre a SEDEMA, Apaco, outras entidades ligadas aos pequenos produtores rurais e associações comunitárias, e tem por objetivo a valorização da agricultura familiar como meio de promover o desenvolvimento nas áreas rurais do município. Em 1998, foi inaugurado um espaço específico para seu funcionamento no centro do município que, devido ao sucesso da estratégia, logo evoluiu para outros espaços em dias alternados na semana.

Para garantir a melhoria da qualidade da produção agrícola e das agroindústrias familiares rurais, Prefeitura e a Epagri passaram a oferecer assistência aos produtores, promovendo cursos de capacitação, assim como foram mobilizados os serviços de Inspeção Animal e Vigilância Sanitária do município para atuar nesses espaços.

⁵³ Esta marca, proposta inicialmente no programa que o criou (PROPAGRO), em 1998, não chegou a ser efetivada naquela época. A Apaco/Ucaf registrou-a e passou a disponibilizar aos seus associados, gerenciando-a e fazendo uso até os dias atuais.

Trata-se de uma ação que foi integrada a uma política pública na área de abastecimento e comercialização voltada para a geração de trabalho e renda para os agricultores familiares (FERRARI, 2011).

Neste contexto ocorrem contribuições pontuais de atores do sistema “S”, principalmente em capacitações aos agricultores, desde meados da década de 90.

5.2.2 Identificação dos Atores na formalização das AFRs

As reflexões realizadas na seção anterior evidenciam que em Jaguari a agroindustrialização representa uma alternativa frente o esvaziamento do meio rural. As ações para viabilizar essa estratégia tomam forma, principalmente, a partir de estratégias promovidas com a participação de diferentes atores, onde deve-se ressaltar o Estado, através de seus braços executores, como protagonista neste processo.

No caso de Chapecó a agroindustrialização (grandes agroindústrias) constituiu a base de um complexo sistema socioeconômico que promoveu uma dinâmica de exclusão entre os agricultores familiares. A retomada dessa atividade como estratégia de reprodução social desse público ocorre ancorada em uma trama entre diferentes atores, onde deve-se ressaltar o protagonismo dos agricultores familiares através das organizações dos movimentos sociais.

Ações para formalização passam a fazer parte das práticas dos atores de ATER tendo em vista a viabilização desses empreendimentos da agricultura familiar. Entretanto, a comparação entre os casos mostra que são particulares aos casos os arranjos de atores e as relações que se estabelecem.

Partindo do que propõe a teoria dos campos, os atores mantêm algum tipo de relação, seja para cooperar por fins específicos, seja para concorrer por recursos de modo a estabelecer uma dinâmica favorável no campo, identificou-se a seguir 9 (nove) diferentes atores, que podem ser diferenciados pela função que cumprem, as estratégias que utilizam e as diferentes formas que interagem no processo de formalização: outras AFRs, atores de ATER, serviços públicos de regulação, Instituições financeiras, entidades de representação, organizações dos movimentos sociais e igreja, cooperativas de produção e comercialização, empresas e outras órgãos governamentais.

5.2.2.1 Outras AFRs

Este ator representa todas as outras agroindústrias familiares, com as quais a AFR mantém relações. Independente da linha de produtos que operam, estes atores guardam experiências próprias em relação aos seus empreendimentos, angústias e vitórias que podem ser compartilhadas, servindo como referências positivas ou negativas de formalização.

5.2.2.2 Atores de ATER⁵⁴

São os responsáveis pelo apoio aos agricultores familiares. Envolvem-se com ações de sensibilização, organização, e mesmo na execução de atividades específicas como a elaboração de projetos, capacitações, realização de eventos, entre outras, que podem ser acessadas em função da formalização das AFRs. Também, são considerados os profissionais liberais que, na ausência de órgãos estatais ou por opção dos agricultores, desempenham atividades específicas necessárias à formalização, à exemplo dos serviços contábeis, a Responsabilidade Técnica por atividades e/ou projetos, etc.

Em Jaguari a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural (EMATER) é o órgão público representante do serviço oficial da extensão rural do Estado. A prefeitura Municipal de Jaguari, através de sua Secretaria Municipal da Agricultura, também realiza ações pontuais com este cunho. Ainda, foi identificado a atuação de outros atores com esta linha de ação junto às AFRs, à exemplo de Instituições de Ensino e Pesquisa, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o (SENAR). Profissionais liberais também contribuem com serviços de assistência técnica pontuais.

Em Chapecó, a Epagri é a referência em termos de serviço oficial da extensão rural do Estado. A prefeitura Municipal de Chapecó, através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, também realiza ações pontuais com este cunho. A Apaco mobiliza um conjunto de ações de ATER, sendo uma organização com origens no meio sociocultural da agricultura familiar, coloca-se também como representante político deste público. O Instituto SAGA também é outro ator identificado, realizando ações de assessoramento técnico

⁵⁴ Nesta parte do estudo considera-se como atores de ATER todos os tipos de apoio, não diferenciando se público, privado, de cunho mais pontual ou ações de longo prazo, serviços pagos ou não. Entretanto, existem essas distinções qualitativas e serão abordadas ao longo do próximo capítulo.

e institucional. O SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria (SENAI), e a ação de profissionais liberais.

5.2.2.3 Serviços públicos de regulação (sanitário, ambiental, tributário-fiscal e previdenciário)

Estes atores interagem com as AFRs, sobretudo, a partir da ação reguladora do Estado. Podem ser diferenciados pela natureza da função que exercem: aqueles relacionados à área sanitária, os relacionados à área ambiental, e a área tributária, fiscal e previdenciária.

Serviço sanitário

Produtos de origem animal

Serviço de Inspeção Municipal (SIM) - Em Jaguari este órgão foi estruturado a partir de 2011.

Em Chapecó foi estruturado a partir de 1994. Trata-se de um dos serviços de inspeção municipais há mais tempo em atividade no País, segundo entrevista com o gestor atual. Em 2014 este serviço foi credenciado junto ao SISBI, ou seja, as agroindústrias inspecionadas por este serviço poderão comercializar no território nacional.

Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) é o órgão responsável por esse serviço de inspeção em Santa Catarina. Este SIE foi instituído em 1992, mas atualmente ela terceiriza a execução do serviço para empresas ou cooperativas, selecionados através de edital público. Em Jaguari não há agroindústria com este serviço de inspeção.

Produtos de origem vegetal

Em Jaguari o serviço de Vigilância Sanitária teve início a partir de 2009, segundo informações do técnico responsável.

Em Chapecó ocorre da mesma forma. A Vigilância Sanitária é o órgão com competência sobre esses empreendimentos e seus produtos desde 1992.

Sucos e bebidas

Em Jaguari os estabelecimentos que trabalham com este tipo de produto estão sob a fiscalização sanitária da Superintendência Federal da Agricultura, órgão do MAPA, que tem uma unidade descentralizada em Santa Maria-RS, cidade distante 115 km.

O órgão do MAPA que fiscaliza estes estabelecimentos em Chapecó é a unidade descentralizada da Superintendência Federal da Agricultura, com sede no município de Videira-SC, distante 200 km.

Serviço ambiental

O órgão ambiental que atua em Jaguari é vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do município, tendo sido estruturado a partir de 2011. A maioria das AFRs da pesquisa, têm jurisdição deste órgão. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Estado, também atua sobre as agroindústrias do município, sobretudo antes da implantação do órgão municipal.

Em Chapecó existem duas instâncias do órgão ambiental: uma vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do município; e outra, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), criada em 1975, é o órgão da esfera estadual responsável pelo licenciamento ambiental.

Dentre as agroindústrias da amostra em Chapecó, algumas estão sob responsabilidade do órgão municipal e outras do órgão estadual. As AFRs do município têm a opção de escolha quanto à que instância será encaminhado o processo de licenciamento⁵⁵.

Serviço tributário-fiscal e previdenciário

Diz respeito aqueles órgãos que precisam ser acessados para que a agroindústria exista, como pessoa física ou jurídica, além de expedir licenciamento de localização. Normalmente o acesso a esses órgãos ocorre por intermédio de outros profissionais, como os contadores.

5.2.2.4 Instituições financeiras

Estas instituições são as responsáveis pela disponibilização de recursos financeiros, sobretudo, o acesso ao crédito proporcionado pelos programas direcionados à agricultura familiar e seus empreendimentos.

Em Jaguari, foram citadas pelos agricultores, instituições como o Banco do Brasil e o Sicredi. Em Chapecó, além do Banco do Brasil, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação

⁵⁵ No próximo capítulo a atuação dessas duas instâncias no mesmo município será abordada com maiores detalhes.

Solidária (CRESOL) é a instituição mais citada como instituição fornecedora de recursos financeiros utilizados nas AFRs deste município.

5.2.2.5 Entidades de representação

Estes atores são os representantes dos agricultores junto às diferentes instâncias do Estado e da sociedade civil. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural, entidades que, via de regra, representam, a diferenciação entre a classe patronal, e os outros agricultores, onde estão incluídos os agricultores familiares.

Tanto em Jaguari como em Chapecó são entidades atuantes, sobretudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com a função de reconhecer os agricultores familiares perante as políticas públicas, através da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Estas entidades locais têm relação com outras entidades de representação como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), no caso do Rio Grande do Sul, e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), que é órgão de representação de cunho regional em Santa Catarina.

5.2.2.6 Organizações dos movimentos sociais e igreja

Este grupo é composto por aqueles atores que acumulam funções, sobretudo na esfera política, na defesa dos interesses do respectivo público que representam. Também, os movimentos relacionados à igreja que atuam na mobilização de grupos de agricultores.

No município de Chapecó estes atores são identificados como protagonistas e culminaram em ações como a própria fundação da Apaco.

5.2.2.7 Cooperativas de produção e comercialização

Este grupo representa os grupos cooperativos que interagem com as AFRs, a partir de ações para comercialização, ações políticas, ou mesmo viabilizando a condição existencial dos empreendimentos perante o quadro de legislações.

Em Jaguari a Cooperativa dos Derivados da Cana-de-açúcar (COODERCANA) e a Cooperativa Agrária São José, são atores neste processo.

Em Chapecó a Cooperativa Central Sabor Colonial é protagonista no processo de formalização das agroindústrias, assim como sua cooperativa “singular”, a Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (COOPERFAMILIAR).

5.2.2.8 Empresas

Fazem parte deste grupo empresas que interferem de algum modo na formalização das AFRs, seja exercendo pressões para que elas se formalizem ou, por outro lado, atuando como fornecedores de insumos e/ou equipamentos específicos ao sistema de produção de cada produto.

Nos dois casos há relatos que remetem a pressões exercidas por empresas, para que ocorra a formalização. Em Jaguari há fornecedor apontado como participante ativo em projetos envolvendo o fomento de AFRs. Em Chapecó, é atribuído às empresas o fornecimento de tecnologia em equipamentos específicos para as AFRs.

5.2.2.9 Outros órgãos governamentais

Além dos órgãos encarregados pela regulação, existem outros órgão públicos que interagem com as AFRs, e que interferem na formalização. Há exemplo das Secretarias de Obras nos municípios, encarregadas de ações que viabilizem a implantação dos empreendimentos.

5.3 Representação das relações

A partir da identificação dos atores na formalização das AFRs nos municípios de Jaguari e Chapecó é possível ter uma visão geral de como se estrutura o processo.

A legislação estabelece a obrigatoriedade nos serviços de controle da atividades, o que impõe aos agricultores a relação com os devidos órgãos responsáveis pela operacionalização. Mas o mesmo quadro legal também abre espaço para atores que irão apoiar essas iniciativas, tendo em vista viabilizar essas experiências.

O resgate de como esse processo se instalou nos casos em estudo mostra que a formalização não ocorre somente a partir da ação do Estado, mas que outros atores compõem essa configuração, cada qual com suas particularidades, sua capacidade de ação e articulação.

Com base em Steiner (2006), procurou-se sistematizar as relações nos dois casos em estudo, de modo a ressaltar os elementos centrais que os diferenciam e que irão orientar as análises no próximo capítulo. Estão representadas as **relações diretas** que os atores têm com as AFRs em função da formalização, mas também é possível visualizar **relações indiretas**, quando os atores realizam ação sobre um terceiro ator em função da formalização das AFRs.

A figura 10 ilustra as relações que as AFRs em Jaguari estabelecem e que interferem de alguma maneira no processo de formalização dessas experiências.

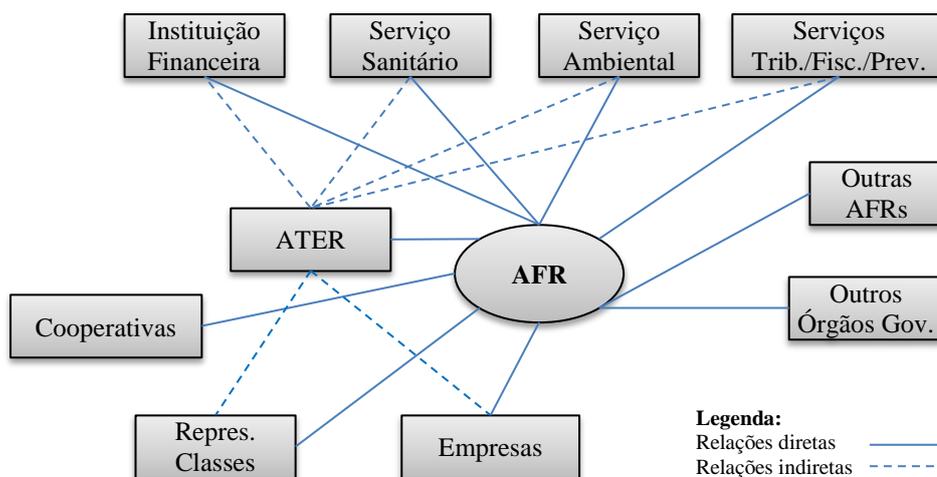


Figura 10 - As relações que se estabelecem entre as AFRs e outros atores em função da formalização no município de Jaguari

Fonte: Dados da pesquisa.

A comparação entre Jaguari e Chapecó ressalta duas diferenças centrais quanto aos atores e as relações: I) a configuração de atores de ATER direciona qualitativamente as ações deste grupo, de modo que se estabelecem outras relações que não ocorrem em Jaguari; II) a atuação das organizações dos movimentos sociais é intensa e também estabelece relações capazes de interferir na formalização das AFRs.

Essas diferenças podem ser observadas (realce em vermelho) na figura 11.

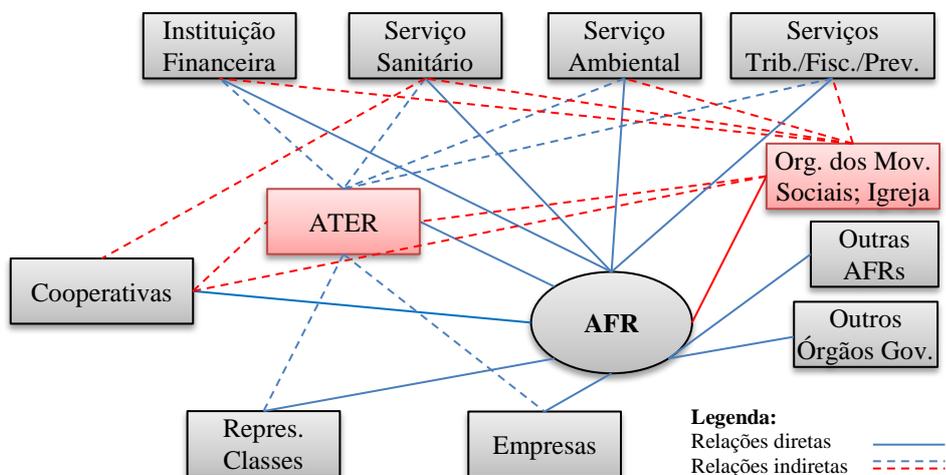


Figura 11 - As relações que se estabelecem entre as AFRs e outros atores em função da formalização no município de Chapecó

Fonte: Dados da pesquisa.

Os elementos até então identificados sugerem que em Jaguari o processo de formalização das AFRs ocorra ancorado em relações que evidenciam o protagonismo de atores estatais no processo de formalização, enquanto que em Chapecó este processo assume uma trama mais complexa, sobretudo pela participação dos agricultores em organizações dos movimentos sociais que assumem protagonismo assim como os atores estatais.

Com base nestes direcionadores, o próximo capítulo se encarrega de articular categorias teóricas do estudo tendo em vista aprofundar na compreensão da dinâmica entorno da formalização das AFRs a partir dos casos estudados.

6 ASPECTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS INERENTES À 'DINÂMICA' DE FORMALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS

As conexões que se procurou construir até este ponto identificam a formalização das AFRs como um fenômeno, particular a um contexto, caracterizado por: a) existência de um quadro institucional legal complexo e restritivo para esses empreendimentos, que guarda particularidades entre os casos estudados; b) a formalização ocorre como um processo contínuo e particular à cada AFR, e que se traduz em arranjos característicos desses empreendimentos para ambos os casos estudados; c) diferentes configurações de atores e relações são operantes no processo. Com base nestas identificações é preciso aprofundar na compreensão de como ocorre a formalização. Quais fatores imprimem dinâmica ao processo?

Assumindo-se que a atividade de agroindustrialização ocorre na agricultura familiar como um processo imerso em seus aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos, e que a relação com os mercados pressupõe sua formalização, na próxima seção discorre-se sobre os conflitos na trajetória da atividade como elemento dinamizador da formalização das AFRs nos casos estudados.

6.1 Conflitos observados diante do processo da formalização

Existem conflitos em potencial relacionados à formalização das AFRs. Essa interpretação teórica tem base na noção de que os atores agem no contexto de um 'campo', onde suas ações são restringidas pela dinâmica do próprio campo, assim como há influência do Estado nestes processos de interação (BOURDIEU, 2005a; FLIGSTEIN, 2007). Sob este enfoque, a problemática inerente às relações entre agricultores e outros atores com os quais as AFRs se relacionam, bem como instituições que orientam suas condutas, constitui elemento dinamizador (motivadores e/ou desmotivadores) da formalização destes empreendimentos.

Esta seção se ocupa em compreender as formas pelas quais se apresentam esses conflitos. Sua orientação empírica tem base nas entrevistas aos agricultores quanto aos motivos que os levam a formalizar, bem como se existe algum tipo de 'pressão' para que isso ocorra, ou mesmo quem realiza essa pressão e de que forma. Diante das respostas obtidas é possível sistematizar os resultados em eixos de conflitos distintos: a) conflitos inerentes a origem e as formas pelas quais as pressões ocorrem para que os empreendimentos sejam

formalizados; b) conflitos em função de fatores identificados como dificuldades percebidas em relação à formalização; e c) conflitos decorrentes das práticas entre os técnicos dos serviços que regulam a atividade.

6.1.1 Conflitos inerentes a origem e às formas pelas quais pressões se manifestam para que os empreendimentos sejam formalizados.

Quanto à origem das pressões, na tabela 10 estruturou-se as respostas dos agricultores.

Tabela 10 - Percentual de agricultores familiares em função das principais origens de 'pressões' para a formalização da atividade de agroindustrialização, por município - 2014

Pressão para formalizar	Município	
	Jaguari	Chapecó
Serviços de regulação sanitários	80	85
Serviços de regulação ambiental	40	62
Por parte de empresas	20	46
Por parte de outras AFRs	20	17
Por parte das instituições financeiras	10	62
Por parte dos atores de ATER	40	69

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Os dados da tabela 10 apontam para o quadro legal vigente como a principal origem da pressão por formalizar, segundo a percepção dos agricultores. Dentre estes, os **serviços de regulação sanitários** constituem a principal pressão para a formalização, tanto em Jaguari (80%) como em Chapecó (85%). Os **serviços de regulação ambiental** exercem maior pressão para os agricultores no município de Chapecó (62%), uma explicação para essa diferença, percebida na própria fala dos entrevistados, é que este serviço está estruturado há mais tempo nesse município, além disso existem instaladas ali duas instâncias de controle: o órgão municipal e o Estadual.

Mas as pressões para formalizar não se resumem à ação dos serviços de regulação. No exercício de sua prática junto às AFRs, outros atores também contribuem para esse quadro, como as empresas, as instituições financeiras, os atores da ATER, e mesmo outras AFRs. Cabe destacar que as **instituições financeiras** (62%), os **serviços de ATER** (69%) e as **empresas** (46%), representam maior fonte de pressão em Chapecó do que em Jaguari.

Essas diferenças sugerem uma maior atuação em Chapecó dos serviços de regulação da atividade agroindustrial, o que faz sentido tendo em vista serem os mesmos órgãos encarregados de fiscalizar e inspecionar outras agroindústrias, setor que é bastante desenvolvido no município, como já abordado em outras partes deste estudo. Por outro lado,

parece haver também uma maior atividade relacionada à formalização das AFRs entre outros atores, à exemplo dos de ATER que têm relação com as agroindústrias familiares. Deve-se destacar a existência deste tipo de ação também por parte das empresas, mas o que chama atenção é que também ocorre por conta de outras Agroindústrias Familiares.

Quanto à forma como essas pressões se apresentam, a tabela 11 sistematiza a resposta dos agricultores, quando questionados quanto à “principal” forma de pressão.

Tabela 11 - Forma como ocorreu a principal ‘pressão’ para a formalização da atividade de agroindustrialização, apontadas nas entrevistas com agricultores - % por município - 2014

Principal forma de pressão	Município	
	Jaguari	Chapecó
Notificação	30,0	38,0
Multa	-	7,6
Psicológica	10,0	7,6
Restrições	60,0	22,8
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Na **notificação** foram incluídas práticas onde a pressão dos atores se revela na forma de algum tipo de documento que é entregue ao agricultor no sentido de registrar o fato ocorrido. Também, quando os agricultores assinam algum termo de responsabilidade por sua condição como informal. A forma de **pressão psicológica** foi verificada no relato entre os agricultores, quando ocorrem práticas que remetem a imputar medo de modo a coibir a comercialização do produto. No caso da **multa**, há desembolso de valores por conta do flagrante da situação de irregularidade, como no caso de um produtor de cachaça após ter sido denunciado, que chegou a pagar R\$ 2.000,00 de multa em ainda teve apreendidos 10.000 litros do produto que estavam estocados na sua propriedade.

Quanto às **restrições** observadas, referem-se a mercados onde os produtores passam a ficar impedidos de comercializar seus produtos, e as razões são as mais variadas, como a exigência do código de barras, falta de registro sanitário, ou a exigência da Nota Fiscal e, mais recentemente, a Nota Fiscal Eletrônica, pois é através destes documentos que o comprador irá contabilizar suas compras, e assim abater no valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido.

No caso dos serviços de regulação ambiental há pressão para que os empreendimentos obtenham p licenciamento, caso contrário terão restrição para o acesso a Programas como o SC rural em Chapecó e o Programa Sabor Gaúcho em Jaguari. Em Chapecó, atualmente também a junta comercial está passando a exigir esse licenciamento para poder reconhecer os empreendimentos.

Quanto às diferenças entre os casos, é mais recorrente entre os agricultores de Jaguari (60%) as restrições como principal forma de pressão. Deve-se salientar que o recolhimento dos produtos por conta de flagrante é comum que ocorra em paralelo, sobretudo em notificações e multas. As falas dos agricultores exemplificam como essas formas se revelam:

É. Aí eu parti para o mais rápido. Os **mercados precisavam de nota**, então não tinha como. (Ag3, Jaguari, 62, grifo nosso)

Daí começamos a sofrer com a perseguição da vigilância. Depois quando o outro prefeito assinou, aí a **vigilância começou a pegar e a apreender**. Perdi queijo quatro vezes (Ag14, Chapecó, 2014, grifo nosso)

Mas como já tinha sido feito, já havia o comentário, e é aquela velha história, eu estou registrada e **se tu não fizer eu vou te denunciar**. Porque isso é prejudicial, tu pode estar vendendo ao mesmo preço e não está pagando imposto (Ag5, Jaguari, 2014, grifo nosso).

É uma pressão assim, que é o cara da prefeitura que vinha ali. E daí ele reunia nós, lá no final da feira, e comentava: '**que é bom estar legal, porque pode vir a vigilância** e complica para vocês. E estamos tentando ajudar'. (Ag15, Chapecó, 2014, grifo nosso).

A última coisa que fizeram, foi passarem lá para a gente **assinar um termo**. Se responsabilizando que se passasse fiscalização e nós pagássemos multa, nós estava sabendo. (Ag15, Chapecó, 2014, grifo nosso)

Estas são as principais formas de pressão verificadas entre os agricultores da pesquisa, de modo que constituem elementos “motivadores ou desmotivadores” para que os agricultores promovam a formalização de sua atividade. A seguir são sistematizados um conjunto de conflitos inerentes ao processo de formalização propriamente dito, pelo quais passaram ou estavam passando os agricultores entrevistados.

6.1.2 Conflitos em função de fatores identificados como dificuldades percebidas em relação à formalização

Os dados da tabela 12 mostram as exigências relacionadas ao atendimento às exigências legais entre as recorrentes nos dois municípios. Dentre estas, as **exigências sanitárias** são as mais pontuadas, sobretudo quando se tratam de produtos de origem animal e também no caso das bebidas.

Tabela 12 - Principais dificuldades relacionadas à formalização das AFRs, apontadas nas entrevistas com agricultores - % de agricultores no município - 2014

Dificuldades	Município	
	Jaguari	Chapecó
Adequações às exigências sanitárias	90,0	92,3
Adequações às exigências ambientais	30,0	69,2
Carga tributária	70,0	46,2
Falta de apoio local	70,0	46,2
Ações coletivas	80,0	30,8
Ação dos técnicos de fiscalização	80,0	53,8
Atendimento aos padrões 'qualidade'	90,0	53,8
Desconhecimento dos trâmites – processo burocrático	100,0	84,6

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Quanto às dificuldades no atendimento às **exigências ambientais** serem mais expressivas nas entrevistas realizadas em Chapecó, dois aspectos contribuem para este aspecto: a existência de duas instâncias de controle ambiental (municipal e estadual) com escritório no município, o que implica na possibilidade de diferentes formas de agir dessas instâncias (como será abordado no próximo item), e um maior número de AFRs em Chapecó que já têm seu empreendimento licenciado pelo órgão ambiental, e por isso acumulam a experiência de ter avançado por estas dificuldades.

Quanto às dificuldades relacionadas à **carga tributária** que incide sobre a atividade, em Jaguari este aspecto é mais expressivo onde contribui para isso a composição da amostra de entrevistados, que conta com maior número, do que Chapecó, de AFRs que produzem bebidas (vinhos e cachaça, principalmente)⁵⁶.

A **falta de apoio local** (70%), as **ações coletivas** (80%), a **ação dos técnicos de fiscalização** (80%) e o **atendimento aos padrões de 'qualidade'** (90%), têm maior representação em Jaguari do que Chapecó, como dificuldades percebidas no processo de formalização. A fala dos agricultores remete que são pontuais as ações que resultem em condições favoráveis para os empreendimentos: os agricultores se referem que as ações do poder municipal pouco evoluem para resultados efetivos para as agroindústrias; a construção de ações coletivas é insipiente, à exemplo das agroindústrias da amostra onde são representativos os empreendimentos de propriedade de uma família; há também a referência de que os técnicos atuam de forma impositiva, e que os padrões de qualidade são difíceis de atender, pois sua percepção que está associada à forma de agir do próprio técnico dos serviços

⁵⁶ Para efeitos de comparação, em 2011, no estado de São Paulo, enquanto os alimentos apresentavam carga tributária da ordem de 37,3% para biscoitos, carne bovina 17,47%, iogurte 33,06%, manteiga 36%, queijo 16,5%, para as bebidas, sobretudo as alcóolicas, a carga tributária atingiu níveis mais elevados, chegando a representar 54,7% no preço final do vinho e 81,8% no da cachaça (IBPT, 2011).

que regulam a atividade, induzem o agricultor a associar qualidade com investimento em infraestrutura, o que demanda investimento que para eles é limitado.

O **desconhecimento dos trâmites** é uma dificuldade percebida pelos agricultores nos dois municípios. Este resultado está relacionado à problemática identificada no capítulo 4 em relação às principais instituições formais que orientam a formalização. Cada tipo de serviço, sanitário, ambiental, e tributário/fiscal/previdenciário, demandam conhecimentos específicos, e quando abordado apenas um deles, como no caso do sanitário que envolve o registro do estabelecimento e o registro de cada produto, o nível de detalhamento complexifica o quadro de conhecimento necessário e que não é característico como capital cultural entre os agricultores familiares, eles precisam de apoio (capacitações) para essa construção.

Este cenário reflete parte das dificuldades por que passam os agricultores para formalizar a atividade. Como um processo, inicialmente os conflitos ocorrem durante a fase de registro do empreendimento e dos produtos, e se estende no decorrer de sua existência, pois estará sempre sujeito a fiscalizações.

No caso dos produtos de origem animal, em Chapecó esta problemática assume uma dimensão que em Jaguari ainda não ocorre. Referindo-se ao registro sanitário do empreendimento no Serviço de Inspeção Estadual (SIE), os agricultores reportam as dificuldades para a aceitação das e **plantas, croquis** dos empreendimentos, considerados como inadequados. A demora e o processo burocrático contribuem para este problema, tendo em vista que o trâmite ocorre com solicitação do registro no órgão regional com sede no município, mas a instância de decisão é a unidade central em Florianópolis. Entre idas e vindas, ajustes e solicitações, há um processo de desgaste entre agricultor e o órgão de regulação, que no caso se estendeu por mais de um ano.

Entre as dificuldades relatadas pelos agricultores, são fontes de conflitos os enquadramentos que a legislação coloca as agroindústrias familiares, não diferenciando-as das demais, ocasionando, muitas vezes a inviabilidade do empreendimento devido às taxas e valores decorrentes. Como no caso da legislação ambiental em Chapecó, em AFRs pesquisadas na linha de derivados da carne suína relatam taxas exorbitantes, chegando aos R\$ 9.000,00, para renovação da licença de operação. Segundo os agricultores, o enquadramento de suas agroindústrias era o mesmo de outras agroindústrias que abatem em um dia o que eles abatem em um mês.

Muitas dificuldades estão diretamente relacionadas com recursos financeiros, sobretudo a necessidade de investimentos em infraestrutura, tanto na fase de implantação do empreendimento, mas também para a manutenção do registro. A linha de produtos de origem

animal é central neste quesito, mas que também é representativo entre as AFRs na linha de bebidas, conforme as transcrições abaixo:

Só que isso tudo demanda investimento. Só pra tu ter uma ideia, de dois anos pra cá nós investimos uns R\$ 400.000,00. E hoje de manhã eu disse pro nosso veterinário, até o final do ano nós precisamos de mais ou menos uns R\$ 100.000,00 de investimento pra poder dizer, agora a unidade está segura pra trabalhar mais uns 10 anos (Ag13, Chapecó, 2014).

É, a gente teve que melhorar um monte de coisas. Questão assim, azulejo até dois metros de altura, isso é exigência do ministério e ninguém sabia disso. O valor gasto foi muito alto em função do desconhecimento, se tivesse sido feito uma coisa planejada, com quem conhece do assunto e entende (Ag5, Jaguari, 2014)

Só orientaram, desenharam no computador: “é assim agroindústria do queijo”. Fez um ano agora em agosto, setembro. E de lá para cá não apareceram mais? Eles até vem aqui dar uma olhadinha, mas ajudar, não ajudam. É complicado, né? Cidade pequena é complicada. (Ag6, Jaguari, 2014)

As duas últimas falas refletem também que os conflitos não se limitam aos serviços que regulam a atividade, mas se estendem à ação dos atores que apoiam as agroindústrias, problemática com maior recorrência em Jaguari. À exemplo da falta de conhecimento entre os **atores de ATER** sobre aspectos técnicos específicos da atividade e sua operacionalização, resultam em inadequações dos empreendimentos que irão limitar a obtenção do registro sanitário no futuro, como na fala “Emater tratava como agroindústria, primeiro: não existe agroindústria de vinho, é empresa” (Ag5, Jaguari, 2014), onde o agricultor reporta-se à assistência da Emater no início de seu empreendimento como inconsistente por desconhecimento, o que ocasionou perda de tempo e de recursos investidos.

Dentre as evidências que os resultados apontam, ressalta-se o “peso” das práticas entre os atores dos serviços que regulam a atividade de agroindustrialização para a formalização das AFRs. Sendo assim, no item seguinte discorre-se sobre inconsistências observadas nestes serviços.

6.1.3 Conflitos na prática entre os atores dos serviços (sanitário e ambiental) que regulam a formalização das AFRs

Primeiramente é preciso contextualizar o perfil observado entre os profissionais que atuam nesta área, entre os entrevistados. Todos têm curso superior em área técnica compatível com a função: veterinários nos serviços sanitários, e biólogo e gestão ambiental, nos serviços ambientais. Além dessa formação básica, alguns desses técnicos do serviço sanitário realizam capacitações específicas para a atuação (reportou-se apenas os sanitários, pois entre os do

serviço ambiental não há diferença, não realizaram qualquer capacitação nesse sentido). Neste aspecto a tabela 13 mostra um visão geral das diferenças entre os casos:

Tabela 13 - Capacitações realizadas por profissionais em Jaguari e Chapecó que atuam nos serviço de regulação sanitário - 2014

Capacitações específicas à função	Município	
	Jaguari	Chapecó
Nenhuma	1	-
1 capacitação	1	1
2 capacitações	-	-
3 ou mais capacitações	-	3

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

A principal diferença entre os dois municípios fica por conta de maior recorrência, entre os profissionais de Chapecó, passarem por capacitações específicas à sua função. Principalmente aqueles atuantes na linha de produtos de origem animal recebem treinamentos quanto a legislação que orienta suas práticas em relação aos procedimentos técnico-administrativos a serem adotados. Quando comparados os profissionais dos serviços de inspeção municipal, em Jaguari o técnico afirma não ter realizado nenhuma capacitação, apenas a habilitação proporcionada pela formação acadêmica, o que contrasta com Chapecó, que os profissionais realizaram (e realizam) capacitações além de sua formação na área. Se for comparar com os profissionais que atuam no SIE em Chapecó, estes são obrigados a realizarem ao menos uma atualização a cada 2 anos.

Quando questionados esses profissionais quanto ao envolvimento com as organizações dos movimentos sociais relacionadas aos agricultores familiares, se há alguma afinidade, se participam de ações nesse sentido, com exceção de um em Chapecó, todos os outros afirmam não ter qualquer tipo de relação por afinidade, salvo relações por conta da função que ocupam. A exceção fica por conta de um profissional entrevistado que atua no SIE para as AFRs vinculadas à Apaco. A viabilização deste profissional ocorre como resultado de mobilização articulada pela Apaco, caso que será abordado na seção 6.5.

Resgata-se em Bourdieu (1983) que as práticas estão relacionadas ao *habitus*, este enquanto disposições sociais construídas historicamente que, no âmbito de uma determinada situação, explicam a existência atual de determinadas ‘práticas’. As práticas entre estes atores dos serviços de regulação tendem a refletir disposições sociais que evidenciam sua **trajetória de formação técnica e o contexto onde estão inseridos**, além das próprias orientações inerentes às funções que ocupam. Neste sentido, deve-se reconhecer diferença entre o serviço SIM em Jaguari o SIE e SIM em Chapecó, neste último município evidenciada pela

quantidade de normativas específicas que orientam a ação dos técnicos, o nível de controle dos procedimentos é mais intenso, sobretudo no SIE (ver nos ANEXOS C e D exemplo de documentos orientadores em “práticas” do SIE em Chapecó nos estabelecimentos de origem animal). Além disso, deve-se ressaltar a influência do contexto onde estão inseridos esses técnicos, como no caso de Chapecó onde o ambiente empresarial é intenso.

Na figura 12 procura-se ilustrar a influência desse ambiente na percepção dos técnicos dos serviços de regulação em relação aos agricultores familiares. Questionou-se quanto a como esses atores percebem os agricultores familiares que realizam a atividade de agroindustrialização. A maioria aponta que visualizam esse público como ‘empreendedores’, mas em Chapecó a percepção como ‘empresários’ também ocorreu, assim como em Jaguari como ‘agricultores’.

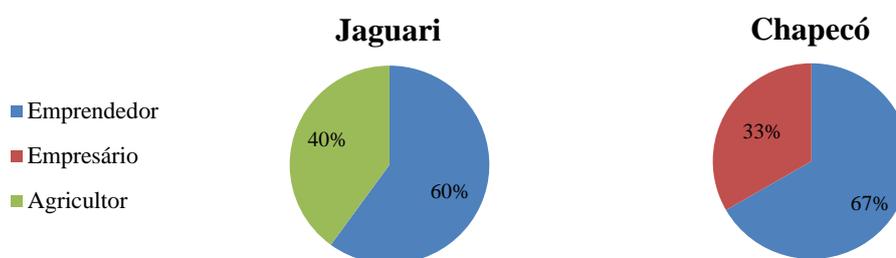


Figura 12 - Percepção dos técnicos dos serviços de regulação em relação aos agricultores familiares que realizam atividade de agroindustrialização, em Jaguari e Chapecó - 2014

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

A visão entre técnicos de que as AFRs atuam como uma grande agroindústria ainda é muito presente, mas foi ainda mais intenso quando no contexto do município os projetos de agroindustrialização eram novidades. No caso de Chapecó, entre aquelas agroindústrias mais antigas, com origem na década de 90, quando essas agroindústrias estavam se instalando no município e região, esses tipos de conflitos eram ainda mais intensos. Os técnicos estavam habituados ao trabalho de fiscalização e inspeção em grandes agroindústrias onde existe a divisão de tarefas entre setores de produção. Quando chegavam à pequena agroindústria, onde a unidade industrial realiza desde o abate até o processamento da matéria-prima, ou então se especializa em uma dessas etapas, esse técnico da inspeção orientava suas decisões enquadrando essa unidade apenas como um ‘abatedouro’.

Os técnicos tinham (e ainda têm) dificuldade em perceber essa diferença por conta de uma orientação com base em instrumentos legais que pouco diferenciam uma de outra agroindústria. A própria coordenadora regional de inspeção Estadual em Chapecó deixa isso

bem claro: “não há distinção entre pequena, média ou grande, existe o cumprimento legal” (At25, Chapecó, 2014).

Outra forma em que esses conflitos de interpretação se revelam ocorre por conta de **interpretação dúbia ou desconhecimento**. Tomando-se o exemplo da legislação ambiental, em Chapecó ocorre a ação de duas instâncias para a solicitação do licenciamento ambiental (ou sua dispensa): municipal ou estadual. Embora existam critérios quanto aos tipos de empreendimentos que poderão ser licenciados junto ao município, aqueles que forem da competência do órgão municipal, também podem ser do órgão estadual: são equipes distintas, com treinamentos distintos que, embora sob uma mesma legislação, podem contribuir para desfechos também distintos. No quadro 8 relata-se este caso.

A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, estabelece normas que permitem a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na prática quer dizer que o município poderá se estruturar e assumir competência para emissão do licenciamento para as AFRs.

Os agricultores, com a assistência da Apaco, encaminharam solicitação de Licenciamento Ambiental junto ao órgão municipal. O técnico do órgão municipal interpretou como sendo um projeto de agroindústria que se enquadraria como de ‘médio porte’. Os agricultores e a Apaco não concordaram com o desfecho, então encaminharam o projeto para o órgão ambiental do Estado (Fatma). A Licença de Operação foi expedida enquadrando o projeto como de ‘pequeno porte’: a dúbia interpretação ocorria por conta da ‘área útil’ do empreendimento, onde uma instância considerava o local de depósito de lenha como parte da área útil e a outra desconsiderava este local.

Quadro 8 - Caso envolvendo as instâncias municipal e Estadual do órgão ambiental em Chapecó

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Bourdieu ainda traz outra contribuição para interpretar as práticas entre esses atores. Diz respeito ao **poder inerente à função que ocupam**. São recorrentes os relatos dos agricultores reportando passagens do tipo:

[...] era um senhor muito gente boa, com um conhecimento muito bom, não estou desmerecendo, mas que levou flauteado e que a hora que chega um outro fiscal diz não, não era nada disso. E ele estava se aposentando, sabe. Em 2012 foi a primeira fiscalização do ministério da agricultura aqui. Que eles andaram com uma normativa sobre boas práticas, e vieram com tudo para cima de todo mundo (Ag5, Jaguari, 2014).

A transcrição acima reflete a falta de “interesse” em fazer cumprir a regra, neste caso em benefício do agricultor familiar. Segundo Bourdieu (2006, p. 174-177), mesmo em ambientes altamente institucionalizados a conduta dos atores nunca se reduz a uma simples execução, como um processo mecânico. O regulamento é aplicado na medida em que “o interesse em obedecer-lhe supera o interesse em desobedecer-lhe [e para isso pode fazer valer] a sua posição de superioridade inerente às suas funções.” Esta possibilidade de que os

técnicos utilizem de sua prerrogativa de autoridade passa a representar significativo condicionamento da dinâmica para a formalização das AFRs. Em não havendo “interesse” em compreender o contexto socioeconômico intrínseco à agricultura familiar, pode se constituir em barreira para a formalização destes empreendimentos. A transcrição abaixo revela compreensão do técnico quanto a prazos que são estipulados em conjunto com o agricultor, entretanto, a decisão final de aceitar ou não, cabe ao técnico:

Nós temos um termo de fiscalização, exatamente esses itens que a gente chega, analisa, faz o *check list* nas empresas para ver se eles estão de acordo ou não, e a partir daí é feito um relatório de fiscalização. Nesse relatório a gente aponta as não conformidades da indústria que daí eles têm um certo tempo, que eles escolhem, por exemplo, as portas são de madeira, então eles vão dizer: ‘em dezembro de 2014 vão ser trocadas todas as portas de aço inox, alumínio, PVC’. Aí, então eles dão o prazo que eles querem para alterar, e a gente ou aceita ou não. Se a urgência é muita, a gente pede um prazo menor (At25, Chapecó, 2014).

Some-se a esse, o fato que na linha de produtos de origem animal, dentre esses técnicos que foram entrevistados em Chapecó, quando questionados quanto ao que orienta suas ações, os procedimentos adotados, as respostas remetem ao RIISPOA como referência técnica principal para inspeção e fiscalização. Mais um aspecto que demonstra a influência da subjetividade na conduta destes atores, sim pois, existe no Estado de Chapecó uma lei que foi instituída para servir como referência aos procedimentos de controle sanitário das AFRs, diferenciando esses empreendimentos das outras agroindústrias. Trata-se da lei Estadual nº 10.610, de 1997.

Todos esses conflitos observados a partir dos agricultores e dos técnicos que atuam nos serviços de regulação, constituem suas visões de mundo enquanto atores no processo de construção da formalização das AFRs, processo que passa a ser percebido pelos agricultores familiares como um problema, um limite à atividade de agroindustrialização.

Os resultados corroboram o que outros autores já evidenciavam. À exemplo dos estudos de Prezotto (1999), Guimarães (2001) e Cardoso (2012) sobre a legislação sanitária que apontam, entre outros resultados, restrições às AFRs envolvendo a descaracterização dos produtos como artesanais, a complexidade para atender às exigências burocráticas que a legislação impõe, ou mesmo a consequente informalidade entre este público por conta dessas inconsistências decorrentes do quadro legal.

Entretanto, os resultados descortinam práticas entre os atores que revelam, por um lado, a ação do Estado no sentido de manter a estabilidade do campo. O quadro legal constitui, em última instância, as regras existentes instituídas para “garantir” a estabilidade no campo. Segundo Fligstein (1996) esses conflitos podem ser explicados pela expansão do

papel regulador do Estado que impõe várias práticas aos atores, ou seja, são dinâmicas acentuadas não só pelo de processo de institucionalização do quadro legal que enfatizou-se na discussão no capítulo 4, mas também pela própria descentralização de poder que tal legislação proporcionou, incumbindo atores de diferentes práticas para executar este papel regulador.

Entretanto, Bourdieu (2006) contribui para compreender que as práticas engendradas pelos atores que executam o papel regulador do Estado não se reduzem à um processo mecânico de aplicar regras. Esse papel está sujeito a aspectos subjetivos inerentes ao ator que executa essas regras, estando sujeitas a interpretações ou mesmo a prerrogativas pela função que ocupam.

Por outro lado, os resultados também revelam a prática de atores não estatais: as denúncias, que algumas vezes ocorrem por conta dos produtos comercializados na informalidade são “estratégias” de atores (as empresas, no caso as concorrentes) para manter sua posição no campo. Concorda-se com Fligstein e MacAdam (2012) que interpretam esse movimento como a influência que atores ‘dominantes’ exercem de modo a moldar os efeitos no campo para fazer valer seus interesses. O princípio desta influência parte da existência de regras, no caso as leis, que funcionam como concepções de controle permitindo aos atores interpretar o seu mundo, as ações dos outros, e que práticas engendram para controlar a situação.

Enfim, estes conflitos com origens em regras existentes e na subjetividade dos atores compõem o referencial cognitivo na decisão dos agricultores de formalizar ou permanecer na informalidade e contribuem para compreender a dinâmica de formalização, mas não são o fim por si só, como propõe a Nova Economia Institucional. Precisam ser ‘relacionados’ a outros elementos que também explicam a dinâmica (BOURDIEU, 2005a). Neste caso, este quadro de conflitos inerentes a formalização sugerem a importância dos serviços de apoio para minimizar, superar e/ou evitar inconsistências dessa natureza.

6.2 Os atores de ATER como elemento de dinâmica na formalização das AFRs: diferentes “práticas” observadas

Primeiramente ressalta-se a identificação de que todas as AFRs do estudo, em determinado momento de sua trajetória, receberam apoio de algum ator para a sua formalização⁵⁷.

Diante desta constatação, toma-se por base teórica a contribuição de Bourdieu (1983), o qual sugere que a prática dos atores (neste caso os agricultores) pressupõe a existência de condições objetivas para que estas ocorram, mas também de disposições sociais construídas historicamente no âmbito de uma determinada situação. Diante disso, é possível inferir que os diferentes atores de ATER que configuram o apoio às AFRs podem constituir diferentes contribuições à formalização das AFRs. Com base no argumento que o arranjo destes atores em um município é elemento de dinâmica para a formalização, esta seção se ocupa em compreender suas ‘práticas’ e a influência para a formalização desses empreendimentos.

As reflexões focam aqueles atores identificados como ‘estratégicos’, a partir do volume e tipo de ações que realizam junto ao processo de formalização das AFRs, mas principalmente aqueles mais representativos para o processo, segundo os agricultores entrevistados.

A tabela 14 apresenta uma visão geral para os dois municípios quanto a atividade desses atores junto a esses empreendimentos da agricultura familiar⁵⁸.

⁵⁷ Esta constatação é uma realidade também apontada em outros estudos, à exemplo de Amarin e Staduto (2008) que ao questionarem agricultores familiares quanto à possibilidade de, por si só, enquadrar seus produtos às exigências necessárias para disponibilizar os produtos nos mercados, 72,5% responderam que não conseguem fazê-lo sem o apoio de outros atores. A limitação ocorre, principalmente, pela necessidade de conhecer o quadro legal vigente.

⁵⁸ Deve-se reforçar que essa configuração de Atores de ATER e outros serviços resulta dos encaminhamentos obtidos a partir das entrevistas exploratórias e, principalmente, das entrevistas em profundidade com os agricultores nas AFRs. Reconhece-se a existência de outros atores que, em algum momento, contribuíram pontualmente para o fomento de agroindústrias específicas no município. Não foi intenção esgotar as possibilidades (o que tornaria impraticável este estudo).

Tabela 14 - Atores que realizam ATER e outros serviços, por número de vezes em que são citados pelos agricultores familiares em função de práticas realizadas junto às AFRs – nos municípios do estudo⁵⁹ - 2014

Atores de ATER	Município	
	Jaguari	Chapecó
Emater	16	N/E
IFFarroupilha	5	N/E
Munic. - Agric.	4	11
Sistema 'S'	10	3
Apaco	N/E	34
Epagri	N/E	23
Instituto Saga	N/E	7

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

N/E - não existe.

No município de Jaguari a Emater aparece entre os atores de ATER mais citados, seguida dos serviços vinculados ao Sistema 'S', os profissionais liberais, o IFF e por último a prefeitura municipal. Em Chapecó a Apaco e a Epagri são, respectivamente, as mais citadas, seguidas da prefeitura municipal, do Instituto Saga, dos profissionais liberais, e por último os serviços vinculados ao Sistema 'S'. Para facilitar as análises, os resultados estão sistematizados em função do respectivo município onde as práticas ocorrem.

6.2.1 Práticas dos atores de ATER em Jaguari relacionadas à formalização

6.2.1.1 Empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER)

A extensão rural é, por excelência, a função maior deste ator. Tendo como público preferencial e prioritário a agricultura familiar, suas práticas têm por missão

promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha (EMATER, 2011, p. 13)

Com base nessas orientações, as práticas realizadas por estes atores de ATER em relação às AFRs em Jaguari ocorrem paralelamente à execução de outras tantas que compõem

⁵⁹ Reconhece-se, também, que os dados dessa tabela refletem o quadro de entrevistas realizadas. Entretanto, convém lembrar que a seleção dos entrevistados sempre ocorreu procurando representar a diversidade entre as agroindústrias e entre os atores com os quais elas se relacionam, aqueles apontados como os que contribuíram ou limitaram a formalização dos empreendimentos. Este procedimento metodológico permite que estes atores de ATER sejam referidos como 'forças' atuantes representativas para a dinâmica de formalização das AFRs nos município estudados.

o leque de atuação da Emater como executora do serviço oficial de Extensão Rural⁶⁰. As práticas específicas às agroindústrias tomam consistência a partir de 2012, com a implementação do ‘Programa das Agroindústrias Familiares Sabor Gaúcho’. Referente ao apoio às AFRs, em 2014 foram realizadas práticas de assessoramento técnico na implantação e ampliação em 3 agroindústrias e o assessoramento técnico na regularização da atividade em 5 agroindústrias.

O escritório municipal em Jaguari conta com uma equipe de 5 profissionais, com formações nas áreas de Engenharia agrícola, técnico agrícola e magistério. As práticas realizadas concentram-se no apoio elaboração e implementação dos projetos, acesso a recursos de programa de fomento, mobilização e organização de grupos, articulação política, elaboração de rótulos e tabela nutricional, acesso a marca coletiva.

As ações em relação às AFRs pela Emater estão estruturadas para operar a partir dos escritórios municipais. O escritório da Emater municipal ocupa-se de atividades de divulgação e sensibilização quando às possibilidades de acessar o Programa Sabor Gaúcho; um trabalho para se tentar criar referências no município. A demanda chega até os extensionistas através dos próprios agricultores que procuram apoio, mas também por ações de divulgação do serviço, das possibilidades. A Emater realiza o mapeamento de agricultores que se interessem pela atividade, assim como de agroindústrias informais existentes no município, para os quais os técnicos se encarregam de fazer essa sensibilização. Na medida do interesse os agricultores procuram a Emater para obter maiores esclarecimentos.

São realizadas reuniões e visitas às propriedades para identificar as pretensões dos agricultores e as condições para implementar uma agroindústria. São mais comuns os casos onde as agroindústrias já existem, mas operam informalmente, normalmente sem nenhum tipo de licenciamento. A sequência do processo conta com o cadastramento do agricultor junto ao Programa Sabor Gaúcho, onde são registradas um conjunto de informações que irão caracterizar o diagnóstico do empreendimento, através da utilização de um *checklist* com perguntas-chave do tipo: o nível em que agricultor pretende chegar, quer vender no município, no Estado, etc.; a escala pretendida; se a matéria-prima é própria, se não, qual o percentual; a mão de obra disponível; o que pretende fazer com o resíduo, etc.

⁶⁰ As áreas temáticas compreendem: agroindústria; fruticultura/olericultura; transição agroecológica de sistemas produtivos de grãos/manejo de solo e água; gestão ambiental/sistemas agroflorestais; produção sustentável de leite; formação técnico-social; pecuária familiar; sucessão familiar; juventude e gênero; processos e metodologias participativas em ATER; inclusão social e produtiva no meio rural; gestão da produção, abastecimento e cooperativismo (EMATER, 2011).

A fala dos técnicos revela sua conduta no sentido de utilizar o ‘bom senso’ como critério para seleção entre os agricultores que irão ingressar no programa. Neste sentido existe a preocupação de esclarecer ao agricultor sobre as possíveis consequências de avançar com a atividade de AFR.

É preciso deixar claro para os agricultores que têm interesse, que a agroindustrialização tem que ser tratada como uma atividade principal, porque vai demandar de uma estrutura mínima de produção, com investimentos para atender aos padrões sanitário e ambiental, e que para que esse investimento tenha retorno a agroindústria não pode ser uma atividade sazonal, precisa ter fluxo de produção para gerar recursos, e este fluxo irá demandar de mão de obra disponível (At3, Jaguari, 2014).

Os técnicos não foram capacitados especificamente para a temática das AFRs. O que ocorre é que quando as demandas chegam, eles vão se informando e seguindo as orientações de encaminhamento fornecidas pela superintendência regional (ATR – Assistência Técnica Regional) localizada em Santa Maria - RS. Essa superintendência regional está ligada a uma estrutura central em Porto Alegre (ATE – Assistência Técnica Estadual) que pode ser considerado o centro estratégico da execução do Programa, é onde ocorre o controle da execução das atividades que ocorrem no Estado, e é onde está o corpo técnico específico da área de agroindustrialização.

Em Jaguari a utilização deste Programa entre os agricultores é um processo ainda em construção. Apenas 4 empreendimentos estão vinculados, 2 como cadastrados e 2 já como inclusos. Estes números refletem que esta estratégia é uma realidade recente em Jaguari, que fica evidente quando comparado com a realidade do Estado que em um período de pouco menos de 2 anos ocorreu 312% no aumento do número de empreendimentos, conforme os dados da tabela 15.

Tabela 15 - Adesão de Agroindústrias Familiares em Jaguari e no Rio Grande do Sul (RS), ao “Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho”, em Setembro de 2012 e Junho de 2015 – Cadastradas, Inclusas e Total

Data	RS			Jaguari		
	Cadastradas	Inclusas	Total	Cadastradas	Inclusas	Total
Setembro de 2012	723	40	763	0	0	0
Junho de 2015	2.420	728	3.148	2	2	4

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado a partir de relatórios do Departamento da Agroindústria Familiar, Comercialização e Abastecimento (DACA).

No quadro 9 relatam-se os trâmites relacionados ao Programa e os potenciais benefícios ao agricultor que está incluso.

No momento em que a AFR é **cadastrada** no programa, automaticamente é aberto um número de inscrição estadual, o que irá permitir que futuramente seus produtos sejam vendidos pelo uso do bloco de produtor rural. A secretaria da Fazenda do Estado enquadra esses como “micro produtores”.

Após obter registro no cadastro do programa, o produtor começa a participar de outras ações proporcionadas pelo programa.

Têm início os encaminhamentos de **projeto arquitetônico**. O escritório municipal elabora, junto com o produtor, um croqui mínimo da planta da AFR, independente do tipo de produto. Este croqui é encaminhado à SDR (via escritório regional e central da Emater), que mantém uma equipe de profissionais contratados, para dar conta da elaboração da planta arquitetônica do empreendimento.

A **elaboração de layout de rótulos e tabela nutricionais** também é realizada por esses profissionais. Os agricultores constroem junto com o escritório municipal da Emater sua ideia de rótulo, que é encaminhando para a equipe da SDR. A equipe de profissionais faz as adequações aos padrões da legislação e reencaminha uma amostra ao produtor para aprovação ou reprovação. As tabelas nutricionais para cada produto são elaboradas também desta forma. Estes serviços de elaboração de rótulo, tabela nutricional, elaboração de projeto arquitetônico, são realizados sem custo ao agricultor, mas com o limite de até 3 (três) rótulos/tabela nutricional por AFR.

Tanto os rótulos, as tabelas nutricionais como as plantas arquitetônicas serão elaboradas conforme as especificações da legislação vigente, e no caso dos POA, de acordo com as exigências do sistema de inspeção pretendido (SIM, CISPOA, SIF). Se houver pressa na elaboração do projeto arquitetônico o produtor pode encaminhar a planta por conta própria, sob orientação da equipe regional da Emater.

São proporcionadas pela Emater **capacitações** aos agricultores. O programa exige que sejam realizadas capacitações nas áreas de BPF, Gestão, Processamento de Alimentos, a ainda proporciona outras capacitações programadas conforme demandas específicas. Estas capacitações não têm custo aos produtores, salvo custos relacionados à estadia e deslocamento aos locais onde ocorrerão as atividades de capacitação, que procuram ser programadas em locais estratégicos conforme demandas regionais.

O licenciamento ambiental é encaminhando pelo próprio escritório da Emater. Eles atuam como fiscais, pois existe uma licença única, uma licença operacional guarda chuva que credencia os agricultor inclusos no programa a iniciarem suas atividades;

A última etapa do processo pelo Programa Sabor Gaúcho é alcançado quando a AFR atinge status como **inclusa** no sistema, o que significa que todas as etapas exigidas pelo programa foram cumpridas, e o empreendimento e seus produtos encontram-se formalizados, aptos à comercialização os produtos com a marca “Sabor Gaúcho”.

O período de tempo entre cadastro e a inclusão é variável para cada agroindústria. Entretanto, segundo o gestor regional, esse período tende a ser menor quando o processo tem o envolvimento direto por jovens agricultores familiares.

Quadro 9 - Acesso e benefícios do Programa da Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Daca (2013) e das entrevistas realizadas.

O principal conflito observado entre os relatos, principalmente dos agricultores, vem ao encontro justamente do perfil de atuação dos técnicos da Emater. Seu campo de ação em nível municipal é muito abrangente de modo que estes profissionais se especializem em determinada área. Ocorre que acabam atuando como ponte, articuladores entre as demandas das AFRs e os profissionais especializados. Os problemas das agroindústrias não são resolvidos localmente, pois demandam de ação à distância (como no caso do Programa Sabor Gaúcho) ou demandam de tempo e recursos para articular a vinda de outros profissionais. O resultado deste quadro se traduz em conflitos em potenciais, como erros de encaminhamentos iniciais em projetos de agroindústrias.

Por outro lado, o próprio Programa Sabor Gaúcho apresenta seus limites: a confecção de apenas 3 rótulos por agroindústria limita sua atividade. Além disso, com o início das

atividades, a manutenção da condição de formalidade da AFR irá demandar o acompanhamento dos prazos a serem atendidos em relação às devidas licenças ambiental e sanitária, além do acompanhamento dos tributos devidos. O fato é que a Emater não assume essa função, cabendo aos agricultores fazê-lo.

6.2.1.2 Atores do sistema 'S'

Foi possível verificar atividade do Senar e do Sebrae junto às AFRs em Jaguari. Destaca-se este último em função do volume e da forma com que as práticas se realizam em relação à formalização desses empreendimentos da agricultura familiar. Este ator orienta suas práticas de modo a “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional” (SEBRAE, 2014). O viés econômico, relacionado ao ambiente empresarial, ao empreendedorismo, pode ser percebido tanto em sua missão, como nas próprias entrevistas⁶¹.

As ações deste ator são direcionadas a grupos de produtores e ocorrem conforme a demanda dos grupos, mas a forma do Sebrae atuar tem um padrão: atendimentos individuais e atendimentos via projetos. O atendimento individual ocorre quando o produtor procura diretamente o Sebrae em função de problemas pontuais. No caso de atendimento via projeto, existem as estratégias de atuação do Sebrae, que são as cadeias a serem priorizadas num plano plurianual (3 anos), revisadas anualmente, e que podem condicionar o interesse da instituição em renovar determinado projeto em determinada região. Através deste projeto grupos de produtores ou organizações podem ser atendidos com recursos subsidiados pela instituição.

As entrevistas ressaltam os trabalhos realizados por este ator junto a grupo de agricultores que produzem derivados da cana-de-açúcar e outro grupo de produtores de derivados da uva. No caso deste último grupo, a atuação partiu de parceria com outras instituições, como a prefeitura municipal e o IFF, onde foram realizadas ações na parte de produção, várias ações na área de gestão como: estimativas de custos de produção, organizar fluxos de caixa e anotações financeiras, planejamento, qualidade total. No Anexo E estão detalhados temas abordados em capacitação do Sebrae, cujo conteúdo ilustra o viés empresarial como orientação às suas práticas junto a este grupo. Ainda foram realizados

⁶¹ Um dos técnicos da Emater do município sustenta que: “[...] se for abrir uma empresa, por este caminho tem o Sebrae que tem expertise sobre isso, e presta apoio, [...] (At3, Jaguari, 2014).

serviços de rotulagem, melhoria da marca, rodadas de negócios, participação em feiras e visitas técnicas.

As práticas são conduzidas de modo que no início das atividades é pactuado com os agricultores que eles terão a assistência por um período de até 3 anos, que é o período normal de duração para um projeto desenvolvido pelo Sebrae, que envolve um custo estimado de R\$ 60.000,00 por ano para um grupo de no mínimo 15 pessoas. Quando estas ações fazem parte do plano plurianual do Sebrae, ele pode custear a maior parte deste valor, ficando o restante por conta dos beneficiários. Há também a possibilidade de que estas ações contem com aporte de programas do qual o Sebrae é parceiro, como o “Programa Juntos para Competir”⁶². Havendo necessidade de continuidade dessas consultorias após o período dos 3 anos o Sebrae atende às demandas individualmente, neste caso os custos do serviço são pagos pelo agricultor, custando-lhes algo em torno de R\$ 3.000,00 a 3.500,00 por ano⁶³, salvo que o grupo consiga se encaixar em outro projeto. A transcrição abaixo revela como foi viabilizada consultoria ao grupo de agricultores que compõem a Associação dos Produtores de Vinho e Derivados da Uva de Jaguari (APROVIJA):

No caso da consultoria realizada à Aprovijs, as ações iniciaram em uma modalidade em que o Sebrae custeava 80% dos recursos, os outros 20% foram divididos entre os produtores e a prefeitura. No 2º ano de projeto [que foi o último], que coincidiu com a renovação do projeto “Juntos para Competir”, esses 20% foram custeados por este programa. Então, no segundo ano de projeto não houve custo para o grupo da uva e do vinho em Jaguari. Normalmente o investimento total por grupo em um ano gira entorno de R\$ 60.000,00 por projeto. Por propriedade atendida a estimativa é de aproximadamente R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00 aplicados por ano (At1, Santa Maria, 2014).

Em relação ao grupo de agricultores dos derivados da cana-de-açúcar, as ações do Sebrae seguem ao padrão parecido com o que ocorreu com o grupo dos derivados da uva, com a diferença que no primeiro caso o Sebrae foi protagonista das ações, assim como neste último ele se insere como um parceiro. O Apêndice E descreve o caso dos derivados da cana-de-açúcar.

⁶² O Programa Juntos para Competir é uma iniciativa que visa desenvolver as principais cadeias produtivas do setor agropecuário no Rio Grande do Sul por meio de capacitação, integração e organização dos segmentos. É operado por uma parceria entre Farsul, Senar-RS e Sebrae-RS. Em 2014, o programa beneficiou 2.474 produtores, por meio de consultorias, cursos presenciais e palestras sobre aspectos de gestão empresarial, tecnologia para agregar valor ao produto e estímulo de competitividade das empresas. Entre os segmentos de atuação, os projetos beneficiaram a bovinocultura de corte e de leite, ovinocultura, fruticultura, horticultura, grãos, vitivinicultura, agroindústrias e sistemas agrofamiliares, inseridos em 26 iniciativas (SEBRAE, 2015).

⁶³ Estes valores referem-se a consultorias que envolvem orientações e capacitações. Quando se trata do desenvolvimento da identidade visual, rótulos, tabela nutricional, por exemplo, são agregados outros valores aos custos dos serviços prestados.

Abramovay, Magalhães e Schröder (2005) afirmam que organizações como o Sebrae têm papel importante na formação de ‘habilidades sociais’⁶⁴, mas para que isso ocorra, sua atuação deve ser muito mais do que oferecer assessorias específicas e técnicas, deve ser ativo em dinâmicas para a organização territorial. O Sebrae é uma importante forma de acesso a conhecimentos técnicos e de gestão, entretanto, no que diz respeito às agroindústrias familiares do município sua atuação tem se limitado justamente ao viés de assessoramento setorializado, condicionado por: necessidade de aporte financeiro para o custeio dos serviços, que no caso dos referidos grupos houve custeio por parte da prefeitura municipal e do “Juntos para Competir”; e pelo seu envolvimento com os agricultores familiares, que dura enquanto o durar o projeto, ou se ele for renovado ou se os agricultores pagarem pela continuidade do serviço.

Cabe ainda acrescentar que os atores que fazem parte do sistema “S” compõem uma linha de atuação atrelada a organizações que mantêm estreita ligação com entidades de representação da classe patronal, como é o caso do próprio programa Juntos para Competir que é operado por Senar e Sebrae articulados à Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), esta uma entidade historicamente atuante em defesa da agricultura empresarial no Estado, cujos interesses são, eminentemente, divergentes com os da agricultura familiar.

6.2.1.3 O Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia Farroupilha (IFFARROUPILHA)

Trata-se de uma instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão. A contribuição deste ator para as AFRs em Jaguari ocorre em função de capacitações, mobilização e organização de grupos, além da articulação política com atores da região. Sendo sua atividade central o ensino, com a transformação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul para Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul, ocorrida em 2008⁶⁵, a

⁶⁴ O autor se refere ao conceito de habilidades sociais proposta por Fligstein (2007), o mesmo que é utilizado aqui neste estudo.

⁶⁵ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha), foi criado mediante a integração do **Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul** e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas Unidades Descentralizadas de Ensino e acrescida de uma Unidade Descentralizada de Ensino, pertencente anteriormente ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Além dessas duas autarquias que deram origem ao IFFarroupilha, atualmente compõem o Instituto os seguintes integrantes: Campus Alegrete; Campus Júlio de Castilhos; Campus Panambi; Campus Santa Rosa; Campus São Borja; Campus Santo Augusto; Campus São

extensão toma forma como práticas que caracterizam sua proposta de articulação regional. É neste contexto que suas ações em relação às AFRs em Jaguari se configuram com o processo de implantação do que atualmente é o Campus de Jaguari, uma unidade desta Instituição. Consta no projeto de implantação desta unidade como linhas prioritárias de atuação: constituir-se como um núcleo de referência em tecnologias para agricultura familiar e produção de base ecológica; atendimento prioritário aos arranjos produtivos locais; produção agropecuária integrada a agregação de valor (IFFSVS, 2009).

É com esta orientação que têm início práticas específicas deste ator junto às AFRs, como forma de justificar a existência daquela estrutura no município. A atuação ocorreu muito em função do fortalecimento das cadeias produtivas locais, sobretudo as de derivados da cana-de-açúcar e a dos derivados da uva.

Com os agricultores de derivados da cana foram realizadas pesquisas para o mapeamento deste público, para um segundo momento ter início práticas para a mobilização dos interessados em desenvolver a atividade. É neste contexto que são realizados seminários e capacitações aos produtores, estas últimas focadas em melhoria nos processos de produção.

Outra linha de ação ocorre por demanda do grupo da Cooperativa dos Derivados de Cana-de-Açúcar, em 2009, que estava em pleno processo de implementação do seu projeto que havia sido estruturado anteriormente pelo Sebrae (quem os apoiava desde o início), mas cujas atividades junto ao grupo de agricultores haviam chegado ao final. O instituto se inseriu nesta demanda através de articulações políticas e institucionais para os encaminhamentos que o projeto ainda demandava.

No caso específico do grupo de produtores de derivados da uva, foi realizado trabalho com grupo de cantinas que já existiam, mas que estavam desarticuladas. O Instituto realizou planejamento estratégico e, numa outra etapa, também articulou parceria entre prefeitura municipal de Jaguari com o Sebrae para viabilizar capacitação para este grupo (conforme já relatado), além de capacitações técnicas que o próprio IF articulou. Estes trabalhos ocorrem articulados com os encaminhamentos previstos no âmbito do Fórum Mesosul, com vistas a fortalecer as cadeias produtivas locais (o ANEXO F apresenta pauta de reunião articulada pelo IFF em 2010, com encaminhamentos de ações em relação à cadeia).

Consta que as práticas engendradas por este ator tiveram ênfase na criação de condições que promovessem a articulação entre instituições locais e regionais, procurando

construir sinergias para estas cadeias. Ações desta natureza foram intensas durante o período que compreende, aproximadamente, 2009 a 2012. A partir daí, embora venham ocorrendo seminários e cursos pontuais, o que se nota nas falas dos agricultores, é a ruptura de movimentos de articulação regional como os que vinham ocorrendo. No caso da cadeia da uva essa percepção se expressa pela inoperância do apoio em serviços laboratoriais como motivo de desconfiança por parte dos agricultores em relação às práticas desta instituição⁶⁶. Isto, pois, este laboratório deveria constituir-se como referência para a cadeia do vinho, não só para Jaguari, mas para o contexto regional (como era a ideia inicial na constituição do projeto que deu origem a esse laboratório).

6.2.1.4 Prefeitura municipal

A relação da prefeitura deste município com as AFRs como ator de ATER, ocorre a partir de sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, onde o próprio secretário é o principal ator.

As atividades em relação às agroindústrias do município ocorrem por demanda, casos pontuais onde as agroindústrias lhe procuram ou então por ação da própria secretaria. Por outro lado também ocorrem ações de **mobilização dos agricultores para a legalização** dos empreendimentos. Neste sentido, a instauração do serviço de inspeção municipal é considerado o principal programa do município para esse público. Segundo o secretário, o principal foco da secretaria é

legalizar o maior número possível de agroindústrias. Queremos chegar à um número entre 15 e 20 agroindústrias legalizadas no município, para depois criar uma associação de agroindústrias (At10, Jaguari, 2014).

Essa prática ocorre sob o discurso de redução da dependência em relação às grandes cadeias, onde a agroindústria seria estratégia para agregação de valor aos produtos e geração de renda para as famílias. A estrutura para dar conta do apoio técnico ao processo de

⁶⁶ A referência ocorre por conta de instalação de laboratório para análise de amostras de vinho, previsto como um dos encaminhamentos para constituir, no Campus de Jaguari, o 'Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari'. O projeto para implementação deste centro foi elaborado pela Embrapa Uva e Vinho, com a parceria da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), Prefeitura Municipal de Jaguari-RS, Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves (CEFET-BG). O Projeto, inserido no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Programa de Desenvolvimento Estratégico da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul - Visão 2025, coordenado pelo Ibravin, teria a Coordenação Técnica da Embrapa Uva e Vinho. A concepção deste projeto é anterior à incorporação do Campus de Jaguari como uma unidade do Instituto Federal Farroupilha.

formalização das agroindústrias depende de articulações institucionais que a prefeitura realiza. Neste caso, a Emater é a principal parceira, pois ela é quem presta as orientações e os encaminhamentos, via Programa Sabor Gaúcho. Em outras ocasiões a prefeitura viabilizou convênios que atenderam a grupos específicos, como no caso já citado da Aprovija, onde os serviços do Sebrae, através de articulação com o Instituto Federal Farroupilha, foram contratados para capacitações com este grupo.

Além disso, a prefeitura articula ações políticas com outras instituições e entidades do município, como os Sindicatos (Rural e dos Trabalhadores Rurais), para viabilizar demandas pontuais, como foi o caso da implantação do Sistema de Inspeção Municipal. A prefeitura municipal foi protagonista no processo para aprovação da lei que instituiu o serviço, redigindo o texto, encaminhando os debates junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento, articulando politicamente sua aprovação, entretanto, com uma motivação bastante explícita de atender à demanda de empresas locais:

A história do serviço de inspeção em Jaguari é a seguinte: o serviço de inspeção existe por causa da [nome de uma das empresas], surgiu por pressão dela. Aí outra grande agroindústria se aliou nessa pressão (At10, Jaguari, 2014).

A fala deste ator sintetiza como este processo foi conduzido: houve uma pressão para a criação do serviço e a articulação política foi capitaneada pela prefeitura.

O município não tem programa específico para o fomento das AFRs. Existe programa de fomento para a agricultura do município, através da prestação de serviços com descontos de 60%, 50% e 40%, conforme o caso, visando atender necessidades de máquinas para os agricultores. Neste caso poderão se beneficiar as AFRs que precisem de serviço como de terraplanagem do local para instalação da agroindústria.

Embora exista o discurso de fomento às agroindústrias visando o desenvolvimento, as ações proporcionadas pela prefeitura assumem um enfoque eminentemente assistencialista e de curto prazo. Quando resgatadas as entrevistas realizadas com os agricultores sobre práticas ocorridas em mandatos anteriores, as respostas reforçam para essa interpretação, sugerindo que não se trata de uma prática específica da gestão atual, mas caracteriza o ator em si.

Por outro lado, a intensidade com que ocorre essa forma de contribuir para o processo de formalização das AFRs é tributária de quem está no poder. É possível identificar que no período que compreende meados de 2008 até os dias atuais, ocorrem articulações institucionais visando viabilizar a implantação do Centro Mesorregional de Vitivinicultura, e também para a implantação, em Jaguari, do Campus do Instituto Federal Farroupilha, conforme já discorrido anteriormente. Este período coincide com o mandato do atual prefeito

municipal. Na fala dos agricultores não foi possível identificar contribuições significativas para as AFRs do gestor municipal antecessor.

A conduta deste ator mostra que sua orientação ocorre pela atenção à atividade de agroindustrialização em si, independente do público que a realiza. Além disso, sua capacidade em mobilizar ações efetivas para a formalização das AFRs está muito mais no plano político-institucional, a partir de parcerias/convênios, à exemplo do que existe para a manutenção da Emater no município.

Guanzirolli (2006) contribui para explicar este contexto de práticas realizadas pelas prefeituras, afirmando que o processo de descentralização pelo qual o País passou a partir da década de 80 repassou responsabilidades para os municípios, mas não os meios necessários para dar conta delas. Esta situação se reflete no caso do Serviço de Inspeção Municipal que precisou ser institucionalizado, mas suas práticas ficam limitadas pela própria estrutura do serviço (à exemplo do veterinário que é um só) e também pela própria estrutura de apoio aos serviços que existem no município. Há um cenário de “flexibilização” para que este serviço possa ser operacionalizado e também para que ocorra a adesão por parte dos produtores, como pode ser percebido no quadro 10.

Para a rotina de inspeção o técnico leva em conta um *cheque list* padrão onde são verificados itens relacionados à higiene de equipamentos, de instalações, ausência de moscas, uso de EPIs, inspeção *ante mortem*, inspeção durante o abate e inspeção *post mortem*. Entretanto, não tem sido frequente a solicitação de exames laboratoriais, em virtude de não haver estes serviços no município. Há uma ‘negociação’ com o proprietário: é solicitado que ele não abata animal ‘ruim’, com qualquer problema, para evitar qualquer tipo de contaminação na matéria-prima.

Por outro lado, quanto a exigências de registros de atividades e manuais para orientar procedimentos de manipulação do alimentos e de higiene com os alimentos e equipamentos, normalmente não existem documentos com este fim, e quando existem não são cobrados.

Quadro 10 - A forma de atuação de técnico do SIM em Jaguarí

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

6.2.2 Práticas dos atores de ATER em Chapecó relacionadas à formalização

6.2.2.1 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

A Epagri trabalha com as AFRs em Chapecó desde a década de 80, mas é em 1997 que, com a institucionalização do ‘Projeto Agregação de Valor aos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar e Pesca Artesanal’ como um dos seus projetos prioritários (MIOR, 2005), que os extensionistas locais passaram a desenvolver ações mais intensivas junto a essas

iniciativas. O relato desses profissionais que atuaram à época sugerem práticas muito focadas na sensibilização e organização das famílias, pois a atividade de processamento artesanal de alimentos era presente entre os agricultores na região, mas eminentemente na informalidade, praticamente não haviam empreendimentos estruturados, conforme o relata do extensionista:

Como a maioria dos municípios não tinham nem sistema de inspeção municipal, nós identificamos os empreendedores. Famílias, assim, que comercializavam ovos, a outra fazia um bom queijo, a outra vendia um bom salame, outro tinha açúcar mascavo. E nós fomos trabalhando com essas pessoas e construindo. A maioria trabalhava no porão da casa, ou numa repartição que não tinha nem condições mínimas de higiene. Então nós propomos para eles construir uma sala, com piso, com azulejo, e eles continuaram não legalizando, nem tinha como sem inspeção municipal. Então na época, essa equipe de agregação teve que trabalhar muito com a vigilância e com a inspeção nos municípios (At29, Chapecó, 2014)

A transcrição revela não só a atuação da Epagri, que acompanhou todo o processo evolutivo da atividade de agroindustrialização realizada pelos agricultores familiares no município e região, mas também que os serviços sanitários (no caso sua inexistência) eram uma parte da problemática que envolvia as AFRs. Neste sentido é que tomaram forma ações da Epagri onde as equipes trabalharam com os atores dos serviços sanitários para dar conta do avanço com a formalização das AFRs. Estas práticas que ocorriam no sentido de promover o debate, sensibilizar para a problemática que envolve as AFRs, ainda é presente na conduta deste ator, como ilustra a transcrição abaixo:

Só para ter uma ideia, há um mês nós fizemos uma capacitação para o pessoal da vigilância, eu um pouco mais na parte tributária e de gestão e o [extensionista da Epagri] mostrando as dificuldades dos agricultores familiares em se estruturar, da importância deles ter essa oportunidade, de estar corrigindo os problemas do que chegar e fechar (At28, Chapecó, 2014).

Além dos serviços sanitários, atualmente esse debate se estende aos serviços de controle ambiental. Está em curso a articulação para debater “equidade” nos valores das taxas cobradas pelo órgão ambiental do Estado (Fatma) para obtenção e renovação nas licenças de operação das agroindústrias: uma AFR estaria pagando R\$ 19.000,00 por 4 anos e a Aurora pagaria, para o mesmo período, a taxa de R\$ 28.000,00. Tratam-se de proporções extremamente injustas, se considerar que a Aurora abate em um dia o que uma AFR abate em um mês. Por conta disso a Epagri articulou para apresentar tal problemática aos gestores da Fatma, sensibilizando para que se encontrem caminhos para equalizar essas discrepâncias que tornam impeditivo o licenciamento ambiental para as AFRs, sobretudo as de menor porte. Estes debates e encaminhamentos ocorrem através de um grupo informal, articulado pela Epagri e formado pelas Agroindústrias Familiares Rurais da região, as quais tiverem (ou têm)

alguma relação com este ator. Este grupo se propõem a atuar como um “**fórum de discussões**” sobre os problemas específicos da atividade.

Ao longo dessa trajetória da Epagri em relação às agroindústrias, segundo o Gerente regional da Epagri em Chapecó, aproximadamente 57 AFRs da região tiveram algum tipo de apoio deste ator e que contribuíram para a formalização, sendo que em 25 destas experiências as ações ocorreram de forma direta através das equipes de profissionais do município que trabalham com essa temática desde a década de 90. Essas práticas em relação à agricultura familiar e seus empreendimentos no município ocorrem em função da existência de diferentes unidades operacionais: a Gerência Regional de Chapecó (GRCH), o Centro de Pesquisas da Agricultura Familiar (CEPAF)⁶⁷, o Centro de Treinamento de Chapecó (CETREC), e o escritório municipal.

As demandas chegam até o escritório municipal onde os extensionistas realizam as atividades de apoio que compreendem a mobilização e organização dos grupos de produtores interessados em implementar experiências de AFRs. Há relatos, por parte dos técnicos da Epagri, que esse trabalho de mobilização e organização se estende aos vizinhos de uma AFR, de modo a viabilizar matéria-prima suficiente para o empreendimento. A elaboração do projeto físico e de viabilidade econômica, capacitações nas áreas técnica e gerencial (BPF, gestão do empreendimento, etc.), elaboração dos rótulos e tabela nutricional, além das orientações sobre os encaminhamentos necessários aos licenciamentos sanitário e ambiental, são outras práticas deste ator. Ocorre também dos agricultores dirigir-se diretamente à gerência regional ou ao Cepaf, neste caso os técnicos do escritório municipal são acionados para que as práticas sejam executadas de forma integrada. Estes serviços são viabilizados sem custos aos agricultores: o Estado disponibiliza o profissional, a estrutura de veículos para as visitas aos empreendimentos e o local para a realização das capacitações (CETREC). Dependendo do curso podem ser cobradas taxas de inscrição e estadia dos agricultores⁶⁸.

Para dar conta desse envolvimento com as agroindústrias a gerência regional dispunha de profissionais nas áreas de engenharia de alimentos, veterinária e nutrição, onde se somavam os extensionistas do escritório municipal nas áreas de Agronomia e técnico agrícola. A articulação entre os profissionais das diferentes unidades da Epagri se dá em função de

⁶⁷ O Cepaf é constituído, em 2002, a partir de uma transformação do Centro de Pesquisas para a Pequena Propriedade (CPPP), como resultado da evolução no debate sobre a pequena propriedade e a agricultura familiar. Dorigon (2008) afirma que ao longo dos seus últimos 20 anos, este centro tem sido propositivo em ações de pesquisa para unidades de produção diversificadas na busca por maximizar o retorno do conjunto das atividades, pela otimização dos recursos disponíveis nas unidades familiares de produção.

⁶⁸ Houve relato de agricultor que chegou a pagar taxa de R\$ 360,00 para inscrição e estadia em curso proporcionado pela Epagri.

demandas pontuais, como no caso do Projeto Gestão de Negócios e Mercados, elaborado executado por equipe formada por profissionais do escritório municipal de Chapecó e de outros municípios do entorno, do Cepaf e da Gerência Regional, para implementação de ações de apoio às AFRs em Chapecó e na região, no ano de 2014, conforme tabela 16.

Tabela 16 - Metas previstas para atuação da Epagri em Chapecó, junto a empreendimentos da agricultura familiar com atividade de agroindustrialização, no ano de 2014

Descrição da Atividade	Indicador	Qt. Indicador	Qt. Pessoas	Qt. Famílias	Meta Física
Nº de empreendimentos agroindustriais familiares assistidos com vistas a legalização	Empreend.	3	6	3	35
Acompanhamento contábil aos empreendimentos	Visita	12	20	8	-
Acompanhamento aos beneficiários dos projetos estruturantes	Visita	20	100	50	-
Assessoria às cooperativas e outras organizações	Visita	20	100	50	-
Tecnologias e Processos de Industrialização de Alimentos - Panificação para Feirantes	Curso	1	16	16	434
Projetos estruturantes efetivados	Projeto	2	100	50	353
Nº de projetos de melhoria das redes de cooperação locais existentes	Projeto	2	50	25	353

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado a partir do Projeto Gestão de Negócios e Mercados – UGT-1, Epagri.

No que tange às práticas específicas previstas para serem realizadas por esta equipe, pode-se destacar a preocupação no assessoramento à implantação de AFRs, mas focam também na assistência a empreendimentos já existentes, tendo em vista proporcionar condições à sua manutenção. As formas organizativas também configuram o enfoque dado pelas práticas deste ator. Entretanto, mais importante que as linhas de atuação, ressalta-se a existência de um projeto estruturado para fomentar a atividade de agroindustrialização realizada pela agricultura familiar no município. Este é um projeto desenvolvido no âmbito do **Programa Gestão e Mercados**, uma política atual que a própria Epagri institucionalizou para dar conta de empreendimentos que promovam a agregação de valor às unidades familiares. As ações deste ocorrem articuladas com as ações do Programa SC rural, política de maior amplitude que tem a Epagri como uma de suas executoras.

Em Chapecó estão em andamento quatro projetos beneficiados pelo SC Rural: a) unidade de beneficiamento leite – apoio de R\$ 300.000,00, projeto total em torno de R\$ 900.000,00; b) Melhoria sistema de produção leite – valor ainda não definido; c) apoio para comercialização: feirantes – apoio de R\$ 245.000,00, projeto total em torno de R\$ 500.000,00; d) Melhoria em sistema de produção de frutas – ainda sem valor definido.

Para se ter uma ideia do impacto social desses projetos, apenas a unidade de beneficiamento que está projetada para processar 6000 litros de leite por dia, para a produção de queijo tipo prato colonial, queijo mussarela, ricota e leite pasteurizado, tem abrangência de 7 municípios da região, beneficiando 199 famílias cooperadas (COOPERFAMILIAR, 2011).

No quadro 11 estão sistematizadas informações sobre o acesso, os principais benefícios e indicadores do Programa SC Rural.

Principais ações

Projetos estruturantes; assistência técnica e extensão rural; monitoramento da produção orgânica; implantação de projetos piloto de erradicação da brucelose e tuberculose; reestruturação do serviço de vigilância sanitária; projetos de educação ambiental em escolas; validação e difusão de tecnologias; monitoramento e avaliação do programa.

Beneficiários do programa

Organização de agricultores, cuja composição seja de no mínimo 90% de agricultores familiares, de acordo com enquadramento do Pronaf (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006); jovens rurais; organizações de povos indígenas; comitês de bacias hidrográficas; usuários de água; prefeituras municipais; escolas rurais.

Como ocorre o apoio

Os beneficiários deverão estar organizados em grupos de no mínimo 10 participantes ou em redes (associações, cooperativas singulares e cooperativas descentralizadas) ou formando alianças produtivas com agentes de mercado. Os recursos não reembolsáveis poderão ser de 80%, 50% ou 20%, dependendo da atividade contemplada pelo projeto. A contrapartida deverá ser, obrigatoriamente, financeira, com recursos próprios, financiamento, crédito cooperativo ou outra fonte.

Principais indicadores (relacionados às AFRs) em três anos do Programa – 2011 a 2013 (Prev./Realiz.)

Nº de projetos de melhoria das alianças/redes de cooperação municipais/locais existentes (51/54)

Nº de novas cooperativas singulares criadas (2/18)

Nº de projetos de melhoria das Cooperativas singulares existentes (20/23)

Nº de rótulos dos produtos dos empreendimentos desenvolvidos (280/772)

Nº de técnicos contratados para reforçar a ATER nos municípios (266/50)

Nº de técnicos contratados para reforçar o serviço de inspeção de produtos origem animal (20/4)

Nº de projetos de adequação e formalização dos empreendimentos agroindustriais existentes (90/147)

Nº de projetos para constituição de novos empreendimentos agroindustriais (35/71)

Nº de empreendimentos AFRs legalizados junto ao Serviço de Inspeção Estadual (250/162)

Quadro 11 - Acesso, principais benefícios e indicadores do Programa SC Rural às AFRs

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Folder de divulgação do Programa SC Rural, de SC Rural (2014b) e das entrevistas.

O acesso ao Programa SC rural é uma alternativa para empreendimentos coletivos, ficando impedidos projetos individuais. Independente deste programa, o apoio por parte da Epagri para a implantação de AFRs implica a existência de critérios para seleção, nem todas as demandas são atendidas. A orientação é de que sejam priorizadas famílias onde a atividade de agroindustrialização já exista. A seleção ocorre pelo próprios técnicos em função de suas experiências junto a esses empreendimentos na região, mas também levando em conta o próprio processo de apoio, como ele é construído, onde as reuniões, as capacitações

realizadas, são realizadas permitindo observar a aptidão dos agricultores para a atividade, conforme é possível observar no relato a seguir.

Sempre focados naquelas famílias que já têm uma certa experiência. Às vezes até informalmente, mas que tenham uma afinidade com aquela atividade ligada à agroindústria. Então a gente acaba trabalhando essas famílias no sentido de ver quem tem o perfil, e aí se trabalha toda essa parte de legalização, motivação. Aí vai para as capacitações, porque muitas vezes acontece dos agricultores quererem montar esse negócio mas muitas vezes se percebe que eles não têm esse “tino”, então é um risco também. Daqui a pouco está motivando mas o negócio não dá certo. Então a gente tem que tomar muito cuidado nesse sentido (At28, Chapecó, 2014).

As capacitações são práticas muito presentes na atuação da Epagri para a formalização das AFRs. Desde a década de 90 a Epagri proporciona capacitações aos agricultores, independente da sua inserção em programas de fomento às AFRs. A estrutura local facilita estas atividades, isto pois com a existência do Centro de Treinamento, ficam viabilizadas as condições estruturais inclusive para práticas de manipulação dos alimentos. Nesta linha de atuação, é possível ter uma ideia do volume dessas atividades a partir de eventos realizados da equipe do escritório municipal de Chapecó, no ano de 2014: foram realizados 13 eventos entre cursos, oficinas, palestras e reuniões, específicos para agricultores que desenvolvem a atividade de agroindustrialização, onde as temáticas abordadas concentraram-se em: tecnologia e processos de industrialização de alimentos – panificação para feirantes (1); assessoria a cooperativas e outras organizações (8); processamento de alimentos (3); capacitação sobre qualidade do leite (1). Estas práticas específicas à atividade de agroindustrialização representaram 25% de todas as práticas que a equipe realizou no ano e que envolvam cursos, palestras e reuniões (EPAGRI, 2015).

Como executor de políticas públicas que visam fomento aos empreendimentos da agricultura familiar, é oportuno apontar outra contribuição pontual observada em Chapecó, segundo as entrevistas, que diz respeito à adequação de equipamentos aos pequenos empreendimentos agroindustriais, fruto da articulação dos técnicos da Epagri com empresas locais. Segundo Mior (2005) estas ações de aprimoramento tecnológico, adequando os equipamentos à realidade das agroindústrias familiares e barateando os seus custos de produção, foi um importante legado do Programa Desenvolver e que contribuiu para a consolidação das AFRs.

O fomento a empreendimentos coletivos é uma orientação presente nas políticas da Epagri (a tabela 16 e o quadro 11 sugerem essa constatação). Embora isto, em Chapecó é comum entre as AFRs que obtiveram apoio prioritariamente da Epagri, terem se constituído como empreendimento de uma ou poucas famílias. Empreendimentos individuais são

recorrentes, onde predomina a abertura de firma como pessoa jurídica (microempresa ou Empresa de Pequeno Porte). Em outras regiões do Estado ocorre o contrário, as iniciativas de AFRs em redes de cooperativas descentralizadas são recorrentes, à exemplo da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia (COPAFAC), onde a Epagri local é uma das principais instituições de fomento a esses empreendimentos⁶⁹.

Esta diferença no perfil entre AFRs de diferentes regiões do Estado levam a constatar que, embora se trate da mesma organização Epagri, as gerências locais e as pessoas que atuam com as AFRs podem diferir quanto ao entendimento sobre como deve ser o apoio às AFRs. Esta observação se explicita na fala do técnico da Epagri regional em Chapecó que é uma referência, local e regional, por sua trajetória na intervenção em projetos de agroindústrias que se instalaram desde a década de 90:

É difícil fazer uma sociedade em família, aí experimenta fazer uma sociedade fora da família, cada um pensa de uma maneira, faz uma sociedade com mais de vinte famílias para ver. Eu percebendo isso, preferi trabalhar primeiro com a agroindústria familiar, não me importei em trabalhar com cooperativas. Me preocupei primeiro em trabalhar com a família, organizar os informais e tentar formalizar. Então, agora que já tem várias agroindústrias é que se pode trabalhar com outra realidade, para todo mundo ganhar, mas cada um com seu negócio. Então me parece que trabalhar como uma organização isso é para futuramente viabilizar a comercialização (At16, Chapecó, 2014).

6.2.2.2 Associação dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense (APACO)

É central na atuação da Apaco o fomento à ‘agricultura de grupo’. Seu histórico de surgimento e início de atuação se confunde com a existência dos grupos de cooperação, formados a partir das comunidades como forma de viabilizar as unidades de produção familiar em época onde os recursos eram escassos e de difícil acesso para as famílias, sobretudo no meio rural (BADALOTTI, 2003). Esse contexto explica a convergência das ações desta ONG para a consolidação das estratégias organizacionais na forma das ‘redes’ sociais.

⁶⁹ Franz e Dalbello (2014) relatam a constituição da Copafac em Concórdia, uma cooperativa descentralizada cuja trajetória tem início em 1998 com fomento do Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense (Pronaf Agroindústria) e do Programa Desenvolver, em 1999, que culmina com a constituição da Associação Regional das Agroindústrias Familiares (ARAF) neste município, uma das bases de serviços implantadas em SC (a outra é a Ucaf em Chapecó) para dar conta da implementação dos projetos de AFRs fomentados por estes programas. Os autores apontam como central para a formalização desta organização como cooperativa descentralizada as pressões por conta de adequação sanitária dos empreendimentos existentes, que despertaram debates e articulações entre técnicos, extensionistas, agricultores e políticos locais, que contribuíram não só para a construção de instrumento legal (a lei do SIM) que viabilizou o sistema de controle sanitário, mas para a motivação dos agricultores a constituírem empreendimentos formais, como no caso da Copafac. Nesta trajetória a Epagri é protagonista na mobilização dos agricultores entorno de constituir as experiências de agroindustrialização como uma Cooperativa.

Ressalta-se que seu envolvimento com a agricultura familiar regional e com os movimentos políticos e sociais, deve-se muito pela capacidade de articulação proporcionada pela forma como se estrutura sua ação, como ilustrada na figura 13.

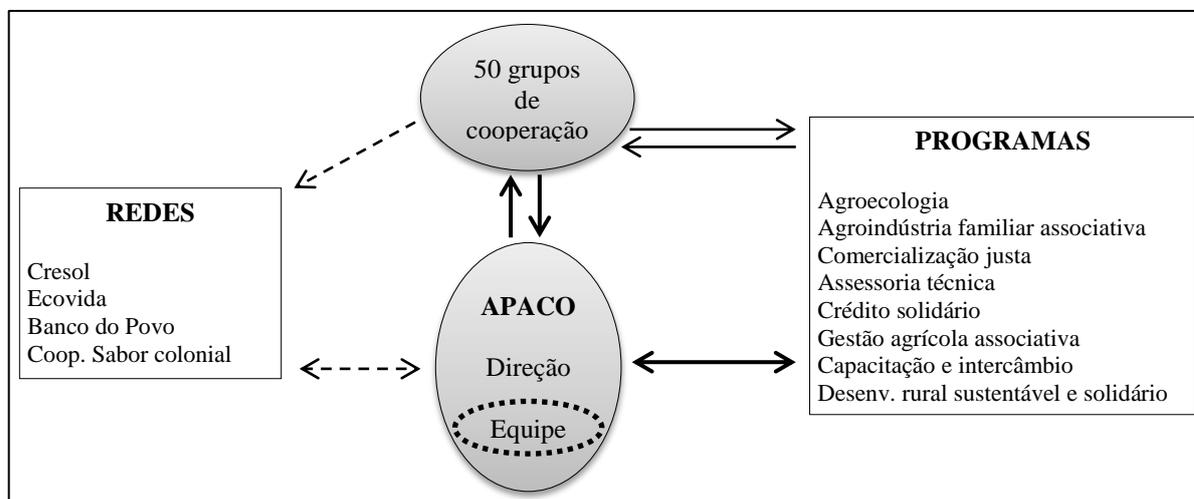


Figura 13 - Estrutura que a Apaco mobiliza em função da formalização das AFRs

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Tem duas formas das demandas das AFRs chegarem até a Apaco: a) uma delas em que as AFRs já são associadas da Cooperativa Central Sabor Colonial; b) agricultores de fora da rede que têm uma AFR informal ou que pretendem criar uma AFR. Segundo entrevistado da Apaco, os agricultores familiares

[...] eles nos procuram porque conhecem a experiência da Apaco no sentido de ajudar a consolidar a agroindústria (At23, Chapecó, 2014).

É possível identificar que existe um reconhecimento, inclusive por parte de agricultores externos à rede Apaco, quanto à sua capacidade de mobilizar ações para apoio à formalização. Muito dessa mobilização encontra-se na própria estrutura que a Apaco dispõe, construída ao longo de sua trajetória de atuação junto às agroindústrias familiares na região.

O apoio ocorre a partir de diferentes programas, articulados e gerenciados pela direção e equipe técnica da Apaco. Os programas de agroecologia, Agroindústria familiar, comercialização, crédito, gestão, capacitação e intercâmbio, e desenvolvimento local, são acionados conforme as demandas e passam a ser executados articulados com os agricultores, as Agroindústrias Familiares e às cadeias de produção.

A operacionalização do sistema ocorre em função da ‘rede’, não por ‘atendimento balcão’⁷⁰. Quer dizer que a equipe da Apaco tem participação ativa junto às atividades estratégicas que ocorrem nos grupos cooperativos, assim como os líderes desses grupos reportam as demandas pontuais para a equipe da Apaco. As assembleias gerais que ocorrem anualmente nesses grupos são programadas de forma que membros da Apaco participem. Destas articulações surgem as demandas e os devidos encaminhamentos das ações referente à gestão da rede.

Entretanto, a relação com as cooperativas vinculadas também ocorre diariamente, pois compõem a equipe da Apaco os mesmos membros que atuam junto à Ucaf⁷¹ e à Cooperativa Central Sabor Colonial. Existe uma estrutura única localizada no centro de Chapecó que comporta estas três organizações. Ocorre que diariamente esta equipe mantém contato com as cooperativas, trocando informações gerenciais, técnicas e logística, pois esta central se ocupa de organizar todo o processo de comercialização que ocorre pela rede. A Ucaf é a base de serviços responsável por todas as práticas relacionadas à implementação e gestão dos empreendimentos vinculados à rede.

A equipe da Apaco/Ucaf sempre foi multidisciplinar. Atualmente é formada por Engenheira de alimento, Engenheiro civil, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Ambiental, Médico Veterinário, 4 Contadores e 1 Administrador. Mas é importante ressaltar que o corpo diretivo também se soma à equipe técnica, pois atua na sensibilização e organização das famílias.

No quadro 12 estão detalhados como são operacionalizados os serviços que estes profissionais prestam às AFRs.

⁷⁰ O ‘atendimento balcão’ é expressão utilizada para reforçar que as demandas dos agricultores ocorrem através das relações que se estabelecem na rede da Apaco. Existem instâncias para decisão, representação e levantamento das demandas. São pontuais os casos em que agricultores procuram diretamente a Apaco sem antes serem direcionados pelas instâncias locais (as Associações e ou as cooperativas) que estão ligadas à Apaco.

⁷¹ Lembrando que a Ucaf foi criada justamente com a função de constituir-se como uma base de serviços para atender às demandas das AFRs, com o apoio do Programa Desenvolver, com o qual a Apaco estava articulada como uma das executoras.

Concepção e implementação dos projetos de AFRs

Neste caso o empreendimento é inexistente. Para dar conta da concepção de todo o projeto da agroindústria, os seguintes passos são identificados como orientadores da ação:

1) Associar o agricultor (se não for ainda sócio da cooperativa) - pode ser uma DAP individual (uma família), ou uma DAP coletiva (mais de uma família).

2) Se é uma AFR nova, serão realizadas visitas na propriedade para reconhecimento do local e todo um trabalho de sensibilização com a família.

3) Idealização do empreendimento - reuniões com o objetivo de diagnosticar o empreendimento pretendido, qual é a ideia, qual o tamanho pretendido, onde pretende legalizar, para quem pretende vender. Este é um momento em que há um confronto de experiências de mundo: o idealizado pelos produtores e a experiência acumulada pela equipe da Apaco, no sentido de colocar os 'pés no chão' - orientações para mostrar aquilo que deu certo em outras situações, mas também o que já deu errado, e evitar que os agricultores passem por angústias desnecessárias.

4) Elaboração e implementação do projeto propriamente dito - esta etapa envolve ações paralelas: a) elaboração do projeto de viabilidade econômica – a partir de modelos já existentes e que vão sendo ajustados conforme as especificidades de cada projeto, este projeto serve como um plano estratégico para a implantação da AFR. Neste plano consta o dimensionamento do empreendimento (croqui, lista de equipamentos necessários, etc.) com os devidos orçamentos dos equipamentos e infraestrutura acordados, até na realização desses orçamentos a equipe da Apaco tem participação, tendo em vista a constituição de um banco de dados com contatos dos mais variados fornecedores, conforme os equipamentos e os serviços demandados por determinada planta de agroindústria; b) elaboração e/ou preenchimento dos documentos para obter os devidos licenciamentos sanitários, fiscal, ambiental e previdenciário (conforme o caso); c) construção da identidade da AFR – além do acesso à marca “Sabor Colonial”, serão construídos os rótulos, as tabelas nutricionais, e as adequações necessárias para cada produto. A equipe do serviço de *design* da Apaco envolvido nessas ações realiza os encaminhamentos necessários para o registro dos rótulos nos devidos órgãos; d) registro do empreendimento na junta comercial - tratam-se dos encaminhamentos necessários para a abertura de firma do empreendimento. Esses são encaminhamentos que a equipe da Apaco participa ativamente. Quando não é a equipe quem faz esses encaminhamentos, eles repassam os modelos aos agricultores com todos os passos que precisam ser realizados.

A gestão das AFRs

1) Contabilidade: Serviços de administração de funcionários (se for o caso da AFR), apuração dos tributos, das vendas, gestão de Nota Fiscal Eletrônica, estatutos da cooperativa e acompanhamento das assembleias. Os custos para esse serviço são de aproximadamente R\$ 220,00/mês por filial, mas é variável em função do nº de funcionários e do nº de notas que emite por mês.

2) Manutenção da identidade visual – R\$ 85,00/mês. Envolve a manutenção dos rótulos e da própria marca coletiva “Sabor colonial”. Cada agroindústria tem as suas receitas específicas para a produção dos produtos. Qualquer alteração de receita que o produtor queira fazer, ou um novo produto, demanda que seja solicitado uma alteração de rótulo ou registro de novo rótulo no órgão competente. Além disso, no caso dos estabelecimentos com registro no Serviço de Inspeção Estadual é preciso proceder a revisão de todos os rótulos a cada 2 anos. Neste sentido, as AFRs da linha de panificados são as que dão mais trabalho, pois normalmente operam com grande número de itens produzidos. Estas ações tramitam pela Apaco, pois envolve todo um trabalho técnico de *design* e de quantificação da tabela nutricional, além disso, é exigido a Responsabilidade Técnica deste serviço. Também, existe um trabalho de marketing no sentido de fazer a manutenção da identidade dos produtos vinculados à rede, comercializados sob a Marca “Sabor colonial”. Existe um padrão a ser mantido na apresentação e utilização desta marca, e por isso novos rótulos ou qualquer alterações nos já existentes, precisam passar por aprovação da equipe que faz esta gestão. Todos estes serviços de rotulagem também são prestados pela Apaco aos cooperados, em caráter permanente.

3) Responsabilidade Técnica – para os produtos de origem vegetal a responsabilidade técnica para o registro dos rótulos, pode ocorrer por Eng.º Agrônomo e Eng.º de Alimentos. O produtor paga apenas o valor da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida, o serviço do profissional já está incluso nos R\$ 85,00 relacionados à rotulagem. No caso de produtos de origem animal a Apaco também presta assistência aos cooperados através de Responsável Técnico (RT) pela atividade agroindustrial.

Quadro 12 - Operacionalização a base de serviços Apaco/Ucaf e benefício às AFRs

Fonte: Dados da Pesquisa – elaborado pelo autor.

Todo início de ano são realizadas assembleias com os dirigentes das cooperativas singulares vinculados à cooperativa central, onde são decididos em conjunto os valores a serem cobrados para a manutenção desta base de serviços. Entretanto, também existe o critério de avaliar caso a caso devido as diferentes proporções que existem entre as diferentes cooperativas da rede, de forma que os valores cobrados sejam o mais justo possível. As decisões ocorrem em coletividade, de forma transparente e entre o grupo de cooperados. Toda essa estrutura de serviços disponibilizada é reconhecida pelos agricultores como parte da trajetória para a consolidação dos seus empreendimentos:

Então meu irmão começou, daí a gente viu que ia dar certo, aí a Apaco veio com a ajuda de engenheiro, com a ajuda de contabilidade, com a ajuda de formação, com a ajuda de cursos, eles vinham aqui dar cursos pra nós. Nós pedia pra eles, eles arrumavam uma pessoa que vinha e dava o curso aqui dentro da agroindústria. Aí quando tinha um evento lá dos sindicatos, eles vinham e pegavam o pão aqui, pra ajudar a gente a crescer, né. Aí eles nos ajudavam a fazer a divulgação dos nossos produtos, de distribuir nosso contato pras outras pessoas. Aí foi se expandindo com a ajuda da Apaco e com essa relação que ela tem com as federação, aí eles foram conhecendo o produto e nós fomos crescendo (Ag7, Chapecó, 2014).

O relato revela o reconhecimento da importância da base de serviços da Apaco para as AFRs que ela apoia, mas não se limita aos aspectos técnicos. A existência de laços de confiança entre os agricultores e a ONG, além das práticas realizadas, remetem ao comprometimento dos profissionais em atender às expectativas das famílias em relação a atividade de agroindustrialização. A rede de relações que a Apaco construiu ao longo de sua trajetória é mobilizada para consolidar os empreendimentos, no caso acima, servindo como canal de valorização dos produtos da agroindústria. Suas práticas estão ancoradas em processos sociais, técnicos e econômicos. O compromisso com os agricultores familiares pode ser percebido na forma como atua em relação às orientações que presta. Os entrevistados para a pesquisa e que compõem a equipe técnica, deixam bem claro que a atividade de agroindustrialização não é para todos os agricultores. E essa afirmação tem origem em sua experiência acumulada atuando na implementação dos projetos de AFRs. Nas etapas iniciais, para verificar a adequação dos agricultores, são levados em conta:

- a idade dos agricultores e se existe possibilidade de sucessão familiar do empreendimento – prioritariamente são apoiadas experiências onde a geração de renda é apenas um dos benefícios do empreendimento, a permanência das pessoas no meio rural, sobretudo dos filhos, na propriedade é condição essencial para o apoio ao empreendimento;

- o número de pessoas envolvidas, seja de uma ou mais famílias - determina a capacidade de escala do projeto em função da mão de obra familiar disponível;
- a localização da experiência – localidades isoladas podem comprometer a viabilidade do projeto pela logística de acesso aos mercados.

Nem todas as demandas de apoio são atendidas. A equipe compreende sua responsabilidade com as famílias, tanto em gerar condições que lhes permitam melhores condições de vida, como também de evitar que os agricultores levem adiante projetos cujos riscos são maiores que os benefícios em potencial. É preciso ressaltar a existência de um “saber-fazer” entre a equipe. A qualidade das orientações está ancorada em um processo de conhecimento construído pela formação e pela vivência desses profissionais na assistência a esses empreendimentos familiares. As técnicas, os macetes, os ‘atalhos’ empregados na elaboração e viabilização dos projetos das AFRs são possíveis, pois fazem parte do *habitus*, enquanto sistema aberto de disposições constantemente sujeito a experiências, constantemente afetado por elas (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). A transcrição abaixo revela a importância desse saber-fazer específico.

Teve uma situação que eu mandei a ata conforme o último modelo que foi aprovado pela assembleia. Só que lá na junta não foi aprovado porque na ata de eleição, tinha que compor a mesa com o presidente, e que tinha que tá a assinatura de todas as 30 pessoas presentes. Daí eu questionei o cara, mas como todas as pessoas presentes, eu não vou fazer isso, aí eu perguntei pra ele que a Alfa também fazia isso, quando tinha 500 pessoas na assembleia. Aí ele ficou sem resposta. Ora, se é pra um é pra todo mundo. Aí o cara voltou atrás, dizendo que era só mandar a lista de presença autenticada que tava tranquilo (At21, Chapecó, 2014).

Este caso ocorreu com um dos membros da equipe técnica da Apaco, quando realizava os trâmites para o registro de uma cooperativa. Segundo o técnico este processo é muito burocrático, principalmente se tiver que formar cooperativa nova (conforme verificado na tabela 12, os desconhecimento de trâmites burocráticos como este e apontado por 100% dos agricultores em Jaguari e 84,6% em Chapecó, como fonte de conflitos em relação à formalização). A passagem acima revela que a experiência desse profissional constituiu recurso para que ele confrontasse o burocrata em relação à dificuldade que estava criando, mostrando que quando a formalização ocorre pelas mãos de uma pessoa que tem conhecimento de causa, tem experiência sobre o assunto, fica mais fácil dirimir conflitos que são inerentes ao processo de formalização. Por outro lado, também contribui para demonstrar a existência de subjetividade na decisão do burocrata, agindo de duas formas em uma mesma situação, motivo de conflito já abordado na seção 6.1.3.

Um dos grandes entraves relacionados às AFRs que operam a linha de produtos de origem animal é a manutenção de um Responsável Técnico pela atividade. O principal motivo apontado por ser um problema para os agricultores fica por conta do custo deste serviço: um profissional que atue ao menos 3 horas por semana tem o custo de 1 salário mensal. No caso das AFRs vinculadas à Apaco, um profissional atenderá mais de uma agroindústria e os seus honorários serão divididos entre os empreendimentos assistidos, viabilizando esse serviço aos agricultores familiares, conforme apontado na transcrição abaixo:

A orientação dada pelo CRMV [Conselho Regional de Medicina Veterinária] é de que sejam três horas semanais em cada agroindústria. Como aqui a gente trabalha de uma maneira um pouco diferente, porque são muitas agroindústrias para um médico veterinário como RT trabalhar, essas visitas se tornam um pouco mais espaçadas. Em alguns estabelecimentos que eles necessitam de visitas periódicas eu faço todas as semanas. Quando você contrata um serviço de RT, legalmente ele custa para um produtor um salário mínimo. Se você for levar isso para o campo, para a nossa realidade, um salário mínimo é muito inviável para uma agricultura familiar hoje (At24, Chapecó, 2014)

Além de toda essa base de serviços que a Apaco disponibiliza para os empreendimentos da agricultura familiar, também realiza articulações com outros atores e instituições para viabilizar os projetos das AFRs, por exemplo o crédito. É o que ocorre no caso da proximidade da Apaco com a rede Cresol⁷². Dentre os empreendimentos abordados nesta pesquisa, é recorrente naqueles que têm vínculo com a Apaco relatos que remetem à ‘facilidade’ de acesso ao crédito, onde a Cresol é apontada como a principal instituição apontada para este fim. A Apaco atua como facilitadora, desde o processo de elaboração do projeto para acesso ao crédito, o encaminhamento dos documentos e o próprio direcionamento dos agricultores e dos projetos a pessoas da rede Cresol com as quais a equipe da Apaco mantém relação de proximidade. Esta proximidade está na própria origem da rede Cresol, que tem forte ligação com as articulações das organizações dos movimentos sociais da região, onde a Apaco é protagonista. Esta é uma característica marcante dessa organização (Apaco), sua articulação política e social, que pode ser mensurada pela capacidade de institucionalizar programas, alguns que hoje são referências nacionais (como a rede Ecovida⁷³).

⁷² A origem das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária remontam à década de 80, mais precisamente em 1989, a partir de experiências com o Fundos de Crédito Rotativo. Tratam-se de estruturas descentralizadas que formam o sistema Cresol, com forma de rede e unidades pequenas e articuladas entre si e com a comunidade local, cujo objeto é a democratização do acesso ao crédito rural, utilizando-se de princípios cooperativistas evidenciando o controle social.

⁷³ A rede Ecovida é um estrutura descentralizada com origem na década de 90. É formada por agricultores, técnicos e consumidores, através de associações, cooperativas e grupos informais, com o objetivo de: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;

O quadro 13 ilustra a contribuição dessas práticas da Apaco.

Fomento às Agroindústrias Familiares Rurais

Como já abordado, o envolvimento da Apaco com as agroindústrias é mais efetivo a partir de sua participação como uma das executoras do Programa Desenvolver onde, entre os anos de 1999 e 2000, a ONG apoiou a implantação ou readequação de 87 agroindústrias em 16 municípios na região oeste catarinense. A especialização da Apaco nestas práticas materializam-se com a criação da Ucaf, em 1999, onde a maior parte das agroindústrias apoiadas irão se associar a esta nova organização, constituindo a “rede Ucaf de agroindústrias”. Atualmente está em curso um processo de reestruturação dessa rede, onde as agroindústrias e a própria Ucaf estão migrando para a atual Cooperativa Central Sabor Colonial (a ser abordada na seção 6.3.4). A rede Ucaf chegou a contar com 15 cooperativas associadas, que congregam 123 agroindústrias familiares e 600 famílias envolvidas.

Rede agroecológica

A origem da rede Ecovida de Agroecologia, em 1998, também tem influência das articulações da Apaco à época. Sua institucionalização como alternativa ao modelo de agricultura modernizada, com uma visão de agricultura propositiva de um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade, com base em princípios agroecológicos, ilustra a proximidade desta rede com a Apaco, pois a visão de enfrentamento aos problemas sociais é a essência desta última. A Apaco é responsável pela coordenação do Núcleo Oeste da rede Ecovida, que envolve 20 municípios distribuídos em 06 núcleos microrregionais, atingindo 160 famílias que participam diretamente.

Fomento ao cooperativismo de crédito

A região oeste catarinense desempenhou papel importante na consolidação do sistema Cresol onde foram fundamentais ações da Apaco que contribuíram para consolidar a base cooperativa nesta região. Entre 1992 e 2007 a Apaco fomentou a criação de quatro cooperativas na região: Crediquilombo, Crediseara, Crediluz e Valcredi, com o apoio do Centro de Estudos e Promoção a Agricultura de Grupo (CEPAGRO). Três destas cooperativas passaram a compor a rede Cresol e outras ainda foram criadas posteriormente a partir do fomento da Apaco. Em 2011 o sistema Cresol contava com aproximadamente 50.000 associados em 56 cooperativas e operando em cerca de 300 municípios.

Fomento ao cooperativismo de produção

O fomento às cooperativas de produção é um dos pontos fortes na atuação da Apaco. Entre as cadeias assistidas destaca-se a de produção de leite, onde é emblemático o caso da Associação de Cooperativas de Produtores de Leite do Oeste de Santa Catarina (ASCOOPER). Fundada em 2002 através da articulação entre dirigentes de seis cooperativas de agricultores familiares já existentes na região e organizadas em torno da produção e comercialização de leite, com o apoio da Apaco, da Epagri e de algumas prefeituras, sua origem foi motivada como uma reação às políticas adotadas pelas grandes agroindústrias da região, que por privilegiar a grande produção estariam contribuindo para exclusão dos pequenos produtores de leite. Os dados mais atuais apontam para 20 cooperativas associadas, com abrangência de 38 municípios, e envolvendo aproximadamente 2.500 agricultores associados.

Quadro 13 - Acesso, principais benefícios e indicadores do Programa SC Rural às AFRs

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas e de Andion (2007).

Ainda neste sentido, a própria prefeitura municipal de Chapecó reconhece a Apaco como de ‘utilidade pública’⁷⁴. Na prática esse reconhecimento abre espaço para que se efetive parceria, possibilitando, por exemplo, que a Apaco receba recursos deste ator. Foi o que

aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade (ECOVIDA, 2014).

⁷⁴ Conforme a lei municipal nº 3203, de 29 de novembro de 1990, que dispõe sobre declaração de utilidade pública e dá outras providências.

ocorreu nos anos de 2001 e 2003, quando a prefeitura municipal repassou para a Apaco, R\$ 11.810,00 e R\$ 15.000,00, respectivamente, para viabilizar a programação e realização da 2ª Feira Nacional da Agroindústria Familiar Rural, durante a XIV Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó (EFAPI)⁷⁵. Essa parceria com a prefeitura municipal também se efetiva pela isenção nos custos das análises laboratoriais, quando se tratam de amostras de água das AFRs vinculadas à Apaco.

6.2.2.3 Prefeitura municipal

A atuação da prefeitura municipal como ator de ATER ocorre, principalmente, através da SEDEMA. Não há um programa específico para o fomento das AFRs, entretanto, as falas dos entrevistados revelam que a agroindustrialização realizada pela agricultura familiar é fomentada por este ator como importante estratégia tendo em vista promover o abastecimento local e gerar renda para estes agricultores. Neste sentido a prefeitura municipal se estruturou para assistir aos agricultores que tenham interesse em formalizar a atividade, onde são priorizados aqueles que participam (ou que têm potencial em participar) de programas como a feira livre de produtos coloniais e também agricultores que comercializam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme o relato do profissional da prefeitura responsável pelas feiras:

O programa de feiras, hoje, o qual eu articulo a organização, ela tem muito o foco na agroindústria local. Muitos ainda não estão legalizados. O nosso papel de extensionistas é mostrar o caminho para a legalização. A gente tem evoluído. Não é fácil, porque a gente não obriga, a gente orienta, faz cursos. Então, desde o início eu entrei na secretaria de agricultura. Então, a partir dali a gente começou a trabalhar no sentido de ajudar as feiras. E a feira hoje, ela é bastante atrelada às agroindústrias locais. Então nesse sentido é a gente tem um viés de trabalho. (At30, Chapecó, 2014)

Quanto à **feira livre de produtos coloniais**, de uma estratégia que era realizada em um ponto do município, em 1997, atualmente a feira está consolidada e ocorre em dias alternados da semana em 10 pontos da cidade, envolvendo 150 famílias beneficiadas diretamente. A dimensão que a feira representa pode ser ilustrada pela movimentação financeira entorno de R\$ 500.000,00 mensais, além da circulação de consumidores que,

⁷⁵ Trata-se de um espaço de comercialização e divulgação para os produtos dessas agroindústrias. Com ocorrência bianual, a Efapi é considerada o principal evento do município.

segundo o atual secretário da agricultura, no sábado é possível chegar a 4.000 pessoas (At29, Chapecó, 2014).

As ações da prefeitura ocorrem no sentido de organizar os feirantes e proporcionar condições para a operacionalização desta estratégia. Ela paga R\$ 350.000,00 para custeio anual do aluguel dos pontos de feira e os produtores dividem os custos para manutenção dos locais (+/- 25,00 por agricultor por feira). Desta forma que 23 feirantes que comercializam produtos agroindustrializados nesses espaços são beneficiados por estas ações.

Mas o trabalho destes atores também ocorre no sentido de prospectar e sensibilizar outros agricultores interessados em participarem deste programa, de modo a dar continuidade a essa estratégia. Neste sentido que o número de feirantes é apontado como um problema constante: faltam agricultores do município para suprir a demanda existente, a ponto de que atualmente 30% dos feirantes são de municípios do entorno de Chapecó. Soma-se a esta demanda, a possibilidade de que os agricultores comercializem para o **Programa de Aquisição de Alimentos**, que a prefeitura também operacionaliza.

O técnico da Sedema cita que o município recebe aproximadamente R\$ 600.000,00 por ano por este programa que tem beneficiado entorno de 400 a 500 famílias anualmente, dependendo do ano. No caso da comercialização da mandioca, um produto que tem sido muito fomentado em função da elevada demanda local, inclusive para o mercado institucional, "só para o PAA existe demanda interna de 12 agroindústrias para dar conta", entretanto, 8 agricultores que beneficiam mandioca são feirantes, mas apenas 2 estão em dia com o licenciamento junto à vigilância sanitária e aptos a vender para o PAA (At30, Chapecó, 2014).

A Sedema conta com 3 Eng.º Agrônomos e 2 Técnicos Agrícolas para realizar atividades que envolvem orientações sobre os procedimentos para a formalização. São mais recorrentes as práticas na linha de produtos de origem vegetal, onde é elaborado o projeto da agroindústria, são construídos os croquis e realizados os devidos encaminhamentos para solicitação de licença junto à vigilância sanitária, elaboração de rótulos e tabelas nutricionais, além de auxílio na gestão da atividade. Para dar conta de capacitações (BPF, por exemplo), a Sedema viabiliza articulações com Epagri, Sebrae e Senar, conforme a necessidade. Especificamente em relação à Epagri, a prefeitura mantém convênio com esta instituição para operacionalizar ações de extensão rural no município. É através desta parceria que ocorre a mobilização e organização dos grupos de agricultores como participantes do referidos programas.

Para viabilizar a formalização sanitária das agroindústrias que atuam na linha de produtos de origem animal, existe um convênio de cooperação técnica e financeira entre o município e o Sindicato Rural, vigente desde 2013, para dar conta de atividades relativas aos serviços de controle da qualidade desses produtos⁷⁶. Em sua última atualização, para o ano de 2015, a lei que institucionaliza essa parceria prevê que o município repasse até R\$ 33.733,41 em parcelas mensais, para ser aplicado em atividades como a contratação de profissional para atuar como Responsável Técnico em AFRs que necessitam deste apoio. Resulta que o agricultor se beneficia pelo **subsídio** no custo deste serviço: o agricultor paga uma taxa para o deslocamento do profissional, mas os honorários quem paga é o referido convênio.

Outra prática realizada por este ator é a manutenção de condições para que as análises necessárias ao registro dos empreendimentos e o controle da qualidade dos produtos sejam favoráveis aos agricultores familiares. Existe, vinculado à prefeitura, o laboratório municipal de análises clínicas e ambientais (credenciado junto à ANVISA como Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN, para análises microbiológicas e físico-químicas de água), para onde são encaminhadas amostras de água das AFRs. Tratam-se de análises para a fiscalização dos empreendimentos, com frequência bimestral e a coleta é realizada por um servidor oficial. As análises não têm custo para os agricultores quando são empreendimentos vinculados a parceiros como Apaco ou Instituto Saga.

6.2.2.4 Instituto Saga

A atuação do Instituto Saga com as agroindústrias ocorre desde 2001, a partir de sua função como executora de projetos junto ao Programa Mesorregião Sul do Ministério da Integração Nacional. Sua participação em processos que envolvem especificamente as AFRs na linha de produtos de origem animal na região de Chapecó, ganha consistência quando a Amosc decidiu elaborar projeto para adesão ao Suasa (PROSUASA), em 2012. Após diversas articulações com as instituições regionais, o Saga fez o projeto e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente (CIDEMA), que também é vinculado à Amosc, ficou como o responsável pela execução. No final de 2014 o Consórcio conseguiu seu credenciamento junto ao SISBI/SUASA. Sendo assim, tanto Instituto Saga

⁷⁶ As leis municipais nº 6536/2013, nº 6676/2014, e a lei nº 6693/2015 institucionalizaram essa parceria. Uma das AFRs pesquisadas se beneficia pelo serviço de RT que este convênio subsidia.

como Cidema são atuantes em projetos de AFRs da região, a primeira no apoio aos empreendimentos, o segundo como serviço de inspeção.

Em decorrência das articulações com instituições regionais e tendo em vista o projeto para adesão ao Suasa, o instituto Saga realizou um diagnóstico da região prospectando AFRs com potencial de formalização. Das 54 AFRs levantadas em 19 municípios, 6 foram mapeadas e, dessas 6, até agora somente 1 já se formalizou. Foi essa agroindústria formalizada que abriu caminho para a solicitação de adesão ao Suasa.

As práticas deste ator em relação à formalização das AFRs são acionadas através das relações que existem com as prefeituras que compõem a Amosc (20 municípios atualmente). A demanda pode chegar até o Saga pelo agricultor, mas principalmente encaminhadas pelas prefeituras, pela secretaria de agricultura dos municípios. Diante das solicitações há mobilização da equipe que se organiza para visitar *in locu* as experiências. Esta equipe é formada por uma administradora, um responsável pela certificação, um veterinário, uma eng.^a de alimentos, dois assessores jurídicos, além da gestora do Instituto. Deve-se ressaltar que não há qualquer tipo de priorização se empreendimentos individuais ou coletivos, o Saga atende o empreendimento em si.

O procedimento padrão é realizar um diagnóstico para saber se o produtor tem perfil ou não para a experiência de AFR. A equipe procura direcionar a formalização para adesão no SISBI, quando se tratar de produtos de origem animal. No caso dos produtos de origem vegetal, o trabalho ocorre em conjunto com as secretarias de agricultura e com a vigilância sanitária dos municípios, no sentido de estruturar o município para atender o produtor.

Nas visitas realizadas às agroindústrias os técnicos utilizam um *check list*, para ver sua adequação à comercialização. Há uma preocupação de preparar os empreendimentos para atender prioritariamente o PNAE e o PAA no respectivo município onde o empreendimento está localizado, e uma segunda opção atender os outros mercados.

Os serviços prestados pelo Saga incluem desde a elaboração do plano de viabilidade do empreendimento, planos de ação, memoriais descritivos, memoriais econômico sanitário e de construção, elaboração de croquis para encaminhar ao eng.^o civil e arquiteto da prefeitura para elaboração das devidas plantas arquitetônicas. As informações necessárias à rotulagem, tabela nutricional, o saga constrói, inclusive, as solicitações para solicitação de registro no serviço de inspeção, além do encaminhamento de documentos necessários. Capacitações de Boas Práticas de Fabricação, Gestão, plano de negócios, são serviços que o saga também oferece.

Além destes serviços, o Saga também disponibiliza o Responsável Técnico para os empreendimentos assistidos, que atualmente são em nº de 12 AFRs na região de Chapecó. Um profissional Médico Veterinário atende como RT em 11 dessas agroindústrias (abatedouro de peixe, abatedouro de frango, abatedouro de bovino, entreposto de ovos). No quadro 14 a forma de atuação deste profissional.

<p>A cada 2 anos o RT realiza capacitação para atualização na atividade.</p> <p>A visita de responsabilidade técnica resume-se basicamente em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • conferência de documentos; • verificação dos autocontroles (BPF e POPH) e registros de não conformidades; • verificação do que está relatado nas planilhas de controle, se são condizentes com a realidade; • avaliação de condições de limpeza, higiene e organização interna e externa das instalações, bem como, seus procedimentos descritos nos autocontroles; • higiene pessoal, uniformes, uso de EPIs; • condições de produção que devem estar de acordo com o que estiver descrito nos manuais e memoriais descritivos. <p>Para certificar a qualidade nos procedimentos, de uma forma geral, são encaminhados ao laboratório semanalmente, mensalmente e semestralmente amostras de produtos, matéria-prima e água das agroindústrias para laboratório credenciado pelo MAPA, à fim de monitorar a qualidade. Além disso, como no caso dos laticínios assistidos, estes devem ter um laboratório mínimo, instrumentos utilizados em análises diárias (temperatura, densidade a 15°C, acidez, prova de alizarol, os principais) realizadas para o controle das rotinas no processo de recepção da matéria-prima e da produção propriamente dita.</p> <p>Esse fluxo começa pelo escritório, conferência dos documentos, as rotinas nos procedimentos de produção, as rotinas de coletas para enviar aos laboratórios. Vai para a plataforma, se for laticínio, avalia condição de caminhão, de descarregamento do leite, condição de laboratórios e análises que estão sendo realizadas. Aí vai para a indústria mesmo, verifica hábitos de higiene, estrutura, equipamentos, etc. Após são encaminhadas as recomendações conforme os pontos verificados, trabalhando com prazos. São realizados anualmente com as AFRs planos de ação em conjunto com os produtores, construindo prazos, para que então possam ser acompanhadas e cobradas as ações de melhoria. Normalmente o técnico é acompanhado por pessoas da secretaria da agricultura na realização desses planos de ação.</p>

Quadro 14 - A forma de atuação do RT no Instituto Saga

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Essas práticas do Saga em relação às AFRs sugerem que os aspectos técnicos são muito presentes enquanto ator de ATER. Na busca por implementar uma marca regional⁷⁷ como forma de valorização dos produtos, com referência no caso da ‘Terceira Itália’, a partir de 2001 o Saga elaborou um conjunto de ‘disciplinares de produção’, documentos técnicos para orientar a forma como a matéria-prima deveria ser produzida, bem como seu

⁷⁷ Dentre os projetos sugeridos pelo Nomisma, Sociedade de Estudos Econômicos da cidade de Bologna na Itália que, em 1996, prestou consultoria à AMOSC, consta a criação de uma marca ‘guarda-chuva’ dos produtos agrícolas, com o objetivo de valorizar a imagem e qualidade da agricultura regional, a diferenciação dos produtos no mercado, a garantia de sua comercialização, redução de custos e simplificação dos aspectos burocráticos das pequenas empresas. Então que é criada a marca ‘Castália’, que em grego significa Fonte de Águas Limpas. Para comercializá-la foi criado a instituição Saga Comercial S/A, que hoje chama-se Agromarca S/A. Em valores aproximados, as 37 agroindústrias que utilizavam esta marca obtiveram faturamento bruto de R\$ 742.622,31 em 2003 (BRDE, 2004). Segundo informações da gestão atual a marca Castália continua vigente, mas temporariamente sem utilização, tendo em vista que está em curso um processo de reestruturação do mix de produtos e a implementação da certificação para a linha de produtos orgânicos.

processamento. Este fato serve para ilustrar que o viés técnico, ainda muito presente nas práticas deste ator, faz parte de sua trajetória institucional como promotora de desenvolvimento regional.

O produtor não tem nenhum custo por esses serviços. Quem paga é o seu município, através da contribuição à AMOSC, que repassa para ao Saga. Essa contribuição fica em torno de R\$ 900,00/mês para aos municípios menores, e os maiores contribuem com R\$ 1.800,00/mês). No caso do serviço de RT há uma taxa mínima que o agricultor paga (aproximadamente R\$ 200,00/ano, mas pode variar conforme a atividade).

A forma de atuação do Instituto Saga reflete os movimentos que levaram ao seu surgimento, como uma instância de atuação regional. Por conta disso, o envolvimento político e institucional é marcante, onde o Saga atua como ator representante dos interesses que envolvem seu público assistido, à exemplo de articulações junto à Cidasc tendo em vista “pressionar” para que a lei nº 10.610, de 1997, seja referência na atuação dos serviços daquela instituição quando se trata de analisar projetos de Agroindústrias Familiares Rurais⁷⁸.

Uma estratégia para acesso aos mercados articulada pelo Saga e disponibilizada às AFRs assistidas é a comercialização dos produtos no **Mercado Público Regional**. A construção deste espaço foi concluída em 2007 com recursos dos municípios que compõem a AMOSC, e atualmente funciona como um mercado organizado para a compra e venda de produtos agroindustriais da região, além de tornar-se um *showroom* dos produtos da agricultura familiar desses municípios. O Prosuasa foi pensado como uma forma de viabilizar a formalização das AFRs para que pudessem comercializar seus produtos neste espaço. Este mercado constitui-se como a materialização de uma proposta de dinâmica territorial, no sentido daquilo que Abramovay (2000, p. 15) define como uma estratégia “intermediária” entre o Estado e o município, uma iniciativa que se propõem a articular ações que contribuam para a formação e o desenvolvimento de uma rede regional. Estes movimentos engendrados pelo Saga na região de Chapecó podem ser interpretados como tentativas de gerar externalidades⁷⁹ específicas a partir da integração territorial e das articulações técnicas e tecnológicas em torno do fomento à atividade de agroindustrialização (PECQUEUR, 2005).

⁷⁸ O Saga mobilizou-se elaborando parecer jurídico que foi encaminhado à Cidasc, solicitando que a lei 10.610 seja referência nas análises dos projetos que foram encaminhados para lá. Isto foi necessário, segundo a gestora atual, porque não é o que estaria ocorrendo, o Cidasc não estaria levando em conta esta legislação que se apresenta como uma possibilidade de distinção entre as AFRs e as outras agroindústrias.

⁷⁹ A noção de externalidades foi empregada primeiramente por Marshall, para sugerir que economias de escala podem também provir de ‘efeitos externos’ produzidos pelo contexto produtivo (que podem ser derivados da cultura do lugar, de sua história etc.) e dos quais as firmas ancoradas territorialmente também podem se beneficiar (PECQUEUR, 2009).

6.2.3 Comparando as práticas entre atores de ATER e contribuições à formalização das AFRs

Existem diferenças significativas nas práticas entre os atores de ATER que assistem às AFRs e na configuração dessas práticas nos municípios estudados. O primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito aos serviços prestados às Agroindústrias Familiares.

Nas figuras 14 e 15, os gráficos ilustram as principais especificidades quanto às práticas realizadas por estes atores nos municípios estudados.

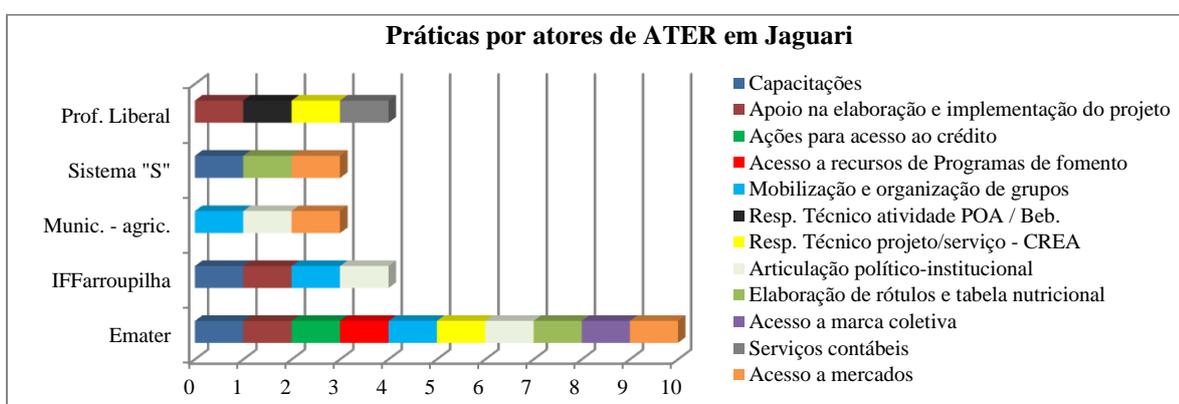


Figura 14 - Práticas desenvolvidas por atores que realizam assistência técnica e extensão rural em Jaguari - 2014

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

Em Jaguari a Emater é a principal fonte de práticas para o apoio às AFRs, onde suas ações abrangem desde aquelas pontuais relacionadas a concepção dos projetos, bem como a implantação propriamente dita, inclusive com ações relacionadas à viabilização dos mercados para as experiências. Cabe ressaltar que sua atuação toma forma a partir da implementação do Programa Sabor Gaúcho, principalmente a partir de 2012. Além disso, a equipe especializada na assistência a agroindústrias faz parte da gerência regional e central da Emater, ou seja, localmente os extensionistas têm conhecimentos “básicos”, que se diluem no contexto de outras demandas da agricultura familiar local. A agroindustrialização é “mais um programa” operacionalizado pela Emater. Não obstante, embora o acesso a benefícios como capacitações e a marca coletiva que o programa Sabor Gaúcho proporciona, a continuidade das experiências, no que tange a serviços para manter sua condição de formalidade, parecem ficar desassistidas.

Os outros atores de ATER se somam ao apoio das AFRs contribuindo com práticas pontuais. O Instituto Farroupilha teve importante participação com ações de capacitação e

mobilização dos agricultores, além da articulação das instituições regionais. Entretanto, estas práticas ocorreram restritas ao período de 2009 e 2012. O sistema ‘S’, sobretudo o Sebrae, é um importante ator na capacitação dos agricultores, além da prestação de serviços de elaboração do projeto e gestão do empreendimento. Entretanto, suas práticas demandam a existência de parcerias institucionais que viabilizem seus serviços, ou que os agricultores arquem com os custos. Sua atuação é percebida como por período limitado, ‘conforme a duração do projeto’. A contribuição do poder público municipal como ator de ATER é limitada pela sua capacidade de execução e por não ter uma definição política explícita que centre na agroindustrialização realizada pela agricultura familiar como norteadora para suas ações.

Este contexto observado em Jaguari sugere uma dinâmica de formalização das AFRs onde predomina a **descontinuidade das práticas de apoio** e a **restrição de opções no apoio** aos projetos de AFRs. Um dos reflexos disso é a recorrência de agricultores que valem-se de profissionais liberais por conta da necessidade de contratar serviços para a elaboração e a implementação dos projetos das AFRs, serviços de contabilidade, e também para o caso da Responsabilidade Técnica (RT) em atividades que assim demandam. Ocorre que estes profissionais são contratados como serviços particulares custeados pelo próprio agricultor.

Por outro lado, inexistem prestadores de outros serviços determinantes para atender à legislação, sobretudo na linha de produtos de origem animal e as bebidas: para poder realizar análises dos produtos que a legislação determina⁸⁰, os agricultores precisam encaminhar as amostras para outras cidades do Estado onde existem laboratórios credenciados para este fim (Bento Gonçalves, para as bebidas).

No caso dos produtos de origem animal, a solicitação de análises não tem sido uma prática recorrente, justamente pela falta de estrutura laboratorial acessível aos agricultores. Atrelada a esta deficiência, onde se soma a falta de um programa de capacitação ao técnico do SIM, observa-se uma terceira característica da dinâmica de formalização neste município: existe um ambiente de **flexibilização no serviço de regulação sanitária animal** que se traduz em um “benefício ilusório” ao agricultor, pois estimula a uma falsa sensação de que a prática atual é a correta.

Em Chapecó é observado um contexto diferente, como a Figura 15 ilustra. Ao contrário do que ocorre em Jaguari, além do serviço oficial de extensão rural, a Epagri, são

⁸⁰ Estas análises variam para cada linha de produto, e ainda, conforme a ‘prática’ do técnico: no caso das bebidas, os relatos dos agricultores mostram que a quantidade de análises solicitadas variam conforme a inspeção do técnico.

protagonistas nas práticas de apoio à formalização das AFRs, também, a Apaco, o Instituto Saga e a própria prefeitura municipal.

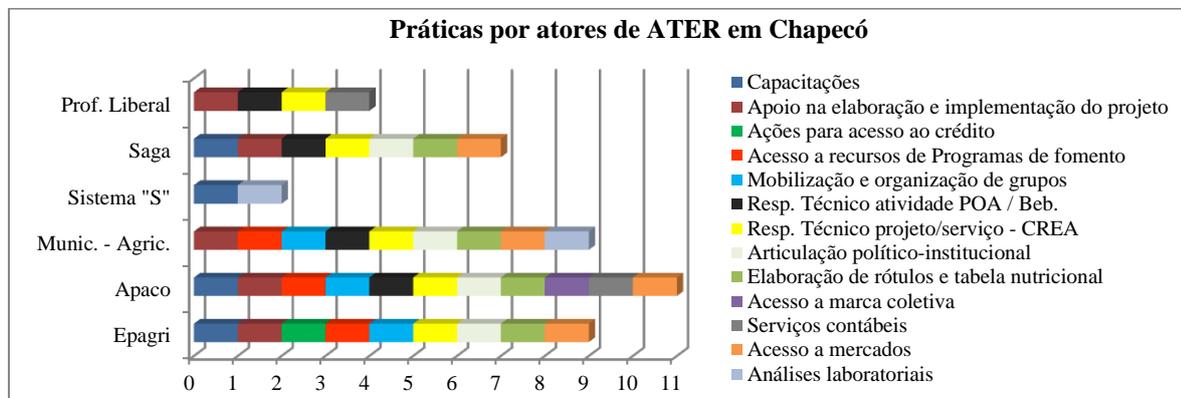


Figura 15 - Práticas desenvolvidas por atores que realizam assistência técnica e extensão rural em Chapecó - 2014

Fonte: Dados da pesquisa - elaborado pelo autor.

As práticas de Epagri ocorrem ancoradas em uma construção de conhecimentos e de articulações com atores institucionais locais e regionais que remontam a década de 80. Nesta trajetória ela coloca-se como referência para o apoio às AFRs. Uma característica essencial observada em relação aos programas de fomento executados em Santa Catarina é que, diferente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, suas ações não se limitaram a viabilizar unicamente os empreendimentos de AFRs, mas ao contrário, constituíram-se como estratégias que promoveram a articulação entre atores como Epagri, Cidasc, Fatma, prefeituras municipais, ONGs como a Apaco, dando origem às bases organizacionais e institucionais que hoje atuam na dinâmica de formalização das AFRs. O atual programa SC rural dá continuidade a essa estratégia, apoiando, além da estruturação de empreendimentos coletivos, a manutenção dos serviços de apoio, capacitando técnicos e contratando profissionais para atuarem tanto na extensão como nos próprios serviços de regulação sanitários e ambiental.

A Apaco/Ucaf consolida-se como uma base de serviços completa, proporcionando desde a concepção, implementação e a gestão dos empreendimentos familiares. Ela aporta à dinâmica de formalização os aspectos sociais que fazem parte de sua origem, pela valorização da agricultura, do agricultor familiar e seus empreendimentos, através de atividades cooperadas. A agricultura de grupo é sua essência. Sua capacidade de mobilização social e a habilidade em articular-se com outros atores como o próprio poder público, as entidades representativas, as organizações dos movimentos sociais e a Igreja, são outros diferenciais como ator de ATER, práticas que não ocorrem em Jaguari.

O poder público municipal desenvolve práticas de Ater que contribuem para a dinâmica de formalização em função da existência de uma política explícita em fomentar AFRs por conta de promover sua política de abastecimento local. Neste sentido que as feiras municipais e as compras institucionais orientam as ações deste ator. Além disso, este ator viabiliza condições para a inspeção municipal e a responsabilidade técnica para atividades que assim demandam, subsidiando estes serviços aos agricultores.

O instituto Saga é institucionalizado como um ator que se propõe à articulação regional. Neste sentido que tem origem uma base de serviços para o apoio às AFRs dos municípios da região. Faz parte dos seus serviços a disponibilização de responsabilidade técnica por atividades de origem animal.

O contexto observado em Chapecó sugere uma dinâmica de formalização das AFRs onde predomina a **continuidade, o volume e a qualidade das práticas de apoio** e a existência de **opções no apoio** aos projetos de AFRs. Por conta disso, os profissionais liberais também são atuantes, embora não na mesma recorrência como ocorre em Jaguarí. Existem prestadores de outros serviços determinantes para atender a legislação, sobretudo na linha de produtos de origem animal. Além da prefeitura municipal oferecer este serviço para a análise de água, o Senai presta esse serviço através de laboratório reconhecido pelo MAPA, o que o habilita a realizar análises de amostras que os técnicos das agroindústrias e os técnicos dos serviços de inspeção encaminham em função do acompanhamento sanitário dos empreendimentos. Entretanto, deve-se pontuar que este é um serviço prestado às agroindústrias sem distinção, se familiares ou não. No caso dos produtos de origem animal, a solicitação de análises é uma prática recorrente entre os técnicos da inspeção e os Responsáveis Técnicos pela atividade, além de capacitações contínuas para estes profissionais. Ao contrário do que ocorre em Jaguarí, em Chapecó é muito presente o **“viés tecnicista” como orientação às práticas nos serviços relacionados ao controle sanitário animal, entretanto, existe o interesse de que a execução deste viés ocorra sob uma perspectiva de aprendizagem**, onde os atores de ATER são protagonistas na construção deste processo.

Uma análise que se pode fazer diz respeito à configuração destes atores quanto suas práticas como Extensão Rural. Com base em Caporal (1998) é importante reconhecer que há diferenças entre aquelas ações de longo prazo e de caráter educativo (Extensão Rural propriamente dita), daquelas que são pontuais, visando resolver problemas, sobretudo técnicos relacionados à produção. Neste sentido, poder-se-ia agrupar por similaridade Emater, Epagri e Apaco, que realizam, em maior ou menor grau, ações de longo prazo e de caráter educativo;

por outro lado, de modo geral, as práticas dos outros atores nem sempre têm o caráter educativo ou as ações não assumem caráter de longo prazo. Esta é uma distinção importante tendo em vista a continuidade dos projetos de AFR, sobretudo em relação à sua condição de formalidade.

Ardila (2010) contribui para esta análise ao apontar que a natureza das demandas pelos serviços de extensão na América Latina evoluíram com as dinâmicas associadas à produção de excedentes e conseqüente vinculação dos agricultores com os mercados, gerando a necessidade de soluções especializadas, como é o caso da agregação de valor aos produtos através da atividade de agroindustrialização. Esta situação contribuiu para a desatualização técnica dos serviços de extensão, sugerindo a importância da pesquisa para dar conta desta dinâmica. Neste sentido ressalta-se a crescente produção de conhecimento científico gerado pela Epagri (onde os estudos sobre a problemática que envolvia a agricultura familiar e a necessidade de agregação de valor nos produtos remontam a trabalhos pioneiros como o de Testa et al. (1996)), através dos seus centros de pesquisa, inclusive com unidades como o Cepaf especializados no estudo da agricultura familiar e seus empreendimentos.

O ambiente observado em Chapecó vem ao encontro com o que Mior (2003) apontou como a conformação das redes horizontais articuladas pelos agricultores e suas organizações procurando inserção nos mercados através de marcas e selos coletivos, como no caso do ‘sabor colonial’ ou mesmo da ‘castália’. Neste sentido, o apoio à formalização das AFRs faz parte de um processo de cunho territorial (pois as práticas observadas extrapolam os limites do município de Chapecó) de reconfiguração do uso dos recursos locais, de experimentação e aprendizagens coletivas, formação de redes e construção social de novos mercados com a expansão da produção de alimentos a partir do ‘saber-fazer’ dos agricultores e da demanda crescente dos consumidores da região.

Tomando-se por base analítica a proposição de Abramovay (2000) que os agricultores não seriam encarados pela sociedade local como protagonistas em potencial de um possível ‘pacto territorial’, justamente pela sua dotação de educação, formação, crédito ou informação, neste sentido que o autor reforça a importância de lideranças e técnicos que os assessoram em engendrar ações coordenadas para a criação de um clima de confiança entre os atores locais. Quando comparados os casos em estudo, as práticas observadas entre os atores de Ater em Jaguari não sugerem que ocorra coordenação com intenção explícita de gerar clima de confiança entre os atores locais, as práticas são dispersas. Em Chapecó este debate é promissor: a forma como se deu a implementação do fomento às AFRs no município mostra que ações coordenadas entre atores locais, à exemplo da Epagri, Apaco, atores de regulação

sanitária, alavancaram condições para a formalização desses empreendimentos. Entretanto, quanto ao clima de confiança estabelecido entre os atores locais, as entrevistas realizadas com os atores de Ater sugerem a existência de “comportamentos velados”: parece haver uma “atribuição de responsabilidade” por parte do ator de ATER em relação aos serviços prestados e que culminaram com a consolidação de determinado empreendimento, sugerindo interpretá-los como as agroindústrias ‘da Epagri’ ou as agroindústrias ‘da Apaco’ ou as agroindústrias ‘do Saga’. Este comportamento revela a existência de uma caminho ainda por trilhar, por parte destes atores, tendo em vista avançar para um “pacto territorial”.

Em síntese, estes atores de ATER constituem aquilo que Guimarães e Silveira (2007) referem-se como *capacidades adicionadas*, na forma de fontes de conhecimento e apoio estrutural para as AFRs, mas que nos casos estudados incorporam outras funções também, como o envolvimento em ações políticas e a mobilização social. A interpretação principal é que os casos configuram diferentes arranjos dos atores de ATER, constituindo diferentes capacidades adicionadas para os empreendimentos locais. O acesso aos capitais é uma perspectiva que revela como essa configuração é determinante para a dinâmica de formalização das AFRs, tema da próxima seção.

6.3 Diferentes “capitais” identificados para a formalização das AFRs

Bourdieu (2005a) sugere que os atores em uma determinada ordem social terão tanto maior capacidade de “jogar o jogo”, quanto maior for o domínio do capital (ou dos capitais) que condicionam a ordem. Ao avançar com a formalização os agricultores estão sujeitos às ‘regras do jogo’, são elas quem dão direito à entrada ao mercado formal. Entretanto, segundo Thiry-Cherques (2006, p. 40), “a admissão no campo requer: a posse de diferentes formas de capital [...] na quantidade e qualidade do que conta na disputa interna e que constitui a finalidade, o propósito, do jogo específico”.

Diante disso é possível identificar a importância de capital financeiro, capital cultural (onde consta o tecnológico e o informacional), capital comercial, capital simbólico e capital social para a dinâmica de formalização das AFRs. Cabe pontuar sobre cada um deles, como interferem na formalização e como podem ser mobilizados.

6.3.1 Capital financeiro

Para Bourdieu (2005b), o capital financeiro atual ou potencial, refere-se ao domínio direto ou indireto de recursos financeiros. Em tratando-se da formalização das AFRs, em outras passagens deste trabalho já se pontuou quanto à importância desse recurso para que as AFRs possam avançar com a formalização. Convém mencionar que cada linha de produto tem exigências próprias, sendo a linha de carnes aquela entre as AFRs da pesquisa onde se verificou maior demanda deste tipo de recurso. Outro aspecto a pontuar é que infraestrutura em prédios, equipamentos e veículos são as principais rubricas de investimentos verificadas. Quanto à fonte dos recursos empregados, na tabela 17 sistematizou-se as AFRs da pesquisa por faixas de participação dos recursos tomados com terceiros em relação ao total investido.

Tabela 17 - Percentual (%) de AFRs por faixas de participação dos recursos tomados com terceiros em relação ao total investido pela(s) família(s) da agroindústria, por município – 2014

Faixas de participação	Município	
	Jaguari	Chapecó
0% de investimento com recursos de terceiros	30,0	15,4
Até 50% do investimento com recursos de terceiros	10,0	30,8
Entre 51% e 99% do investimento com recursos de terceiros	30,0	38,4
100% do investimento com recursos de terceiros	30,0	15,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

O principal aspecto a ser ressaltado é que grande parte das agroindústrias utiliza capital financeiro de terceiros (70% em Jaguari e 84,6% em Chapecó). Foi observado entre **as AFRs** pesquisadas que é recorrente a família ter recurso para investir, mas não o suficiente. Do ponto de vista de uma ‘análise relacional’, este fato coloca os agricultores em uma relação de dependência de outros atores para o acesso a este capital.

As principais **instituições financeiras** onde estes recursos encontram-se, em Jaguari são citados o Banco do Brasil e o Sicredi, e em Chapecó o Banco do Brasil e, principalmente, a Cresol. Estas instituições são ‘intermediários’ em se tratando de acesso a recursos públicos, mesmo assim assumem posição estratégica pois a gestão do recurso existente no município é sua responsabilidade. Entretanto, verifica-se que ocorre maior exercício de poder sobre o acesso a esse capital a partir da ação dos **atores de ATER** e **entidades de representação** que apoiam as AFRs.

Em Jaguari, a Emater não detém capital financeiro, mas ela pode realizar a indicação ao crédito e elaborar o projeto para acessar o recurso. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é

outro ator que pode realizar a indicação ao crédito⁸¹. Este contexto coloca esses atores em situação estratégica frente a formalização das AFRs, sobretudo Emater pois pode mobilizar outros capitais, como o capital cultural, em função da elaboração do projeto.

Em Chapecó, a indicação ao crédito ocorre pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Epagri. Na elaboração do projeto para acesso ao crédito são ativas: a Epagri, a Apaco, a prefeitura municipal e o Instituto Saga. Este contexto coloca esses atores também em situação estratégica frente a formalização das AFRs neste município. Entretanto, existem diferenças quanto às suas capacidades em mobilizar outros recursos em função da elaboração e implementação do projeto das agroindústrias.

Esta situação coloca as AFRs que estão na informalidade (retomando aqui os ‘estágios’ verificados por que passam as AFRs para a formalização) em uma situação de ‘fragilidade’, sobretudo em Jaguari onde são mais expressivas, em função justamente de como se configuram o capital social e cultural possíveis de serem mobilizados pelos agricultores familiares neste município.

6.3.2 Capital cultural

Compreende o conhecimento, as habilidades, as informações etc. Diz respeito ao acúmulo de intelecto através de processos de aprendizagem junto ao núcleo familiar, às instituições escolares, ou outras fontes. Este capital pode se apresentar sob a forma de outros, como o tecnológico, o político, o informacional, o jurídico e o político.

Entre os agricultores nas **AFRs** existem de conhecimentos familiares repassados entre as gerações na forma de receitas, procedimentos ou técnicas aplicados na fabricação dos produtos. Estes conhecimentos podem (e devem) ser mobilizados pelos agricultores e constituem a essência para o reconhecimento dos produtos como ‘artesanais’, ‘coloniais’, ou outras denominações que remetam ao ‘saber-fazer’ próprio dos agricultores, é o **toque de arte**⁸² que diferencia esses dos outros produtos agroindustrializados (SILVEIRA; HEINZ, 2005; MIOR, 2007; NEUMANN et al., 2007). O desafio colocado pela formalização é o

⁸¹ Estas instituições estão autorizadas à emitirem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), critério básico para acesso a linhas de crédito do próprio Pronaf, como também o acesso a recursos a partir de Programas de Fomento como o Programa Sabor Gaúcho no RS e o SC Rural em Santa Catarina.

⁸² Os produtos artesanais resultam de um processo que "implica em uma **dimensão de arte** e não meramente técnica"(SILVEIRA; HEINZ, 2005, p. 2, grifo dos autores). O que torna cada produto artesanal ‘único’ é justamente o ‘toque especial’ particular de cada agricultor. Diferente disso, os ‘procedimentos técnicos’ estão relacionados ao processamento industrial; esses procedimentos contribuem para a padronização dos produtos e favorecem a produção em escala (SILVEIRA; HEINZ, 2005)

atendimento aos padrões técnicos estabelecidos pela legislação, sem perder essa característica como produto artesanal.

A formalização das AFRs tem por base a aplicação de conhecimentos técnicos muito específicos, por exemplo: na área ambiental as técnicas de manejo de efluentes são específicas a cada atividade; da mesma forma ocorre na área sanitária: para uma linguiça receber o registro como tipo “colonial”, há um conjunto de procedimentos técnicos padronizados que devem ser atendidos⁸³. Muitos destes conhecimentos podem ser acessados diretamente pelos agricultores.

O mais comum entre os casos pesquisados, é que os conhecimentos técnicos sejam acessados através de capacitações e por serviços técnicos prestados por outros profissionais, alguns, inclusive por exigência legal, à exemplo da contratação de Veterinários para a Responsabilidade Técnica no abate de processamento dos produtos de origem animal.

Em Jaguari, **atores de ATER** como Emater, o Instituto Federal Farroupilha e os atores do Sistema ‘S’, são as principais referências como fonte ou como meios para esses conhecimentos. Em Chapecó, Epagri, Apaco, Instituto Saga, Prefeitura municipal e atores do Sistema ‘S’, atuam como fonte ou como meio para acesso a esses conhecimentos. Os agricultores “dependem” da relação com estes atores para acessar tais conhecimentos.

Entretanto, há uma outra faceta do conhecimento técnico que envolve o desenvolvimento de equipamentos que se adaptem às condições das pequenas agroindústrias. Neste caso entram em cena **empresas** do ramo industrial como fornecedoras dessa tecnologia. Tanto em Jaguari como em Chapecó foi possível verificar a existência destes atores. No caso deste último município, estas tecnologias resultaram de ações articuladas entre atores de ATER, agricultores e empresas locais, no âmbito do programa Desenvolver.

6.3.3 Capital simbólico

Por capital simbólico compreende-se como o domínio de recursos simbólicos com base no conhecimento e reconhecimento, que está relacionado com a crença, a possibilidade de que os outros depositem confiança a ponto de lhe ceder crédito, que não precisa ser financeiro (BOURDIEU, 2005b).

⁸³ Neste caso o Anexo XIV da Instrução Normativa nº 22, de 31 de julho de 2000 (alterada pela Instrução Normativa nº 55, de 07 de julho de 2003).

Do ponto de vista do atendimento ao quadro legal vigente, a obtenção dos devidos licenciamentos sanitário, ambiental e tributário/fiscal representa um capital simbólico. São estas licenças que ‘sinalizam/atestam’ que as AFRs encontram-se formalizadas: atestam que os produtos têm ‘qualidade’, no sentido de que são produzidos dentro de padrões que minimizem impactos ambientais, e atestam a existência do empreendimento perante as obrigações fiscais do Estado. Por esta lógica, quem detém o domínio sobre este capital são os devidos **órgãos que regulam as atividades**, pois são eles quem emitem e fiscalizam as licenças. Por outro lado, novamente a ação dos **atores de ATER** torna-se relevante, eles podem intermediar esse processo através da realização dos projetos e atendimento aos encaminhamentos necessários.

Neste sentido percebe-se uma alteração nessas relações de poder, no caso do serviço ambiental para as AFRs que estão no Programa Sabor Gaúcho. O técnico da Emater pode aceitar o projeto ambiental do empreendimento⁸⁴, embora exista a sugestão para que a vistoria ocorra junto com o órgão ambiental municipal.

A identificação dos produtos das AFRs por marcas como o ‘Sabor Gaúcho’ ou ‘Sabor colonial’, são mecanismos simbólicos de reconhecimento que se propõem a diferenciar os produtos produzidos pela agricultura familiar daqueles produzidos por outras indústrias; há todo um apelo social, ambiental, cultural e econômico envolvido na utilização destas marcas (FONSECA, 2002; SILVEIRA et al., 2008; NIEDERLE; AGUIAR, 2012). Tais mecanismos são apontados como importante estratégia de segmentação de mercado⁸⁵, e neste caso são reconhecidos também como produtos formais perante padrões sanitários, ambientais e tributário/fiscais, pois seu acesso pressupõe o atendimento a estes padrões.

O acesso a esse mecanismo em Jaguari ocorre pela disponibilização do selo “Sabor Gaúcho” pelo Programa da Agroindústria Familiar do Estado, para aquelas AFRs que estiverem incluídas. A Emater é o **ator de ATER** responsável pela gestão deste processo de inclusão, o que lhe coloca em situação de poder.

⁸⁴ Lembrando que há uma Licença de Operação emitida para as AFRs inclusas nesse Programa.

⁸⁵ No caso do selo “Sabor Colonial”, sua utilização como estratégia para segmentar mercado, bastante presente nos relatos do estudo, pode ser verificado a partir de como ele se originou. Sua origem é atribuída ao estudo conduzido pela Epagri, UFSC, CEPAGRO e EMPBRAPA no âmbito do projeto “Avaliação do potencial da Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina”, publicado em Oliveira et al. (1999). Dentre os resultados deste estudo, consta que quando questionados os consumidores quanto à forma de reconhecimento dos produtos dessas agroindústrias, a distribuição das respostas ocorreram conforme as categorias: 65% reconheciam por produtos ‘**coloniais**’; 14% como ‘do campo’, 11% como ‘de IRPPs’; 4% como ‘artesanais’; e 6% outros. Foi a partir desses resultados que a marca sabor colonial foi inicialmente implementada no âmbito de Programa público para o fomento das agroindústrias familiares, em 1998 e, após ter sido abandonado, foi resgatado pela Apaco/Ucaf que atualmente detém propriedade da marca junto ao INPI.

Em Chapecó, o selo ‘Sabor Colonial’ está disponível para as AFRs que têm vínculo com a Apaco. Ela assume todo o trabalho de gestão da marca, a elaboração do *layout* para os rótulos, os serviços de manutenção do registro junto aos órgão de controle, ou seja, todos os critérios e serviços necessários para que a AFR possa utilizar o selo.

Independente destes selos, há também a identificação dos produtos como formais a partir da confecção da Marca da AFR, sua identidade visual. A utilização de marcas é presente entre as AFRs pesquisadas (60% em Jaguari e 84,6% em Chapecó). Entretanto, os agricultores não executam esse processo, são os atores de ATER quem realizam serviços para elaboração e gestão da marca. São intermediários para a mobilização deste capital simbólico. Em Jaguari foram identificadas ações neste sentido por parte da Emater e do Sebrae. Em Chapecó, A Epagri, a Apaco, a prefeitura municipal e o Instituto Saga mobilizam recursos para este fim.

6.3.4 Capital comercial

Refere-se ao domínio da distribuição de redes de comercialização, de marketing e serviços pós-venda. Este capital assume importância para a formalização na medida em que a sua mobilização permite não só o acesso dos produtos das AFRs aos diferentes mercados, mas também aquelas estratégias que contribuem para aproximar agricultores e consumidores.

As **AFRs** têm maior domínio relativo sobre capital comercial quando a comercialização ocorre através das relações diretas que se constituem entre comprador e consumidor. Esta é uma prática muito presente entre as AFRs estudadas (100% em Jaguari e 92,3% em Chapecó). Neste caso os próprios agricultores mobilizam estratégias para comercializar seus produtos, entregando nos domicílios na cidade, pontos de venda à beira de estradas (não ocorreu em Chapecó) e na propriedade rural.

Em Jaguari, **atores de ATER** como a prefeitura e a Emater, além de **outros órgãos municipais** assumem importância em função do potencial (apenas 20% das AFRs comercializam para este mercado) em mobilizar as compras institucionais, para promover a comercialização dos produtos das AFRs.

Em Chapecó, **atores de ATER** como a prefeitura, a Epagri, a Apaco e a Cooper Sabor Colonial, além de **outros órgãos municipais**, também assumem importância em função da efetividade do funcionamento das compras institucionais (53,8% das AFRs comercializam por este meio). Por outro lado, **empresas** como supermercados locais também detém elevado

poder de compra sobre esses produtos, tendo em vista que é uma estratégia recorrente entre as AFRs (69,2% delas comercializam para supermercados).

Uma estratégia de comercialização muito ativa em Chapecó (que é insipiente em Jaguari – 20% das AFRs) é a comercialização na **feira municipal**. Neste caso, a ação da Epagri, da Apaco e da prefeitura no apoio, organização dos produtores e aluguel dos espaços (a prefeitura) coloca-os em posição estratégica frente a formalização⁸⁶ daquelas AFRs que fazem parte das feiras. Entretanto, os agricultores assumem domínio relativo sobre essa estratégia: as decisões estratégicas são tomadas em conjunto através da Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (APROFEC), prefeitura, Apaco e Epagri. As decisões que envolvem a gestão de rotina da feira são tomadas pelos próprios agricultores, coordenados pela Aprofec.

A tabela 18 mostra a importância dessa estratégia para a atividade de agroindustrialização para aqueles agricultores feirantes. O valor gerado pela comercialização através da feira municipal é representativo para as AFRs cujos agricultores são feirantes, para a maioria deles esse valor contribui com mais de 50% da receita bruta anual do empreendimento. Apenas para uma agroindústria a contribuição da receita da feira é de apenas 25%, mas a explicação é que esta AFR é uma das que podem ser consideradas como consolidadas: elevada Receita Anual, acesso a diferentes mercados, participação de mais de uma família e que têm essa atividade como principal fonte de renda. Entretanto, o agricultor entrevistado Ag15 afirma, mesmo não precisando desta estratégia de comercialização, eles não abrem mão devido a proximidade que ela proporciona com os consumidores.

Tabela 18 - Contribuição da comercialização através da feira de produtos coloniais na composição da Receita Bruta Anual de AFRs em Chapecó - 2014

Feirante	Receita Bruta Anual		B/A (%)
	Total (A)	Feira (B)	
Ag18	850.000,00	595.000,00	70
Ag17	108.000,00	97.200,00	90
Ag16	180.000,00	90.000,00	50
Ag15	1.600.000,00	400.000,00	25
Ag12	90.000,00	45.000,00	50
Ag10	120.000,00	60.000,00	50
Total	2.948.000,00	1.287.200,00	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas com os agricultores feirantes.

⁸⁶ Isto pois, assim como em Chapecó a prefeitura é atuante para promover o espaço, inclusive incentivando a formalização das AFRs, em Jaguari a ação da prefeitura sobre este espaço é pouco efetiva, inclusive ‘fechando os olhos’ para os produtores que ali comercializam informalmente.

Outra estratégia de comercialização que ocorre sob domínio dos agricultores em Chapecó é a **Cooperativa Central Sabor Colonial**, vinculada à Apaco. Essa cooperativa se estrutura em “rede” formada por um conjunto de cooperativas descentralizadas que operam em outros dois níveis: as **singulares** - são cooperativas criadas para a gestão e operacionalização das atividades em determinadas regiões, com abrangência de mais de um município, constituída por uma sede e por filiais; as **Filiais** - são a ponta da rede, são as cooperativas formadas por uma família ou grupo de famílias, são os empreendimentos de agregação de valor localizados nas propriedades ou comunidades rurais que, para fins de formalização (CNPJ próprio), têm a unidade de produção repassada à cooperativa por contrato de comodato “cessão ou uso”.

A estrutura dessa cooperativa conta com aproximadamente:

- 4.200 sócios (com DAP);
- destes, 800 realizam atividades de agroindustrialização;
- 32 Cooperativas Singulares⁸⁷;
- presença em 30 municípios;
- 1000 itens comercializados (rótulos ativos);
- 170 Agroindústrias na rede;

A rede Sabor Colonial foi criada em 2010, mas os grupos cooperativos já existiam e faziam parte da estrutura ligada à Apaco/Ucaf. Está em curso um processo de migração da Ucaf para dentro da atual estrutura que compõe a Cooperativa Central. Esta integração entre Apaco, Ucaf, Cooperativa pode ser percebida também pela utilização da marca “Sabor Colonial” que tem registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) sob responsabilidade da Apaco, mas constitui o próprio nome da Cooperativa Sabor Colonial.

Atualmente a produção e comercialização de leite, os produtos das Agroindústrias Familiares, além dos produtos vegetais *in natura* (frutas, verduras, legumes, etc.) são as atividades mais importantes na existência dessa estrutura. As atividades de gestão da comercialização e da logística são responsabilidade da Central. Tudo ocorre por ato cooperado. As cooperativas filiais que têm suas rotas de comercialização local e já realizam o ato cooperado, ao se ligarem à rede poderão usufruir de toda sua estrutura, inclusive da possibilidade de comercializar seus produtos em outras localidades onde a demanda exista,

⁸⁷ Atualmente estão associadas à Cooperativa Central Sabor Colonial 18 cooperativas (Cooperfamiliar, Copafac, Copafas, Cootraf, Cooper Afle, Copero, Coperlat, Coopaf, Copajas, Cooperfaps, Cootrafar, Coperare, Cooper Caçador, Cooperforsul, Cooper Pedra Branca, Cooper Agir, Copafax e Cooper Abv). Está em curso um processo expansão, onde as outras que antes estavam associadas à Ucaf passarão a associar-se à Central. Por isto a previsão de atingir as 32 cooperativas associadas à rede.

sendo uma via de mão dupla, já que a demanda local também poderá ser atendida por produtos de outras localidades.

Exemplo do serviço de comercialização proporcionado pela rede é a participação nos mercados institucionais. O PNAE conta com aproximadamente 26 contratos em diferentes municípios do Estado: a central se ocupa de organizar a coleta em produtores da rede e programar a distribuição conforme a demanda prevista nos contratos do PNAE, semanalmente. A participação nos editais ocorre atribuindo aos produtos preços que sejam os mais justos possíveis, onde o produtor recebe o preço que representa a média de mercado nas regiões onde ocorre a produção. A manutenção financeira dessa estrutura é proporcionada pela comissão de 2% sobre as vendas que os grupos recebem para custear a operacionalização logística, e 7 a 8% para cobrir os custos gerais da cooperativa (adm., tributos, etc.).

Existia a figura de um vendedor que ganhava 2% sobre a comercialização e era responsável por toda a logística da rede. Atualmente, como uma última etapa de estruturação dessa rede, está sendo criada outra cooperativa singular na qual estarão associados todos aqueles agricultores familiares que têm veículos de transporte e que tenham interesse em participar da operacionalização desta logística. O resultado é que os 2% passarão a constituir renda apenas para os agricultores familiares. Além disso, como muitos desses agricultores têm laços com famílias de produtores, é também interesse deles manter a qualidade e a transparência no serviço prestado, o que estava se perdendo quando da logística realizada por empresa de terceiros. A figura 16 ilustra essa rede.

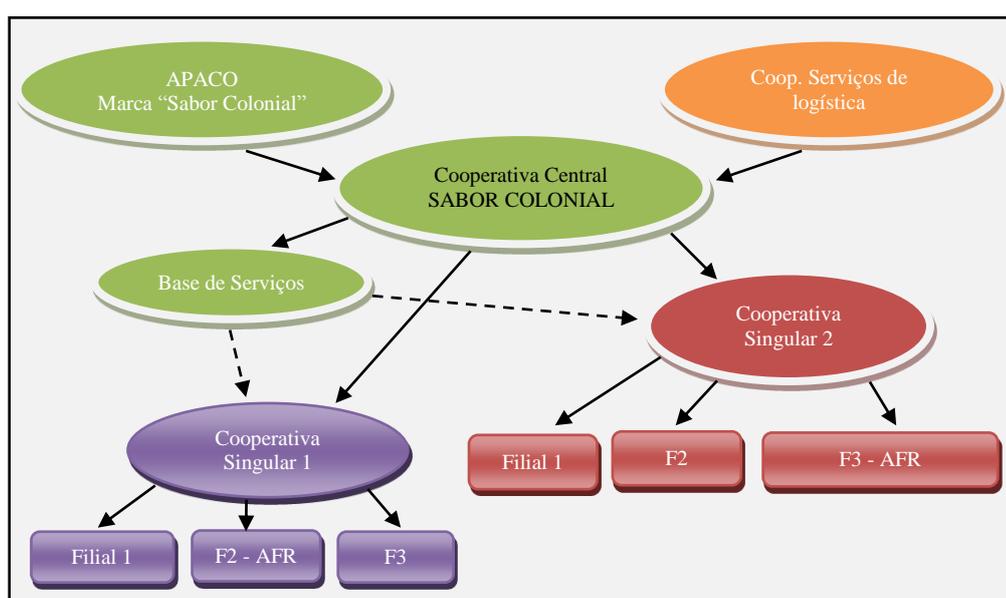


Figura 16 - Estrutura em 'rede' da Cooperativa Central Sabor Colonial
Fonte: Elaborado a partir de material cedido pela Apaco.

A rede proporciona proximidade com o mercado, facilitada pela descentralização das atividades de produção e logística e pela centralização da gestão. Este capital comercial está em mãos dos agricultores que compõem a rede. A estrutura não só viabiliza a formalização das agroindústrias, atendendo às exigências sanitárias e tributárias sem que o agricultor perca sua condição como segurado especial da previdência, como também proporciona a comercialização dos produtos dessas agroindústrias e o acesso a mercados extralocais. Além disso, o número de sócios não é limite nesta modalidade, já que uma “filial” de cooperativa pode ser constituída por apenas um sócio ou grupo com menos de 20 sócios.

6.3.5 Capital social

Diz respeito ao conjunto dos recursos (atuais e potenciais) mobilizáveis através de uma rede mais ou menos extensa de relações duráveis que sejam úteis à formalização das AFRs (BOURDIEU, 2007). A partir do que se foi pontuando ao longo dos outros capitais identificados, é possível observar que a formalização ocorre ancorada em relações com outros atores sociais. Entretanto, o capital social como compreendido por Bourdieu limita-se àquelas relações que caracterizam a vinculação dos agricultores familiares a um determinado grupo, com propriedades comuns e ligações permanentes e úteis. Neste sentido, a **família** representa em primeira instância capital social mobilizável para os agricultores, capaz de mobilizar recursos como mão-de-obra, conhecimento, recursos financeiros, ou seja, como afirma Bourdieu (2008, p. 177) “apesar de todas as forças de fissão que se exercem sobre ela, a família permanece um dos lugares de acumulação, de conservação e de reprodução de diferentes tipos de capital”. Entretanto, nas entrevistas realizadas é possível identificar que o capital social dos agricultores familiares envolve outras instâncias.

Em Chapecó é muito presente a ligação dos agricultores com os **grupos comunitários**. Entre aqueles empreendimentos originados na década de 90, principalmente, a agroindustrialização é uma alternativa escolhida no âmbito destes grupos comunitários. É nos debates entre estes grupos com interlocução de outros atores como Apaco, o sindicato dos Trabalhadores Rurais ou mesmo a Epagri, que os empreendimentos se constituem.

E daí se constituiu uma associação com vinte e sete, vinte e oito famílias. Aí alugamos aviários, fomos tocando os aviários. Quem incentivou na verdade, foram as entidades ligadas à agricultura familiar, a Apaco, o sindicato. E a gente passou por um longo tempo de reuniões e discussões de ideias. Então se fosse panificação, então um grupo se reunia ali duas ou três famílias, ou derivados de cana, ou derivados de carne suína, ou de leite e tal. Então se formou, na época, oito pequenas iniciativas. Mas se discutia isso muito na comunidade, no grande grupo. Toda a

discussão foi feita com essas vinte e sete famílias. E depois, não fechavam muito as ideias, ia para frente e ia para trás e não andava. Então chegamos à conclusão que estava bom ali e cada um seguisse a sua aptidão. Iniciamos fazendo embutidos de suínos, derivados de carne suína e logo mudamos para queijo, mas isso tudo na cozinha da casa, ao natural (Ag15, Chapecó, 2014).

A transcrição acima é de um agricultor que vivenciou as dinâmicas em Chapecó na década de 90, e mostra as relações que se constituem e como elas são efetivas para os encaminhamentos dos empreendimentos atuais. Neste caso a discussão de alternativas ocorre no grupo comunitário, mas no transcorrer dos anos a agroindústria é formada por um grupo menor. Entretanto, as relações com os membros da comunidade são presentes até hoje, muitos dos quais como fornecedores de matéria-prima para a agroindústria. Quanto à relação dos agricultores com a Apaco e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estas também permanecem atualmente e são ativadas sempre que necessário. A importância do capital social se revela nesta passagem, pois, caso não houvesse o grupo comunitário e as relações com Apaco e Sindicato, dificilmente a agroindústria se constituiria.

Uma forma de capital social presente entre os grupos aos quais a agricultura familiar local se identifica diz respeito à mobilização política em defesa dos seus interesses. Neste sentido, o **Capital Político** constitui uma forma de capital social, pois faz sentido e constitui elemento de poder no campo⁸⁸ (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Esta forma de capital social é mais intensa em Chapecó e sua mobilização ocorre através do sindicato, partidos políticos, mas a Apaco e sua relação com as organizações dos movimentos sociais e cooperativas é a principal ponte dos agricultores para essa mobilização política.

É possível verificar a utilidade dessa rede de relações que a Apaco construiu ao longo de sua história, pois atualmente alguns dos seus antigos dirigentes estão colocados como gestores em agências do Cresol, partidos políticos da região, a própria FETRAF-Sul. Além dessas relações de amizade, consta a articulação da Apaco com diferentes outros “parceiros”, como são referidos no seu site institucional, dentre os quais: Misereor, Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Epagri, Centro Vianei de Educação Popular (VIANEI), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro de

⁸⁸ Bourdieu e Wacquant (2005) citam o exemplo da antiga nação social-democrática União Soviética, onde este tipo de capital tem a capacidade de promover benefícios e privilégios, através da ação dos recursos coletivos na forma de sindicatos, partidos (dos trabalhadores e comunista).

Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Estas relações sinalizam quanto à capacidade de articulação e mobilização social da Apaco em função dos interesses da agricultura familiar local e regional.

Segundo Granovetter (1973) uma rede de relações como essa intermediada pela Apaco caracteriza-se pela recorrência de “laços fracos” (conhecimentos, relações e afiliação a associações secundárias), estes que, segundo o autor, são mais importantes que os “laços fortes” (relações de parentesco e íntima amizade) para sustentar coesão social e a ação coletiva. Neste sentido, também Bourdieu (2007) argumenta sobre a importância qualitativa do capital social em relação à sua utilidade, tendo em vista a efetiva capacidade da rede de relações em mobilizar os outros capitais (financeiro, cultural, simbólico, etc.). Fica evidente a importância que a Apaco representa para as AFRs no município e região, muito pela sua capacidade em mobilizar outros recursos (conhecimento, acesso ao crédito, articulação política, rede de comercialização) úteis aos empreendimentos da agricultura familiar.

Ao identificar-se a importância dos capitais para o processo de formalização das AFRs e como eles podem ser mobilizados pelos agricultores, é possível pontuar que: a) em Chapecó o Capital Social e o Capital Comercial é mais expressivo e útil à formalização dos empreendimentos da agricultura familiar do que em Jaguarí; b) tomando-se por base que os atores de ATER são estratégicos para o acesso a outros capitais necessários e, conforme a reflexão na seção 6.2 aponta para uma configuração destes atores mais favorável à formalização das AFRs em Chapecó, é possível sugerir que as relações que se estabelecem nestes dois municípios são mais favoráveis à formalização das AFRs em Chapecó que em Jaguarí.

6.4 A formalização na trajetória da atividade de processamento de alimentos e bebidas: a dinâmica sob o enfoque do *habitus* dos agricultores familiares

Nesta seção as reflexões são conduzidas no sentido de compreender como a formalização da atividade de agroindustrialização se relaciona com o *habitus* dos agricultores familiares. De acordo com Bourdieu e Wacquant, (2005) o *habitus* explica a prática, a partir de que esta constitui-se como o produto de um ‘sentido prático’, o ‘sentido do jogo’ socialmente constituído. Estudar o *habitus* serve para fazer a ponte entre os conceitos de campo (e os interesses ali existentes) e capital, é a explicação do mecanismo que leva os atores, dotados de certos capitais, a adotar determinada estratégia. Para estabelecer essas

relações entre o *habitus* dos agricultores e a formalização das AFRs, um primeiro momento se ocupa em resgatar elementos que caracterizam o *habitus* do agricultores em função da trajetória da atividade de agroindustrialização nos casos estudados. Na sequência as reflexões se orientam por questões realizadas aos agricultores no sentido de verificar a existência de outras motivações além do atendimento às instituições formais, que orientam a conduta destes atores. Neste sentido é prospectada, também, a ação de instituições informais na conduta dos agricultores. Na última seção são abordadas as alterações no *habitus* dos agricultores e como se relacionam ao processo de formalização.

6.4.1 Diferentes trajetórias da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar nos casos em estudo

As características fundamentais que permitem verificar a relação entre agricultura familiar e agroindústria dizem respeito ao fato que tanto a propriedade, como o trabalho e as decisões ocorrem intimamente ligados à família, e a combinação desses fatores irá engendrar consequências para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente, ou seja, se expressam como práticas sociais específicas (WANDERLEY, 2003). Essas práticas, ou mesmo as estratégias que os atores constroem, pressupõe a existência de condições objetivas para que estas ocorram. Entretanto, o *habitus* incorpora à análise a existência de disposições sociais construídas historicamente, que no âmbito de uma determinada situação objetiva, explicam a existência de determinadas ‘práticas’ (BOURDIEU, 1983).

Assim como em Jaguari, em Chapecó a agricultura familiar também é marcante no meio rural, onde os sistemas de produção são realizados em pequenas propriedades e a agroindustrialização é atividade característica entre este público, como já demonstrado. As entrevistas realizadas com agricultores constatam que a atividade de agroindustrialização constitui estratégia para reprodução da agricultura familiar e está historicamente situada em sua realidade sociocultural.

As estruturas fundiárias desses municípios guardam influência dos processos de colonização ocorridos a partir de 1880, em Jaguari, e mais tardiamente em Chapecó, a partir de 1917. O relato de descendentes dos colonizadores (sobretudo italianos e alemães) remete ao processamento de alimentos e bebidas inicialmente para o consumo dos membros da família, mas que passa a assumir também valor de troca, sobretudo entre as famílias no meio rural. Este valor de troca, com o passar dos anos, ganha importância como estratégia de renda

para a reprodução das famílias, quando os alimentos passam a ser comercializados no município, ou mesmo em municípios do entorno, dependendo do tipo de produto:

Isso é desde a minha avó, desde a raiz. A vó ensinou para a minha mãe, a mãe ensinou as filhas. E vai indo, né? E aí começou a ter procura dos produtos aqui. Um ganho a mais na colônia, né? (Ag6, Jaguari, 2014)

Assim, a minha sogra é alemoa, e sempre fez a cuca alemã e bolacha caseira para a família. E a família como é grande, são onze, então os amigos dos filhos vinham pedindo e ela foi fazendo. Aí, como o pessoal continuou pedindo, eu continuei fazendo. E continua até hoje. Um pede, o outro pede, eu vou fazendo. Toda a semana assim com encomendas. (Ag20, Chapecó, 2014)

A **tradição** no processamento de alimentos é característica comum entre etnias, sobretudo de alemães e de italianos. Excedentes da produção eram processados como estratégia de conservar alimentos para o abastecimento familiar. Utilizando-se destes hábitos e costumes tradicionais, desenvolveram um ‘saber-fazer’ específico para o processamento dos alimentos, conhecimento que foi preservado entre as gerações e que atualmente constituem fonte de renda para agricultores familiares (DORIGON, 2008; SILVEIRA et al., 2008). Estes conhecimentos tradicionais compõem aquilo que Guimarães e Silveira (2007) referem-se como as *Capacidades Instaladas*, ou seja, são recursos que estão presentes na agroindústria em função dos laços familiares e que podem ser mobilizados para conformar a identificação dos produtos como artesanais, o que os torna únicos, como resultado prático da relação entre a família, o meio em que vive e o *habitus* associado à experiência única de cada indivíduo no contexto de sua trajetória de vida (BOURDIEU, 1983).

Em Jaguari, 9 entre as 10 AFRs pesquisadas, a agroindustrialização constitui-se como prática tradicional familiar. Apenas em uma delas a atividade passa a ser uma inovação, como alternativa para agregar valor à matéria-prima ‘uva’ tradicionalmente produzida pela família. Em Chapecó não é muito diferente, 10 entre as 13 AFRs têm a atividade de agroindustrialização como uma prática tradicional familiar. As outras 3 constituem inovações quando se trata de alternativa para gerar renda.

Este componente cultural relacionado às tradições, às receitas que dão origem aos produtos artesanais, é muito presente entre as agroindústrias familiares estudadas. Além dessa questão cultural é importante resgatar na fala dos agricultores acima apontados, justamente essa passagem de um produto de subsistência para um produto para o mercado. A agroindústria de derivados de cana-de-açúcar, uma das atividades características, principalmente em Jaguari, ilustra essa transformação: o cultivo de cana-de-açúcar é apontado como atividade realizada a mais de um século no município. Inicialmente era utilizada como

forragem animal e como matéria-prima para a produção de derivados como o melado, a rapadura, o açúcar mascavo (ou açúcar de cana, como é também conhecido na região) e a cachaça. Neste caso o cultivo da cana e a produção dos derivados estão inseridos em um sistema de produção com base em policultivos, onde a produção de milho, feijão, suínos e aves, contribuem para a subsistência das famílias. Neste sentido, os produtos agroindustrializados também compunham tal sistema de subsistência, inclusive como uma forma para conservar a produção animal e vegetal.

Este sistema evoluiu na medida em que os excedentes começaram a proporcionar renda às famílias, produzindo também um efeito de especialização, no exemplo do cultivo da cana, esta passou a ser a principal atividade na unidade de produção. No ‘Estudo da Cadeia Produtiva da Cachaça Artesanal de Alambique e Derivados da Cana-de-açúcar na Região Centro do Estado do Rio Grande do Sul’, onde foram entrevistados produtores de 44 destas agroindústrias do município de Jaguari, 47,7% declaram ser a produção de cana-de-açúcar (para produção de cachaça e outros derivados) a principal atividade e a principal fonte de renda da família, e para os outros 52,3% ela constitui uma das atividades na composição da renda (DEON et al., 2012).

Embora cada unidade de produção guarde sua própria trajetória, esse resultado particular à atividade de cana-de-açúcar em Jaguari serve para ilustrar o processo de mercantilização por que passaram as agroindústrias estudadas. Dentre essas AFRs, independente da linha de produtos, atualmente 100% delas realizam a agroindustrialização principalmente para fins mercadológicos. Uma forma de observar a importância que essa atividade representa para a reprodução social entre o público pesquisado é pela contribuição na renda das famílias.

Conforme a tabela 19, com base na renda familiar que a AFR proporciona à família do agricultor entrevistado, em ambos os casos do estudo, para a maioria dos entrevistados, a renda obtida da AFR representa mais de 50% de sua renda total (15 entre as 23 AFRs), sendo mais expressiva essa característica em Chapecó (9 das 13 AFRs).

Tabela 19 - Número de Agroindústrias Familiares Rurais por faixas de participação da renda da AFR na renda total da família em Jaguari e Chapecó - 2014

Faixas de participação na renda	Município		Total
	Jaguari	Chapecó	
Até 25%	1	2	3
26% - 50%	3	2	5
51% - 75%	4	5	9
76% - 100%	2	4	6
Total	10	13	23

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Este resultado serve para apontar que as **disposições econômicas** também fazem parte do contexto das AFRs. A atividade de agroindustrialização, que outrora estava na maior parte dos casos vinculada com uma economia de subsistência, passa a estar inserida em diferentes escalas mercadológicas (local, regional ou mesmo nacional), o que tem permitido acumular e reproduzir significativos recursos dentro da agricultura familiar (BOUCHER; RIVEROS, 1995).

Um outro aspecto que merece destaque, sobretudo entre os empreendimentos em Chapecó e, principalmente, entre aqueles ligados à rede Apaco, é que são comuns as **práticas em coletividade**, como revela a transcrição abaixo.

Nós começamos com doze famílias, aí tinha um produtor que tinha figo, aí começamos a fazer a chimia [...], resolvemos fazer bolachas, cucas caseiras e compota de figo pra vender na feira de produtos coloniais do município em 2002. De lá pra cá, muita coisa mudou: ampliamos mercado, compramos mais equipamentos e **saímos da cozinha da dona [...]. Cada uma levava panela de casa, a gente fazia tudo a mão, assava e vendia.** Hoje, além das feiras da cidade, as cidades da volta, atendemos pedidos de salgadinhos e doces pra eventos. A cada encomenda grande, nós conseguia mais dinheiro pra investir em equipamentos pra padaria (Ag7, Chapecó, 2014, grifo nosso).

Neste caso, bastante comum nesse município, a origem das Agroindústrias, as decisões, as estratégias ocorrem em coletividade, com o envolvimento das pessoas da família e das famílias do entorno, quando for o caso. A agroindústria não surge do nada, existe uma problemática por trás que envolve mais que a simples questão econômica individual, surge ‘de’ e ‘para’ um **grupo social**, que vai além da família. Neste sentido, a intensidade como foram construídos estes processos sociais em Jaguari e Chapecó sugerem diferenças entre as trajetórias da atividade de agroindustrialização na agricultura familiar entre os casos estudados. A transcrição acima revela traços de reciprocidade⁸⁹ quando as agricultoras

⁸⁹ Apóia-se aqui na noção de **reciprocidade** proposta por Sabourin (2011) onde a gestão de recursos comuns repousa sobre uma estrutura de reciprocidade em que os valores afetivos e éticos gerados pelas relações de partilha correspondem a um sentimento de pertencimento e de confiança. O sentimento de pertencer a um todo é

compartilham as panelas e se ajudam na realização de tarefas que são de mútuo interesses, existe o sentimento de pertencimento ao grupo. Neste caso está no grupo o **capital social** que é mobilizado permitindo às agricultoras realizarem as atividades da agroindústria com menos capital financeiro (pois no caso ainda não tinham recursos para aquisição de equipamentos).

Em Chapecó, à exemplo do que ocorreu na região oeste de Santa Catarina, já na década de 80 havia uma intensa mobilização por parte de atores de ATER no sentido de organizar grupos de agricultoras com objetivos de qualificar a alimentação das famílias. Estas ações tinham por base a sensibilização e mobilização das comunidades locais (MIOR, 2005).

A Epagri, há época Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), era a principal executora dessas ações nas comunidades rurais. Entretanto, contribui decisivamente para esses processos sociais o envolvimento dos agricultores em organizações dos movimentos sociais, cuja participação da Igreja era expressivo. É nesse contexto que se formam movimentos locais que, de forma articulada com a própria Igreja Católica, dão origem aos **grupos de cooperação**, associações e outras formas organizativas, sob a ideologia de enfrentamento e de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento em curso.

Os agricultores que vivenciaram essa época apontam as associações comunitárias como centrais. Duas das agroindústrias entrevistadas têm origem justamente nessas comunidades, como um empreendimento resultante das mobilizações e da constituição de sociedade entre membros da comunidade.

A igreja fomentava também os **grupos de reflexão**, onde produzia materiais críticos sobre determinados problemas, e incentivava o debate entre as pessoas da comunidade, incentivando os grupos de jovens, a organização, a formação de lideranças, no intuito de construir dinâmicas de reflexão e proposição de alternativas à sociedade. As dinâmicas de grupos, assembleias, reuniões, enfim, todo um sistema de aprendizagem fomentado pela igreja e pelas próprias organizações dos movimentos sociais, sobretudo, assumiam cunho político ideológico e foram contribuindo para a construção da percepção de mundo desses agricultores.

Entre os agricultores entrevistados, os que presenciaram essa época, colocam essas dinâmicas como essenciais para o fortalecimento social não só das comunidades, mas para a região, pois as repercussões não se limitaram ao campo, conforme o relato que segue:

muito forte e aparece associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força de vida do ser coletivo. Por essa perspectiva a reciprocidade não se reduz ao utilitarismo da troca e do partilhamento dos recursos, pois estes podem ocorrer sem que o indivíduo sinta-se parte do grupo.

Isso tá na origem do surgimento de organizações regionais ligadas aos movimentos sociais aqui, a própria Apaco, e teve ação decisiva também para o surgimento da Fetraf, do MPA, das cooperativas de crédito (as redes ‘credi’, credi Quilombo, Credi Seara, etc.) na região e que depois ingressaram no Cresol, a rede Ecovida, etc. Algumas pessoas que viveram essa época, hoje tão ligadas a instituições que trabalham pra agricultura familiar na região (At20, Chapecó, 2014).

A fala desse ator revela que o próprio movimento cooperativo de base familiar da região tem influência das articulações entre as organizações dos movimentos sociais, os agricultores e a igreja. E não se limita a isso. Estes movimentos também viriam a desencadear o envolvimento dos agricultores nos movimentos políticos da região. É nesse contexto, que em 1997 é eleito o prefeito José Fritsch, do Partido dos Trabalhadores. O mandato deste prefeito é recorrente na fala dos agricultores como importante por suas realizações que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e de seus empreendimentos no município, à exemplo da organização da **feira livre municipal**, que tem origem neste período.

Embora a feira livre municipal exista desde 1991, quando foi criada a Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó (APROFEC), Schneider, Falckembak e Frantz (2004) apontam que foi com a entrada deste governo com projeto popular de administração que as solicitações dos feirantes foram atendidas, onde foram implementadas ações como atualização de leis que interferiam nas feiras, aluguel de terreno e instalação de pontos de comercialização direta entre produtor e consumidor.

Em Jaguari também existe a organização dos grupos nas comunidades, sobretudo pela ação da Emater. As comunidades locais eram as referências para as ações da Emater, sobretudo reuniões de sensibilização para o fomento a atividades capazes de agregar renda às famílias. Em alguns casos chegavam-se a formar grupos de interesse em determinada temática, como ocorreu com uma das agroindústrias entrevistadas, onde um grupo de produtoras foi formado na década de 90 para treinamento intensivo através do grupo “Pró-renda”, executado pela Emater:

Lá por 1990, nós formamos um grupo de 10 mulheres, primeiro começamos no clube, depois fomos pro coleginho, daí durou uns 10 ou 12 anos, e umas por doença, outras não podiam mais ficar e aí começaram a trabalhar na cidade, foi aí que montamos uma fabriqueta [...] (Ag3, Jaguari, 2014).

Estas ações trabalhavam em uma perspectiva de sensibilizar para atividades com potencial de melhoria na qualidade de vida dessas comunidades, mas com o enfoque técnico muito presente, conforme apontam os relatos. Tratava-se de qualificar o grupo para fomentar a atividade como uma alternativa de renda para as famílias envolvidas.

As dinâmicas relatadas sugerem que são diferentes as trajetórias da atividade de agroindustrialização nos municípios estudados. São particularidades como essas que contribuíram para conformação das práticas atuais. Uma característica presente entre os entrevistados é a participação dos próprios agricultores em organizações dos movimentos sociais, como pode ser observado na tabela 20.

Tabela 20 - Percentual das AFRs em Jaguari e Chapecó, cujo os agricultores e/ou familiares participam (ou participaram) de ações junto a organizações dos movimentos sociais, por conta da atividade de agroindustrialização - 2014

Participação em organizações de mobilização social	Município	
	Jaguari	Chapecó
Não participa de qualquer tipo de organização dos movimentos sociais relacionada às AFRs	50	15
Não participa atualmente, mas já atuou em organização dos movimentos sociais com repercussões para as AFRs	0	15
Não participa, mas outros familiares atuam em organização dos movimentos sociais, com repercussões para as AFRs	30	0
Participa esporadicamente de ações junto a organização dos movimentos sociais, com repercussões para as AFRs	20	8
É atuante em organização dos movimentos sociais, com repercussões para as AFRs	0	62
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Em Chapecó 62% dos entrevistados afirmam que são atuantes em articulações junto a organizações dos movimentos sociais. Entre os agricultores que têm ligação com a Apaco, todos são atuantes ou participam esporadicamente em ações junto a essas organizações. Em outras palavras, esse envolvimento direto dos agricultores e sua relação com atores de ATER que têm envolvimento direto com essas organizações, constituem capital social útil à formalização dessas AFR em Chapecó. Ressalta-se a importância que este capital representa para os agricultores neste município, pois confere capacidade aos agricultores, através de seus grupos de afinidade, de exercerem ‘pressões’ em defesa de seus interesses. Assim que este capital social também contribui para mobilizar outros capitais necessários à formalização⁹⁰.

A abordagem de Putnam (2006) em relação à importância do capital social também contribui para essa análise. Embora utilizado de forma distinta que Bourdieu, entende-se que o enfoque de Putnam complementa o que se procura apontar neste estudo, que o capital social, como observado em Chapecó, representa particularidade condicionante para a dinâmica de formalização das AFRs. Segundo este autor, quanto mais desenvolvidos forem o que ele

⁹⁰ Sobre esta capacidade dos agricultores, eles próprios ou por intermédio de seus grupos afins, de exercerem ‘pressões’ em defesa de seus interesses, será abordada em seção específica (6.5) tendo em vista a relevância do tema para a pesquisa.

denomina como “sistemas de participação cívica” (associações comunitárias, cooperativas e similares que representem uma intensa interação horizontal), maior será a probabilidade de que as pessoas sejam capazes de **cooperar** em benefício mútuo (p. 183).

Neste sentido a tabela 21 apresenta uma distribuição percentual dos agricultores por intervalos de número de vínculos que mantém com algumas dessas entidades que compõem os sistemas de participação cívica nos municípios em estudo.

Tabela 21 - Percentual dos agricultores por intervalos de número de vínculos que mantém com alguma entidade que conforma o ‘sistema de participação cívica’ no município - 2014

Intervalo de participação em entidades	Município	
	Jaguari	Chapecó
O agricultor tem vínculo com 1 a 3 entidades	20	7,6
O agricultor tem vínculo com 4 a 6 entidades	80	38,6
O agricultor tem vínculo com 7 ou mais entidades	-	53,8
Total	100	100

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor

Os agricultores entrevistados em Chapecó têm mais vínculos com diferentes entidades, 38,6% com 4 a 6 entidades e a maioria 53,8% com mais de 7 entidades, quando relacionados à Jaguari, 80% com 4 a 6 entidades. Dentre as identificadas nas entrevistas estão os grupos comunitários, cooperativas de crédito, cooperativas de produção, associações, partidos políticos, conselhos municipais, sindicatos e federações, grupos religiosos. É preciso ressaltar que estas relações não foram apontadas em função da ‘utilidade’ que representam para as AFRs (diferente do que foi apontado na tabela 19). Neste caso esses resultados demonstram o potencial de envolvimento cívico destes atores, segundo a abordagem de Putnam (2006)⁹¹. Entretanto, também é preciso ressaltar a contribuição do envolvimento dos agricultores com entidades dessa natureza para a conformação do seu *habitus*, como um processo onde estes atores adaptam continuamente as intuições tácitas de um sentido prático adquirido a partir de sua trajetória em sociedade (WACQUANT, 2007b).

Diante do apresentado, esses processos sociais que se instalam em Chapecó e na região conferem disposições entre os agricultores entrevistados, que remetem a **propensão às práticas em coletividade, como forma de luta por melhoria nas condições de vida**. Mas

⁹¹ Sob esse enfoque empregado por Putnam (2006), os dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE, para o ano de 2010, contribuem para ressaltar a diferença quanto ao desenvolvimento dos sistemas de participação cívica nos municípios em estudo: em Jaguari constam 26 entidades sem fins lucrativos contra 602 registros em Chapecó. Estes números envolvem os grupos de classificação em saúde, cultura e recreação, educação e pesquisa, assistência social, religião, partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais, meio ambiente e proteção ambiental, desenvolvimento e defesa de direitos, outras instituições privadas sem fins lucrativos.

não é só com o *habitus* dos agricultores que esta trajetória se relaciona, mostra também como foram-se constituindo as redes que conformam atualmente o **capital social** mobilizável pela agricultura familiar no município e região, e que confere maior poder relativo (quando comparado à Jaguari) à este público.

Para compreender a formalização das Agroindústrias Familiares Rurais é preciso situar que essa atividade ocorre ancorada neste contexto sociocultural característico da agricultura familiar. Entretanto, sua evolução enquanto estratégia para a reprodução das famílias mobiliza diferentes significados entre os casos em estudo. **Em Chapecó a atividade evolui no contexto de uma trama sócio-política regional, em que os agricultores assumem protagonismo a partir de sua inserção em mobilizações sociais. Esta dinâmica está na base da constituição do capital social, que é menor em Jaguari.**

Concorda-se com Wanderley (1996) que, do ponto de vista do agricultor, parece evidente que, tendo a agroindustrialização como uma de suas estratégias de reprodução, considerando sua inserção em processos de mercantilização, em grande parte e na medida do possível, ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam eminentemente a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Acrescenta-se a isso, a própria **família** como recurso essencial no caso da atividade de agroindustrialização. Ela é a responsável por resguardar o **capital cultural** que confere diferencial para os produtos da agricultura familiar, além disso, o próprio **capital financeiro** necessário ao empreendimento também conta, em parte, com aporte do núcleo familiar.

Resulta que as práticas inerentes a estes agricultores guardam sua identificação com o meio natural onde vivem, os aspectos morais, os laços de confiança e o saber-fazer particular como expressão de sua cultura, referências de valores que fazem parte do *habitus* atrelado à construção de conhecimento que se dá a partir das **relações familiares** e dos **laços de sociabilidade** que esses agricultores vivenciam, estes últimos diferenciados no caso de Chapecó.

6.4.2 A formalização das AFRs e a conduta dos agricultores: a influência do *habitus*

Bourdieu (2008) afirma que não há um ato desinteressado, não há neutralidade nas ações, toda a realização pressupõe necessariamente um conjunto de interesses, mesmo que nem sempre estejam explícitos. Ainda, que os interesses estão relacionados à determinada

“ordem social”. Para compreender as práticas desses atores em relação a formalização das AFRs, questionam-se quanto às motivações, bem como, a existência de instituições informais que orientam sua conduta em relação à formalização da atividade.

Em uma primeira linha de argumentação sugere-se que a formalização das AFRs não se reduz simplesmente a **atender regras**, vai além disso, envolve aspectos que compõem a **subjetividade** dos atores e que conformam suas disposições para a ação (BOURDIEU, 2008). A tabela 22 apresenta as linhas de respostas dos agricultores quanto aos motivos que os levaram a formalizar a atividade.

Tabela 22 - ‘Motivações’ apontadas pelo agricultores familiares que os levam formalizar a atividade de agroindustrialização - 2014

Interesses relacionados à formalização	Município	
	Jaguari	Chapecó
Atender à legislação vigente	100	77
Medo da fiscalização	90	77
Apoio de outros agricultores	20	15
Apoio de atores locais	30	69
Acesso ao crédito	50	77
Apoio das organizações dos movimentos sociais	0	54
Renda	100	85
Sucessão - permanência/retorno do filhos	70	77
Acesso a outros mercados	100	85

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

Existem diferenças entre as explicações dos agricultores para o que eles consideram como motivação. Atender à legislação vigente e medo da fiscalização aparecem nos dois municípios, com maior proporção entre os agricultores em Jaguari (100% e 90%, respectivamente) em relação à Chapecó (77% e 77%). A existência de preocupação dos agricultores em atender à legislação vigente revela a influência das instituições formais na conduta destes atores, por outro lado, o medo existente em relação à ação coercitiva dos serviços de regulação pode ser relacionado à existência de ‘pressões’, não só por parte de atores dos serviços de regulação, mas, inclusive, pelos atores de ATER, como permanentes fontes de motivação para que os agricultores formalizem a atividade. Estes mecanismos refletem, sobretudo, a **ação reguladora do Estado** para manter a estabilidade do campo (FLIGSTEIN, 1996).

Estas reflexões corroboram com o que já foi abordado na seção 6.1, onde ressalta-se que, se, por um lado tais mecanismos atuam como motivadores no processo de formalização, deve-se enfatizar, também, que constituem causas para conflitos recorrentes envolvendo os agricultores. Mas interessa aqui relacionar com o *habitus* dos agricultores. Neste sentido, uma interpretação para estes conflitos é que eles refletem o choque entre condutas construídas em

mundos distintos: a) o ‘mundo doméstico’ relacionado ao artesanal, com origem na produção para a subsistência das famílias, onde as convenções de qualidade nos circuitos de produção e consumo caracterizam-se por relações pessoais, sustentadas por laços de confiança, diferenciados pela tradição, identificação com o local e pelos sistemas de produção ecológicos; b) o ‘mundo tecnicista da produção industrial’, com suas convenções de qualidade fortemente padronizadas e lógica de produção de mercadorias de massa, onde regras e normativas são institucionalizadas em função do oportunismo dos agentes (SALAIS; STORPER, 1992). Esta interpretação, com base em Bourdieu (2005a), trata-se justamente de como a eficácia do conceito de *habitus* se revela: uma situação em que ele não é o produto de sua atualização, onde os atores são confrontados à um contexto inusitado: “[...] é o caso quando agentes formados numa economia pré-capitalista são confrontados, desarmados, às exigências de um cosmo capitalista [...] (p. 54).

Apoio de outros agricultores, apoio de atores locais, acesso ao crédito, e apoio das organizações dos movimentos sociais, compõem um segundo grupo de motivações apontadas pelos agricultores, que remetem à existência de condições, favoráveis ou não, para que se formalize a atividade, em outras palavras, **diz respeito à capacidade dos agricultores em mobilizar os capitais necessários à formalização** das AFRs. Entre estes motivos apontados, o apoio dos agricultores não está entre aqueles essenciais (ocorrem para apenas 20% em Jaguari e 15% em Chapecó), o que pode ser explicado justamente pela limitação dos agricultores em recursos que podem efetivamente contribuir para o avanço à formalização, salvo o compartilhamento das experiências por parte daqueles que já avançaram no processo. Por outro lado, os outros são efetivamente mecanismos de motivação para os agricultores em ambos os municípios, mas com algumas particularidades.

O apoio de atores locais é apontado por 69% dos agricultores em Chapecó, contra apenas 30% em Jaguari. Esta diferença reflete a atribuição de importância aos atores locais, leia-se atores de ATER, como apoiadores no processo de formalização. As reflexões realizadas nas seções 6.2 e 6.3 explicam essa diferença em função de como estão configurados os arranjos destes atores nos municípios, tendo em vista que eles são estratégicos para que os agricultores acessem aos capitais necessários à formalização. Em Chapecó o arranjo destes atores mostra-se mais favorável à formalização das AFRs. Esta explicação serve, também, para o acesso ao crédito, apontado por 77% dos agricultores em Chapecó contra 50% e Jaguari. O arranjo de atores que apoiam na elaboração dos projetos e em articulações para a obtenção de crédito, explicam esse mecanismo de motivação mais recorrente em Chapecó. Quanto às organizações dos movimentos sociais, sua recorrência em

Chapecó (54%) como mecanismo de motivação pode ser explicado pelas relações que os agricultores mantêm com estes atores, que compõem capital social mobilizável pelos agricultores, conforme já abordado. Entre as AFRs que mantêm vínculo com a Apaco, 100% dos agricultores apontaram o apoio das organizações dos movimentos sociais como motivação para a formalização.

Um terceiro grupo de motivações está relacionado aos interesses dos próprios agricultores. Como era de se esperar, gerar renda, promover a sucessão e acessar outros mercados são mecanismos de motivação que **remetem aos propósitos pelos quais o empreendimento foi pensado**. Mais importante que a magnitude das diferenças entre os municípios no que diz respeito à recorrência nas respostas dos agricultores, deve-se ressaltar a busca por constituir a atividade de agroindustrialização como uma estratégia formal para a reprodução da família. O acesso a outros mercados (ou simplesmente o mercado formal) é percebido como forma de viabilizar esta estratégia. Por essa perspectiva estes motivos não ficam reduzidos ao “autointeresse” estritamente econômico, é claro que tem a ver com esse tipo de interesse também, mas este não ocorre desconectado de um sentido social, isto pois, o agricultor coloca em evidência a família, mais que a agroindustrialização como um “negócio” do ponto de vista da economia (BOURDIEU, 2004; SWEDBERG, 2004). A transcrição abaixo revela essa perspectiva:

Porque dentro de uma propriedade, tu ter mais de uma cultura para **sustentar a família** é complicado. Então como a gente tinha uma certa quantidade de parreira razoável, e a gente produzia aquele vinho, **se tu formalizar consegue expandir**. A gente vendia só em casa. **Formalizado eu posso vender onde eu quiser**. E foi no que a gente pensou. E foi o que aconteceu (Ag4, Jaguari, 2014, grifo nosso).

A interpretação desse relato sugere que o sustento da família orienta a conduta de formalizar a atividade, assim como o acesso a outros mercados justifica a formalização. É importante chamar atenção para a própria fala do agricultor, a opção por referir-se como “a gente” no relato de sua experiência, corrobora para explicitar a conduta de que as decisões são tomadas em conjunto pelos membros da família, como expressão de um *habitus* específico ao núcleo familiar, vindo ao encontro do que se abordou na seção anterior, que **a formalização é tributária da inserção da atividade de agroindustrialização nos laços de confiança e nos referenciais de valores que caracterizam as relações familiares**.

Até então foram abordadas as motivações explicitadas pelos agricultores durante as entrevistas. Entretanto, foi possível identificar que existem **motivações implícitas** e que também orientam a conduta destes atores. Neste sentido, o interesse que aparece em um

primeiro plano relacionado a um contexto, representa uma ação intencional; entretanto, essa ação tem ‘motivações’ que envolvem decisões racionais (intencionais) e decisões não racionalizadas (não intencionais) (BOURDIEU, 2004). A transcrição abaixo revela como essas motivações podem se manifestar.

Em várias reuniões eu coloquei para os outros ex-prefeitos que **eu gostaria de estar pagando imposto, que eu gostaria de estar legal, mas era difícil**. Eu ficava muito indignado quando apreendiam, **porque eu sabia que nós não estávamos produzindo droga. Tinha toda a responsabilidade, e a gente sabia aquilo que a gente produzia, gostaria de estar pagando imposto. Mas infelizmente era clandestino** e era proibido a gente vender. Então eu tinha que fazer as vendas fora, escondido, final de semana, na garoa, passando frio (Ag14, Chapecó, 2014, grifo nosso).

Em seu comentário o agricultor demonstra inconformidade com a ação reguladora do Estado, neste caso na forma de coerção que se materializa com a apreensão das mercadorias. Num primeiro plano é possível identificar o interesse em formalizar a atividade para atender às exigências tributárias, é uma conduta orientada pelas instituições formais. Por outro lado, o agricultor tem consciência quanto ao produto que ele comercializa, com base na sua experiência de que é o mesmo alimento consumido pelos membros de sua família, entretanto, a condição de informalidade o identifica como algo incorreto perante a sociedade, e o agricultor não quer isto para ele e sua família. Em um segundo plano está implícita a motivação que remete a interesses morais em formalizar a atividade. Por esta passagem concorda-se com Ortiz (1983, p. 26) ao argumentar que “a reprodução da ordem não se confina simplesmente aos aparelhos coercitivos do Estado ou a ideologias oficiais, mas se inscreve em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas”.

Uma segunda linha de argumentação é que a conduta dos agricultores tem influência da ação de **instituições informais** existentes nos grupos sociais, os valores, tabus, costumes, religiões, códigos de ética, laços étnicos e familiares, que também representam importante papel sobre o comportamento destes atores em relação à formalização dos empreendimentos. A primeira constatação relacionada a estas instituições leva a concordar com Azevedo (2000) que alerta para o fato que, como geralmente não estão explícitas, escritas e ocorrem de forma deliberada, constituem instituições de difícil manipulação se comparadas às formais, estas últimas abordadas em diferentes ocasiões neste estudo. A transcrição a seguir explicita a existência e influência destas instituições informais:

Aqui se trabalha assim: tudo junto, mas cada um tem a sua parte. Por exemplo, o [agricultor pai] tem a quantia de amendoim dele, e vai fazer rapadura, aí todo mundo

trabalha porque precisa de gente. Aí o [agricultor filho] vai fazer a parte dele, todo mundo ajuda porque não tem gente, falta gente pra trabalhar então todos se ajudam (Ag1, Jaguari, 2014)

Novamente encontram-se nos **laços familiares** mecanismos para a conduta desses atores. A passagem acima é extraída de entrevista realizada com o agricultor e a participação dos outros membros da família. Todos foram unânimes em ressaltar a existência e a importância dessa instituição informal para que a produção de rapadura possa ocorrer. O sistema de produção está estruturado de modo que cada membro da família tem sua cota de matéria-prima (no caso o amendoim), sua transformação em rapadura depende da realização de outros processos como a colheita e a moagem da cana-de-açúcar, além do processamento da rapadura propriamente dito. Estas operações são realizadas exclusivamente com a mão-de-obra disponível na família, todos contribuem no processo, independente de qual matéria-prima esteja sendo processada. Esta forma de conduta dos agricultores não tem orientação em regras formalmente constituídas, mas está implícito a certeza para cada membro, como algo esperado, que sua contribuição para processar a matéria-prima dos outros garantirá a mão-de-obra necessária para dar conta de sua matéria-prima. Regras como essa podem significar a viabilidade de formalizar o empreendimento, por exemplo, com a garantia do volume de produção suficiente para manter obrigações tributárias e/ou para pagar investimentos em estrutura que a legislação sanitária provavelmente implicará.

Nas relações entre os **grupos de agricultores** também é possível perceber a existência de instituições informais, conforme mostra a transcrição:

Um dos problemas que nós tinha era de ter ágio no valor da matéria-prima. Aí nós fizemos um acordo com os parceiros das granjas, seja bom ou seja ruim, será pago 15% do básico, esse é o limitador, bom ou ruim. Daí eles disseram, então nos somos parceiros. Tem que ser justo pros dois lado (Ag13, Chapecó, 2014).

Neste caso se trata de uma agroindústria que atualmente adquire os animais para serem abatidos dos agricultores familiares da região. Por conta de variações ocorridas no preço do suíno e porque estavam interferindo nos custos do empreendimento, houve um processo de negociação onde ficou acordado uma referência de valor a ser pago pela aquisição dos animais, independente das oscilações no preço de mercado. Trata-se de instituição informal, cuja legitimidade se dá pelos laços de confiança estabelecidos entre os agricultores: não há contrato formal garantindo que se cumpra o acordo, a garantia ocorre em função dos valores morais que fazem sentido para ambas as partes envolvidas. Estas instituições existentes entre grupos de agricultores é mais significativa em Chapecó, não só porque as agroindústrias

coletivas ocorrem com maior frequência neste município quando comparado à Jaguari, mas também, como já exposto anteriormente, em Chapecó são mais frequentes agricultores que mantêm maior número de vínculo com outros atores (a tabela 21 é um indicativo para esta observação).

As relações entre **agricultores familiares e consumidores** constituem um campo fértil para a proliferação de instituições informais, conforme as transcrições:

O salame é o principal, mas trabalhamos com quase todos os embutidos. Sempre soubemos que tinha que ter um produto especial, para não competir com a grande indústria, manter a característica como “colonial”. **Aí fomos fazendo diferentes produtos, como o consumidor nos indicava.** Então a feira, como é o nosso forte, a gente está diretamente com o consumidor. Então tem quem compra toda a semana, todo o sábado vai lá, ou a cada quinze dias, uma vez por mês está lá. **As vezes fala que está como muito sal, está reclamando do sal no salame, então agente reduz o sal** (Ag, 18, Chapecó, 2014, grifo nosso).

Eles preferem o queijo na redinha, ou numa embalagem mais simples, coisa da colônia. Aqueles que conhecem a gente já, conhece o produto, mas aqueles que não conhecem a gente eles não querem o queijo embalado à vácuo. Eles dizem: ‘esse aqui é igual aquele embalado á vácuo lá do mercado’ (Ag10, Chapecó, 2014).

Se precisar sair daqui pra recolher duas peças de salame daquele que deu problema, eu vou lá e retiro o produto do mercado. Eu prezo esse nosso negócio como se fosse um filho nosso (Ag13, Chapecó, 2014, grifo nosso).

As três transcrições se referem a agricultores em Chapecó. O primeiro (Ag18) é um agricultor que frequenta a feira de produtos coloniais do município desde a implantação de sua agroindústria, em 2000. Não existe regra instituída que o obrigue a alterar seu produto, pelo contrário, dependendo do tipo de alteração na composição de ingredientes esta deve vir acompanhada de atualização do registro do produto junto ao órgão sanitário responsável (no caso o SIM). Mesmo assim o agricultor está disposto a adequar o produto conforme as indicações do consumidor. O relato do segundo agricultor (Ag10), também feirante, explicita a existência de consumidores que não têm interesse em adquirir, no caso, o queijo embalado, pois associam com descaracterização do produto como colonial. Pode-se interpretar que, para esse consumidor, a ‘qualidade’ do queijo não é atestada pela formalização, mas sim pela relação que se estabelece com o agricultor. No caso do terceiro agricultor (Ag13), que não é feirante, seus produtos são comercializados no município e na região. O caso relatado ocorreu quando algumas peças de salame apresentaram alterações quando já estavam na gôndola do mercado. Não foi acordado entre produtor e comprador que os produtos devessem ser trocados, mas por uma questão de valores éticos, o agricultor prontamente realizou o recolhimento e substituição dos produtos. Nos três relatos os agricultores reconhecem que sua

conduta é importante para a fidelização do consumidor, por outro lado, o próprio consumidor/comprador já espera tal prática por parte do agricultor.

Estes casos revelam a existência de instituições informais na relação entre agricultor e consumidor e remetem aos mecanismos que ressaltam a importância das “cadeias agroalimentares curtas” (*Short Food Supply Chain - SFSC*) para a consolidação das estratégias de reprodução da agricultura familiar, neste caso as AFRs. Conforme Marsden, Banks e Bristow (2000), os dois primeiros casos podem ser classificados como exemplos de cadeias curtas do tipo *face-to-face*, onde ocorre a venda direta como em feiras livres, em casas coloniais, vendas à domicílio, vendas na fazenda, ou outras similares; o último caso exemplifica as cadeias curtas de proximidade espacial (*spatial proximity*), onde a comercialização ocorre para varejistas locais, restaurantes, vendas institucionais (merenda escolar), feiras e mercados regionais ou outros similares. Segundo estes autores a principal característica destas redes são seu potencial para ressocializar ou reespacializar o alimento, permitindo ao consumidor ter seu julgamento de valor. Em outras palavras, trata-se de alterar a relação produtor-consumidor sinalizando sobre a origem do produto e o papel desta relação na construção de valores e significados. A questão central é que o produto alcança o consumidor “*embedded*” com informações, permitindo-o fazer conexões e associações com o local de produção, com os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção empregados.

Cabe pontuar quanto a diferenças pontuais observadas entre os casos estudados no que diz respeito a essas cadeias curtas. Como abordado na seção 5.1.2, a comercialização direta é uma estratégia presente entre os agricultores em ambos os municípios. Entretanto, em Jaguari é recorrente a comercialização de produtos como os doces de derivados da cana-de-açúcar, a cachaça, os vinhos, através de intermediários. Estes atores cumprem função de dar vazão a produtos ainda informais, por outro lado, essa forma de comercialização pouco contribui para processos de ressocialização e reespacialização do alimento (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Em Chapecó é recorrente entre as agroindústrias do estudo a venda direta em feiras livres, constituindo um importante espaço para processos de ressocialização dos produtos das AFRs.

Os relatos de experiências entre agricultor e consumidor explicitam diferentes formas pelas quais as instituições informais agem, mas têm em comum a legitimidade por laços de confiança. Essa legitimidade ocorre com base em valores éticos e morais reforçados pela proximidade entre estes atores que as cadeias curtas proporcionam. Neste sentido, Granovetter (1985) contribui ao afirmar que a confiança é incentivada e a má conduta desestimulada,

quando acordos estão “inseridos” numa estrutura mais ampla de relações pessoais e intercâmbios sociais. Neste contexto, os sistemas de coerção estimulados por instituições formais enquanto “as regras do jogo”, cedem espaço a sistemas de controles sociais como expressão de valores ou objetivos compartilhados, que contribuem para expectativas de confiança e abstenção de oportunismo entre os atores. Em outras palavras, trata-se de mecanismo alternativo que fortalece o vínculo social entre agricultores e consumidores, constituindo-se como uma forma de superar aquilo que Abramovay (1998) considera como um dos maiores desafios para a agricultura familiar afirmar-se economicamente, qual seja, sua capacidade de organização no que se refere à construção de novos mercados.

Neste momento a pergunta que se deve fazer é: qual a relação dessas instituições informais com o *habitus* dos agricultores? Com base em Bourdieu (1983), a conduta dos atores não ocorre como uma simples reação mecânica determinada por esquemas preestabelecidos. Neste caso a conduta dos agricultores não se resume a seguir instituições formais ou informais. Elas orientam a conduta porque fazem sentido para os agricultores, é o *habitus* enquanto um sistema de disposições que condiciona a importância relativa de seguir uma ou outra regra. Por sua vez, as instituições informais enquanto valores morais, códigos de ética, laços de confiança, identificadas nas relações familiares, entre os grupos de agricultores, e entre agricultores e consumidores, são elas próprias resultantes de disposições sociais constituídas historicamente. Em outras palavras, o *habitus* é quem fornece a ‘informação’ quanto à legitimidade da instituição.

Com este entendimento e com base nas motivações identificadas ao longo desta seção, é possível inferir que a conduta dos agricultores familiares em relação a formalizar a atividade de agroindustrialização não se resume à uma opção racional de atender ao quadro legal vigente. O agricultor tem “interesse” em formalizar porque é “razoável”, faz sentido estar formal. O *habitus* manifesta-se pelas motivações explícitas relacionadas com a ação reguladora do Estado, com a capacidade dos agricultores em mobilizar os capitais, aquelas que remetem aos propósitos do empreendimento (renda, reprodução familiar, acesso a outros mercados), mas também motivações implícitas que remetem a interesses morais.

6.4.3 A formalização das AFRs e alterações no *habitus* dos agricultores

Bourdieu afirma que a relação entre o *habitus* e o campo opera de duas formas: primeiro, como uma relação de condicionamento, onde o campo estrutura o *habitus*; segundo,

como uma relação de conhecimento ou de construção cognitiva – é o próprio *habitus* responsável por constituir o campo como um mundo com significados, dotado de sentido e valor. A relação de conhecimento depende da relação de condicionamento que à precede e modela as estruturas de *habitus* (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Com a perspectiva de que o *habitus* é um sistema aberto de disposições constantemente sujeito a experiências, constantemente afetado por elas, esta seção se ocupa em refletir sobre possíveis alterações no *habitus* dos agricultores familiares, procurando relacionar com a formalização da atividade de agroindustrialização.

Um primeiro aspecto a ser explorado diz respeito às capacitações que os agricultores realizaram tendo em vista a formalização (ou possibilidade de formalização) do empreendimento. A tabela 23 apresenta uma distribuição percentual dos agricultores por intervalos de número de capacitações realizadas, além do percentual de agricultores por tipos de capacitações, em ambos os municípios do estudo. O primeiro aspecto a ressaltar é que, mesmo entre as AFRs informais, os agricultores realizaram alguma capacitação.

Quanto ao número de capacitações realizadas, em Jaguari a representatividade fica na faixa intermediária, 50% das AFRs onde os agricultores realizaram de 3 a 4 capacitações. Chama atenção que em Chapecó houve maior representação, 53,8% das AFRs, onde os agricultores realizaram 5 ou mais capacitações.

Tabela 23 - Número e tipos de capacitações realizadas pelos agricultores, relacionadas ao processo de formalização em Jaguari e Chapecó - 2014

Capacitações específicas quanto ao número e o tipo	Município	
	Jaguari	Chapecó
<i>Número de capacitações realizadas</i>	%	
1 a 2 capacitações	30,0	23,1
3 a 4 capacitações	50,0	23,1
5 ou mais capacitações	20,0	53,8
Total (%)	100	100
<i>Tipos de capacitações</i>	% em relação ao total de AFRs*	
Boas Práticas de Fabricação (BPF)	20,0	69,2
Técnicas de produção da matéria-prima	60,0	38,5
Receitas/técnicas de processamento	70,0	84,6
Associativismo/cooperativismo	20,0	53,8
Higiene de alimentos	30,0	69,2
Gestão de negócios	40,0	69,2
Outras**	20,0	30,8

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pelo autor.

* % em relação ao total de AFRs: 10 em Jaguari e 13 em Chapecó. ** Foram citadas outras capacitações pontuais como gestão da qualidade, mercado e comercialização e gestão ambiental.

Quanto aos tipos de capacitações, as principais diferenças entre os casos estudados cabe pontuar: a BPF (69,2% realizaram) e de higiene com alimentos (69,2% realizaram) são

capacitações recorrentes em Chapecó. Uma explicação para essa característica está na composição da amostra que para este município são mais representativas (7 em Chapecó e 2 em Jaguari) AFRs que operam com a linha de produtos de origem animal, além da BPF ser uma capacitação exigida pelos serviços sanitários locais. Os atores de ATER são os principais responsáveis por este tipo de capacitação, entretanto, cabe salientar a participação de atores dos serviços de regulação em Chapecó como instrutores nestas capacitações.

Capacitações na área de tecnologia de produção da matéria-prima são mais recorrentes em Jaguari (60%), pois estas são capacitações que a Emater disponibiliza aos agricultores com relativa frequência, por outro lado, a baixa recorrência em Chapecó pode ser explicada também pela composição de AFRs da amostra que adquirem toda a matéria-prima (ou grande parte) de outros agricultores familiares, sistema potencializado pela formalização como cooperativas (6 AFRs), onde os agricultores são cooperados que fornecem matéria-prima para essas AFRs.

Chama atenção em Chapecó que 53,8% dos agricultores apontaram ter realizado capacitações na área do cooperativismo, sendo que apenas 20% em Jaguari. Esse resultado reflete em boa medida a atuação da Apaco que, como abordado na seção 6.2.2, tem como princípio a realização de práticas que contribuam para o fomento à agricultura de grupo. As capacitações na área de gestão de negócios foram realizadas por 69,2% dos agricultores em Chapecó, também com maior recorrência que em Jaguari. Tanto Epagri, quanto Apaco realizam capacitações para seus assistidos, assim como os atores do sistema “S” realizam essas capacitações.

De forma geral, os dados da tabela 23 sugerem a existência de um processo de capacitação mais intenso em Chapecó do que em Jaguari, tanto em quantidade como em qualidade, que contribui para a profissionalização dos agricultores na atividade de agroindustrialização em áreas que vão além daquelas relacionadas ao processamento dos alimentos propriamente dito, envolvendo a construção de conhecimentos para o controle da sanidade dos produtos e para o controle econômico da atividade. Acrescente-se, ainda, o fomento à coesão social com conhecimentos em associativismo e cooperativismo, sobretudo entre aquelas AFRs que atuam como cooperativas e principalmente aquelas que compõem a rede vinculada à Apaco. Schneider (2010) reforça a importância de práticas como a capacitação enquanto processo educativo que promova a discussão e a vivência dos valores e princípios que constituem a doutrina do cooperativismo incorporando-os ao *habitus* cooperativo dos associados, estes que passam a orientar suas condutas levando em conta tais princípios.

A intensidade deste processo de capacitação proporcionado aos agricultores em Chapecó ilustra suas capacidades de mobilizar **capital cultural**, muito pelo arranjo de atores de ATER existente neste município que, como abordado na seção 6.2, constituem arranjos distintos entre ambos os casos.

Tendo presente que a noção de *habitus* indica um conhecimento adquirido ou mesmo a disposição incorporada, quase postural resultante de um processo de aprendizado, produto do contato dos atores com diversas estruturas sociais, cabe questionar por condutas identificadas entre os agricultores como reflexo do processo de aprendizagem vivenciado na trajetória de formalização dos seus empreendimentos. Uma conduta verificada está relacionada à **especialização na atividade e profissionalização dos agricultores**. O relato abaixo se refere a um caso em Chapecó.

A dificuldade que foi mostrar pros nossos sócios, parceiros aqui, compreender que tinha que ser uma atividade mais agressiva, que tinha que trabalhar pra ‘massificar’ o produto, significa tirar dos R\$ 10,00 e passar pros R\$ 8,00, deixar de vender 100 pra vender 1000. Ganhar menos no quilo mas vender volume. Aí o que nós fizemos, foi trazer mais parceiros, formar um grupo de suinocultores trabalhando em volta de nós, tiramos a produção de suínos das nossas costas, e passamos a só processar os produtos (Ag13, Chapecó, 2014)

A agroindústria desta passagem é uma das mais antigas da região atuando na área de embutidos, com origem a partir de associação entre membros da comunidade local. Com o passar dos anos, por problemas diversos, conflitos pessoais, uma das famílias permaneceu no comando, onde hoje trabalham pai e filhos. O resultado foi um processo de especialização, onde essa família deixou de produzir o suíno e concentrou na atividade de processamento. Este processo se desenvolve na medida em que ocorrem ações de capacitações e orientações com fortes vínculos com a Apaco, ao mesmo tempo em que acontecem ações para a organização de membros da comunidade para serem os fornecedores da matéria-prima para a agroindústria. Atualmente a AFR processa 100% de suínos produzidos pelos agricultores familiares ligados à agroindústria. Esses agricultores que fornecem os suínos estão ligados à agroindústria como cooperados, fazem parte da rede de cooperativas vinculada à Apaco. Em parte (pois a capacidade desse agricultor mobilizar capitais também foi determinante), esta conduta de se especializar na atividade para conseqüentemente ter ganhado de escala, é proporcionada pela consolidação de conhecimentos em gestão, mas potencializando a coesão social proporcionada na forma de grupo cooperado.

Embora todo essa especialização, muito por conta de massivas capacitações que contribuíram para alterar o modo de perceber a atividade de agroindustrialização, alterando

práticas, há também um processo de manutenção da sua concepção enquanto agricultor familiar. Esse fato é explicitado pela conduta desse agricultor agora tendo o ‘poder’ de decidir em relação à ‘qualidade’ da matéria-prima adquirida dos outros agricultores.

Por exemplo, me apareceu um problema bem localizado, num pernil, ou numa paleta, **a gente tira o pernil**, não joga fora toda a carcaça. Mas o que faz esse frigorífico que abate as matrizes pra Alfa, pras empresas grandes, jogam fora toda a carcaça, pelo menos isso é o que dizem pro produtor, mas eu duvido que eles joguem tudo fora. Aqui é tudo assumido, é transparente. **É verdade que tem certos animais que não se aproveita, e nós não estamos aqui pra brincar, o que o veterinário decidir, é ele quem manda no abate, mas existe essa transparência** junto com a preocupação de fazer os procedimentos pra manter a qualidade do produto (Ag13, Chapecó, 2014, grifos nossos).

Essa passagem ilustra bem a incorporação de disposições ao *habitus*. Há o reconhecimento e validação de que a “qualidade” do seu produto demanda a realização de práticas de controle do processo, neste caso no recebimento da matéria-prima que ocorre sob inspeção do veterinário responsável. Por outro lado, está explicitado também o reconhecimento que sua conduta implica consequências para os seus parceiros, por isso o descarte apenas do pernil e não de toda a carcaça (quando for o caso), reconhecimento este potencializado pela própria vivência em outras ocasiões como agricultor familiar fornecedor de matéria-prima. É um típico caso de aplicação das normas técnicas enquanto instituições formais, agregadas por instituições informais legitimadas por laços de confiança, quadro cognitivo possibilitado pela **incorporação de disposições técnicas e de coesão social** ao *habitus* deste agricultor. Estas condutas remetem à existência de interesse na cooperação.

Em Jaguari, reflexos dos processos de capacitações podem ser observados no relato do agricultor a partir de sua percepção em relação ao grupo do qual ele faz parte:

Só que eu não sei até que ponto a gente se dá bem, quanto tá junto é uma coisa, mas quando se separa, aí eu fico só analisando, no fim parece que é todo mundo individual. **O que parece é que ‘querem comer junto quando tão junto’, mas depois, por fora tão tentando ‘roubar’ um do outro.** Sempre foi assim, só que chegou a ser muito pior. Com a formação da [associação dos produtores] **até que amenizou muito a situação, principalmente quando o Instituto tava dando esse suporte pra nós. Mas no momento que pararam de dar esse suporte, voltou a ser praticamente ao que era antes** (Ag2, Jaguari, 2014, grifo nosso).

Este é o relato de um agricultor que faz parte da Associação dos Produtores de Vinho e Derivados da Uva de Jaguari. A origem desta organização faz parte de um conjunto de ações articuladas pelo Instituto Federal Farroupilha Campus SVS em conjunto com outros parceiros, onde os agricultores passaram por capacitações realizadas pelo Instituto e também pelo Sebrae (conforme já abordado na seção 6.2), abrangendo inclusive a temática do

associativismo. A percepção do agricultor revela estas ações de capacitações **não foram suficientes para promover disposições de cooperação** entre os envolvidos, onde prima o individualismo com o encerramento das práticas realizadas pelo atores de ATER.

Mas este não é um caso isolado no município. Contribui para essa constatação o caso da Cooperativa de Derivados de Cana-de-açúcar (COODERCANA), que por sua representatividade para a problemática observada em Jaguari mereceu destaque no Apêndice E. Interessa aqui resgatar o aporte que este grupo recebeu na forma de vigoroso processo de capacitações proporcionadas pelos serviços de apoio, sobretudo o Sebrae, no período de 2004 a 2008. Em atividade de campo realizada com este grupo em 2012, por componentes do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade - NEPALS da UFSM (do qual o autor faz parte), foram identificadas um conjunto de angústias que refletem divergências do grupo de agricultores de Jaguari que compõem a Coodercana, em relação aos encaminhamentos do projeto. Dentre suas expectativas, consta proposta de constituir projeto alternativo para o grupo neste município (NEPALS, 2012). Este caso contribui para a constatação que ações de capacitação, em si, podem não ser suficiente para promover disposições de cooperação, é preciso que tenham continuidade e venham acompanhadas de práticas que contribuam para fortalecer os laços de sociabilidade entre os agricultores.

A interpretação destas dinâmicas que ocorrem em Jaguari está no entendimento que as predisposições enquanto componentes do *habitus* tendem a provocar resistência à mudança, motivo pelo qual as práticas que envolvam aprendizagem precisam ser continuadas para que novas disposições possam realmente ser incorporadas. Assim como em Jaguari os casos apresentados ilustram descontinuidade das ações neste sentido, em Chapecó ocorre continuidade em ações que promovam coesão social, não só por seguida disponibilização de capacitações aos agricultores, como por outras estratégias também efetivas para este fim, como as feiras livres coloniais e a própria estruturação das AFRs em rede de cooperativas, conforme já abordadas.

Estas diferenças sugerem que o “interesse” em cooperar é uma característica mais presente entre os agricultores entrevistados em Chapecó, assim como em Jaguari é possível observar recorrência na “indiferença” dos agricultores quanto à cooperar quando se trata de viabilizar condição para a formalização da AFR.

Outra discussão que se pode fazer a partir do que foi observado nos casos do estudo, diz respeito à conduta dos agricultores em relação ao controle do que ele entende por ‘qualidade’ do produto. O enfoque técnico está presente, como pode ser percebido nas transcrições abaixo.

É questão, assim, de você fazer o processo, por exemplo o salame. Para ter um produto bom, a gente abate na segunda, a carne tem que resfriar, não pode querer mexer nela no dia porque vai contaminar. Aí, no outro dia vai moer a carne, vai temperar, deixar descansar. Se tu quiser embutir e temperar, já não vai prestar. Tem que deixar para o outro dia. Então todos esses processos que o produto final vai dar diferença. Mais estrutura, mais mão-de-obra. E daí tem aquilo de pular um processo desses. Aí já não vai ficar a mesma qualidade. Se você não cuidar da parte de higiene, chamar um outro cooperado pra cuidar, não vão fazer como tem que ser. Vai dar problema lá na frente (Ag18, Chapecó, 2014).

Como a gente tem um leite de qualidade, quando ele sai das prensas e vai para câmara é um processo diferente do tempo do sistema clandestino. Que no queijo clandestino ele fica exposto para chegar a maturidade dele. O tempo de cura do queijo na câmara é controlado, se é 20 dias, então não pode ficar nenhum dia a mais nenhum dia a menos (Ag14, Chapecó, 2014).

No caso destas duas AFRs que processam produtos de origem animal, os agricultores das transcrições acima revelam não somente o domínio do processo de fabricação em si, mas seu comprometimento com a realização de práticas que remetem ao conhecimento de Boas Práticas de Fabricação dos seus respectivos produtos. O segundo comentário (Ag14), com requintes de pragmatismo quanto ao tempo, enfatiza o detalhamento técnico que deve ser seguido.

Guardadas as particularidades em relação a linha de produtos, a transcrição abaixo ilustra a conduta desse agricultor em Jaguari, que mostra seu conhecimento em relação ao processamento, mas seu comprometimento com o consumidor, neste caso associando qualidade com a pureza, com não uso de aditivo químico ao seu produto.

O que eu procuro fazer de qualidade é procurar fazer o produto o mais puro possível e de melhor qualidade de sabor, de pureza, pensando no consumidor. Mas ele é um produto puro, tem pessoas que eu sei que usam metabissulfito pra não fermentar. Eu na verdade não uso nada, arrisco perder produto, perco algum produto, mas o meu não tem adição de nada. Tem apenas 5% de água aproximadamente que é pelo sistema de panela, que funciona por evaporação (Ag2, Jaguari, 2014).

Uma comparação nas condutas dos agricultores entre os dois casos estudados, é possível pontuar que, **embora o domínio dos produtores quanto às técnicas de processamento seja um fato observado em ambos os municípios, em Chapecó estes aspectos técnicos ressaltam sua função de controle de qualidade no que diz respeito à ‘sanidade do produto’.**

Uma primeira explicação para essa diferença está na realização de capacitações com enfoque sanitaria (BPF e higiene na manipulação de alimentos) que, conforme foi possível observar na tabela 23, são mais recorrentes em Chapecó. Essa diferença também é elemento de distinção entre os agricultores das transcrições citadas acima. Entretanto, as capacitações são apenas uma parte do contexto que explica essa conduta dos agricultores.

É preciso resgatar que a atividade de agroindustrialização realizada pela agricultura familiar em Chapecó ocorre inserida no mesmo contexto onde estão presentes grandes plantas agroindustriais, proximidade que contribui para o acirramento de condutas, por parte dos serviços de regulação, que preconizam procedimentos técnico-sanitaristas. Além disso, diferentemente do que ocorre em Jaguari, existe estrutura técnica de apoio para dar conta destas condutas, à exemplo do suporte em serviços laboratoriais para análise da qualidade de água e dos produtos. Com base nestes elementos e retomando-se o mecanismo pelo qual a relação entre o *habitus* e o campo opera, é possível interpretar que o *habitus* dos agricultores incorpora disposições a partir de uma relação de **condicionamento**, onde o campo estrutura o *habitus*.

Por outro lado, a conduta dos agricultores também reflete um processo de construção de conhecimentos envolvendo não somente os agricultores, mas os próprios atores de ATER e dos serviços de regulação. Embora conflitos ainda estejam presentes (como observado na seção 6.1), o quadro atual sugere relativa proximidade nas condutas dos atores de ATER e dos serviços de regulação em relação às AFRs, como resultado de articulações e debates que envolvem estes atores em Chapecó e na região desde a década de 90, sob a pauta de viabilização das AFRs (conforme já vem sendo abordado em outras passagens deste estudo).

Procurando dialogar com Silveira e Zimmermann (2004), o que se pretende ressaltar aqui é que os serviços de regulação em Chapecó ainda assumem uma “lógica prescritiva”, onde os fiscais da inspeção monitoram a qualidade dos produtos (utilizando-se de análises laboratoriais) com base na conformidade ao padrão esperado (o quadro legal vigente). Entretanto, é possível identificar abertura para o diálogo entre agricultor e técnico da inspeção, por exemplo, no estabelecimento dos prazos para adequação por conta de não conformidades identificadas: dependendo do técnico de inspeção, o agricultor pode sugerir quando o problema será corrigido, cabendo ao técnico aceitar ou não. Outro exemplo ocorre em relação ao Responsável Técnico pela atividade, quando da construção dos manuais de BPF, o conteúdo deste manual é formatado em conjunto com o agricultor, como uma troca de conhecimentos: o técnico domina o que a legislação exige, assim como o agricultor incorpora ao documento ‘limites operacionalizáveis’, a partir de sua trajetória na atividade. A transcrição abaixo de um RT em Chapecó revela essa perspectiva.

Todo esse processo tem que ser descrito, desde o processo de higienização das mãos, o processo de higienização dos equipamentos todos têm que se descritos do começo ao fim. Primeiro ensaboa, depois esfrega, depois enxagua, com que temperatura de água precisa ser, qual concentração, tudo mais. Assim como o processo de fabricação de todos os produtos: de onde que vem o leite, recebe de que jeito, a que

temperatura vai receber, vai pasteurizar a que temperatura, a temperatura ideal. Não pode escapar do padrão que foi descrito e aprovado. E também trabalho encima dessa ferramenta, se por acaso eu perceber que alguma coisa lá dentro não condiz com aquilo que foi descrito nos manuais dele, eu tenho uma ferramenta para poder cobrar: olha, foi definido assim, **nós definimos juntos**, então é assim que vai ter que ser feito, o consumidor ele tem esse direito (At14, Chapecó, 2014, grifos nossos).

Estes dois exemplos observados nas relações entre estes atores em Chapecó **remetem à uma conduta menos impositiva, o agricultor toma parte no processo de aprendizagem.** Estas relações entre agricultor e técnico foram potencializadas pelas contribuições dos atores de ATER, sobretudo Apaco, Epagri e Instituto Saga, ao longo das últimas décadas em Chapecó. Esse processo de aprendizagem contribui para explicar a conduta dos agricultores neste município, como resultado de disposições incorporadas ao seu *habitus*.

Essa forma de perceber as práticas dos agricultores como resultado de uma construção de conhecimentos, ressalta a sua contribuição para o campo, onde o próprio *habitus* é responsável por constituí-lo como um mundo com significados, dotado de sentido e valor (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Por esta perspectiva, é o próprio *habitus* do agricultor que explica sua opção por formalizar, por atender às regras sejam elas formais ou informais, pois fazem sentido para ele, de forma contrária, perde sentido referir-se ao agricultor como mais um agente oportunista no sistema agroalimentar, assim como perde sentido pensar em instituições como meros instrumentos para reduzir incerteza.

Cabe, ainda, uma reflexão quanto à ‘qualidade’, como identificada nas entrevistas. Tomando-se por base o conceito de “qualidade ampla” proposto por Prezotto (2002), as transcrições nesta seção (6.4) sugerem que o viés sanitarista é muito presente entre os agricultores, mas principalmente entre os atores dos serviços de regulação (sobretudo na área sanitária). Entretanto, a trajetória da atividade de agroindustrialização e a forma como ocorre a formalização nos casos estudados, sugerem que está em curso um processo de construção da percepção dos produtos das AFRs como ‘alimento’, no sentido de que passa a representar também aporte nutricional, cultural, organoléptico, social, apresentação, facilidade de uso, regulamentar e ecológica. Esta construção é mais efetiva em Chapecó.

6.5 A contribuição das Habilidades Sociais na formalização das AFRs: a capacidade dos agricultores familiares de exercerem ‘pressão’ pelos seus interesses

Por ‘Habilidade Social’ entende-se como “a capacidade de induzir a cooperação, apelando para e ajudando a criar significados compartilhados e identidades coletivas”

(FLIGSTEIN; MCADAM, 2012 p. 46). Diz respeito à capacidade que alguns atores (que podem ser os agricultores, atores de ATER, empresas ou outros) dispõem para incentivar a cooperação entre os outros atores envolvidos no processo, alinhando interesses e identidades coletivas e, assim, viabilizando o processo de formalização das AFRs, além da possibilidade de que novas instituições venham se originar como resultado de alterações nas relações de poder no campo. Por essa perspectiva, os atores constituem a centralidade das análises, pois são criativos e hábeis socialmente no contexto de uma coletividade, e atuam politicamente para produzir, reproduzir e transformar os equilíbrios institucionais. A preocupação central deste autores está em compreender a ordem e a mudança nos campos. Sob este enfoque essa seção reflete sobre existência de ator(es) com tais habilidades, e como interfere(m) na formalização das AFRs.

Nas seções anteriores foi possível identificar que a formalização das AFRs ocorre não somente sob influência das relações sociais que se estabelecem entre os atores, mas que o *habitus* dos agricultores também contribui para a dinâmica. Tendo em conta que este estudo aborda a formalização desses empreendimentos da agricultura familiar sob um visão interacionista, compreende-se que atores mais hábeis socialmente e que têm sob seu domínio boa parte dos capitais que importam na formalização, são aqueles com capacidade para exercer ‘pressão’, seja para manter, para reproduzir ou para criar nova ordem social⁹². Esta perspectiva agrega recurso analítico ao modelo aqui empregado, justamente a partir da possibilidade de interferir nas relações sociais em favor dos interesses coletivos.

Com este entendimento é possível identificar esse ator: a trajetória e as práticas da Apaco sugerem que utilize dessas habilidades sociais em defesa dos interesses da agricultura familiar em Chapecó e na região. Os mecanismos pelos quais manifesta suas habilidades podem ser identificados em função de práticas empregadas no sentido de **provocar mudanças para constituir um campo alternativo**, com base em dinâmicas que contribuem para a produção de quadros culturais singulares, e ainda, por desafiar a ordem vigente utilizando-se dos recursos existentes em favor da agricultura familiar. Por outro lado, a ausência de ator com essas habilidades sociais contribui para explicar que em Jaguari existe uma **lógica de manutenção da ordem social**.

⁹² Concorde-se com Fligstein e McAdam (2012), os quais defendem que as alterações nos Campos de Ação Estratégica ocorrem a partir de “pressões” que podem ter origem endógena ou exógena. Como exemplo dessas pressões os autores citam: a proximidade e o grau de dependência do campo em relação a outros campos externos Estatais ou não-estatais; a ocorrência de eventos como a transferência de autoridade política formal, que contribuam para alteração nas relações de poder no campo; por sua vez, a ação de atores com habilidades sociais também contribui para dinâmicas de mudanças no campo.

6.5.1 A produção de quadros culturais alternativos

Fligstein (2007) refere-se a atores sociais hábeis como capazes de ajudar a produzir quadros culturais completamente novos. Para isso, uma estratégia é articular coalizões políticas que promovam a união de grupos sob uma mesma ideologia. Como já abordado em outras passagens deste estudo, existe uma relação direta entre a origem da Apaco, os Programas pelos quais ela orienta suas atividades, e a agricultura de grupo. A cooperação é um elemento transversal a todos os Programas e as atividades realizados pela Apaco. Quando os agricultores familiares procuram a Apaco solicitando auxílio para a elaboração de projeto de agroindústria, um dos primeiros encaminhamentos é a orientação para que se associe à Cooperativa Central Sabor Colonial, caso o agricultor ainda não o seja.

Este princípio de atuação da Apaco está na sua origem, que ocorre em uma época onde as articulações das organizações dos movimentos sociais, a igreja, os movimentos sindicais, incentivavam os **grupos de cooperação**, associações e outras formas organizativas, sob a ideologia de enfrentamento e de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento em curso (problemática abordada na seção 5.2.1). Este é o contexto que serviu de base para que a cooperação fosse tomada como um princípio pela Apaco, e que atualmente orienta a conduta dos agricultores vinculados à Cooperativa Central Sabor Colonial. Cabe aqui ilustrar essa postura incorporada pela Cooper Sabor colonial.

A cooperativa central [...] consolida uma experiência construída pela APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e a participação de diversos movimentos e entidades ligadas à agricultura familiar do Estado de Santa Catarina. Tem como finalidade reunir cooperativas singulares de produtores membros de famílias agricultoras de consumo, de comercialização, agropecuária, de trabalho e serviço, e/ou de produção, visando a defesa econômico-social e de organização dessas cooperativas, proporcionando-lhes condições para o exercício e desenvolvimento de suas atividades, prestar serviços e coordenar a compra e venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar e organizar o trabalho e a operação das cooperativas filiadas, observando os princípios éticos e morais considerados fundamentais, atuar e promover o enfoque agroecológico a ser aplicado nos processos produtivos industriais e rurais das atividades das cooperadas e atuar na defesa das questões relacionadas a preservação do meio ambiente e da ecologia (COOPER SABOR COLONIAL, 2010)

Argumenta-se que desde as suas origens a Apaco vem trabalhando, realizando coalizões políticas, para a **construção de um quadro cultural alternativo**, como sugere Fligstein (2007), de forma que identidades e interesses coletivos relacionem-se não apenas em viabilizar economicamente os agricultores familiares, mas também a formação e conscientização de uma categoria que busca um novo modelo de desenvolvimento. A análise

do *habitus* dos agricultores, na seção 6.4, contribui com evidências que sugerem essa conduta presente entre os agricultores familiares que mantêm vínculo com a Apaco.

6.5.2 Explorando o sistema em favor da Agroindústrias Familiares Rurais

Fligstein e McAdam (2012) sugerem que atores sociais hábeis em grupos desafiantes tentarão criar nichos e explorar o que o sistema lhes dá para evitar grupos dominantes em campos estáveis, visando manter seu grupo unido e suas esperanças de desafio vivas. Com base neste argumento, relata-se uma dinâmica em curso em Santa Catarina que afeta diretamente e de forma negativa a formalização das AFRs em Chapecó, e a postura da Apaco como resposta a esse processo.

A inspeção sanitária das AFRs que atuam com produtos de origem animal (POA) que aderiram ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE), tem sido atribuição da Cidasc em Santa Catarina. Este cenário está sendo alterado. A Cidasc está se retirando como executora da inspeção para concentrar suas atividades como órgão de fiscalização – na prática ela irá executar a auditoria sobre estes serviços, que já estão sendo realizados por outros atores. Em 2011 a Cidasc lançou o Edital nº 01/2011 que trata do credenciamento de empresas, cooperativas e associações para realização do serviço de inspeção sanitária em SC para POA (no ANEXO G a relação das contratadas como prestadoras destes serviços no Estado). O edital prevê que podem atuar como inspetores os profissionais médicos veterinários, mas também engenheiros de alimentos e tecnólogos no caso de estabelecimentos que processam leite e derivados.

O conflito se instaura na medida em que estes serviços, quando realizados pela Cidasc, eram custeados pelo Estado. A contratação de profissionais terceirizados incorre em mais um gasto assumido pelo agricultor ou pelo município, pois transfere a responsabilidade de contratar profissional para a AFR ou para o município, colocando em risco a viabilidade econômica do empreendimento familiar. Esta dinâmica estaria deixando as AFRs da Apaco desassistidas de Inspeção. Mas não é só essa a consequência em potencial. A percepção da Apaco é que esta dinâmica, além de ser ilegal, irá provocar uma ‘pressão velada’ para que novos empreendimentos, ou mesmo os em atuação, acessem ao SISBI/POA, facilitando a

completa transferência de responsabilidade do Estado para o município e ou contratadas em relação aos serviços de Inspeção Sanitária⁹³.

A transcrição abaixo revela como foi a postura da Apaco para encontrar alternativas à esta situação que se desenhava prejudicial às AFRs.

Houve pressão sim, reunião nas pautas da Fetraf, nas pautas de negociação de mobilizações dos sindicatos, dos movimentos da agricultura familiar, tava em pauta. Os agricultores mobilizados lá na frente [da Cidasc] e a [presidente da Apaco] negociando. Mas pra conseguir negociar isso aí, demorou um ano mais ou menos. Essa foi a forma do Estado colocar nós pra fora, e nós estamos resistindo. Mas isso que está acontecendo é ilegal, é ilegal, a inspeção é papel do Estado (At23, Chapecó, 2014)

A Apaco passou a articular com as organizações dos movimentos sociais e sindicais relacionados à agricultura familiar, mobilizando-os para o debate e o enfrentamento político do problema, que passaram a pressionar a Cidasc para rever essa desassistência no serviço de inspeção sanitária. O problema foi contornado quando a Epagri passou a cooperar com as mobilizações, e através dela foi elaborado projeto para acesso a recursos do Programa SC Rural, para custear da contratação de três profissionais que viriam a realizar a inspeção sanitária daqueles empreendimentos vinculados à Apaco (e que compõem a rede de Cooperativas Central Sabor Colonial) e que tivessem adesão ao SIE.

As habilidades sociais da Apaco promovendo a mobilização coletiva com organizações dos movimentos sociais, com sindicatos, e com a própria Epagri, permitiu explorar o sistema inclusive com acesso a recursos públicos, de modo a manter as AFRs ativas, pois, em última instância, esses empreendimentos representam a materialização de toda uma trajetória da agricultura familiar da região e da própria Apaco na luta por um modelo alternativo de sociedade, ou seja, representam a esperança de desafio à hegemonia da ordem social, como sugerem Fligstein e McAdam (2012). Pode-se agregar à reflexão a perspectiva de Bourdieu sobre a relação entre o Estado e o campo, pois este é o embate que se dá no caso analisado. Esta relação não é uma via de mão única, na tentativa de reverter a seu favor ‘as regras do jogo’, atores “podem utilizar seu capital social para exercer pressões sobre

⁹³ Este modelo de contratação de terceiros para a prestação de serviços na inspeção sanitária em Santa Catarina, assim como ocorre no Paraná, são referências para a proposta atual do MAPA que estuda institucionalizar a terceirização na inspeção dos estabelecimentos que aderirem ao SISBI/POA, sob a alegação de dar eficiência ao sistema, sobretudo pela crescente demanda que se instaura no País. O debate está em curso, por um lado, existe discordância das entidades que representam os fiscais federais que atuam nesta área, alegando potenciais danos à economia e à saúde da população, por outro lado, o setor industrial acata como uma proposta inteligente. Independente das disputas ideológicas que, a bem da verdade, constituem disputas de interesses através de relações de poder, o fato é que, como mostra o caso em Chapecó, trata-se de uma dinâmica que irá repercutir diretamente na viabilidade das AFRs.

o Estado e obter dele uma modificação do jogo a seu favor” (BOURDIEU, 2005a, p. 40). Desta forma o campo constitui-se, em última instância, como uma construção social, onde diferentes atores contribuem em diferentes níveis, através de alterações que eles conseguem impor ao campo, neste caso usando de poderes sob a tutela do próprio Estado, capazes de controlar e orientar a ação no campo em seu favor.

6.5.3 Pouca contribuição das habilidades sociais em campos com baixa turbulência

Fligstein (2007) sugere que em campos com pouca turbulência interna ou externa, é possível que os atores possam ter menos importância para a reprodução do campo. Segundo o autor, pelo fato que grupos dominantes têm os recursos e as regras a seu favor, assim como os dominados teriam menores oportunidades. Esta perspectiva teórica contribui para explicar a forma como se apresenta a formalização das AFRs em Jaguari. As oportunidades para as AFRs neste município mostram-se menores quando comparadas com Chapecó, e a principal limitação ocorre pela forma como se apresentam os recursos disponibilizados para a agricultura familiar: em relação ao capital cultural, ocorre limitação no arranjo de atores de ATER pelos quais os agricultores possam mobilizar esse tipo de capital; há limitação de estratégias que poderiam constituir-se como capital comercial mobilizável pelos agricultores, à exemplo da inexpressividade da feira livre ou mesmo de redes que possam representar o diferencial para a comercialização dos produtos das agroindústrias; mas, sobretudo em relação às limitações quanto ao capital social que os agricultores possam mobilizar e que sejam úteis à formalização.

O caso da Cooperativa Coodercana serve para ilustrar o resultado deste cenário: após quase 10 anos de mobilizações, capacitações e considerável aporte de recursos (públicos em sua maioria), a cooperativa ainda não é efetiva como estratégia para os associados, pelo contrário, sua realização continua demandando aporte de recursos financeiros (ver a descrição do caso no APENDICE E). Estas condições, somadas ao quadro institucional legal desfavorável às AFRs, contribuem para o que Fligstein (2007) refere-se como um *status* “tido como certo” pelos participantes e desafiantes potenciais, não há estímulo para ações estratégicas inovadoras. O caso configura uma situação em que **os agricultores assumem um papel eminentemente reativo frente às políticas públicas**, tendo no poder público e nos atores de ATER como atores-referência do processo de articulação local, onde a lógica de capacitação individual suplanta a lógica da aprendizagem social coletiva, presente na

argumentação de Fligstein (2007), limitando o desenvolvimento e a importância de habilidades sociais decisivas para a promover coesão social.

Atores habilidosos socialmente utilizam as regras e os recursos para desafiar a ordem em favor do coletivo, mas neste caso não há condições nem motivações para questionar a ordem social instaurada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória de formalização da atividade de processamento de alimentos e bebidas na agricultura familiar permite caracterizá-la como um fenômeno econômico que ocorre sob a influência de um ambiente institucional que assume duplo significado: a) por um lado essa influência ocorre em função da existência de um conjunto de leis, normas e procedimentos, tanto quanto de costumes, códigos de ética, ou seja, instituições formais e informais que orientam a ação dos atores; por outro lado, a execução desses regramentos pressupõe que a influência do ambiente institucional também ocorra por conta da ‘inserção’ em um contexto de relações sociais internas à família, assim como de relações que se constituem com atores externos às AFRs. Diante disso, os resultados obtidos a partir dos casos estudados permitem sugerir que a formalização assume diferentes consequências para as Agroindústrias Familiares Rurais nos municípios em questão.

Quanto à **caracterização desses empreendimentos**, referir-se a uma Agroindústria Familiar Rural como formal ou informal é uma condição por si, só, pouco precisa. É preciso qualificar: em relação ao aspecto sanitário, ao ambiental, à tributária/fiscal? Trata-se de um processo que envolve instâncias distintas, com padrões específicos a serem atendidos, o que caracteriza a formalização como um processo contínuo e particular à cada AFR. O estudo destes empreendimentos quanto ao atendimento dos aspectos legais, quanto ao sistema de produção, quanto à comercialização, quanto aos investimentos, receita e renda proporcionada aos agricultores, sugerem que as AFRs constituem-se como arranjos específicos em ambos os casos estudados. Qualquer ação para o fomento dessas experiências que desconsidere essa realidade incorre o risco de contribuir para a exclusão de uma parte.

Formalizar esses empreendimentos significa se expor a um ambiente altamente institucionalizado, no que diz respeito a **instituições formais** compreendidas por leis, regras, normativas, concentradas nas áreas sanitária, ambiental, tributário/fiscal e as políticas de fomento à atividade. Com a descentralização do poder ocorrida a partir da década de 80, as instituições formais instrumentalizam um conjunto de ‘forças’ que compreendem o aparelho regulador do Estado, abrindo espaço para que órgãos Estaduais, regionais ou municipais realizem estes serviços. A forma como essas forças se estruturam nos municípios estudados é diferenciada. No município de Chapecó os serviços de regulação sanitária são realidade desde a década de 90, e desde então sua dinâmica está articulada às dinâmicas que ocorrem no sentido de promover as AFRs como estratégia de desenvolvimento rural. Em Jaguari essas

ações são recentes, onde o serviço municipal é estruturado a partir de disputas de poder entre setores político e econômico do município.

Entretanto, foi possível verificar que **instituições informais** também são atuantes no processo. A cultura, os costumes as regras compõem um ambiente informal como parte do que Bourdieu denomina de *habitus*, uma microestrutura relacionada à conduta dos atores e que se modifica com a trajetória e o ambiente onde o indivíduo convive. Uma conduta presente entre os agricultores pesquisados em Chapecó diz respeito ao seu ‘interesse’ em realizar ações coletivas, sobretudo entre aqueles ligados à Apaco. Este interesse não surge ao acaso, foi construído no âmbito da atuação das organizações dos movimentos sociais, com interferência da igreja e do movimento sindical, com o fomento à criação dos grupos de cooperação nas comunidades rurais. Estes grupos foram formados com base em laços de confiança e sociabilidade que se intensificaram com a constituição das cooperativas, muitas das quais atualmente formando a rede “Cooperativa Central Sabor Colonial”. Estes processos são fortalecidos por contínuas ações que contribuem para a educação cooperativa entre os agricultores que compõem a rede, sendo os atores de ATER, sobretudo a Apaco/Ucaf, essenciais nesta função. O envolvimento dos agricultores nestes processos de grupos contribui para que sua conduta seja menos pautada por regras formais, impostas sobretudo pelo quadro legal vigente. A formalização para estes agricultores assume significado de ação coletiva, não se reduz apenas a atender regras formais.

Ao contrário, em Jaguari é presente a ‘indiferença’ em relação à conduta pautada por ação coletiva. Não quer dizer que não ocorra. O fato verificado é que as ações que poderiam contribuir para estimular e fortalecer processos de cooperação não têm continuidade, foram insuficientes as ações para incorporar uma conduta de cooperação entre os agricultores, de modo a constituir estratégias eficazes para a formalização das AFRs neste município.

A formalização gera um conjunto de conflitos, inerentes à própria **dinâmica do campo**, que constituem elementos de motivação (ou desmotivação) entre os agricultores. Estes conflitos ocorrem como pressões para que a formalização ocorra, assumindo diferentes origens e formas, também como dificuldades relacionadas ao processo de formalização. Chamam atenção os conflitos relacionados à prática dos atores nos serviços que regulam a atividade. Sua conduta está sujeita a aspectos subjetivos inerentes ao ator, ocasionando conflitos devido a dúvidas interpretações da própria legislação ou mesmo pelo uso de prerrogativas proporcionadas pela função que ocupam. Mas, como era de se esperar, existem também as práticas de atores tentando manter sua posição no campo, como pela ação de denúncias realizadas por empresas para que os agricultores formalizem sua atividade. Estes

elementos também contribuem para compreender as motivações que levam agricultores a formalizar e outros a permanecer na informalidade. Por outro lado, sugerem a importância dos serviços de apoio para superar e/ou evitar inconsistências dessa natureza.

É possível observar que a formalização ocorre ancorada em relações com outros atores sociais, a partir das quais são mobilizados grande parte dos outros recursos necessários à formalização. As capacitações, muitas das quais obrigatórias para atender às exigências sanitárias, o acesso a serviços de laboratórios, os serviços de Responsabilidade Técnica por atividades (conforme exigências particulares), o acesso a equipamentos adaptados à realidade das Agroindústrias Familiares Rurais, o acesso a selos de identificação (Sabor Colonial e Sabor Gaúcho), acesso ao crédito, todos eles ocorrem através dessas relações. Os atores de ATER, como convencionou-os chamar, são as referências para os agricultores quando se trata de acessar esses recursos.

Quando observadas as diferenças entre as práticas desses atores, fica fácil explicar como podem representar limites para a dinâmica de formalização, como no caso de Jaguari. Este ponto é absolutamente central para compreender a dinâmica de formalização, pois a capacidade dos agricultores em mobilizar capital financeiro, cultural, simbólico e comercial, está relacionado com o arranjo destes atores. A particularidade central observada em relação à estes atores em Chapecó fica por conta da existência da Apaco. Ela não só é capaz de mobilizar os capitais citados, mas o faz mobilizando capital social. A afinidade e a defesa dos interesses da agricultura familiar, além do fomento à agricultura de grupo, conferem legitimidade social às ações deste ator.

Diante das diferenças como esses serviços se apresentam nos municípios e dos conflitos decorrentes de sua atuação em relação às AFRs, é possível pontuar quanto à importância que se estabeleçam espaços de diálogo entre as ‘forças’ municipais, no sentido de debater e encontrar alternativas que viabilizem as AFRs. Neste sentido, formalização desses empreendimentos deve ser abordada como um meio, não como um fim.

A trajetória das AFRs nos municípios guardam particularidades importantes que contribuem para explicar as dinâmicas de sua formalização. Em ambos os casos a agroindustrialização é uma atividade que historicamente compõe o leque de opções para a reprodução das famílias, e que atualmente assume-se como estratégia econômica que ocorre inserida nos aspectos sociais próprios da agricultura familiar. O componente cultural tem influência dos processos de colonização que ali ocorrem, onde hábitos e costumes dos imigrantes contribuíram para conformar o *habitus* desses agricultores. Entretanto, no município de Chapecó a AFR representa mais que uma estratégia para a reprodução das

famílias, simboliza a “reconversão” de um modelo de desenvolvimento rural centralizado nos complexos agroindustriais que se desenvolveram na região, mas que entra em crise e produz alterações sociais, ambientais e econômicas no município e na região. É neste contexto que as AFRs passam a ser percebidas como um modelo alternativo com base em agroindustrialização descentralizada.

O estudo aponta que a dinâmica de formalização das AFRs guarda relações com o *habitus* desses agricultores. Tendo claro que o *habitus* resulta a partir da trajetória de vida que constituiu o agricultor familiar no que diz respeito às relações com a família, a comunidade e outros atores, no tocante ao processo de formalização da atividade de agroindustrialização práticas como as capacitações assumem papel central na incorporação de disposições favoráveis às AFRs: leia-se atender instituições formais (o quadro legal vigente), mantendo o modo artesanal de produção e a coesão social. Por sua vez, as predisposições enquanto componentes do *habitus* tendem a provocar resistência a mudanças, motivo pelo qual as práticas que envolvam aprendizagem precisam ser continuadas para que novas disposições possam realmente ser incorporadas. Neste sentido, ocorre diferença marcante observada entre Jaguari e Chapecó: neste último está-se construindo um ambiente de mútua aprendizagem, no que tange às AFRs, há mais de duas décadas, onde não só os agricultores são atores e sujeitos neste processo, mas os próprios extensionistas e técnicos dos serviços de regulação; neste sentido, mecanismos institucionais, sobretudo na forma de políticas públicas continuadas que contribuem para o aparelhamento e o diálogo dos atores, assim como estratégias representadas pelas feiras livres coloniais e as cooperativas em rede, têm facilitado esta dinâmica.

O caso de Chapecó contribui para explicar como a formalização da atividade de agroindustrialização representa potencialmente maior impacto para a agricultura familiar em Jaguari: a continuidade de Programas voltados para o fomento às agroindústrias familiares, envolvendo os diferentes atores da sociedade e Estado, com o protagonismo dos agricultores familiares através de suas instâncias de representação como a Apaco, confere “poder” e legitimidade para ações que viabilizem condições favoráveis à formalização dessas agroindústrias em Chapecó. Neste caso as condições favoráveis identificadas dizem respeito a: formas eficientes de organização e de estratégias de comercialização, existência de serviços que irão constituir-se como referência técnica na elaboração de projetos, capacitações, acesso ao crédito e outras demandas similares, para suporte aos agricultores na implementação e manutenção desses empreendimentos, além da existência de atores que aportem capital social à dinâmica de formalização. A inserção dos agricultores familiares, através de suas formas de organização e representação, nos espaços de decisões e em condições de exercer poder,

amenizam as influências negativas do ambiente institucional sobre os empreendimentos da agricultura familiar, neste caso as AFRs.

Entretanto, a trajetória das AFRs em Chapecó e seu envolvimento com as organizações dos movimentos sociais sugere que estas condições não resultam de ações unilaterais por parte Estado. Pelo contrário, foi justamente devido à ausência do Estado é que processos sociais tomaram forma na década de 80 e 90, muito por interferência de outros atores como a Igreja, o sindicato, a própria Apaco. Estes processos irão consolidar uma base reflexiva sobre a condição de existência dos agricultores, contribuindo para a formação deste público com referências em valores sociais, culturais e políticos, que remetem à luta por melhores condições de vida para as famílias. A Apaco materializa essa dinâmica, pois surge a partir desses movimentos e é dirigida pelos próprios agricultores, como uma instância de representação. Esta história e as práticas atuais legitimam a Apaco como importante referência técnica, mas principalmente social para as Agroindústrias Familiares em Chapecó.

Com base nesta legitimidade e empregando de habilidades sociais, ao longo de sua trajetória a Apaco vem construindo coalizações políticas para consolidar as AFRs enquanto estratégia de cooperação inserida em um quadro cultural alternativo ao modelo vigente no sistema agroalimentar.

Ao confirmar a hipótese inicialmente estabelecida, os resultados colocam em xeque a eficácia das formas pelas quais a agricultura familiar se organiza e é representada, assim como dos próprios serviços de apoio na superação de barreiras que o ambiente institucional (sobretudo no que diz respeito às exigências do quadro legal vigente) impõe aos empreendimentos da agricultura familiar. O estudo sugere que avanços em potencial não ocorram pela ação individual dos agricultores, tampouco pela ação determinista do Estado, mas como uma construção protagonizada pelas organizações de agricultores, apoiadas de maneira decisiva por suas formas de representação, pelas organizações dos movimentos sociais e pelo poder público. Essa construção é a base para o estabelecimento e a consolidação de novas institucionalidades que reconheçam as agroindústrias familiares rurais como empreendimentos distintos das grandes agroindústrias, diferenciadas pelos valores socioculturais próprios da agricultura familiar, assim como não só por representar uma importante estratégia de reprodução para essas famílias, mas por agregar elementos que simbolizam um modelo de desenvolvimento alternativo no sistema agroalimentar.

7.1 Recomendações de estudos futuros

Os resultados obtidos com esta pesquisa permitem observar que as relações sociais que se estabelecem entre os diferentes atores são determinantes na construção de ações e estratégias que viabilizem formalizar o processamento de alimentos e bebidas, atividade tradicionalmente realizada entre agricultores familiares. Com isto a Agroindústria Familiar Rural pode se efetivar como uma alternativa para a reprodução das famílias em um município. Entretanto, durante as entrevistas foi possível detectar a existência de agricultores que optam por não formalizar essa atividade, e ainda acabam por desistir de tê-la como uma alternativa informal para gerar renda. Neste sentido, recomendam-se estudos futuros que procurem compreender potenciais dinâmicas de dissidência da atividade entre os agricultores informais.

Por outro lado, os resultados do estudo sugerem que a dinâmica entorno da formalização seja mais favorável às Agroindústrias Familiares Rurais em Chapecó do que em Jaguari, pelos diversos fatores já expostos. Entretanto, não é possível afirmar que esta dinâmica coloque a atividade de agroindustrialização na agricultura familiar como impactante em termos de desenvolvimento rural para a agricultura familiar em Chapecó. Esta observação fundamenta-se na pequena representatividade desta atividade (1,1%) no Valor Total da Produção da agricultura familiar neste município. Neste sentido, num plano de ‘potencialidades’, em Jaguari a formalização poderia ter maior impacto, tendo em vista a agroindustrialização ser mais representativa como atividade que gere valor entre a agricultura familiar. Fica a sugestão de futuros estudos que estabeleçam esta relação entre a formalização das AFRs e sua efetiva contribuição para o desenvolvimento rural em um município.

7.2 Limitações da pesquisa

Uma limitação desta pesquisa diz respeito à utilização do método de estudo comparativo de casos. Para viabilizar a comparação entre os casos, que são significativamente distintos quanto suas dinâmicas populacional, econômica, social ou mesmo em relação aos quantitativos de AFRs, foi preciso realizar recorte metodológico: limitou-se a entrevistar atores que mantiveram e/ou mantêm relação com as AFRs em função do processo de formalização das experiências da amostra. Com esta delimitação assume-se a existência de outros atores que em algum momento possam interagir com as AFRs, sobretudo no caso de Chapecó onde a amostra de entrevistados é menor em relação ao universo desses

empreendimentos no município. O limite fica por conta de que estes atores possam representar contribuições pontuais significativas e que não foram captadas pelo estudo.

Neste sentido, também, em função do número de atores envolvidos e das diferenças existentes entre os casos, o volume individual de dados de cada ator precisou ser limitado para viabilizar a pesquisa. Sendo assim, assume-se que houve limite no aprofundamento dos casos estudados, reduzindo a riqueza dos detalhes, mas de forma alguma configurando insuficiência de dados empíricos para sustentar as argumentações construídas.

7.3 Reflexões em relação à teoria

O estudo empírico realizado nesta pesquisa possibilita que sejam traçadas algumas ponderações em relação ao arcabouço teórico utilizado como referência.

Primeiramente é possível concordar com as argumentações centrais da Nova Sociologia Econômica: a) a formalização das AFRs, enquanto uma ação econômica, ocorre socialmente situada e não pode ser explicada por motivos individuais; b) As instituições econômicas são socialmente construídas (GRANOVETTER, 1985). É insuficiente a explicação de que a formalização das AFRs constitui habilitação para agentes, desconectados socialmente, a concorrer por obtenção de vantagem econômica, onde prima a utilidade como critério de racionalidade. É mais complexo que isso, a formalização resulta como uma construção caracterizada pela trajetória das pessoas, estas que não são agentes individuais, são atores que se relacionam e se envolvem em ações, muitas das quais com capacidade de promover estratégias capazes de gerar resultados que não se limitam aos aspectos econômicos. É um fenômeno econômico que precisa ser compreendido como resultado de sua inserção cultural, política, cognitiva e estrutural (STEINER, 2006). Por essa perspectiva, instituições que orientam a conduta dos atores, sejam elas formais ou informais, são elas próprias produtos históricos socialmente situados.

Neste ponto cabe refletir sobre as contribuições das abordagens de Pierre Bourdieu e Neil Fligstein para a Nova Sociologia Econômica. Ao empregar categorias analíticas como motivações (interesses), *habitus*, campos, capitais e habilidades sociais, procurou-se operacionalizar uma perspectiva teórica alternativa à hegemonia estruturalista contida na noção de redes, que se pode sintetizar pelos trabalhos de Granovetter (1973, 1985), como um dos grandes expoentes. O modelo empregado permite compreender a formalização das AFRs como um processo de construção social, onde os atores mantêm relações, é claro, mas a ação

em si não é determinada pela estrutura dessas relações, mas por disposições incorporadas pelos atores ao longo de sua trajetória de vida e que são específicas a cada contexto. Visto desta forma, a conduta dos atores não só escapa ao determinismo da perspectiva estrutural da noção de redes, mas também dialoga criticamente com perspectivas institucionalistas que têm nas ‘regras do jogo’ como o elemento determinante da conduta.

Questiona-se quanto a noção de que a conduta dos atores ocorra como um processo mecânico como propõe a Nova Economia Institucional, para as quais os atores são “oportunistas” em potencial e por isso a necessidade de instituições para constranger sua conduta oportunista. Discordando-se dessa perspectiva, é o *habitus* quem proporciona o senso de que uma conduta oportunista ou não faz sentido para o ator, assim como as próprias instituições só são eficientes no contexto de uma situação (campo) e para determinados atores, pois faz sentido para eles atender à conduta ‘imposta’, é o *habitus* quem produz tal ‘informação’. Esta forma de perceber a conduta dos atores abre espaço para afirmar que a formalização das AFRs pode ser tomada como um processo onde os envolvidos sejam ‘ativos’, não meros executores de regras instituídas, até pois, elas próprias podem constituir objeto de adequações.

Para finalizar, o estudo dos casos evidencia sinergia entre as perspectivas de Pierre Bourdieu e Neil Fligstein. Primeiramente, ambos compartilham de críticas tanto ao *mainstream* econômico, como também em relação à Nova Economia Institucional. Por outro lado, esses autores compartilham de perspectivas convergentes, assumido por parte do próprio Fligstein quando faz referência à Bourdieu ao apontar a importância da noção de *habitus*, como um elemento a se considerar na dinâmica do campo de ação estratégica (FLIGSTEIN; MACADAM, 2012). Ao mobilizar a categoria de habilidades sociais para compreender os contextos empíricos, acrescenta-se ao modelo teórico um microfundamento para compreender não só a ação coletiva dos atores, mas o uso dessa ação coletiva para criar, manter ou transformar a ordem social vigente. Neste sentido, além das relações sociais e do *habitus* dos atores, as habilidades sociais se somam como recurso analítico para compreender a dinâmica de um campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**, 1990. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000028825>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28 e 29, n. 1,2 e 3, 1998. Disponível em: <http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 1–15, 2000. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/ivcongresso66.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

_____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2013.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. Programa de Pesquisa Movimentos Sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial – RIMISP/IDRC. Relatório Final. Primeira Versão. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-setor-territorio/>>. São Paulo, 2005. Acesso em: 15 abr. 2015.

AMORIN, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Rev. de Economia Agrícola**, v. 55, n. 1, p. 15–29, 2008.

AMOSOC. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE CATARINENSE. **Folder AMOSOC**. Chapecó: AMOSOC, 2014.

ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGRECO**. 2007. 385 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ANTONIO JOAQUIM, F. N. Da competência de estados e municípios em matéria de segurança sanitária. Aspectos tecnológicos. **Revista de Direito Sanitário**, v. 2, n. 1, p. 88–101, 2001.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **Legislação**. Brasília, 2015. Disponível em <<http://portal.anvisa.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

APACO. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE. **Estatuto social**. Chapecó, 2008.

ARDILA, J. **Extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro**. San José: IICA, 2010.

AZEVEDO, P. F. Níveis analíticos; Economia dos custos de transação. In: FARINA, E. M.M.Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Editora Singular, 1997. p. 33-111.

_____. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric.**, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense**: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais. 2003. 369 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 199 p.

BECKERT, J. **The great transformation of embeddedness**: Karl Polanyi and the New Economic Sociology. Cologne. 2007.

BOUCHER, F.; RIVEROS, H. **La agroindustria rural de América Latina y del Caribe - Tomo I: su entorno, marco conceptual e impacto**. San José, Costa Rica, 1995.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

_____. É possível um ato desinteressado? In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Traduzido por Mariza Corrêa. 5.ed. Campinas: Papirus, 2004. p. 137-156.

_____. O campo econômico. Traduzido por Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. **Política & Sociedade**, n. 6, p. 15-57, 2005a.

_____. Principles of an economic anthropology. In: N. J. SMELSER; R. SWEDBERG (Orgs.); **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton: University Press., 2005b. p.75-89

_____. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das letras, 2006.

_____. Capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p 65-69.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Una invitación a la sociología reflexiva**. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BRASIL. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 1991a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 1991b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8213cons.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9782.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006. Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 2006a. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5741.htm >. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 2006b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 7.216, de 17 de junho de 2010. Dá nova redação e acresce dispositivos ao Regulamento dos arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, aprovado pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7216.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. **Casa Civil - Leis**, Poder Executivo, Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm >. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRDE. **Redes de agroindústrias de pequeno porte**: experiências em Santa Catarina. Florianópolis: BRDE, 2004.

BRITO, R. C.; FIGUEIREDO, Â. L. DE. Desenvolvimento comunitário: uma experiência de parceria. **Psicol. Reflex. Crit.**, v. 10, n. 1, p. 1–11, 1997.

CARDOSO, F. L. A. **A “Via Crucis” para a legalização da agroindústria alimentar: impacto social da legislação sanitária na agricultura familiar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; SILVA, S. M. G. A trajetória conservadora da teoria institucional. **GESTÃO.Org**, v. 10, p. 469–496, 2012.

CHAPECÓ. Lei nº 3496 de 30 de outubro de 1992. Dispõe sobre normas de saúde em vigilância sanitária, estabelece penalidades e da outras providencias. **Legislação**, Prefeitura Municipal, Chapecó, 1992. Disponível em: <<http://www.chapeco.sc.gov.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, n. 3, p. 1–58, 2001.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Levantamento Safras**. Brasil Grãos. Série histórica de área plantada, produtividade e grãos, safras 1976/77 a 2014/15. CONAB, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

CONAMA. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Ministério do Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1997.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 1, p. 77–106, 2002.

_____. **Além da transação**: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. Textos para discussão nº 24, Porto Alegre: FEE, 2008.

COOPER SABOR COLONIAL. COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL. **Estatuto social**. Chapecó, 2010.

COOPERFAMILIAR. COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Projeto Fábrica de Laticínios**. Chapecó, 2011.

DACA. DEPARTAMENTO DE AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Programa Estadual de Agroindústria Familiar. **Manual Operativo**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 jun 2014.

DELGADO, G. C.; CARDOSO, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (Org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.

DEON, P. R. C. et al. Agroindústria Familiar Rural: relações entre atributos humanos e a substituição da atividade - o caso da produção de cachaça artesanal de alambique no município de Jaguari - RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE

ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. **Anais...** Vitória: SOBER, 2012.

DEON, P. R. C.; SILVEIRA, P. R. C.; VENTURINI, F. E. O. Um SIAL em ativação: análise do processo de formalização da produção artesanal de alimentos e bebidas em Jaguari-RS-Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

DIESEL, V. et al. Caracterização da produção de vinho na região da quarta colônia-RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga. **Anais...**São Luis Gonzaga: Uergs, 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Orgs.). **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: Universidad Autónoma del Estado de México/Fondo de Cultura Económica, 1999. p.104–125.

DORIGON, C. **Mercados de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina**, 2008. 437 f. Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia da Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DORIGON, C. et al. Conhecimentos tradicionais no processamento de alimentos na Agricultura Familiar do Oeste do Estado de Santa Catarina – Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 6., 2013, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: UFSC, 2013.

ECOVIDA. REDE DE AGROECOLOGIA ECOVIDA. **A rede**. Site institucional. Disponível em: < <http://www.ecovida.org.br/a-rede/>>. Acesso em 12 de nov. 2014

EMATER. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR**: a gestão do processo de planejamento / EMATER/RS-ASCAR. Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2011. 47 p.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Projeto Estadual de Ater em Gestão de Negócios e Mercados**. Florianópolis, 2014.

_____. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de atividades**. Escritório municipal. Chapecó, 2015.

ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na Agricultura Familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-160, 1999.

FERNANDES NETO, A. J. Da competência de estados e municípios em matéria de segurança sanitária. Aspectos tecnológicos. **Revista de Direito Sanitário**, v. 2, n. 1, p. 88-101, 2001.

FERRARI, D. L. **Cadeias agroalimentares curtas**: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do Estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. 2008. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FLIGSTEIN, N. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656–673, 1996.

_____. Social skill and institutional theory. **American Behavioral Scientist**, v. 40, n. 4, p. 397–405, 1997.

_____. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61–80, 2007.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. Toward a general theory of strategic action fields. **Sociological Theory**, v. 29, n. 1, p. 1–26, 2011.

_____. **A theory of fields**. New York: Oxford University Press, 2012. 238 p.

FONSECA, M. F. A. C. Cenários no SAA no século XXI: algumas tensões e negociações encaradas pelo enfoque orgânico e agroecológico. In: CONFERÊNCIA VIRTUAL GLOBAL SOBRE PRODUÇÃO ORGÂNICA DE BOVINOS DE CORTE, 1., 2002, Via internet. **Anais...** Corumba/Concordia: Embrapa Pantanal/Universty of Contestado, 2002.

FRANZ, D.; DALBELLO, O. A trajetória de construção das cooperativas descentralizadas no Alto Uruguai catarinense. In: ESTEVAM, D.; MIOR, L. C. (Orgs.). **Inovações na Agricultura Familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 55-69.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P. A.; WAQUIL, P. D. Agregação de Valor nas Agroindústrias Rurais : uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. jan./jun., n. 122, p. 241–262, 2012.

GENRO, C. J. M. et al. Conflitos na construção sócio-ambiental de políticas de desenvolvimento rural – o caso das agroindústrias familiares rurais da região da quarta colônia de imigração italiana do rio grande do sul – Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS, 4., 2008, Mar del Plata. **Anais...**Mar del Plata: Red Sial, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOODMAN; SORJ; WILKINSON. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. S. The strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360–1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985.

GUANZIROLLI, C. E. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Niterói, 2006.

GUIMARÃES, G. M. **A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

_____. **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais para o turismo na quarta colônia-RS**. 2011. 203p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4., 2007, Florianópolis. **Anais...**Fortaleza: SBSP, 2007.

GUIVANT, J. S.; MIRANDA, C. As Duas Caras de Jano : Agroindústrias e Agricultura Familiar diante da Questão Ambiental. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 16, n. 3, p. 85–128, 1999.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIRGAS – Sistema de referência geocêntrico para as américas**. IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de fev. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário de 2006**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 de fev. 2013.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios 1999-2012**. IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de fev. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão área oficial**. IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão territorial brasileira**. IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

IBPT. INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. **Impostos: quanto custa o Brasil**. IBPT, 2011. Disponível em:

<http://www.quantocustaobrasil.com.br/downloads/impostos_quantocustaobrasil.pdf>. Acesso em 05 de mar. 2015.

IFFSVS. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA CAMPUS SÃO VICENTE DO SUL. **Projeto de desenvolvimento estrutural e pedagógico do Núcleo Avançado do Chapadão**. São Vicente do Sul, 2009.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Uma realidade multiforme, v. I).

LEITE, S. P. Liberalização comercial e internacionalização: condicionantes à agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 7, p. 113–133, 1996.

LEITE, S. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento territorial e atores sociais no meio rural. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Brasil Rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF; MDA, 2010. p 319-362.

LÜDKE, M.; ANDRÉ; M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99p. (Temas básicos de educação e ensino).

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil : agregação de valor , cadeias integradas e circuitos regionais Palavras-chave. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299–322, 2004.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Sistema de Legislação Agrícola Federal**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MARCHIORI, J. N. C. **Esboço histórico de Jaguari**. Santa Maria: Pallotti, 1999. 183 p.

MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.

MARKONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Agroindustrialização da Produção dos Agricultores Familiares – 2003/2006: “Sabor de Brasil”**. Documento Referencial. Brasília, 2004.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de orientações sobre formas associativas e redes de Agroindústrias da Agricultura Familiar**. Brasília, 2010.

MELLO, M. A. **Sementes que brotam da crise: a produção de novidades organizacionais na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina**. 2009. 198 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIOR, L. C. **Agricultores Familiares, Agroindústrias e Território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338p.

_____. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1. 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

MIOR, L. C. et al. **Caracterização das agroindústrias familiares e das redes de cooperação no sul catarinense**. Florianópolis: Epagri, 2013.

MIZRUCHI, M. S. **Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais**. In: MARTES, A. C. B. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 131-159.

MUCHNIK, J. **Identidad territorial y calidad de los alimentos: procesos de calificación y competencias de los consumidores**. **Agroalimentaria**, n. 22, p. 89–98, 2006.

NEPALS. **NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM ALIMENTAÇÃO E SOCIEDADE**. **Relatório das atividades com os produtores de derivados da cana de Jaguari**. Santa Maria, 2012.

NEUMANN, P. S. et al. **A Agroindústria Familiar de Vinho na região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SBSP, 2007.

NEVES, D. P. **As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno**. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 4, n. 3, p. 343-367, set./dez. 1987.

NIEDERLE, P. A.; AGUIAR, M. **Indicações geográficas, tipicidade e produtos localizados: os novos compromissos valorativos na vitivinicultura do Vale dos Vinhedos**. **Rev. de Economia Agrícola**, v. 59, n. 2, p. 21–37, 2012.

NORTH, D. C. **The new institutional economics and development**. **Economic History**, p. 1–7, 1993.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Traduzido por Elizabete Hart. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

OLIVEIRA, J. A. et al. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO, 1999. 75 p.

ORSI, S. D. **Desafios institucionais para a inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal**. 2001. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento e Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ORTIZ, R. **A procura de uma sociologia da prática**. In: _____ (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-36.

OXFORD ESCOLAR. **Discionário Oxford Escolar para estufantes brasileiros de inglês**. Oxford: University Press, 2009

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria**: consensos e dissensos. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 184p.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2005.

_____. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, 2009.

PEDRON, F. DE A.; SOUZA, M.; ALMEIDA, J. A. Avaliação do planejamento do turismo rural no roteiro Nostra Colônia, Jaguari - RS. **Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica**, v. 10, n. 2, p. 263–285, 2008.

PETTAN, K. B. et al. Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em rede e isoladas no oeste de Santa Catarina. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 372 p.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano dos municípios**. PNUD, 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em 22 de fev. 2015.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CEOM – Centro de Organização Sociocultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71-110.

POLI, O. L. Camponeses no oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**, v. 15, n. 14, p. 11–62, 2001.

PORTES, A. Instituciones y desarrollo: una revision conceptual. **Desarrollo Económico**, v. 46, n. 184, p. 475–503, 2007.

PREZOTTO, L. L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. 1999. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON J. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.285–300.

_____. Sustentabilidade da agricultura familiar: implicações e perspectivas da legislação sanitária. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2005. 167p.

PUTNAM, R. Capital social e desempenho institucional: dilemas da ação coletiva. In: _____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p 173-194.

RAUD-MATTEDI, C. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. **Política & Sociedade**, n. 6, p. 59–82, 2005.

RAUD-MATTEDI, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 203–232, 2007.

RAUPP, A. K. **Políticas públicas e agroindústria de pequeno porte da agricultura familiar** - considerações e experiências do Rio Grande do Sul. 2005. 241 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RENK, A. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. In: CEOM – Centro de Organização Sociocultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 71-110.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. Ed. rev. Chapecó: Argos, 2006. 250 p.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.

REQUIER-DESJARDINS, D. Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas? In: ANIVERSARIO DE PRODAR, 10., Quito, 1999. **Anais...Quito: PRODAR**, 1999.

RIBEIRO, R. N. **Causas, efeitos e comportamento da economia informal no Brasil**. 2000. 58 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

ROSSETTO, S. Síntese histórica da região oeste. In: CEOM – Centro de Organização Sociocultural do Oeste. **Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM**. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 7-15.

ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: _____ (Org.). **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 15-40.

SABOURIN, E. Organização camponesa e estruturas de reciprocidade. In: _____. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 115-149.

SAES, M. S. M. Organizações e instituições. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 23-38.

SAGA. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SAGA. **Site Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://www.institutosaga.org.br>>. Acesso em: 16 set. 2014.

- SALAIS, R.; STORPER, M. The four “worlds” of contemporary industry. **Cambridge Journal of Economics**, n. 16, p. 169–193, 1992.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. Traduzido por Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner e Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, J. S.; CRUZ, F.; MENASCHE, R. O mineiro, o queijo e os conflitos (nada poéticos) em torno dos alimentos tradicionais produzidos artesanalmente no Brasil. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém. **Anais...** Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012.
- SANTOS, R. C.; FERREIRA, C. H. Caracterização de Agroindústrias Familiares. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, v. 2, n. 1/2, p. 35–44, 2006.
- SC RURAL. PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL. **Manual Operativo**. Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina. Florianópolis, V. 1, 2014a.
- _____. PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL. **Relatório Semestral**. 2º semestre 2013. Programa de Competitividade da Agricultura Familiar de Santa Catarina. Florianópolis, 2014b.
- SCHMIDT, V. D. B.; TURNES, V. A. Novas iniciativas de desenvolvimento em Santa Catarina: Agroindustrialização em Rede – Desenvolver. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.) **Inovações nas tradições da Agricultura Familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 127-154
- SCHNEIDER, J. O. (Coord.). **Educação e cooperação cooperativa: os desafios no seu desempenho**. São Leopoldo, RS UNISINOS, 2010.
- SCHNEIDER, L. I. B.; FALCKEMBAK, E. M. F.; FRANTZ, W. Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação popular. **Cadernos do CEOM**, v. 20, n. 27, p. 133–158, 2004.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Missão**. Disponível em: < <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae> >. Acesso em: 6 mar. 2014.
- _____. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Notícias**. Site Institucional. Disponível em < <http://www.sebrae-rs.com.br> >. Acesso em: 6 mar. 2015.
- SILVA, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem**: o Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 05-52. Disponível em: <http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=graziano>. Acesso em: 05 set. 2011.

SILVEIRA, P. R. C.; HEINZ, C. U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, 1., 2005, São Luiz Gonzaga. **Anais...** São Luis Gonzaga: Uergs, 2005.

SILVEIRA, P. R. C. et al. O turismo e a recriação das agroindústrias rurais tradicionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: CITUDES, 2006.

SILVEIRA, P. R. C. et al. Construção da identidade territorial em Sistemas Agroalimentares Localizados: o caso da região da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul - Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: Red Sial, 2008.

SILVEIRA, P. R. C.; ZIMMERMANN, S. A qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.); **Espaço rural e desenvolvimento regional**: estudos a partir da região central do RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. p.217–226.

SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. Introducing economic sociology. In: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Orgs.); **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 2005. p.3–25.

STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Atlas, 2006. 134 p.

SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

_____. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, 2004.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, v. 40, n. 1, p. 27–55, 2006.

TONNEAU, J. F.; TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 295-303, jul/dez. 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1.ed. 20. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, v. 25, p. 128–141, 1995.

VENTURINI, F. E. O.; SILVEIRA, P. R. C. A diferenciação das Agroindústrias Familiares Rurais e o desenvolvimento territorial: do desejado ao real. In: JORNADA INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS AGRÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS, 7., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UBA, 2011.

WACQUANT, L. Lendo o “capital” de Bourdieu. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 37–62, 2007a.

_____. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63–71, 2007b.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42–61, 2003.

WATTS, D. C. H.; ILBERY, B.; MAYE, D. Making reconnections in agro-food geography: alternative systems of food provision. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 1, p. 22–40, 2005.

WESZ JUNIOR, V. J. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar**. análise e avaliação da experiência. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN EM AMÉRICA LATINA, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: FODEPAL, 2003.

_____. **A Agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. In: SEMINÁRIO DE CULTURA E ALIMENTAÇÃO, SESC, 2006, São Paulo. Texto preparado para apresentação.

_____. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 213p.

WILKINSON, J.; DORIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the south of Brazil. In: SILVA, C. A.; MHLANGA, N. (Orgs.). **Inovative policies and institutions to support agro-indutries development**. Roma: FAO, 2011. p.87–119.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 13, p. 29–45, 1999.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics. In: SCHMALENSEE, R.; WILLIG, R. D. (Orgs.); **Handbook of Industrial Organization**. Amsterdam: Elsevier, 1989. p.135–182.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Traduzido por Ana Torell. 4.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2010. 248p.

ZYLBERSZTAJN, D. Economia das Organizações. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M. F. (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 23-38.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevista com atores relacionados às AFRs (agricultores, gestores, etc.)

Data da entrevista: ____/____/____

A. A Agroindústria Familiar Rural

1. Nome da AFR:.....
2. Município: Endereço/localidade:
3. Nome do respondente:.....
4. Contato: telefone / e-mail:
5. Sobre a origem da agroindústria: Quando teve início:.....; Quem iniciou e por que?.....
6. Empreendimento: () individual
() coletivo - nº de famílias envolvidas:.....
7. Identificação dos membros da Agroindústria:

Nome	Relação	Sexo	Idade	Escolar.	Ocup. Princip.	Tempo p/ Ativ. de agroind.	Função na Agroind.	Outras Ocup.

Relação entre as pessoas: 1. O respondente; 2. Cônjuge; 3. Filhos; 4. Netos; 5. Pais; 6. Avó; 7. Sobrinho; 8. Enteado; 9. Dependentes; 10. Vizinho; 11. Outra: _____

Escolaridade: 0. Não alfabetizado; 1. Alfabetização de adultos; 2. 1º Grau Incompleto; 3. 1º Grau Completo; 4. Seg. Grau Incompleto; 5. Seg. Grau Completo; 6. Superior.

Ocupação Principal: 1. Agricultor_ativ. AFR; 2. Agricultor_outras ativ. agrícolas; 3. Assalariado Agrícola Permanente; 4. Assalariado Agrícola Temporário; 5. Do lar; 6. Estudante; 7. Aposentado; 8. Funcionário Público; 9. Comerciante; 10. Feirante; 11. Outro: _____

Dedicação à atividade de agroindústria: 1. Integral; 2. Parcial; 3. Eventual.

Função na Agroindústria: 1. Gestor/responsável pela atividade; 2. Gestor; 3. Atividades de produção; 4. Atividades de Comercialização; 5. Responsável técnico; 6. Outra: _____

Outras ocupações: 1. Agricultor; 2. Assalariado Agrícola Permanente; 3. Assalariado Agrícola Temporário; 4. Do lar; 5. Estudante; 6. Aposentado; 7. Emprego Doméstico; 8. Construção Civil; 9. Professor; 10. Funcionário Público; 11. Comerciante; 12. Comerciante; 13. Feirante; 14. Motorista; 15. Artesanato; 16. Turismo; 17. Terceirização de serviços, 18. Outro: _____

8. Contratação de terceiros para a agroindústria:

Descrição	Permanente	Temporária	
	nº pessoas	nº pessoas	período do ano (meses)
Antes de iniciar formalização			
Atualmente			

9. Percentual (%) comercializado, segundo distribuição territorial:

Descrição	Município	Municípios da região	Estado	Outros estados	Outros Países
Antes de iniciar a formalização					
Atualmente					

10. Percentual (%) comercializado, segundo distribuição territorial:

Descrição	Município	Municípios da região	Estado	Outros estados	Outros Países
Antes de iniciar a formalização					
Atualmente					

11. Percentual (%) comercializado, segundo o tipo de cliente:

Descrição	Direto ao consumidor	Entrega p/ cooperativa	Outros intermed.	Compra institucional (PAA, PNAE)	Pequenos estabelec. comerciais e lojas especializadas	Restaur.	Supermerc.	Outros
Antes de iniciar a formalização								
Atualmente								

12. Percentual (%) comercializado diretamente ao consumidor:

Descrição	No domicílio do consumidor	Pontos de estrada	Feiras	Na propriedade	Outros
Antes de iniciar a formalização					
Atualmente					

13. Quanto à produção e receita da agroindústria:

Produto	Antes de iniciar a formalização			Atualmente		
	Quantidade anual produzida	Quantidade anual comercializada	Receita Anual (R\$)	Quantidade anual produzida	Quantidade anual comercializada	Receita anual (R\$)

Produto: Salames, Queijos, Vinho, Aguardente, Geléias, Cucas, etc.

14. Identificação/apresentação dos produtos:

Descrição	Antes de iniciar a formalização		Atualmente	
	Sim	Não	Sim	Não
Existência de marca própria? (se sim, qual)				
Marca é registrada?				
Adesão a selo/marca coletivo*? (se sim, qual)				
Código de barras				
Rótulos				
Tabela nutricional				
Embalagem (se sim, identificar o tipo**)				

***Selo/marca coletiva:** Identificação do produto como orgânico, colonial, artesanal, etc.

****Tipo de embalagem:** 1. Caixas; 2. Vidro; 3. Garrafas; 4. Pote; 5. Saco Plástico; 6. Embutidos; 7. Bandejas de isopor; 8. Filme plástico; 9. Filme Plástico à vácuo; 10. A granel; 11. Outros: Quais?.....

15. Contribuição da Agroindústria para a renda familiar:

Nome	Antes de iniciar a formalização (R\$/mês)			Atualmente (R\$/mês)		
	Renda da agroindústria	Outras ativ. agrícolas. (R\$ e origem)	Outras ativ. não agrícolas (R\$ e origem)	Renda da agroindústria	Outras ativ. agrícolas. (R\$ e origem)	Outras ativ. não agrícolas (R\$ e origem)

16. Sobre a fonte de matéria-prima principal para o processamento, atualmente:

% Própria: _____.

% de Terceiros: _____ produtores familiares locais; _____ outros fornecedores.

Como era essa composição de fontes de MP antes de iniciar a formalização da atividade/produtos?

17. Transporte dos produtos da agroindústria:

Descrição	Veículo próprio	Veículo da associação	Veículo da cooperativa	Veículo do Sindicato	Veículo da prefeitura	Veículo terceirizado	Outros. Quais?
Antes de iniciar a formalização							
Atualmente							

18. Você poderia comentar sobre sua trajetória pessoal/profissional: origem/etnia (italiano, alemão, etc.), atuação profissional, participação em organizações dos movimentos sociais, etc.

19. Comente sobre a atividade de agroindustrialização e a sua família? Trata-se de “saber-fazer” herdado dos antepassados?

20. Formações específicas para a atividade de agroindústria, tendo em vista a formalização (ou possibilidade de) / quem proporcionou:

- () B.P.F.(Boas Práticas de Fabricação)/_____ () Higiene de alimentos / _____
 () Mercado e comercialização / _____ () Gestão de negócios (agroindústria) / _____
 () Técnicas de produção de matéria-prima / _____ () Gestão ambiental / _____
 () Receitas/técnicas processamento / _____ () Organização de grupos / _____
 () Atualização legislação específica / _____ () Métodos participativos / _____
 () Associativismo/cooperativismo / _____ () Outros. Quais:/ _____
/ _____

21. Existência de Alvarás: () de Funcionamento/localização () Sanitário

22. Quanto a aos serviços sanitários (ano da adesão/registo):

Produtos	Não tem	SIM	SIE	SIF	Registro MAPA	Registro Vigilância Sanitária / Minist. da Saúde
Origem animal					xxx	xxx
Origem vegetal		xxx	xxx	xxx	xxx	
Sucos e bebidas		xxx	xxx	xxx		xxx

23. Licença ambiental (ano de obtenção): () Não tem () LP () LI () LO () Outra

24. Forma de operação da AFR (tipo de empreendimento conforme registro tributário/fiscal):

- () Pessoa física
 () Pessoa jurídica: () Condomínio () Filial de Cooperativa () Associação () Cooperativa
 () Microempresa () EPP () Empresa () Outro

25. Atualmente quem **presta serviços** à agroindústria?

Tipo de serviço	Instituição(ões)	Frequência				
		D	S	M	A	Espor.
Orientação técnica						
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART						
Responsável Técnico - CRMV						
Assessoria contábil						
Assessoria mercadológica						
Assessoria administrativa (form. preços, custos, pessoal, etc.)						
Outros:						

26. Atualmente quem **fiscaliza/inspeciona** a agroindústria?

Tipo de serviço	Instituição(ões)	Como agem	Frequência				
			D	S	M	A	Espor.
Inspeção/fiscalização Sanitária							
Fiscalização ambiental							
Fiscalização tributária							
Fiscalização padrões de comerc.							
Outros:							

B. Os atores em movimento**B.1. As motivações que orientam a decisão por formalizar a Agroindústria**

27. Sobre a origem da formalização da agroindústria: Quando teve início:.....; Quem iniciou e por que?.....
28. Quais as principais leis, regras, normas, formais e informais que orientaram (orientam) a formalização?
29. Houve “pressão(ões)” por parte de alguma(s) pessoa(s) e/ou instituição(ões)? () sim() não
30. Qual a origem dessa(s) pressão(ões):
 () Instituições de Fiscalização sanitária; () Instituições de Fiscalização tributária; () Instituições de Fiscalização ambiental; () outras empresas; () consumidores; () outras AFRs; () Instituições de crédito; () Instituições de apoio; () outras, quais?.....
31. Como ocorreu essa(s) pressão(ões):
 () verbal - denúncia; () documental - notificação; () multa em valores monetários, R\$......;
 () psicológica, como.....; () restrição de crédito;
 () restrição no acesso a programas de fomento à agroindustrialização; () outra, Qual?.....
32. Você considera que sua decisão em formalizar a agroindústria é uma consequência da possibilidade de apoio coletivo para esse fim? Explique.
33. Como aspectos pessoais/profissionais e familiares interferem na decisão por formalizar a agroindústria?
34. Atualmente a formalização da AFR atende os seus (do entrevistado) interesses? Poderia citar os principais?
35. Há pessoas que se desmotivaram a participar da agroindústria por conta da formalização? Quem e por que?
36. Aponte expressões que melhor definem os motivos da decisão por formalizar a agroindústria?
- | | |
|--|--|
| () Melhorar renda | () Organizações de apoio |
| () Apoio coletivo c/ outros agricultores | () Acesso ao crédito |
| () Permanência/retorno dos filhos | () Medo da fiscalização |
| () Melhorar qualidade dos alimentos produzidos | () Preocupação com preservação ambiental |
| () Acesso a outros mercados | () Exigência dos consumidores |
| (..) Garantia de atendimento aos padrões estabelecidos pela legislação vigente | () Apoio de organizações dos movimentos sociais |
| | () Aptidão pessoal (desafio) |
| | () Outras. Quais: |

B.2. As dificuldades e as formas de superação

37. Aponte as principais dificuldades relacionadas a formalização da Agroindústria?
- | | |
|---|---|
| () Exigências p/ adequação sanitária | () Falta de apoio das instituições de extensão |
| () Exigências p/ adequação ambiental | () Falta de apoio das instituições de pesquisa |
| () Carga tributária | () Exigências de padronização e qualidade do produto |
| () Acesso a recursos financeiros: invest./custeio | () Forma de atuação dos técnicos de fiscalização |
| () Falta de apoio poder público local | () Outros. Quais: |
| () Desconhecimento dos trâmites p/ formalização | |
| () Entraves p/ constituir e consolidar ação coletiva | |
38. Especificamente sobre os **aspectos sanitários** para a formalização da agroindústria, quais as dificuldades enfrentadas e como foram/são superadas?
39. Especificamente sobre os **aspectos ambientais** para a formalização da agroindústria, quais as dificuldades enfrentadas e como foram/são superadas?
40. Especificamente sobre os **aspectos tributários/fiscais** para a formalização da agroindústria, quais as dificuldades enfrentadas e como foram/são superadas?
41. Especificamente sobre os **aspectos trabalhistas** para a formalização da agroindústria, quais as dificuldades enfrentadas e como foram/são superadas?

42. Sobre os **padrões de comercialização** (tipos de embalagens, quantidade exigida, frequência, etc.), quais as dificuldades enfrentadas e como foram superadas?
43. Quem e como, de alguma forma, **contribuiu/contribui** para a formalização da agroindústria?

Organização	Como contribuiu/contribui	Pessoa de referência?

44. Quem e como, de alguma forma, **dificultou/dificulta** a formalização da agroindústria?

Organização	Como dificultou/dificulta	Pessoa de referência?

45. Poderia citar e detalhar que **recursos** lhe foram (são) úteis em relação a formalização da AFR?
- () Financeiros. Qual, qual origem e como foi útil:.....
- () Materiais. Qual, qual origem e como foi útil:.....
- () Conhecimentos processamento. Qual, qual origem e como foi útil:.....
- () Participação em organizações dos movimentos sociais. Qual, qual origem e como foi útil:.....
- () Outros recursos. Qual, qual origem e como foi útil:.....
46. Houveram restrições por conta da formalização quanto ao **processamento artesanal**? Como tais restrições foram contornadas? O produto final foi modificado?
47. Houve alguma **pessoa** que poderia ser considerada como central (liderança) para a superação das dificuldades no processo de formalização? Quem foi? O que fez?
48. Participou de algum **programa de fomento** à Agroindustrialização? O que precisou fazer para participar? Quais os benefícios e as dificuldades que esse programa trouxe para a formalização da agroindústria?
49. Poderia citar **entidades** como cooperativas, associações, grupos informais, sindicatos, federações, etc., com os quais mantém vínculo?

C. Os significados relacionados à formalização das Agroindústrias Familiares (além daqueles já percebidos nas questões anteriores)

50. Qual a importância de formalizar as Agroindústrias Familiares?
51. Qual a importância para a sociedade de consumir produtos de agroindústrias formalizadas?
52. Você considera os produtos formalizados como de melhor qualidade? Por que?
53. Existem instâncias de discussão (fóruns, conselhos, reuniões) sobre as Agroindústrias Familiares no município? Você e/ou sua instituição participam dessas instâncias? Os diálogos são constantes? Como eles têm contribuído para a formalização das Agroindústrias?
54. Quanto aos mercados e os consumidores, quais aspectos você percebe (espera) que a formalização contribuiu (contribua)?
- () Melhora confiança em relação aos produtos () Alteração no hábito de consumo. Como?.....
- () Ampliação do consumo () Maior valorização dos atributos “artesanais”
- () Acesso a outros mercados () Outros. Quais:
- () Melhor preço no produto final
55. Houve algum problema de verificação de “má qualidade do produto da agroindústria” por conta dos consumidores? Antes ou após a formalização? Como tal problema foi superado?
56. Quais ações são e/ou deveriam ser realizadas com as Agroindústrias Informais?

57. Quanto a distribuição territorial, quais mercados formais deveriam ser priorizados para os produtos das Agroindústrias Familiares? () Município; () Municípios da região; () Estado; () Outros estados; () Outros países; () Qualquer oportunidade.
58. Quais os tipos de clientes para os produtos das Agroindústrias Familiares deveriam ser priorizados em mercados formais: () Direto ao consumidor; () Entrega p/ cooperativa; () Outros intermediários; () Compra institucional; () Pequenos estabelecimentos comerciais e lojas especializadas; () Restaurantes; () Supermercados; () Outros, quais:.....; () Qualquer oportunidade.
59. Qual a importância de um processo de formalização atender a valores que fazem parte da tradição familiar? Como isso se deu no caso desta agroindústria? E no município, como as instituições têm contribuído?
60. Atualmente você se 'vê' como: (2 opções em ordem decrescente de importância)
- | | |
|---------------------------|--|
| () Empreendedor | () Produtor de alimentos de "qualidade" |
| () Empresário | () Agricultor familiar |
| () Comerciante | () Agroindustrial |
| () Produtor de alimentos | () Outros. Quais: |
61. Quais as mudanças significativas (positivas e negativas) para a propriedade, sua família e para você, podem ser atribuídas a formalização da Agroindústria?
62. Quanto a permanência e/ou retorno de pessoas que a formalização da agroindústria propiciou:
- | Descrição | (Nº) |
|---|------|
| Pessoas da família que deixaram de ir embora e/ou retornaram para trabalhar na agroindústria | |
| Pessoas de fora da família deixaram de ir embora e/ou retornaram para trabalhar na agroindústria | |
63. Você tem conhecimento de produtores do município que tenham desistido da atividade de agroindustrialização como consequência das exigências de formalização ? Quem são? Estavam informais?
64. Você está satisfeito com os resultados atuais atingidos pelo processo de formalização da Agroindústria? Por que?
65. Há intenção de mudar a situação atual de formalidade da Agroindústria? Por que?

APÊNDICE B - Roteiro para entrevista com atores com os quais as AFRs estabelecem relações em função do processo de formalização (gestores e técnicos de cooperativas, instituições de pesquisa, de extensão, ONGs, etc.)

Data da entrevista: ____/____/____

A. Identificação da Instituição e do ator

1. Nome do respondente:.....
2. Nome da Instituição:
3. Função na Instituição: () Gestor.....Técnico ().....
4. Município: Endereço:.....
5. Contato: telefone / e-mail:
6. Você poderia comentar sobre sua formação e trajetória profissional? Há quanto tempo atua nessa instituição?
7. Capacitações específicas para atuação profissional junto às AFRs:

<input type="checkbox"/> B.P.F.(Boas Práticas de Fabricação) <input type="checkbox"/> Mercado e comercialização <input type="checkbox"/> Técnicas de produção de matéria-prima <input type="checkbox"/> Industrialização de alimentos <input type="checkbox"/> Receitas/técnicas processamento <input type="checkbox"/> Atualização legislação específica <input type="checkbox"/> Associativismo e cooperativismo	<input type="checkbox"/> Higiene de alimentos <input type="checkbox"/> Gestão de negócios (agroindústria) <input type="checkbox"/> Gestão ambiental <input type="checkbox"/> Organização de grupos <input type="checkbox"/> Métodos participativos <input type="checkbox"/> Outros. Quais:/...../.....
--	--
8. Participa ou interage junto a organizações dos movimentos sociais ligados à Agricultura Familiar? Comentar (há quanto tempo, como participa/interage, etc.).
9. Você atua há quanto tempo junto às Agroindústrias? E quanto às Agroindústrias Familiares?
10. Poderia comentar sobre as principais linhas de atuação da instituição da qual faz parte?
11. Qual a política de atuação da instituição em relação às Agroindústrias?
12. Quanto à relação da instituição com as Agroindústrias Familiares: quando teve início essa relação? Como atuou inicialmente e agora como atua?

B. Os atores em movimento

B.1. As motivações inerentes a atuação sobre formalização das Agroindústrias Familiares

13. Poderia comentar sobre as mobilizações para formalização das Agroindústrias Familiares no município: quando iniciou? Por que? Quem participava?
14. Poderia comentar o que o levou a atuar junto a formalização das Agroindústrias Familiares?
15. Quais as principais leis, normas, procedimentos formais e informais que orientam a formalização das AFRs?
16. Há algum tipo de “pressão/restrrição” por parte de alguma(s) pessoa(s) e/ou instituição(ões) para sua atuação junto às Agroindústrias Familiares? () sim() não
17. Qual a origem dessa(s) pressão(ões)/restrrição(ões):

() A legislação;	() outras empresas/Agroindústrias;	() consumidores;
() outras Agroindústrias Familiares;	() Instituições de crédito, quais:.....	
() A própria instituição em que atua;	() Instituições de Fiscalização, quais:.....; () outras, quais?.....	

18. Como ocorre(m) essa(s) pressão(ões)/restrição(ões):
 verbal / denúncia; documental / notificação; psicológica, como.....;
 outra, Qual?.....
19. Considera que sua trajetória pessoal/profissional é um motivador para sua atuação junto à formalização das agroindústrias familiares? Explique.
20. Quais expressões melhor definem os motivos que levam-no a atuar junto a formalização das agroindústrias familiares?
 Formação profissional específica Possibilidade de contribuir com as AFRs
 Segurança em relação à qualidade dos alimentos produzidos Exigência dos consumidores
 Renda Preocupação com preservação ambiental
 Exigência da função que ocupa Afinidade com as org. dos movimentos sociais
 Garantia de atendimento aos padrões estabelecidos pela legislação vigente Outras. Quais:

B.2. A contribuição para a formalização das AFRs

21. Poderia comentar como ocorre(eu) a atuação, sua e da instituição, em relação a formalização das Agroindústrias Familiares? Com que frequência atua(atuou)?
22. Tipo de atuação (do respondente) junto à formalização das AFRs:
 Inspeção sanitária Elaboração de projetos. Quais:.....
 Fiscalização sanitária Cursos de capacitação. Quais:.....
 Fiscalização ambiental Disponibilização de recursos financeiros. Quais:..
 Fiscalização tributária Serviços contábeis
 Responsabilidade técnica: Apoio organização agricultores. Como:.....
 CREA () CRMV () Outro:..... Serviços apresentação/identificação do produto
 Apoio político. Como:..... Outras. Quais:
23. Quais os principais itens observados em sua rotina de atuação junto às AFRs?
24. O que orienta suas decisões quanto às orientações para os agricultores nas Agroindústrias Familiares?
25. Existe possibilidade de sua conduta ser diferenciada entre as Agroindústrias Familiares e as empresariais?
26. Quando você constata algum aspecto na Agroindústria Familiar que está inadequado, como você procede? (Orienta, notifica, multa, etc...)
27. Existe(existiu) algum programa de fomento à Agroindústrias Familiares que sustenta(sustentou) suas ações junto a formalização das Agroindústrias Familiares no município? Como tal programa orienta(ou) sua participação?
28. Quanto a recursos financeiros disponíveis via instituição para fomento da formalização das Agroindústrias Familiares:

Fontes	Disponibilidade (R\$/ano)	Nº beneficiários/ano	Linhas de aplicação

29. Qual a estrutura (pessoal, equipamentos, veículos, prédios, etc.) da instituição disponível para as ações junto às Agroindústrias Familiares?

C. Os significados relacionados à formalização das Agroindústrias Familiares (além daqueles já percebidos nas questões anteriores)

30. Qual a importância de formalizar as Agroindústrias Familiares?
31. Qual a importância para a sociedade de consumir produtos de agroindústrias que estejam formalizadas?
32. Ocorrem denúncias problemas de verificação de “má qualidade do produto das agroindústrias familiares”? Agroindústrias formais ou informais? De maneira geral, como tal problema é superado?

33. Quais ações são e/ou deveriam ser realizadas com as Agroindústrias Informais?
34. Quanto aos mercados e os consumidores, quais aspectos você percebe (espera) que a formalização contribuiu (contribua)?
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Melhora confiança em relação aos produtos | <input type="checkbox"/> Alteração no hábito de consumo. Como?..... |
| <input type="checkbox"/> Ampliação do consumo | <input type="checkbox"/> Maior valorização dos atributos “artesanais” |
| <input type="checkbox"/> Acesso a outros mercados | <input type="checkbox"/> Outros. Quais: |
| <input type="checkbox"/> Melhor preço no produto final | |
35. Quais os tipos de clientes para os produtos das Agroindústrias Familiares deveriam ser priorizados em mercados formais: Direto ao consumidor; Entrega p/ cooperativa; Outros intermediários; Compra institucional; Pequenos estabelecimentos comerciais e lojas especializadas; Restaurantes; Supermercados; Outros, quais: _____; Qualquer oportunidade.
36. Quanto a distribuição territorial, quais mercados formais deveriam ser priorizados para os produtos das Agroindústrias Familiares? Município; Municípios da região; Estado; Outros estados; Qualquer oportunidade.
37. Qual a importância de um processo de formalização atender a valores que fazem parte da tradição familiar? Como você contribui para isso?
38. Quais expressões melhor definem as pessoas que exercem a atividade de Agroindústria Familiar atualmente? (2 opções em ordem decrescente de importância)
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Empreendedor | <input type="checkbox"/> Produtor de alimentos de “qualidade” |
| <input type="checkbox"/> Empresário | <input type="checkbox"/> Agricultor familiar |
| <input type="checkbox"/> Comerciante | <input type="checkbox"/> Agroindustrial |
| <input type="checkbox"/> Produtor de alimentos | <input type="checkbox"/> Outros. Quais: |
39. Existem instâncias de discussão (fóruns, conselhos, reuniões) sobre as Agroindústrias Familiares no município? Você e/ou sua instituição participam dessas instâncias? Os diálogos são constantes? Como eles têm contribuído para a formalização das Agroindústrias?
40. Você tem conhecimento de produtores do município que tenham desistido da atividade de agroindustrialização como consequência das exigências de formalização? Quem são? Estavam informais?

APÊNDICE C - Listagem por produtos, das experiências de agroindustrialização na agricultura familiar que formaram a amostra do estudo, e localização

Nº	Agroindústria por produtos	Localidade / Município
1	Queijos e compotas.	Chapadão / Jaguari.
2	Vinhos e compotas.	Chapadão / Jaguari.
3	Bolachas, biscoitos, pães, cucas e outros produtos panificados.	Chapadão / Jaguari.
4	Vinhos.	Chapadão / Jaguari.
5	Sucos.	Chapadão / Jaguari.
6	Rapaduras de Cana-de-açúcar.	Ijucapirama / Jaguari
7	Embutidos.	Ijucapirama / Jaguari
8	Queijos.	Ijucapirama / Jaguari
9	Cachaça.	Linha sete / Jaguari
10	Cachaça, açúcar-mascavo e melado.	Linha sete / Jaguari
11	Massas, bolachas, biscoitos, pães, cucas e outros produtos panificados.	Linha Dianista / Cordilheira Alta.
12	Cachaça, açúcar mascavo e melado.	Linha Monte Alegre / Coronel Freitas.
13	Mandioca minimamente processada.	Linha Sarapião / Chapecó.
14	Sucos de laranja e uva, doces e conservas.	Linha Simonetto / Chapecó.
15	Embutidos e outros derivados de suíno, inclusive cortes de suínos.	Linha Monte Alegre / Coronel Freitas.
16	Queijos e iogurtes.	Linha Stª Terezinha / Quilombo.
17	Queijos e iogurtes.	Linha Flor / Guatambu.
18	Queijos, iogurtes e outros derivados lácteos, e conservas.	Linha Sede Figueira / Chapecó.
19	Mandioca minimamente processada.	Linha Caravagio / Chapecó.
20	Queijos e iogurtes.	Colônia Cella / Chapecó
21	Embutidos e outros derivados de suíno.	Linha Simonetto / Chapecó.
22	Ovos de codorna classificados e ovos de codorna em conserva.	Colônia Cella / Chapecó
23	Pães, cucas e outros produtos panificados.	Faxinal dos Rosas / Chapecó

APÊNDICE D - Lista de organizações que formaram a amostra do estudo

Nº	Organizações	Função	Município
1	Prefeitura municipal – Secretaria municipal de desenvolvimento agropecuário	Secretário municipal de desenvolvimento agropecuário.	Jaguari
2	Prefeitura municipal – Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Veterinário responsável pelo SIM	Jaguari
3	Vigilância sanitária	Técnica responsável pela Vigilância Sanitária e Ambiental	Jaguari
4	Sindicato Rural	Presidente	Jaguari
5	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaguari	Presidente	Jaguari
6	Escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Extensionista chefe do escritório municipal	Jaguari
7	Escritório municipal da EMATER	Extensionista	Jaguari
8	Escritório municipal da Emater / Coop. Agrícola de Jaguari Ltda. (COAGRIJAL)	Extensionista Chefe (aposentado) do escritório da Emater / Presidente da Coagrijal	Jaguari
9	Escritório regional da EMATER	Assistente Técnico Regional de organização econômica (áreas de agroindústria, associativismo e cooperativismo)	Santa Maria
10	Instituto Federal Farroupilha	Docente	São Vicente do Sul
11	Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE) – Associação Comercial e Industrial (ACI)	Membro do COMUDE / Vice-presidente da Associação Comercial e Industrial	Jaguari
12	Cooperativa Agrária São José	Enólogo	Jaguari
13	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	Gestora de Projetos para o Agronegócio	Santa Maria
14	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)	Coordenadora Geral	Chapecó
15	APACO	Eng.º. Agrônomo, especialista na elaboração de projetos de viabilidade econômica – Docente na UNOCHAPECÓ	Chapecó
16	APACO	Veterinária, Responsável Técnica em AFRs assistidas pela APACO	Chapecó
17	APACO	Eng.ª. de alimentos, especialista na elaboração de projetos	Chapecó
18	Unitecno - APACO	Veterinário da Inspeção Sanitária, contratado pela Unitecno para a inspeção em AFRs da APACO	Chapecó
19	APACO/Unidade Central de Apoio às Agroindústrias Familiares (UCAF) – Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL)	Coordenador Geral da APACO e da UCAF de 2002-2004. Atual Diretor Presidente em unidade da CRESOL.	Chapecó
20	Cooperativa Central Sabor Colonial (COOPER SABOR COLONIAL)	Diretor Presidente	Chapecó
21	Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar (COOPERFAMILIAR)	Presidente da COOPERFAMILIAR	Chapecó
22	Companhia integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	Coordenadora regional de inspeção estadual	Chapecó
23	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente / Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (CIDEMA/AMOSC)	Secretário Executivo da AMOSC; Diretor Executivo do CIDEMA	Chapecó

24	Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente / Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (CIDEMA/AMOSOC)	Veterinário da Inspeção Sanitária do CIDEMA	Chapecó
25	Instituto de Desenvolvimento Regional SAGA	Diretora presidente	Chapecó
26	Instituto de Desenvolvimento Regional SAGA	Veterinário Responsável Técnico em AFRs assistidas pelo SAGA	Chapecó
27	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina /Gerência Regional de Chapecó (EPAGRI/GRCH)	Extensionista e Gerente Regional	Chapecó
28	Escritório municipal da EPAGRI	Extensionista	Chapecó
29	Prefeitura municipal - Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA)	Eng.º Agrônomo da SEDEMA	Chapecó
30	Prefeitura municipal – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA) – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CONDERC)	Secretário da SEDEMA – Membro do CONDERC	Chapecó
31	Prefeitura municipal - SEDEMA	Gerente de Licenciamento Ambiental	Chapecó
32	Prefeitura municipal – Sistema Municipal de Inspeção Sanitária (SMIS)	Veterinário, coordenador do setor de inspeção sanitária do município	Chapecó
33	Vigilância sanitária	Fiscal sanitária	Chapecó

APÊNDICE E - O caso da Cooperativa de Derivados de Cana-de-açúcar (COODERCANA), em Jaguari

A inserção do projeto no Programa “Juntos para Competir”

O SEBRAE-RS em parceria com o SENAR-RS e a FARSUL, desde 2004, inseriu-se nas comunidades dos municípios de Jaguari, São Pedro do Sul e Mata, através do Programa Juntos para Competir, com o enfoque de estruturação da cadeia de derivados de cana-de-açúcar. Cabe acrescentar que a inserção de Jaguari neste projeto ocorre através da articulação que o Sindicato Rural realiza, a partir de demanda dos agricultores locais.

Dentro do Programa Juntos para Competir, e da carteira de oito projetos do Sebrae Centro, foi contratualizado em dezembro de 2007, o projeto Derivados de cana-de-açúcar na Região Centro, que tinha como público-alvo os produtores de cachaça de alambique de São Pedro do Sul, Jaguari e Mata.

O objetivo do projeto nesta última etapa, dentro de um horizonte de planejamento de 3 anos (2008-2010), era ampliar a comercialização, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos produtos, buscando promover a consolidação da Cooperativa Regional de Derivados de Cana-de-açúcar (Coodercana). Os resultados esperados eram: comercialização de 100% dos produtos através da Coodercana até dezembro de 2010; aumento da produtividade da cana-de-açúcar em 30% até o final de 2010, sendo 10% a cada ano; e implementação de boas práticas de fabricação em 45% dos alambiques até o final de 2010, sendo 15% a cada ano.

O histórico e a Fundação da Cooperativa

No período compreendido entre 2004 e 2007, liderados pelo SEBRAE, através do projeto Polos Regionais de Derivados de Cana-de-açúcar de Santa Maria, Ijuí e Lajeado, os produtores foram capacitados nas áreas tecnológicas, gerencial e de organização de grupos. Receberam treinamentos de produção e manejo da cana-de-açúcar, técnicas de melhoria do processo de fermentação e destilação do caldo de cana, além de orientação sobre boas práticas de fabricação.

Também participaram de missões técnicas, onde foram contempladas visitas a produtores de cachaça de outras regiões, cooperativas de cachaça de MG e RS, e feiras representativas do setor. Nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, o grupo de produtores participou de feiras como a Expo-cachaça e a Brasil-Cachaça, onde puderam se atualizar com as tecnologias mais modernas do setor e conheceram e discutiram com técnicos e expositores as questões pertinentes ao mercado da cachaça.

Também foram implantados treinamentos no sentido de fortalecer a visão de desenvolvimento do setor através de práticas cooperativas. Foram mobilizados para este trabalho o poder público municipal e as forças vivas das comunidades envolvidas, como sindicatos, ACI, Cooperativas de produção, Câmara de Vereadores, OSCIP Agefaz, Universidades, empresa de extensão rural entre outras. Estas ações culminaram com a implantação da Cooperativa Regional de Derivados de Cana-de-açúcar (Coodercana), que teve sua assembleia de fundação realizada no dia 12/07/2007, envolvendo 30 produtores dos quatro municípios: São Pedro do Sul, Santiago, Mata e Jaguari.

A partir do ano de 2009 o Instituto Federal Farroupilha – Campus de São Vicente do Sul, passa, também, a apoiar as ações da Coodercana, através de apoio técnico no cultivo e variedades de cana-de-açúcar, seminários técnicos, elaboração e projetos. Este apoio ocorre vinculado às atividades de pesquisa e extensão que visam conhecer, analisar e propor soluções para a cadeia da cana-de-açúcar nos municípios do entorno do Campus.

Capacitações realizadas no período de 2004 a 2008

Realização do curso Iniciando seu Pequeno Grande Negócio Agroindustrial (conteúdo: associativismo, custos de produção, formação de preço de venda e mercado); realização do curso Liderar (objetivo desenvolvimento de lideranças); realização do curso Redes Associativas; curso Cachaça de Qualidade; realização do curso Manejo da cultura da Cana-de-açúcar; curso básico de administração Rural; realização dos diagnósticos de Boas Práticas de Fabricação nas unidades produtoras de cachaças dos sócios fundadores da cooperativa (trabalho realizado pelo Sebrae e pela UFSM); realização do Curso Qualidade Total Rural.

Ações estruturantes

Adequação dos alambiques - Para que se possa produzir e comercializar um produto de qualidade, foi previsto a adequação dos alambiques às exigências mínimas do Ministério da Agricultura, responsável pelo registro deste tipo de produto. Os equipamentos previstos eram: Alambique de cobre de 750 litros; Dorna de fermentação de aço inox; Depósito de cachaça branca de aço inox com capacidade de 3000 litros; Decantador de aço inox; e Bomba de recalque de 1/2hp. Além disso, seriam realizadas adequações em estruturas físicas nos locais que receber estes equipamentos (as propriedades dos cooperados em São Pedro e em três propriedades em Jaguari que seriam os polos de produção neste município, nas localidades de Linha 7, Fontana Freda e Linha 14).

Construção do Centro de Padronização - Esta unidade foi planejada para que a cooperativa fosse referência em produção de cachaça de artesanal de alambique. A padronização da cachaça produzida pelos associados possibilitaria a elaboração de um “blend”, conferindo identidade ao produto comercializado, a ser reconhecido pelos consumidores sob a marca “Vale dos Engenhos”. O terreno para a construção da unidade padronizadora de cachaça foi doado pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul. A infraestrutura física desta unidade, concluída e entregue aos agricultores em 2014, foi construída às margens da BR 287, nas proximidades do município de São Pedro do Sul

Até o encerramento das entrevistas para esta pesquisa, estas ações estruturantes encontravam-se nas seguintes condições:

Ações	Estágio
- Aquisição de equipamentos p/ os alambiques - Adequações físicas p/ os alambiques	- Realizado - Em fase de conclusão em São Pedro e em fase inicial em Jaguari
Construção do centro de padronização da cachaça - Aquisição de Equipamentos - Construção do Prédio	- A realizar - Realizado

Origem, uso e estágio de aplicação dos recursos

Origem	Utilização	Valor
Recursos Próprios – Capital dos Sócios.	Capital de Giro, legalização da cooperativa e pequenos investimentos.	R\$ 40.000,00
Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul.	Doação de Terreno com 2 ha, bem como seu cercamento e terraplanagem - para a construção da unidade padronizadora.	R\$ 35.000,00
Ministério da Integração Nacional – Mesosul e Programa RS Rural do Estado do Rio Grande do Sul.	Adequação dos Alambiques dos sócios da cooperativa.	R\$ 744.000,00
Governo do Estado do RS e Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul.	Construção do Prédio para a Unidade Padronizadora.	R\$ 305.000,00
TOTAL		R\$ 1.124.000,00

Estágio – andamento das atividades do projeto	Valores(R\$)
Realizado	1.124.000,00
Em captação – equipamentos para o centro de padronização da cachaça	284.902,00
TOTAL	1.408.902,00

Considerações

O processo de concepção e implementação do projeto dessa Cooperativa pode ser caracterizado da seguinte forma:

- Etapa 1: 2004 a 2008 - vigoroso processo de sensibilização e organização dos agricultores, acompanhado de intensas capacitações e assistência nos encaminhamentos para as devidas solicitações de licenciamentos sanitário, ambiental e tributário-fiscal. O Sebrae foi o ator de Ater central nesta etapa;
- Etapa 2: 2008 a 2011 – o Sebrae se retira do apoio; por demanda dos agricultores o IFFarroupilha passa a realizar ações na tentativa de dar andamento às pendências, sobretudo no que diz respeito às ações estruturantes;
- Etapa 3: 2011 a 2014 – em São Pedro do Sul o projeto encontra-se em fase final, inclusive com o prédio da padronizadora já entregue aos agricultores; em Jaguari o projeto ainda mantém pendências para dar conta da estruturação dos locais onde serão instalados os alambiques.

Embora o volume de ações e os encaminhamentos nas etapas iniciais, a implementação do projeto é marcada pela descontinuidade, resultando, além da redução do número de cooperados, no afloramento de divergências entre os agricultores dos municípios envolvidos, correndo o risco de não se consolidar como um empreendimento regional, como era sua proposta inicial. Mas a principal constatação é que após quase 10 anos de mobilizações e considerável aporte de recursos (públicos em sua maioria), a cooperativa ainda não é efetiva como estratégia para estes agricultores, pelo contrário, sua realização continua demandando aplicação de recursos financeiros.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas realizadas e do Projeto para adequação do centro de padronização da cachaça para a cooperativa Coodercana, elaborado em 2010 e atualizado em 2014.

ANEXOS

ANEXO A - Isenção e obrigatoriedade de registro de alimentos e embalagens na ANVISA, conforme Resolução RDC nº 27, de 09 de agosto de 2010

Alimentos e embalagens isentos da obrigatoriedade de registro sanitário
<p>Açúcares e produtos para adoçar (1) Aditivos alimentares (2) Adoçantes dietéticos Águas adicionadas de sais Água mineral natural e água natural Alimentos e bebidas com informação nutricional complementar Alimentos para controle de peso Alimentos para dietas com restrição de nutrientes Alimentos para dietas com ingestão controlada de açúcares Alimentos para gestantes e nutrízes Alimentos para idosos Alimentos para atletas Balas, bombons e gomas de mascar Café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis Chocolate e produtos de cacau Coadjuvantes de tecnologia (3) Embalagens Enzimas e preparações enzimáticas (4) Especiarias, temperos e molhos Gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis Gelo Misturas para o preparo de alimentos e alimentos prontos para o consumo Óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal Produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos Produtos proteicos de origem vegetal Produtos de vegetais (exceto palmito), produtos de frutas e cogumelos comestíveis (5) Vegetais em conserva (palmito) Sal Sal hipossódico / sucedâneos do sal Suplemento vitamínico e ou mineral</p>

OBS.

- (1) Adoçante de Mesa - desde que os edulcorantes e veículos estejam previstos em Regulamentos Técnicos específicos.
- (2) Todos os aditivos alimentares devem estar previstos em regulamento técnico específico.
Estão incluídos os fermentos químicos.
- (3) Incluindo os fermentos biológicos e as culturas microbianas.
- (4) Enzimas e preparações enzimáticas - desde que previstas em Regulamentos Técnicos específicos, inclusive suas fontes de obtenção, e que atendam às especificações estabelecidas nestes regulamentos.
- (5) Cogumelos Comestíveis - nas formas de apresentação: inteiras, fragmentadas, moídas e em conserva.

Alimentos e embalagens com obrigatoriedade de registro sanitário
<p>Alimentos com alegações de propriedade funcional e ou de saúde Alimentos infantis Alimentos para nutrição enteral Embalagens novas tecnologias (recicladas) Novos alimentos e novos ingredientes Substâncias bioativas e probióticos isolados com alegação de propriedades funcional e ou de saúde</p>

ANEXO B - Legislação para a rotulagem de alimentos no âmbito dos produtos regulados pela ANVISA e pelo MAPA

Informação Nutricional Complementar

[RDC nº 54, de 12 de novembro de 2012](#) - Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre Informação Nutricional Complementar.

[Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº3, de 4 de fevereiro de 2013](#)

[Fluxograma para Uso da Informação Nutricional Complementar](#)

Rotulagem Geral de Alimentos Embalados

[Lei nº 10.674, de 16 de maio de 2003](#) - Obriga que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca.

[Resolução - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002](#) - Aprova o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados, **Modificada** pela

[Resolução - RDC nº 123, de 13 de maio de 2004](#) - Altera o subitem 3.3. do Anexo da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002.

[Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002](#) - Aprova o Regulamento Técnico Metrológico estabelecendo a forma de expressar o conteúdo líquido a ser utilizado nos produtos pré-medidos.

Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados

[Resolução - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2013](#) - Retificação de Publicação

[Resolução - RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003](#) - Aprova Regulamento Técnico sobre Rotulagem Nutricional de Alimentos Embalados, tornando obrigatória a rotulagem nutricional.

[Resolução - RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003](#) - Tabela de Valores de Referência para Porções de Alimentos e Bebidas Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional.

[Instrução Normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005](#) - Aprova o regulamento técnico para rotulagem de produto de origem animal embalado.

[Resolução - RDC nº 163, de 17 de agosto de 2006](#) - complementa as resoluções RDC nº 360/03 e 359/03.

[Resolução - RDC nº 31, de 5 de junho de 2012](#) - Rotulagem Nutricional de Bebidas Não Alcoólicas Comercializadas em Embalagens Retornáveis.

Rotulagem de Ovos

[Resolução - RDC nº 35, de 17 de junho de 2009](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de instruções de conservação e consumo na rotulagem de ovos e dá outras providências.

Fonte: ANVISA (2015) e MAPA (2015).

**ANEXO C - Check list utilizado pelos técnicos como referência em Serviços de Inspeção
sob responsabilidade da Cidasc**

CHECK LIST BPF - INSPEÇÃO

LISTA DE VERIFICAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS
PRODUTORES/INDUSTRIALIZADORES DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO RDC Nº 275/2002 da ANVISA

1-RAZÃO SOCIAL/SIE:
DATA:

FREQUÊNCIA MÍNIMA BIMESTAL

TODA NÃO CONFORMIDADE DEVERÁ CONSTAR EM RNC

S = SIM (CONFORME); N = NÃO CONFORME; NA = NÃO SE APLICA

AVALIAÇÃO	S	N	NA
1. EDIFICAÇÃO E INSTALAÇÕES			
1.1 ÁREA EXTERNA:			
1.1.1 Área externa livre de focos de insalubridade, de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente, de vetores e outros animais no pátio e vizinhança; de focos de poeira; de acúmulo de lixo nas imediações, de água estagnada, dentre outros.			
1.1.2 Vias de acesso interno com superfície dura ou pavimentada, adequada ao trânsito sobre rodas, escoamento adequado e limpas.			
1.2 ACESSO:			
1.2.1 Direto, não comum a outros usos (habitação).			
1.3 ÁREA INTERNA:			
1.3.1 Área interna livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente.			
1.4 PISO:			
1.4.1 Material que permite fácil e apropriada higienização (liso, resistente, drenados com declive, impermeável e outros).			
1.4.2 Em adequado estado de conservação (livre de defeitos, rachaduras, trincas, buracos e outros).			
1.4.3 Sistema de drenagem dimensionado adequadamente, sem acúmulo de resíduos. Drenos, ralos sifonados e grelhas colocados em locais adequados de forma a facilitar o escoamento e proteger contra a entrada de baratas, roedores etc.			
1.5 TETOS:			
1.5.1 Acabamento liso, em cor clara, impermeável, de fácil limpeza e, quando for o caso, desinfecção.			
1.5.2 Em adequado estado de conservação (livre de trincas, rachaduras, umidade, bolor, descascamentos e outros).			
1.6 PAREDES E DIVISÓRIAS:			
1.6.1 Acabamento liso, impermeável e de fácil higienização até uma altura adequada para todas as operações. De cor clara.			

Obs. Esta é apenas a primeira de um total de 10 páginas onde estão elencados um conjunto de itens utilizados para verificar o atendimento à BPFs em estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal, que concentram-se nos seguintes temas: 1) Edificação e Instalações; 2) Equipamentos, móveis e utensílios; 3) os manipuladores; 4) a produção e o transporte dos alimentos; e 5) a documentação.

ANEXO E - Treinamento em “Qualidade Total Rural” realizado pelo Sebrae

Bloco	Módulo	Conteúdo
A conquista da Qualidade	Conhecendo a Qualidade	Ao final do módulo, os participantes deverão entender os conceitos de qualidade, negócio agrícola, cliente, fornecedor, processos, produto e a importância destas para as suas empresas
	Qualidade no Processo Financeiro e na Solução de Problemas	Preparar o empresário rural para a utilização das ferramentas da gestão financeira e da solução de problemas.
	Mandamentos da Qualidade	Ao final do módulo os participantes deverão estar comprometidos com os mandamentos da qualidade e com as sua aplicação nas suas empresas rurais .
	Estratégia Empresarial Rural	Ao final do módulo, os participantes terão elaborado o planejamento estratégico das suas empresas rurais .
D'olho na qualidade	Descarte	Identificar e separar o que é necessário e o que pode ser dispensável para as realizações das tarefas da empresa rural.
	Organização	Determinar e identificar cada objeto em seu lugar. Organizar e programar o trabalho, anotando e comparando dados.
	Limpeza	Manter o ambiente e equipamentos limpos.
	Higiene	Cuidar da saúde, bem estar, segurança e disposição para o trabalho, garantindo a qualidade de vida.
	Ordem Mantida	Cumprir com perseverança o que foi determinado nas etapas anteriores.
Melhoria de Processos	Gerência de Processos	Ao final do módulo, os participantes deverão reconhecer a importância de gerenciar os processos .
	Indicadores de Qualidade	Ao final do módulo, os participantes deverão entender a aplicação do ciclo PDCA na gerência de processos. Poderão criar um sistema de indicadores da qualidade e produtividade.
	Análise e Melhoria de Processos	Ao final do módulo, os participantes deverão estar cientes da importância da utilização da gestão financeira e das ferramentas da qualidade para a solução de problemas a fim de proporcionar as melhorias contínuas.

* Estão grifadas passagens no quadro, para chamar atenção para a recorrência do viés empresarial entre as práticas do Sebrae.

ANEXO F - Reunião de planejamento para a cadeia dos derivados da uva, no âmbito dos encaminhamentos do Fórum Mesosul, ocorrida em 2010, no Campus Jaguari.

REUNIÃO DE PLANEJAMENTO - CENTRO MESORREGIONAL DE VITIVINICULTURA – JAGUARI / RS

Participantes da reunião:

Instituto Federal Farroupilha

URI – Campus Santiago;

Embrapa Uva e Vinho – Bento Gonçalves;

Prefeitura Municipal de Jaguari,

Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus de Bento Gonçalves

Fórum Mesosul;

Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais / Departamento de Fomento de Investimentos;

Ministério da Integração Nacional;

Instituto Brasileiro do Vinho (representado por EMBRAPA).

Definição de Ações:

- 1) ***Criação de Comitê Técnico para avaliar disponibilidade de equipamentos e máquinas no Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari.***
 - a. Criação de Comitê por todas as instituições para em 30 dias dar parecer técnico.
- 2) ***Construção de uma Home Page do Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari:***
 - a. Criar elementos da página: EMBRAPA – CNPUV;
 - b. Programar Página para linkar nas demais – IFF SVS.
- 3) ***Implantar rede de internet no Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari:*** IFF SVS;
- 4) ***Elaborar descrição de serviços para montagem de cantina de vinho e unidade de elaboração de sucos no Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari:***
 - a. Descrição dos itens de custeio e de investimento: EMBRAPA;
 - b. Licitação e Execução dos serviços: IFF SVS.
- 5) ***Implantação de Vinhedos:***
 - a. Avaliação da área, definição de cultivares, e planejamento do vinhedo: EMBRAPA, IFFRS – Bento e IFF SVS;
 - b. Disponibilização de porta-enxertos: EMBRAPA
 - c. Preparação da área, plantio e cuidados / serviços de campo: IFF SVS.
- 6) ***Identificar ações de qualificação para serem executadas no Centro Mesorregional de Vitivinicultura de Jaguari:***
 - a. Ações locais – Vitivinicultores de Jaguari:
 - i. Reunião de planejamento com produtores do município para identificar demandas: IFF SVS;
 - b. Capacitação de multiplicadores da mesorregião Metade Sul:
 - i. Elaboração de sugestão de atividades a serem desenvolvidas em Viticultura, Enologia e Gestão Ambiental, Registro de Cantinas e unidades de suco (legislação): EMBRAPA, IFFRS – Bento;
 - ii. Buscar juntamente com a EMATER-RS necessidades de qualificação de técnicos para atender os seus escritórios municipais: IFF SVS.
- 7) ***Acompanhar grupo de produtores de Jaguari/RS para elaboração de planejamento e execução de atividades, tendo em vista apoiar o desenvolvimento do setor:***
 - a. Viagem Bento Gonçalves / VINOTECH: IFF SVS;
 - b. Desenvolver reunião de planejamento e outras ações necessárias no acompanhamento: IFF SVS / PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI
- 8) ***Buscar recursos para desenvolvimento de atividades no Centro Mesoregional de Vitivinicultura de Jaguari:***
 - a. Elaboração de projeto: IFF SVS / EMBRAPA / IFFRS – Bento;
 - b. Disponibilizar dados sobre o Cadastro Vitícola na mesorregião e no município de Jaguari e Vale do Jaguari: EMBRAPA;
 - c. Buscar aporte financeiro: IBRAVIN, SEDAI, PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARI E FÓRUM MESOSUL.
- 9) ***Análise de Vinhos de Jaguari, tendo em vista identificar gargalos técnicos em enologia e viticultura:***
 - a. Recolher amostras: IFF SVS;
 - b. Desenvolver análises e encaminhar reunião de análise com produtores: EMBRAPA e IFFRS – Bento.
- 10) ***Treinamento em Agroecologia em Ipê:***
 - a. Buscar duas vagas para docentes do IFF SVS: EMBRAPA.

Fonte: Documentos IFFSVS

Obs. Suprimiram-se os nomes dos representantes das Instituições para preservar suas identidades.

ANEXO G - Listagem das contratadas pela Cidasc como prestadoras de serviços para a inspeção sanitária em Santa Catarina.

Nome	Município sede da empresa	Credenc.
Cugnier	Itajaí	001
Unimev	Florianópolis	002
Unitecno	Concórdia	003
Vet Service	Chapecó	004
Ativa	Nova Veneza	005
Quality Assessoria Veterinária	Florianópolis	007
Wqs-Wqs	Botucatu-SP	008
Workvet Serviços Veterinarios Ltda	Chapecó	009
Delac Diagnósticos Laboratoriais	São Miguel do Oeste	010

Fonte: Site institucional da Cidasc – Acesso em 15/08/2014.